

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

Melissa Vivacqua

**DILEMAS DA CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA
GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA ARTESANAL:
CONFLITOS E SINERGIAS NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE
RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHO-COSTEIRAS EM
SANTA CATARINA**

Florianópolis
2012

Melissa Vivacqua

**DILEMAS DA CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA
GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA ARTESANAL:
CONFLITOS E SINERGIAS NOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DE
RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHO-COSTEIRAS EM
SANTA CATARINA**

Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Doutor em
Sociologia Política.

Orientador: Paulo Henrique Freire Vieira

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Vivacqua, Melissa

Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: [tese] : conflitos e sinergias nos processos de criação de Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras em Santa Catarina / Melissa Vivacqua ; orientador, Paulo Henrique Freire Vieira - Florianópolis, SC, 2012.
365 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. Conflito socioambiental. 3. Representação social. 4. Gestão compartilhada da pesca artesanal . 5. Reserva Extrativista. I. Vieira, Paulo Henrique Freire . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Ao Helio, pela alegria de encontrá-lo
nesta tão breve viagem terrena.
(*in memoriam*)
À Maria Clara.

AGRADECIMENTOS

Um desmedido sentimento de gratidão me abarca ao rememorar o percurso desta tese.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Freire Vieira, pelo respeito às minhas idéias, pela amizade e aprendizado ao longo desses dez anos em que nos conhecemos. Expresso aqui o meu sincero carinho e admiração.

Agradeço às pessoas maravilhosas que conheci nas “andanças” do trabalho de campo, aos sábios pescadores, que tão gentilmente me acolheram em suas casas e ranchos de pesca.

Aos colegas do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/UFSC) expresso também a minha gratidão. Pelos seminários de metodologia, discussões de textos, especialmente à Luciana Butzke, pela revisão do texto da tese, e à Juliana Adriano, por sua amizade e inúmeras visitas à minha casa em Ibraquera, onde compartilhávamos reflexões sobre as “descobertas” em campo.

Agradeço à Albertina e Fátima, da secretaria do Programa de Pós-Graduação, sempre tão gentis e dispostas a ajudar-me.

Sou grata aos antigos amigos, que há muito me acompanham, e também àqueles que vieram a fazer parte de minha história nesses últimos anos. Especialmente à Alma, Bel, Ale, Priscilla, Letícia e Angela, adoráveis amigas que conheci em Florianópolis. Cada uma de vocês, de maneira singular, tornou menos árdua a tarefa de elaborar esta tese.

Grata ao meu pai Manuel, e à minha mãe Rita, por suas inesquecíveis presenças, vindas de longe, lá de Vitória (ES), prestigiando-me no dia de minha defesa.

Gratidão especial ao Helinho, por seu amor e companheirismo. Não menos importantes foram as suas contribuições intelectuais, seus “pitacos”, questionamentos, as longas conversas sobre reservas extrativistas e pesca artesanal, e, sobretudo, o aprendizado por termos realizado juntos o trabalho de campo nas comunidades de pescadores da região do Farol de Santa Marta e Ibraquera. Sem a sua marcante presença em minha vida, de certo, esta tese seria outra.

Agradeço à Maria Clara, que agraciou nossas vidas com a sua alegre presença durante o percurso do doutorado.

Grata à luz divina, que tem iluminado o meu caminho, sempre.

*A verdadeira viagem de descobrimento
consiste não em procurar novas paisagens,
mas em possuir novos olhos.*

Marcel Proust

RESUMO

As reflexões desenvolvidas nesta tese colocam em foco os desafios inerentes à criação de sistemas de gestão compartilhada da pesca artesanal na zona costeira, explorando suas implicações para o fortalecimento de um estilo de desenvolvimento socialmente justo e norteado pelo critério de prudência ecológica. O caminho percorrido demonstrou como a persistência dos conflitos, nos diversos níveis do sistema de gestão, tem minado o potencial contido nas interações conflituosas em gerar oportunidades para a aprendizagem e mudanças sociais.

Nesse sentido, foi realizada uma análise de sistemas de ação coletiva que emergiram no processo de criação de duas Reservas Extrativistas parcialmente sobrepostas ao território da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca - situada no litoral centro-sul do Estado de Santa Catarina. A análise foi conduzida à luz do debate atual sobre modos de apropriação e gestão de recursos de uso comum, insistindo na necessidade de um tratamento cada vez mais aprofundado da dimensão dos conflitos de percepção nas dinâmicas de gestão compartilhada. Dessa forma, foi mobilizada a *teoria das representações sociais*, com intuito de apreender o conhecimento compartilhado pelos pescadores artesanais (em sua maioria desvinculados de cargos de liderança), suas visões de mundo e suas atitudes em relação à gestão da pesca e ao desenvolvimento do território onde vivem. O estudo das representações sociais revelou que as unidades de conservação, mesmo as Reservas Extrativistas, são percebidas pelos pescadores artesanais como políticas externas a eles, consolidando-se em um “espaço do outro” - do Estado – ao invés de um território social apropriado por meio de uma complexa rede de relações e saberes.

Se por um lado, os avanços na legislação ambiental e nas políticas públicas de gestão da pesca artesanal têm descortinado novos caminhos para a participação social e práticas de gestão compartilhada, tais oportunidades ainda encontram-se muito aquém do desafio de integrar as estratégias de conservação e desenvolvimento. A forma como os processos para a criação das Resex foram conduzidos fortalece as alianças intragrupo e acirram os conflitos entre os grupos sociais, bloqueando a emergência efetiva de processos de aprendizagem social. As instituições ambientais governamentais, ao mediar tais conflitos privilegiando a conservação da biodiversidade, fortalecem os antagonismos entre meio ambiente/desenvolvimento, conservação da biodiversidade/ direitos multiculturais. Sendo assim, os espaços de diálogo e a construção de

consensos permaneceram assim marcados pelos baixos níveis de participação popular, de legitimidade política e de aprendizagem social. Diante desse cenário, vem se tornando imperativo consolidar experiências “bem sucedidas” de gestão compartilhada com base comunitária, capazes de promover a integração das estratégias de conservação dos recursos naturais e do meio ambiente a uma política alternativa de desenvolvimento sistêmico do nosso País. Até o momento, as políticas setoriais e as dificuldades de integração entre tais estratégias vêm contribuindo para a fragilização dos sistemas de gestão da pesca artesanal, materializando-se em disputas e conflitos socioambientais não negociados nos diversos níveis do sistema de gestão. Em outras palavras, o trabalho sugere que o êxito dessas novas opções de desenvolvimento face à intensificação da crise estrutural do setor dependerá essencialmente da condução de um processo de compartilhamento efetivo de direitos e responsabilidades, por meio do qual passariam a ser devidamente respeitadas as diferenças socioculturais e melhor aproveitado o imenso potencial de desenvolvimento contido na zona costeira.

Palavras-chave: Gestão compartilhada. Pesca artesanal. Conflito socioambiental. Representação social. Reserva Extrativista.

ABSTRACT

The reflections developed in this Thesis focuses on the inherent challenges in the creation of systems of collaborative management of artisanal fisheries in the coastal zone, exploring implications for strengthening a socially just development style and guided by the criteria of ecological prudence. The path followed here showed how the persistence of conflicts at various levels of the management system, have been undermining the potential of conflicting interactions in generating learning and social change opportunities.

Accordingly, we performed an analysis of collective action systems that emerged in the process of creating two extractive reserves that partially overlaps the territory of the Baleia Franca Environmental Protection Area - located in the southern-central coast of Santa Catarina state (Brazil).

Analysis was conducted on the light of the current debates around appropriation and management of *commons* resources modes. This is done by insisting on the necessity of a gradually deeper look over the conflicts in perception in collaborative management dynamics. Thus, we used *social representation theory* to apprehend shared knowledge by artisanal fishermen (largely not bounded by leadership positions), worldviews and attitudes in relation to fisheries management and development of the their territory.

The study of social representation revealed that protected areas, even Extractive Reserves, are perceived by artisanal fishermen as external policies to them, consolidating a “space of the other” – of the State – rather than a social territory appropriated through a complex network of relations and knowledge. If in one hand the advances of environmental legislation and public policies have unveiled new paths to social participation and collaborative management practices, such opportunities are still falling behind the challenge of integrating development and conservation strategies. The way both processes aiming the designation of Resex were conducted strengthens intra-group alliances and builds up on conflicts between social groups, thus blocking the emergence of effective social learning processes. Governmental environmental institutions, when mediating such conflicts by giving privilege to biodiversity conservation, strengthen the antagonisms between environment/development, biodiversity conservation/multicultural rights. Therefore, dialogue spaces and the construction of consensus remains marked by low popular participation, political legitimacy and social learning.

Within this scenario, it has been imperative to consolidate ‘well successful’ experiences of community-based collaborative management,

capable of integrating natural resource and environmental conservation with an alternative systemic development policy in the country. So far, the sectorial public policies and the difficulties in integrating such strategies are contributing to weakening fisheries management systems. This materializes in non-negotiated social-environmental disputes and conflicts in several levels of the management system. In other words, this research suggests that the success of the new types of development, before the rising of structural crisis in the sector, will depend essentially on the conduction of a process of effective sharing of rights and responsibilities, through which the social-cultural differences are respected. This way, the immense development potential of the coastal zone can be better engaged.

Key-words: Social-environmental conflicts. Collaborative management. Artisanal fishing. Social representation. Extractive Reserve.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Modelo de Análise Oakerson	49
Figura 02: Dimensões de análise dos Padrões de Interação.....	49
Figura 03: Síntese da abordagem sobre aprendizagem social em sistemasde gestão compartilhada	73
Figura 04: Limite Territorial da APA da Baleia Franca	144
Figura 05: Mapa da proposta da Resex do Cabo de Santa Marta	226
Figura 06: Síntese das relações de conflito e sinergia no processo para a criação da Resex do Cabo de Santa Marta	244
Figura 07: Mapa da proposta inicial dos limites da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Imbituba	266
Figura 08: Síntese das relações de conflito e sinergia no processo para a criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba	269
Figura 09: Mapa da proposta final da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba	274
Figura 10: Dendograma de classes sobre a representação social acerca do Desenvolvimento da região – grupo de 60 pescadores	288
Figura 11: Dendograma de classes sobre a representação social acerca da Crise da Pesca Artesanal – grupo de 60 pescadores	299

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Lista das instituições entrevistadas	38
Quadro 02: Dimensões da análise de conflitos socioambientais	39
Quadro 03: Síntese da abordagem analítica	74
Quadro 04: Resex Marinho-Costeiras	111
Quadro 05: Dinâmicas Territoriais no Litoral Catarinense	133
Quadro 06: Unidades de Conservação Marinho-Costeiras criadas e em processo de criação em Santa Catarina	135
Quadro 07: Instituições representativas da pesca artesanal no CONAPA BF	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Palavras associadas significativamente à Classe 2	292
Tabela 02- Palavras associadas significativamente à Classe 4	295
Tabela 03- Palavras associadas significativamente à Classe 1.....	300
Tabela 04- Palavras associadas significativamente à Classe 2	304
Tabela 05- Palavras associadas significativamente à Classe 3	306
Tabela 06- Palavras associadas significativamente à Classe 4	309
Tabela 07- Palavras associadas significativamente ao grupo de pescadores favoráveis às Resex	311
Tabela 08- Palavras associadas significativamente ao grupo de pescadores contrários às Resex	314

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	25
1.1 A crise do sistema da pesca artesanal e os processos recentes de criação de Reservas Extrativistas	29
1.2 Questões norteadoras	32
1.3 Hipóteses	33
1.4 Objetivos	33
<i>1.4.1 Geral.....</i>	<i>33</i>
<i>1.4.2 Específicos.....</i>	<i>34</i>
1.5 Justificativa.....	34
1.6 Considerações metodológicas.....	36
1.7 Estrutura da Tese.....	41
2. DELINEANDO UM ENFOQUE ANALÍTICO	44
2.1 Gestão compartilhada e adaptativa do sistema da pesca artesanal.....	44
2.2 Teorias da Ação Coletiva.....	50
2.3 Enfoques sobre Conflito e Cooperação em sistemas de gestão de commons	52
2.4 Compreendendo a dimensão sócio-cognitiva das ações coletivas: a contribuição da teoria das Representações Sociais..	64
2.5 Teorias sobre Aprendizagem	69
3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE GOVERNANÇA DOS SISTEMAS DE PESCA ARTESANAL NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	75
3.1. As transformações institucionais na gestão da pesca artesanal e a emergência da crise estrutural do setor pesqueiro.....	75
3.2 Os arranjos institucionais de gestão compartilhada dos sistemas de pesca artesanal no Brasil.....	81

3.3 Tensões envolvendo conservação e desenvolvimento, natureza e cultura	87
3.4 A trajetória das Reservas Extrativistas: de movimento social à Unidade de Conservação	93
3.4.1 <i>Arcabouço legal para a criação de Reservas Extrativistas</i>	105
3.4.2 <i>As Resex Marinhas</i>	111
4 AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO NO LITORAL CENTRO-SUL DE SANTA CATARINA E A GESTÃO DA PESCA ARTESANAL.....	121
4.1 Breve caracterização do modelo de desenvolvimento do território costeiro catarinense	122
4.1.1. <i>O processo de ocupação e as dinâmicas de uso do território catarinense</i>	122
4.1.2 <i>Transformações recentes no modelo de desenvolvimento da zona costeira catarinense</i>	126
4.1.3 <i>Crise estrutural do modelo de desenvolvimento catarinense</i>	130
4.1.4 <i>As dinâmicas territoriais de desenvolvimento no litoral catarinense</i>	132
4.2 Entendendo a gestão da pesca artesanal no litoral centro-sul: área de abrangência das propostas de criação das Reservas Extrativistas.....	142
4.2.1 <i>Os territórios marinho e lagunar da pesca artesanal no núcleo centro-sul da APA da Baleia Franca</i>	146
4.2.1.1 O contexto do território proposto para a Resex do Cabo de Santa Marta.....	146
4.2.1.2 O contexto da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba.....	156
4.3 Organização sociopolítica dos pescadores artesanais	Erro!

Indicador não definido.

4.3.1	<i>O contexto da proposta de criação Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba.....</i>	173
4.3.2	<i>Contexto da proposta de criação da Resex do Cabo de Santa Marta.....</i>	177
5	OS ESPAÇOS DE GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA ARTESANAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL CATARINENSE E OS CONFLITOS SUBJACENTES	183
5.1	A experiência do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera.....	183
5.2	O Conselho Gestor da APA da Baleia Franca.....	186
5.3	A complexa teia de conflitos e alianças no território centro-sul da APA BF	198
5.3.1	<i>Os casos emblemáticos da Praia Vermelha e da Fazenda Lagamar no núcleo central.....</i>	199
5.3.2	<i>O núcleo sul: os casos do Acordo de Pesca no Complexo Lagunar e Abertura da Barra do Camacho.....</i>	209
6	OS PREPARATIVOS PARA A GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA ARTESANAL: COMPREENDENDO AS AÇÕES COLETIVAS RELACIONADAS AOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS	223
6.1	Os processos para a criação das Reservas Extrativistas: conflitos e sinergias	224
6.1.1	<i>A Resex do Cabo de Santa Marta.....</i>	224
6.1.1.1	<i>A gênese da proposta, o processo de mobilização comunitária e a audiência pública</i>	224
6.1.1.2	<i>Entre ofícios, reuniões e prováveis telefonemas: o locus da decisão é Brasília!.....</i>	234
6.1.1.3	<i>O “lugar” dos conflitos no Diagnóstico para a criação da Resex</i>	236

6.1.1.4 Os atores sociais em movimento: as alianças e os conflitos no processo para a criação da Resex	237
6.1.2 <i>A Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba</i>	248
6.1.2.1 A gênese da proposta, os espaços de diálogo e os grupos sociais envolvidos	248
6.1.2.2 Definindo os limites da Resex: as oitivas em foco!	260
6.1.2.3 Os atores sociais em movimento: as alianças e os conflitos no processo para a criação da Resex	262
6.1.2.4 Um capítulo inusitado: a "quase" Resex que quase virou APA	276
6.2 Algumas Considerações	282
7 CONFLITO, REPRESENTAÇÃO SOCIAL E APRENDIZAGEM SOCIAL: UMA ABORDAGEM RELACIONAL	284
7.1. Desvendando as representações sociais: as vozes dos invisíveis nos processos de gestão da pesca artesanal	285
7.1.1. <i>Apresentação e análise dos resultados encontrados</i>	288
7.1.1.1 Representação Social sobre Desenvolvimento	288
7.1.1.2 Representação social sobre a crise da pesca artesanal	299
7.1.1.3. Representação social sobre Reserva Extrativista	312
7.1.2 <i>Síntese das Representações sociais sobre crise da pesca artesanal, desenvolvimento e reserva extrativista</i>	320
7.2. Pensando as ações coletivas relativas à gestão da pesca artesanal à luz do conceito de aprendizagem social	323
7.2.1 <i>Aprendizagem social nos espaços de gestão participativa da pesca artesanal</i>	325
7.2.2 <i>Aprendizagem no estágio pré-implementação das Resex ..</i>	330
7.2.2.1 O processo para a criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba	330

7.2.2.2 O processo para a criação da Resex do Farol de Santa Marta Grande.....	333
7.3 Algumas considerações.....	335
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	338
9 REFERÊNCIAS.....	346

1. INTRODUÇÃO

Durante os últimos vinte anos, a problemática dos modos de apropriação de recursos naturais de uso comum tem atraído uma atenção especial dos pesquisadores e gestores vinculados ao planejamento de estratégias alternativas de desenvolvimento. De modo geral, as novas abordagens têm em comum a crítica aos padrões tecnocráticos e economicistas de intervenção, que se tornaram hegemônicos nas últimas décadas. Novos enfoques de planejamento e gestão têm sido concebidos e testados nos mais diversos contextos territoriais. Na perspectiva do ecodesenvolvimento, por exemplo, a criação de alternativas orienta-se pela busca de superação dos constrangimentos estruturais impostos pela *ideologia economicista*. Pois esta última fundamenta a reprodução de um padrão de uso ecologicamente destrutivo e socialmente excludente do patrimônio natural e cultural da humanidade, baseado no *mimetismo cultural e tecnológico* (SACHS, 1986; 2007).

As regiões costeiras têm uma posição de destaque nesse novo campo de pesquisa-ação, pelo fato de serem consideradas as áreas mais ameaçadas de degradação socioambiental do planeta. Elas vêm sendo submetidas a uma dinâmica de apropriação e uso desordenados e predatórios do seu imenso potencial em termos de recursos naturais de uso comum, apesar de constituírem uma região de interface entre os ecossistemas terrestres e marinhos, responsável por ampla gama de funções ecológicas. Esse processo de degradação atinge não somente os recursos naturais, mas também o modo de vida das comunidades extrativistas que dependem diretamente desses recursos. Considerando a necessidade de levar em conta as inter-relações complexas entre sistemas sociais e sistemas ecológicos, a gestão integrada do patrimônio costeiro num horizonte de longo prazo representa assim um dos maiores desafios a serem enfrentados na atualidade (VIVACQUA; SANTOS; VIEIRA, 2009).

No Brasil, o governo federal tem tentado fazer frente a esses desafios por meio da criação de políticas federais voltadas para a gestão integrada e participativa dos recursos costeiros, a exemplo do Programa Nacional de Gerenciamento da Zona Costeira (GERCO), a Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aqüicultura e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A complexidade dos problemas e dos conflitos recorrentes evidenciados na dinâmica de utilização predatória do

patrimônio costeiro vem impondo sérios obstáculos à implementação de tais políticas públicas.

No caso específico do Estado de Santa Catarina, as pressões antrópicas a que tem sido submetida a sua zona costeira nos últimos trinta anos vem se intensificando consideravelmente. Durante a década de 1970, a construção da BR 101 deflagrou um processo desordenado e ecologicamente predatório de urbanização deste território. As praias do litoral centro-sul, até então praticamente isoladas, passaram a receber um número crescente de turistas, ocasionando o fortalecimento da especulação imobiliária e o surgimento de inúmeros conflitos envolvendo as comunidades pesqueiras artesanais e o setor empresarial (NMD, 2007).

De fato, as evidências de degradação intensiva do patrimônio da zona costeira, especialmente dos recursos pesqueiros e dos modos de vida das comunidades de pescadores artesanais, indicam a necessidade de recriação dos sistemas dominantes de gestão, visando favorecer a construção de estratégias de desenvolvimento inspiradas no enfoque sistêmico-complexo (GARCÍA, 1986; VON BERTALANFFY, 1968). O compartilhamento de poder e responsabilidades entre os grupos de usuários dos recursos naturais, agências governamentais, institutos de pesquisa e outros grupos de interesse tem apontado um caminho mais viável para promover um processo legítimo de negociação dos diversos interesses.

Em outras palavras, a criação de arranjos institucionais para a gestão compartilhada da pesca artesanal tem o potencial de oferecer novas oportunidades para que as populações locais possam se engajar com mais autonomia e senso de responsabilidade na construção de estratégias alternativas de desenvolvimento. As Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), os Fóruns e Acordos de Pesca são atualmente os exemplos mais expressivos de tais arranjos no Brasil. Esses instrumentos de gestão compartilhada e as novas configurações político-institucionais nas quais eles se inserem aumentam a viabilidade de experimentações voltadas para a conservação e, ao mesmo tempo, a valorização da diversidade cultural.

Na última década tem crescido consideravelmente o número de iniciativas de sistemas de gestão compartilhada para o uso sustentável dos recursos pesqueiros ao longo da zona costeira brasileira. Por exemplo, em 2006 já existiam 117 processos para criação de Resex/RDS Federais em estudo na Diretoria Socioambiental (DISAM)¹, abrangendo 22 estados

¹ A Diretoria Socioambiental/IBAMA foi substituída pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP/ICMBio).

brasileiros. Consideradas áreas para Gestão dos Recursos Pesqueiros pelo Ministério do Meio Ambiente, neste mesmo ano havia 17 Resex marinhas criadas e outras 68 em fase de criação. Dentre estas 17 criadas, mais de 60% foram criadas após 2002 e a maior parte delas localiza-se na região norte e nordeste. A institucionalização destas categorias de unidades de conservação e sua crescente difusão e divulgação, somados ao reconhecimento das populações tradicionais e ao esforço para se instituir políticas públicas voltadas para este segmento da sociedade brasileira levaram à intensificação das demandas por criação de Resex e RDS em todas as regiões do País.

Como se sabe, as Reservas Extrativistas foram criadas no âmbito do movimento social dos seringueiros na Amazônia. Contudo, aos poucos essa luta foi sendo apropriada pelo movimento ambientalista e consolidada com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº9985/2000, quando as Resex passam então a integrar o grupo de unidades de conservação de uso sustentável. Segundo o Art. 18º do SNUC,

(...) as reservas extrativistas designam uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

As disputas pelo uso e apropriação da terra como forma de garantir o modo de vida e a reprodução sociocultural das populações extrativistas foram o grande mote para a criação das reservas extrativistas na Amazônia. Contudo, a partir de 1992, as Resex passam a abranger outros biomas, momento em que foi criada a primeira Resex Marinha, a Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé, em Florianópolis, SC. Desde então esta política pública tem passado por transformações em sua forma de concepção e implementação. O Ministério do Meio Ambiente vem discutindo a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável Marinho-Costeiras - incluindo-se as Resex Marinhas - para o processo de regulamentação e manejo dos estoques pesqueiros, sem que haja uma maior reflexão ampla e criteriosa acerca do engajamento e auto-organização dos pescadores artesanais em tais propostas.

O foco na gestão do ‘recurso pesqueiro’ tende a desconsiderar que os conflitos e os problemas relacionados à gestão da pesca artesanal não se situam somente na faixa marinha e/ou lagunar. Tais conflitos ultrapassam esses limites, permeando as relações sociais que ocorrem em terra. Em muitos casos, eles estão diretamente relacionados às distintas visões e projetos de desenvolvimento que os diversos grupos sociais vislumbram para o território. De fato, o manejo dos estoques pesqueiros é fundamental para a manutenção do modo de vida do pescador artesanal e a conservação da biodiversidade. Mas o enfrentamento da crise do sistema pesqueiro não se encerra aí, como pensam muitos gestores e boa parte da comunidade científica atrelada ao *paradigma analítico-reducionista*. A reprodução sociocultural do pescador artesanal depende da manutenção do seu modo de vida em terra, ameaçado pelo processo crescente de urbanização desordenada da zona costeira, pela especulação imobiliária e pelo fomento do turismo de massa. Em última instância, a luta do pescador artesanal pela reafirmação de seu modo de vida diz respeito também à luta pela terra.

Nesse sentido, esse processo de apropriação da luta dos extrativistas pelo movimento ambientalista tem sido visto com reservas por alguns pesquisadores (LOBÃO, 2006; BUCCI, 2009; RODRIGUES, 2007). Suas críticas debruçam-se principalmente sobre a incorporação de novos atores “desterritorializados” no tempo e espaço de comunidades locais que vivem do extrativismo dos recursos naturais renováveis. Num contexto onde se tenta criar Áreas Protegidas sob a égide do conceito de População Tradicional, em muitos casos esses atores descortinam novos significados nos modos de vida de “populações tradicionais”, mobilizando interesses de cunho preservacionista, provenientes de “fora”. Além disso, essa re-significação identitária, em muitos casos, condiciona o surgimento de disputas intragrupo e entre os diversos atores envolvidos nos processos de criação e implementação de Resex. Por um lado, tais disputas e conflitos entre os diversos atores sociais envolvidos (ONGs, agências governamentais, extrativistas, população local, universidades, empresários, entre outros) podem inviabilizar a criação e a implementação de Reservas Extrativistas. Por outro, vale a pena ressaltar que esses conflitos podem gerar oportunidades para a aprendizagem social e para o empoderamento dos segmentos sociais excluídos dos processos decisórios. Esses desdobramentos dependem da especificidade dos contextos socioeconômico, sóciopolítico e sociocultural de cada território e dos atores sociais envolvidos.

1.1 A crise do sistema da pesca artesanal e os processos recentes de criação de Reservas Extrativistas

A região litorânea centro-sul catarinense tem vivenciado processos inovadores de ação coletiva voltadas para a consolidação de espaços participativos de planejamento do desenvolvimento local. A configuração social e ecossistêmica dos municípios sediados nesta região apresenta muitas similaridades. De modo geral, destaca-se pela biodiversidade, pela beleza paisagística, pela presença da pesca artesanal e da produção agrícola familiar e, desde a década de 1970, pela hegemonia alcançada pelo turismo de massa.

Mesmo diante do ritmo acelerado de desagregação das comunidades pesqueiras tradicionais, bem como da erosão progressiva do seu expressivo patrimônio natural e cultural, algumas iniciativas de reorganização comunitária têm emergido a partir de 2000. Apoiado por equipes de pesquisa acadêmica, em alguns casos, esse processo materializou-se na criação de novos espaços de planejamento e gestão de recursos de uso comuns, nos níveis local e territorial, especialmente dos recursos pesqueiros. Como exemplo, temos o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera criado em 2002, o Acordo de Pesca do Complexo Lagunar, ainda não institucionalizado, e o Conselho Gestor da APA da Baleia Franca, criado em 2005. Além disso, está em curso a criação de duas Reservas Extrativistas – Resex do Cabo de Santa Marta Grande, nos municípios de Laguna e Jaguaruna, e a Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba – e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS dos Areais da Ribanceira, em Imbituba. Todavia, essas iniciativas mais recentes vêm encontrando inúmeros obstáculos à sua efetivação.

Atualmente, os principais desafios para a gestão dos recursos pesqueiros na região centro-sul catarinense são relativos à criação e implementação de arranjos institucionais que tenham como fio condutor o enfoque da gestão compartilhada e integrada. Nesse sentido, as ações coletivas relativas aos processos de criação das Reservas Extrativistas revelam-se especialmente interessantes para a compreensão dos entraves e das oportunidades para o fortalecimento de um novo sistema de governança da pesca artesanal nesse território. As disputas e os conflitos que emergiram neste contexto retratam de maneira exemplar as disparidades de poder e a diversidade de interesses e representações sociais sobre a gestão e apropriação do patrimônio natural e cultural da zona costeira catarinense. O campo onde se desenrolam os conflitos vai além dos interesses sobre os recursos pesqueiros. Com as propostas de

criação das Resex vêm à tona outros conflitos anteriormente presentes no território, suscitados por embates relativos à apropriação e gestão do território. Eles têm contribuído para tornar mais nítidos os interesses de diversos grupos sociais, além de cristalizar os antagonismos já existentes e fortalecer as alianças intragrupais. Os grupos passaram a demarcar o seu posicionamento com maior nitidez e, em muitos casos, o apoio ou a resistência à criação da Resex guarda pouca relação com o uso dos recursos pesqueiros, prevalecendo como ‘pano de fundo’ o projeto de desenvolvimento que se vislumbra para o território.

A política pública Reserva Extrativista promove oportunidades inéditas de mudança nos padrões de interação e arranjos institucionais nos sistemas de gestão da pesca artesanal, desafiando o processo histórico de exclusão dos pescadores artesanais dos processos de tomada de decisão. Contudo, a demarcação de uma área para uso exclusivo de um grupo com características especiais, ditas tradicionais, necessariamente gera conflitos com os ‘outros’ - que não compartilham esse atributo ‘tradicional, mas que estão interessados na utilização da base de recursos naturais (LOBÃO, 2006). E no contexto cada vez mais complexo da zona costeira, os “outros” não são apenas os representantes da pesca industrial e pescadores artesanais considerados ilegais ou ‘de fora’. Desta categoria fazem parte também os setores da economia ligados principalmente ao turismo de massa e à especulação imobiliária, ambos diretamente interessados na mercantilização do patrimônio natural e cultural existente na zona costeira.

Além disso, as rápidas mudanças socioeconômicas vivenciadas durante os últimos trinta anos, assim como os arranjos institucionais que as impulsionaram, influenciam profundamente a relação identitária entre as comunidades pesqueiras e os recursos patrimoniais. O cenário tornou-se assim muito mais complexo, impondo inúmeros desafios à criação e ao fortalecimento institucional dos novos espaços de gestão compartilhada – ou *co-gestão*. A “visão de mundo” do pescador artesanal e sua dinâmica cultural têm se tornado cada vez mais híbridas, num processo acelerado de modernização. Esse processo de transformação ocorre de modo diferenciado relativamente aos diversos grupos de pescadores artesanais envolvidos. Em função da diversidade de percepções e interesses em jogo, configura-se um cenário marcado pela intensificação de conflitos relacionados aos modos de apropriação e uso de recursos pesqueiros e, por implicação, do território costeiro.

Dessa forma, o fortalecimento de um processo de gestão compartilhada e participativa dos recursos pesqueiros, norteado pelos princípios de prudência ecológica e respeito ao modo de vida das

comunidades tradicionais de pescadores, dependerá da nossa capacidade de lidar com a flagrante diversidade de interesses e conflitos internos nas comunidades pesqueiras, com a discutível legitimidade de seus representantes, e com os desníveis de poder decisório relativamente aos demais atores sociais envolvidos. Some-se a isto a constatação de que, em muitos casos, persiste um nível ainda muito restrito de transparência nos ‘preparativos’ para a criação de sistemas de gestão compartilhada. Muitas vezes, tais desafios têm sido subestimados por pesquisadores e gestores, que acabam criando fóruns e conselhos que, na prática, conservam resíduos de autoritarismo na sua dinâmica de funcionamento. Em alguns casos esses espaços têm sido usados para legitimar decisões tomadas pelos gestores governamentais, pouco dispostos a negociar seus interesses, de modo que as comunidades permanecem na prática, em posição de espectadoras.

Como observa Chuenpagdee e Jentoft (2007), a maioria dos estudos sobre gestão compartilhada procura interpretar de que maneira os sistemas de co-gestão são geralmente implementados, como eles funcionam na prática, os resultados obtidos e os problemas e desafios que costumam enfrentar. Menos atenção tem sido concedida aos estágios iniciais - ou à fase de pré-implementação desses sistemas. Aprender cada vez mais sobre as especificidades dessa fase poderia favorecer uma tomada de consciência mais refletida sobre opções alternativas de condução do processo. Várias das dificuldades e desafios relativos à implementação e manutenção dessas iniciativas ao longo do tempo podem ser atribuídas à forma como o processo de criação tem sido programado. Mesmo não garantindo o sucesso final, trilhar os passos iniciais de forma legítima e transparente nos ajudaria a minimizar os possíveis *efeitos contraintuitivos ou não intencionais*² dessas intervenções. Para isto, torna-se fundamental entender cada vez melhor as comunidades pesqueiras, suas características socioculturais, representações sociais e as relações de poder. A clareza sobre essas questões pode evitar que a própria co-gestão seja a causa de novos conflitos dentro e entre as comunidades.

Apesar das ações coletivas no litoral centro-sul catarinense sinalizarem o potencial desse território para o fortalecimento de um

² Considerando a natureza complexa da realidade, a relação entre a idéia e o real é mediada pela incerteza. Como bem considerou Morin e Kern (2003, p.133): *O verdadeiro realismo é aquele que (...) se funda na incerteza do real*. Nesse sentido, torna-se necessário minimizar os riscos das ações, agindo com base no princípio da ecologia da ação, que traz em si o princípio da prudência. (MORIN; KERN, 2003).

sistema de gestão compartilhada da pesca artesanal, tais ações têm sido marcadas por ambigüidades e conflitos não negociados, que acabam criando sérios obstáculos à promoção da *aprendizagem social* (ARMITAGE; MARSCHKE; PLUMMER, 2008).

1.2 Questões Norteadoras

Esta tese é orientada pela seguinte pergunta:

Por que os estágios pré-implantação de arranjos institucionais voltados para a gestão compartilhada da pesca artesanal têm sido permeadas por conflitos socioambientais não negociados, impondo obstáculos ao fortalecimento de um estilo de desenvolvimento que tenha a pesca artesanal como um de seus pilares?

Para responder a esta questão procurei compreender os padrões de interação que prevalecem em torno de dois processos para a criação de Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras no território da APA da Baleia Franca e seu entorno. Sendo assim, o estudo foi guiado pelas seguintes questões específicas:

(i) *De que maneira as ações coletivas relativas à criação de Reservas Extrativistas na zona costeira centro-sul de Santa Catarina reforçam ou bloqueiam a concepção de um sistema de gestão compartilhada da pesca artesanal?*

(ii) *Por que os conflitos se acirraram e permanecem sem negociação? Em que contexto tais conflitos ocorrem? E como se inter-relacionam com outros conflitos presentes no território?*

(iii) *Como as dinâmicas territoriais de desenvolvimento influenciam as ações coletivas estudadas?*

(iv) *As ações coletivas estudadas têm gerado oportunidades para processos de aprendizagem social? Como?*

e) *Quais são as representações sociais relacionadas aos conflitos e sinergias existentes? Em que medida tais representações sociais têm influenciado as ações coletivas estudadas?*

(f) *Como superar os atuais obstáculos para o fortalecimento de um sistema de gestão compartilhada da pesca artesanal no território estudado?*

1.3 Hipóteses

(i) O contexto de crise socioambiental da zona costeira catarinense, marcado pela prevalência de uma dinâmica de desenvolvimento econômico convencional, tem provocado transformações significativas nas comunidades de pescadores artesanais: cada vez mais heterogêneas, com interesses conflitantes e representações sociais divergentes, num processo progressivo de erosão dos laços de confiança e acirramento da competitividade, tais comunidades apresentam poucas condições de se engajar num projeto coletivo comum para o fortalecimento do sistema de gestão da pesca artesanal.

(ii) A forma como os processos para a criação das Resex têm sido conduzidos fortalece as alianças intragrupo e acirra os conflitos entre os grupos sociais, bloqueando a emergência efetiva de processos de aprendizagem social. A maneira como as instituições ambientais vêm mediando os conflitos socioambientais, em nome da “conservação da biodiversidade”, fortalece os antagonismos entre meio ambiente/desenvolvimento, conservação da biodiversidade/ direitos multiculturais.

(iii) O estudo das representações sociais mostra-se um fator determinante para a compreensão de contextos conflituosos em sistemas de gestão de recursos de uso comum. As unidades de conservação, mesmo as Reservas Extrativistas, são percebidas pelos pescadores artesanais como políticas externas a eles, consolidando-se em um “espaço do outro” - do Estado – ao invés de um território social apropriado por meio de uma complexa rede de relações e saberes.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

- Compreender as ações coletivas relativas à criação de Reservas Extrativistas na zona costeira centro-sul de Santa Catarina, buscando delinear os obstáculos e as potencialidades para o fortalecimento de um sistema de gestão compartilhada da pesca artesanal socialmente justo e ecologicamente prudente.

1.4.2 Específicos

- Compreender os padrões de interação conflituosos e cooperativos decorrentes dos processos de criação das Reservas Extrativistas, no contexto de um território marcado pela co-existência de vários outros conflitos socioambientais.
- Compreender como as dinâmicas territoriais de desenvolvimento em curso têm influenciado as ações coletivas em estudo.
- Compreender as representações sociais dos pescadores artesanais sociais sobre os seguintes temas (inter-relacionados): crise da pesca artesanal, desenvolvimento do território e reserva extrativista.
- Entender os entraves existentes para o estabelecimento de um processo efetivo de aprendizagem social dos grupos sociais envolvidos.

1.5 Justificativa

As ações coletivas que emergem com a proposta de criação das Reservas Extrativistas no litoral centro-sul catarinense ainda carecem de um estudo mais rigoroso, uma vez que são marcadas por ambigüidades, conflitos socioambientais não negociados, que impõem obstáculos ao fortalecimento de um novo sistema de governança da pesca artesanal. Apesar do arranjo institucional *Reserva Extrativista* não ter sido ainda criado formalmente, os conflitos e as alianças que emergiram a partir da proposta de criação das Resex ainda se fazem presentes e contribuíram para enrijecer o posicionamento dos grupos sociais envolvidos. Este cenário tem inviabilizado um diálogo construtivo entre os mesmos e minado as chances de se obter um pacto social voltado para a promoção de dinâmicas territoriais de desenvolvimento na zona costeira. Em síntese, o modo como o processo de criação das Resex foi conduzido, permeado por conflitos e por processos cooperativos limitados às relações intragrupais, torna-se exemplar para o aprofundamento da reflexão sobre alternativas de gestão da pesca artesanal em nosso País.

Vale a pena assinalar que esta problemática está sendo abordada no âmbito do projeto de pesquisa interdisciplinar e interinstitucional *Gestão Integrada e Compartilhada de Territórios Marinho-Costeiros: implicações para a pesca artesanal e para a conservação da*

*biodiversidade*³.. Este projeto, sem dúvida inovador, objetiva a realização de um estudo comparativo: (i) dos processos de criação de *unidades de gestão integrada e compartilhada* (UGIC), incluindo os fatores chave que determinam ou determinaram o arranjo institucional escolhido para cada caso; (ii) dos processos de gestão de UGICs, comparando o que é proposto inicialmente pelo arranjo institucional escolhido (por ex., no caso da UCs, o que diz o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC) e o que acontece na prática em cada caso; e, (iii) dos efeitos da implementação de UGICs sobre a conservação da biodiversidade e sobre as atividades de pesca artesanal, além de outras atividades econômicas que ocorriam na área anteriormente à implementação das UGICs.

As questões norteadoras desta tese estão em sintonia com os questionamentos do projeto *Gestão Integrada e Compartilhada de Territórios Marinho-Costeiros* sobre os processos de criação de arranjos de gestão integrada e compartilhada em territórios marinho-costeiros, tendo em vista a promoção de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável:

1. Quais fatores-chave devem ser observados, dentro de uma perspectiva de governabilidade do sistema, para se sugerir um dentre os inúmeros arranjos institucionais de gestão compartilhada possível, dentro e fora de unidades de conservação?
2. Qual tem sido o papel das organizações-pontes (ex., ONGs e universidades) na criação, implementação e gestão integrada e compartilhada de territórios marinho-costeiros?
3. Quais são os fatores-chave que têm desencadeado o estabelecimento de um novo sistema de governança?
4. Quais são os desafios e oportunidades para a criação desse novo sistema?

Do ponto de vista teórico, a abordagem desta tese inova ao valorizar a reflexão sobre conflitos socioambientais pela via do aprofundamento da dimensão psicossocial. Assim, a compreensão dos padrões de interação dos diversos grupos sociais foi realizada com base na teoria das representações sociais (JODELET, 2001; 2005; MOSCOVICI, 1982). Ela me possibilitou apreender o conhecimento compartilhado pelo grupo de pescadores artesanais, suas motivações, crenças e atitudes (que, por sua vez, embasam suas estratégias e orientam suas ações de maneira

³ Projeto financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Edital Ciências do Mar, iniciado em 2010 e previsto para finalizar em 2014.

complexa e muitas vezes contraditória). Nesse sentido, esta teoria foi assumida como um valioso instrumento de compreensão dos impasses relativos à “administração” dos conflitos socioambientais e dos bloqueios que dificultam a consolidação de um processo efetivo de aprendizagem social entre os diversos grupos sociais envolvidos.

1.6 Considerações metodológicas

A compreensão dos padrões de interação dos atores sociais envolvidos nos sistemas de ação coletiva foi realizada tomando-se por base o modelo de análise de Oakerson (1985), que será elucidado no próximo capítulo. Primeiramente, identifiquei e caracterizei os grupos sociais e instituições formais que têm interesses e/ou responsabilidades (*stakeholders*) na definição de regras de acesso e uso dos recursos pesqueiros, bem como no processo de criação das Reservas Extrativistas. Segundo Brown et al. (2002) no contexto da zona costeira *stakeholders* incluem os residentes, os usuários diretos (extrativistas), usuários indiretos de bens e serviços costeiros, visitantes, entre outros. De acordo com o nível de influência e importância, os *stakeholders* podem ser categorizados como: primários, secundários ou externos.

Os dados necessários à pesquisa foram apreendidos por meio da análise de fontes primárias e secundárias, observação participante e também por entrevistas em profundidade e semi-estruturadas⁴. As entrevistas foram realizadas durante os meses de setembro de 2011 a fevereiro de 2012. Anteriormente à realização das entrevistas, acompanhei um trabalho de mapeamento da pesca artesanal e os conflitos subjacentes na região da Resex do Cabo de Santa Marta Grande, realizado por um consultor do Ministério da Pesca e Aquicultura. As diversas visitas aos ranchos de pesca e reuniões com os pescadores me possibilitaram uma maior aproximação com a realidade da pesca artesanal local. Tive a oportunidade de acompanhar o cotidiano das comunidades da região do Farol de Santa Marta durante três meses (julho a setembro de 2011). Além disso, durante o período de um ano fui moradora da comunidade da Barra da Ibraquera, em Imbituba. Diversas conversas informais com moradores nativos e “de fora”, turistas e pescadores foram realizadas nesse período. Pude observar também o cotidiano dos pescadores que dividem o seu tempo entre as atividades relacionadas ao turismo e à pesca na lagoa e na

⁴ Conferir QUIVY e CAMPENHOUDT (1992) e GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (1993).

praia, as transformações na dinâmica comunitária com a chegada dos turistas no verão, e as aberturas da barra da lagoa de Ibiraquera.

As atas das audiências públicas para a criação das Resex e os estudos socioambientais elaborados constituem também uma importante fonte de dados. As observações realizadas em diversas reuniões comunitárias envolvendo pescadores artesanais, a APA da Baleia Franca, representantes da Pastoral da Pesca e o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera ao longo de quatro oferecem também um rico material. Nesse sentido, as reflexões desenvolvidas nesta tese são fruto de minha trajetória como pesquisadora e educadora ao longo do litoral catarinense. Como integrante do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD/UFSC), tenho acompanhado a dinâmica de algumas ações coletivas relacionadas à gestão do território costeiro catarinense há cerca de oito anos. Durante a pesquisa que desenvolvi no âmbito do mestrado em Sociologia Política/UFSC o litoral centro-norte foi o meu campo de estudo, onde busquei compreender os conflitos no processo de gestão da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (VIVACQUA, 2005). Ao longo de dois anos (2008 e 2009) integrei a equipe de Educação Ambiental Comunitária⁵ (Laboratório de Educação Ambiental – LEA/Univali) no contexto da Resex Marinha de Pirajubaé, situada na ilha de Santa Catarina. Esta experiência profissional me possibilitou uma aproximação com os desafios que permeiam os processos de criação e gestão de reservas extrativistas. A minha inserção no contexto do litoral centro-sul tem ocorrido mais constantemente desde o ano de 2007, quando ingressei no doutorado e comecei a participar dos espaços coletivos de gestão do território, como o CONAPA BF, Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera e da implementação do Território Litoral Sul Catarinense, no âmbito da Política de

⁵ O Programa de Educação Ambiental Comunitária é um componente específico do Programa de Monitoramento Ambiental na Região de Abrangência das Obras e Implantação da Via Expressa SC - Baía Sul, Florianópolis, SC, executado pela Universidade do Itajaí (UNIVALI) desde 1996. Esta iniciativa foi uma das condicionantes previstas no licenciamento ambiental, uma vez que a implantação da Via Expressa SC - Sul afetou direta e indiretamente a comunidade da Microbacia da Costeira do Pirajubaé e da comunidade associada à Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé.

Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura, do Ministério da Pesca e Aquicultura.

As entrevistas foram realizadas com os *stakeholders* dos setores governamental e da sociedade civil. Eles foram selecionados de acordo com o nível de influência e importância nas tomadas de decisão. Considerando, por um lado, a estreita relação de dependência dos pescadores artesanais em relação aos recursos pesqueiros e a grande importância desse grupo social na gestão dos territórios pesqueiros, e por outro, o baixo nível de influência que exercem nas tomadas de decisão, esta pesquisa foi realizada sobretudo junto aos pescadores artesanais. Delineei três grupos a serem entrevistados: um grupo de representantes de organizações formais (30 organizações), um grupo de pescadores artesanais implicados no processo de criação da Resex de Ibraquera (30 pescadores) e um grupo de pescadores artesanais implicados no processo de criação da Resex do Cabo de Santa Marta (30 pescadores). Dentre esse universo, selecionei alguns participantes das oficinas realizadas durante a elaboração do diagnóstico socioambiental para a criação das Resex.

O grupo de representantes de organizações formais compreende:

Quadro 01: Lista das instituições entrevistadas

Setor	Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba	Resex do Cabo de Santa Marta
Governamental	Sec. Municipal de Agricultura e Pesca de Imbituba, Sec. Municipal de Agricultura e Pesca de Garopaba, Sec. Municipal de Turismo de Imbituba, Sec. Municipal de Turismo de Garopaba, Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Sec. Municipal de Meio Ambiente de Imbituba, Sec. Municipal de Meio Ambiente de Garopaba, APA da Baleia Franca, CNPT, Epagri Imbituba e Garopaba	Sec. Municipal de Pesca de Laguna, Sec. Municipal de Turismo de Laguna, Sec. Municipal de Meio Ambiente de Laguna, Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) APA da Baleia Franca, CNPT, CEPERG, Epagri Laguna
Sociedade civil	Colônias de Pescadores Z-12 e Z-13, Associação de Pescadores da Comunidade de Ibraquera, Associação de Pescadores de Garopaba, Fórum da Ag. 21 Local da Lagoa de Ibraquera Associação de Indústria e Comércio de Imbituba	Colônias de Pescadores Z-14 e Z-21, Conselho Pastoral da Pesca, Associação de Pescadores da Barra do Camacho, Associação de Pescadores do Farol de Santa Marta, União das Associações de Pescadores da Ilha, ONG Rasgamar, Associação de Pescadores e Moradores da Cigana, Associações de Moradores

Inspirada no trabalho de Chuenpagdee e Jentoft (2007), que desenvolve algumas reflexões sobre as condições iniciais que precisamos compreender antes de deflagrarmos processos de gestão compartilhada, a análise sobre os processos de criação das Resex levou em conta a busca de respostas para as seguintes questões:

(i) *Como surgiram as iniciativas? Por quê?*

(ii) *Por quem e como foram comunicadas?*

(iii) *Quem participou das discussões e em que estágio?*

Além disso, mapeei outras iniciativas de co-gestão no território.

O estudo dos padrões de interação conflitivos realizado considerou as seguintes dimensões:

Quadro 02: Dimensões da análise de conflitos socioambientais

Elementos definidores	Dimensões
1. Atores sociais envolvidos diretamente e/ou indiretamente nas ações coletivas	Interesses, posicionamentos alianças e representações sociais
2. Campo do conflito	Território geográfico e social Recursos utilizados
3. Objeto em disputa	Material e simbólico
4. Dinâmica do conflito	Fases do conflito

O processo de aprendizagem dos grupos sociais envolvidos com a criação das reservas extrativistas foi apreendido a partir do estudo das representações sociais e também com base em um roteiro de entrevista que teve como foco a identificação das possíveis mudanças ocorridas desde a iniciativa de criação das Resex. Essas mudanças estão relacionadas aos níveis de aprendizagem social delineados no enfoque analítico: *single-loop* (identificação de problemas e alternativas para resolvê-los), *double-loop* (visão de mundo, valores e comportamento) e *triple-loop* (normas e protocolos). (ARMITAGE; MARSCHKE; PLUMMER, 2008). Informação, participação, colaboração, negociação de conflitos, organização e empoderamento são alguns elementos importantes nesse processo. A aprendizagem social exerce uma influência significativa na dinâmica dos conflitos e delineamento de processos colaborativos, constituindo-se em uma dimensão chave no entendimento dos atuais impasses para o fortalecimento de um sistema gestão compartilhada e adaptativa. Considerando que não existe garantia que estratégias de aprendizagem que funcionam em um lugar terão sucesso em outro (ARMITAGE; MARSCHKE; PLUMMER, 2008), foram consideradas as oportunidades e as barreiras para o fortalecimento de um

sistema de gestão compartilhada da pesca artesanal existentes no contexto sociopolítico e cultural da zona costeira centro-sul catarinense.

Os resultados do projeto de pesquisa *Desenvolvimento Territorial Sustentável na zona costeira de Santa Catarina: Definição de estratégias integradas e baseada na valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais*, do qual participei como pesquisadora associada (CERDAN et al., 2011; 2010, 2009), foram a base para a análise das influências das dinâmicas territoriais de desenvolvimento sobre as ações coletivas estudadas.

O entendimento dos padrões de interação foi baseado na teoria das representações sociais, ressaltando-se que a sua aplicação consistente pressupõe uma tomada de contato com métodos e técnicas de investigação associados à área da psicologia social. O estudo das representações sociais pode ser visto como um componente essencial da análise de padrões de interação relacionados a conflitos socioambientais, possibilitando apreender o conhecimento do ‘senso comum’ compartilhado pelos grupos sociais envolvidos nos sistemas de gestão. Nesta pesquisa foi dada uma atenção especial às representações sociais dos *stakeholders* primários que estão mais diretamente envolvidos nos conflitos relativos às Resex, neste caso os pescadores artesanais das comunidades do entorno das Lagoas do Camacho, da Cigana, Santa Marta, Garopaba do Sul e do Farol de Santa Marta (Resex do Cabo de Santa Marta), e das Lagoas da Ibiraquera e de Garopaba (Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba). As instituições entrevistadas compreendem organizações representativas da sociedade civil, do poder público municipal, estadual e federal e do setor empresarial que exercem influência nas tomadas de decisão sobre a dinâmica de gestão da pesca artesanal.

A complexidade inerente às *teorias do senso comum* transparece nas distintas associações de técnicas de recolha e análise de dados adotadas nas investigações realizadas no âmbito da Teoria das Representações Sociais (SOARES, 2005). Nesta pesquisa a análise textual das entrevistas contou com os aportes do programa informático Alceste (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto). Este *software* veio a contribuir para uma melhor compreensão da comunicação social a partir de uma análise da linguagem das representações sociais que organizam e dão forma ao pensamento e ao conhecimento social. Elaborado no final da década de 70, por Max Reinert, consiste em um “método de estatística textual, que tem como principal objetivo a identificação da organização tópica do discurso e não as diferenças estatísticas entre os textos que compõem um *corpus*.” (SOARES, 2005, p.549). A utilização do Alceste demanda a preparação

do material segundo algumas regras. Nesse sentido, cada resposta a uma questão aberta foi assumida como uma unidade de contexto inicial (UCI), que em seu conjunto compõe o *corpus* de análise. Como aponta Camargo, o *corpus* adequado à análise do Alceste deve constituir-se num conjunto textual centrado em um tema. O material textual deve ser monotemático, pois a análise de textos sobre vários itens previamente estruturados ou diversos temas resulta na reprodução da estruturação prévia dos mesmos, comprometendo toda a análise (SOARES, 2005, p.530).

O estudo das representações sociais foi norteado por três temas inter-relacionados: crise da pesca artesanal, desenvolvimento e reserva extrativista. Como já foi destacado anteriormente, os conflitos que vieram à tona com a proposta de criação das Resex estão relacionados com a visão e projetos de desenvolvimento que os atores sociais vislumbram para o território. Além disso, assumi a premissa de que o significado atribuído à noção de crise da pesca artesanal exerce influência nas escolhas dos grupos sociais relativas à gestão dos recursos pesqueiros e no engajamento para a construção de um outro estilo de desenvolvimento, mais justo do ponto de vista social e menos predatório do ponto de vista ecológico.

1.7 Estrutura da Tese

A primeira parte desta tese é dedicada à elaboração de um enfoque para a compreensão das questões de pesquisa elencadas. A abordagem delineada tem os conceitos de gestão compartilhada adaptativa, ação coletiva, conflitos sociais, representação social e aprendizagem como dimensões centrais. Num segundo momento (Cap. 3) procuro elucidar as estruturas de governança do sistema da pesca artesanal, colocando em foco os desafios de integração das estratégias de desenvolvimento e conservação. As reflexões desenvolvidas ao longo do capítulo colocam em foco a trajetória de institucionalização das Reservas Extrativistas, que atribuem novos conceitos e significados às Resex. Finalizo o capítulo tecendo algumas considerações acerca das especificidades da cultura política-jurídica brasileira e o modelo paradoxal de gestão dos espaços públicos.

No quarto nos transportamos para o território de estudo, a zona costeira centro-sul catarinense, onde estão situados os dois processos para a criação de reservas extrativistas. Primeiramente, ainda de modo mais amplo, descrevo o modelo de desenvolvimento que prevalece na zona costeira catarinense, no qual coexistem dinâmicas distintas de

desenvolvimento. Neste capítulo busco caracterizar as peculiaridades e a complexidade do contexto social, político, econômico, cultural e ecológico no qual estão inseridas as iniciativas de gestão compartilhada da pesca artesanal, e mais especificamente, as propostas de criação de reservas extrativistas (as quais foram abordadas nos capítulos 6 e 7). Realizo algumas reflexões acerca das transformações no cotidiano do pescador artesanal, a substituição dos acordos informais por leis universais, a chegada do turismo, os principais conflitos e a organização sociopolítica dos pescadores artesanais no território em estudo. A histórica relação de tutela entre o Estado e os pescadores artesanais e a ausência de um programa governamental de desenvolvimento da pesca artesanal ganha relevância para se compreender as relações de troca “no tempo das políticas” que permeiam o cotidiano das comunidades de pescadores artesanais. Esse capítulo mostrou-se fundamental para se compreender os atuais espaços de gestão da pesca artesanal e as possibilidades e limites para o fortalecimento de um estilo de desenvolvimento alternativo que tenha a pesca artesanal como um de seus pilares.

No quinto capítulo apresento os espaços de gestão compartilhada da pesca artesanal no território estudado. Procuo compreender como esses espaços lidam com os desafios de integrar as estratégias de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento da pesca artesanal, quais são os conflitos e as alianças que têm permeado esses espaços, como vem ocorrendo o processo de gestão - sob o prisma da participação e do empoderamento dos pescadores artesanais; e como as dinâmicas de desenvolvimento em curso na região têm influenciado o processo de gestão participativa da pesca artesanal. As reflexões realizadas neste capítulo revelam alguns empecilhos para a apropriação desses espaços pelos pescadores artesanais: (i) prevalência da linguagem jurídica e científica – diálogo entre “desiguais”; (ii) tais espaços tendem a legitimar, implicitamente, um cenário de reprodução de desigualdades sociais; (iii) o espaço público CONAPA BF tem sido identificado pelos pescadores como o “lugar do outro”, o espaço da APA BF, onde prevalecem as regras do Estado; (iv) a ausência de resultados palpáveis na gestão da pesca artesanal tem gerado ressentimento entre os pescadores locais.

As discussões realizadas no capítulo 6 nos remetem a reflexões acerca da política pública Reserva Extrativista, à forma como tem sido conduzida desde os seus passos iniciais, antes mesmo de sua efetiva criação. Em outras palavras, o interesse deste capítulo volta-se prioritariamente aos preparativos da gestão compartilhada, buscando reconstruir essas trajetórias desde a perspectiva dos atores sociais co-

responsáveis pelo processo. Mostrei como as prescrições contidas no SNUC acerca do passo-a- passo para a criação das reservas extrativistas são apropriadas e vivenciadas pelos atores locais em dois casos específicos. As relações de conflito e sinergia entre os diferentes atores sociais permeiam todo o desenvolvimento do capítulo.

Por fim, no capítulo 7, com base no estudo das representações sociais, busquei subsídios para aprofundar a compreensão das ações coletivas e dos diferentes posicionamentos dos pescadores artesanais locais. Diante de uma perspectiva multidimensional, em que relaciono conceitos e categorias de análise diferenciados, mobilizei também o conceito de aprendizagem social. Entendido como processo e resultado, o estudo da aprendizagem social, juntamente com o estudo das representações sociais, mostraram-se fundamentais na compreensão da arquitetura e dos desdobramentos das ações coletivas.

2 DELINEANDO UM ENFOQUE ANALÍTICO

O contrário de uma verdade profunda não é um erro, mas uma outra verdade profunda.
Niels Bohr

2.1 Gestão compartilhada e adaptativa do sistema da pesca artesanal

Uma opção cada vez mais influente de caracterização da problemática da governança de sistemas pesqueiros artesanais vem sendo difundida em nome da teoria de recursos de uso comum⁶ (BERKES, 1996; 2005; 2009; CARLSSON; BERKES, 2005). A complexidade envolvida na gestão dos sistemas socioecológicos tem desafiado o modelo de gestão estatal, de corte centralizador, de modo que a governança desses recursos requer ações compartilhadas entre os múltiplos atores sociais envolvidos. O conceito de *co-gestão adaptativa* é fruto das reflexões desenvolvidas pelos proponentes deste enfoque, e combina as abordagens da *co-gestão* (compartilhamento de poder e responsabilidade entre os diversos grupos sociais) e da *gestão adaptativa* - ou do “aprender-fazendo”, originalmente formulada como uma maneira de lidar com a incerteza e a complexidade nas estratégias de gestão dos ecossistemas

⁶ Os recursos de uso comum ou *commons* são entendidos como uma categoria de recursos dotados de duas características importantes: por um lado, torna-se difícil excluir usuários potenciais, e por outro, o uso feito por um indivíduo ou grupo implica a subtração daquilo que pertence aos demais. É o caso dos recursos pesqueiros, da vida selvagem, das águas superficiais e subterrâneas, das pastagens e das florestas. Trata-se, em outras palavras, de recursos que atravessam a propriedade privada e/ou não pertencem a ninguém. Tais recursos podem ser geridos mediante a instituição de quatro regimes de apropriação que, no entanto, devem ser vistos como tipos ideais: livre acesso, apropriação privada, apropriação estatal e apropriação comunitária (FEENY et al, 2001; BERKES, 1996).

(BERKES, 2009; 2005). É importante chamar atenção para o fato de que nem toda gestão compartilhada é adaptativa e vice-versa. Como argumenta Berkes (2005), a gestão adaptativa foi concebida com um viés tecnocrático, porém, o fato de enfatizar o aprender-fazendo, as relações de *feedback*, a não-linearidade, imprevisibilidade e os processos adaptativos, tornou-se uma abordagem muito promissora para o estudo da dinâmica de sistemas complexos, tais como os sistemas socioecológicos.

A meta da gestão adaptativa é diferente daquela que norteia a gestão convencional. Na gestão adaptativa, não se trata de produzir rendimentos máximos em termos biológicos ou econômicos, mas compreender o sistema e aprender mais sobre incertezas submetendo-o a investigações. Os resultados do esforço de gestão geram *feedbacks* que viabilizam correções de rumo, evitando-se assim ultrapassar os limiares críticos que podem vir a ameaçar o ecossistema e o sistema socioeconômico que dele depende. Assim, a gestão adaptativa baseia-se nos *feedbacks* do ambiente para configurar as políticas de intervenção, pressupondo, além disso, a realização de experimentações sistemáticas para configurar as políticas subseqüentes, e assim por diante, trata-se portanto de um processo iterativo (BERKES, 2005, p. 320)

Nesse sentido, nos sistemas de *co-gestão adaptativa* prevalece o ideal de compartilhamento de poder e de responsabilidades entre os governos e os usuários dos recursos naturais locais, num processo de aprendizagem social contínua (VIEIRA, 2005). Na presente pesquisa foi dado um foco maior à gestão compartilhada, às dimensões sociocultural e sociopolítica dos processos de gestão. A dimensão adaptativa permeia algumas reflexões realizadas nesta tese, mesmo não sendo alvo de um estudo rigoroso. Nos espaços de gestão da pesca artesanal no território em estudo a gestão adaptativa permanece, em diversas situações, como um ideal distante da realidade cotidiana da gestão. Além disso, considerando a fase pré-implementação das reservas extrativistas estudadas, a compreensão dos processos adaptativos torna-se ainda limitada.

As diversas experiências de co-gestão em diferentes regiões do planeta têm ressaltado os desafios inerentes à implementação e ao monitoramento efetivos dessa modalidade de gestão (KALIKOSKI; SILVA, 2007; POMEROY; RIVERA-GUIEB, 2006). Nesse sentido, mais

do que um conceito rígido, a co-gestão deve ser vista como um processo dinâmico e flexível, adaptado às particularidades sociais, culturais, políticas e jurídicas de cada região ou país. Nos países *em desenvolvimento*, por exemplo, a complexidade envolvida na relação de interdependência entre pobreza e degradação ambiental tem desafiado a capacidade de planejamento e gestão dos grupos sociais envolvidos nas iniciativas de co-gestão. Como aponta Tyler (2006), os arranjos de co-gestão podem variar de acordo com a natureza do recurso, o contexto político, a *expertise* e habilidades das organizações participantes e o grau de confiança mútua. Alguns desses arranjos podem envolver múltiplos usuários – incluindo, por exemplo, ONGs ligadas à conservação ou promoção do desenvolvimento local -, ou somente usuários dos recursos locais e agências governamentais. Além disso, diferentes níveis de compartilhamento de poder permeiam essas iniciativas.

Com o intuito de colocar em foco o papel central das comunidades locais, mais especificamente daqueles grupos que mantém uma estreita relação de dependência dos recursos, tem-se utilizado também o termo co-gestão com base comunitária (POMEROY; RIVERA-GUIEB, 2006). Nessa perspectiva, a gestão com base comunitária é considerada uma dimensão fundamental da co-gestão. Uma das diferenças fundamentais entre as duas abordagens diz respeito ao foco dado à participação do governo, à escala e à forma de organização do processo. Nos processos de gestão comunitária, por sua vez, o nível e o tempo de participação das agências governamentais são mais reduzidos, priorizando-se o empoderamento e a participação comunitária, em relação à participação do governo. Além disso, o processo de gestão do território focaliza o nível comunitário. Quando a gestão com base comunitária é considerada uma parte integral da co-gestão, ela pode ser denominada co-gestão com base comunitária⁷. Nessa perspectiva, o foco continua sendo comunitário, mas reconhece que para sustentar as ações no nível local, as mesmas precisam estar articuladas de forma horizontal (através da comunidade) e vertical (com atores externos, como o governo estadual e federal). Essa modalidade de gestão pode servir ainda para reconhecer legalmente os sistemas culturais tradicionais ou “costumeiros” das populações locais, e definir responsabilidades e autoridade entre a comunidade e o governo. Considerando a centralidade das relações de poder nessa abordagem, as parcerias entre as comunidades e atores sociais externos (ONGs, universidades e governo) deveriam ser examinadas cuidadosamente, com

⁷ Nesta pesquisa utilizo o termo co-gestão como sinônimo de co-gestão de base comunitária.

o intuito de desvelar possíveis disparidades de poder e os interesses em jogo.

Por sua vez, a compreensão da viabilidade de um processo de fortalecimento de sistemas de gestão compartilhada passa necessariamente por uma análise aprofundada dos padrões de interação entre os atores sociais envolvidos na gestão de *commons*. Esta modalidade de análise ocupa um lugar estratégico no modelo clássico elaborado por Ronald Oakerson (1992) (Figura 1). Mas nesta tese, como um complemento ao modelo “clássico” de Oakerson, a gestão de recursos de uso comum é compreendida como uma dimensão central de uma problemática mais ampla, relativa ao planejamento participativo de estratégias alternativas de desenvolvimento. As estratégias usuais de conservação da diversidade biológica e cultural têm se mostrado pouco capazes de enfrentar os dilemas das populações locais que dependem diretamente desses recursos para a sua sobrevivência. Elas costumam deixar a descoberto as dimensões socioculturais do desenvolvimento, a saber: o combate à pobreza, o saber e a experiência das populações locais, o processo de empoderamento dessas populações pela via da descentralização das tomadas de decisão, a formação de redes solidárias, a endogeneidade e *o senso de pertencimento ao lugar e de solidariedade com as gerações futuras* (VIEIRA, 2006).

Como aponta Sachs (1977), no rol das condicionantes estruturais da crise contemporânea incluem-se como aspectos interligados, a síndrome da dependência (sobretudo cultural) dos países do Sul face aos países do Norte, a desigualdade social, o peso da ideologia economicista nos sistemas de planejamento. Daí a necessidade de se pensar alternativas, promovendo a *auto-confiança (self-reliance)* das populações – em contraponto à síndrome da dependência crônica face às estimulações externas ao cenário local –, a satisfação de necessidades básicas (materiais e intangíveis) e o cultivo da *prudência ecológica*.

No contexto da gestão de dinâmicas territoriais⁸ de desenvolvimento envolvendo o setor pesqueiro, o que está em jogo é não

⁸ O conceito de **dinâmicas territoriais** adotado nesta pesquisa vai ao encontro das reflexões elaboradas durante o projeto *Desenvolvimento Territorial Sustentável na zona costeira de Santa Catarina: Definição de estratégias integradas e baseada na valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais*, executado pelo Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural e Universidade Federal de Santa Catarina. Em linhas gerais, esse conceito designa “a evolução e a tradução num dado território, das repercussões econômicas, sociais, políticas e ambientais das ações realizadas pelos agentes e

somente o manejo de espécies diferenciadas de recursos pesqueiros. Trata-se de promover a gestão do conjunto do sistema de pesca artesanal, levando em conta as inter-relações envolvendo os sub-sistemas cultural, econômico, político e ecológico. Atualmente, a maioria das comunidades de pescadores artesanais no Brasil carece de mecanismos consistentes para lidar com os impactos negativos do estilo *economicista-predatório* de desenvolvimento regional e urbano que vem se tornando hegemônico no cenário internacional contemporâneo. Essas comunidades vêm se tornando cada vez mais vulneráveis e empobrecidas, experimentando a perda progressiva dos mecanismos de adaptação que possibilitavam a reprodução do seu modo de vida no passado (KALIKOSKI, et al, 2002; SEIXAS, et al., 2010).

A estrutura de análise proposta por Oakerson se propõe a lidar com essa complexidade da gestão dos recursos comuns, a partir de um modelo multidimensional que contempla quatro macro-variáveis interdependentes:

i. Atributos físicos e tecnológicos: a) a capacidade relativa do recurso base suportar múltiplos usuários ao mesmo tempo, sem que um interfira no outro ou diminua o nível de benefícios disponíveis ao grupo; b) *exclusão* ou controle de acesso aos recursos, os quais dependem sempre das propriedades físicas dos recursos e da tecnologia disponível;

ii. Arranjos para tomada de decisão (contexto institucional): consiste nas regras e normas que estruturam os usos e o acesso aos *commons*.

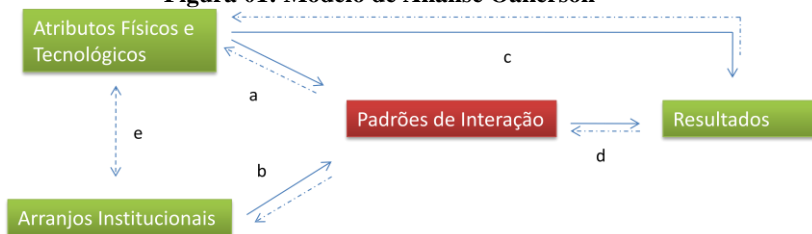
iii. Padrões de Interação: as interações (conflituosas e cooperativas) dos grupos sociais ocorrem em estreita ligação com as características físicas dos *commons*, as tecnologias e os arranjos de tomada de decisão disponíveis para governar o seu uso. Por sua vez, as visões de mundo, crenças e atitudes dos grupos sociais envolvidos na gestão dos *commons* podem contribuir para a manutenção do *status quo* ou, por outro lado, promover mudanças no sistema de gestão.

iv. Resultados: são os efeitos das interações entre as dimensões elucidadas acima, considerando o papel central dos *padrões de interação*.

das relações (alianças e conflitos) tecidas entre eles, podendo essas ações adquirir ou não um perfil coletivo” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 60). Portanto, com exceção das catástrofes naturais, as dinâmicas territoriais resultam principalmente das ações humanas, ligadas aos atores locais (internos) ou aos externos. Conseqüentemente, a caracterização das dinâmicas territoriais passa pela análise dos projetos coletivos, das iniciativas privadas e os principais programas de políticas públicas (CERDAN et al., 2011, p.21).

A figura abaixo ilustra de que maneira os atributos físicos e tecnológicos e os arranjos para institucionais para tomadas de decisão afetam os padrões de interação. As linhas pontilhadas mostram a possibilidade de se utilizar o modelo para a elaboração de estratégias alternativas visando a superação de resultados ecológica e socialmente destrutivos. O foco recai nos *padrões de interação* em jogo, tendo em vista a compreensão das percepções, atitudes e práticas dos grupos sociais que vivem em estreita relação de interdependência com os recursos de uso comum.

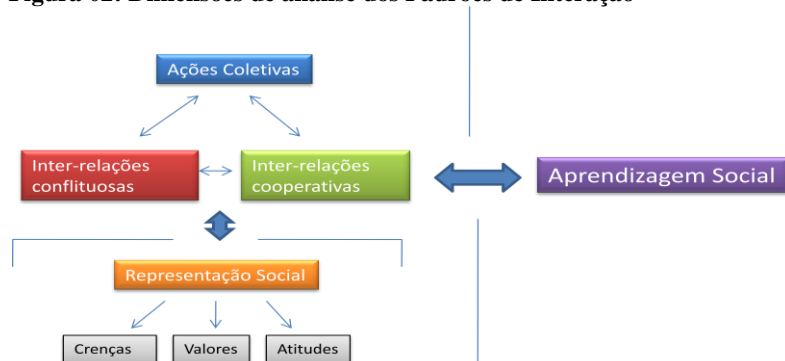
Figura 01: Modelo de Análise Oakerson



Fonte: OAKERSON (1992)

Na presente pesquisa a variável *padrões de interação* é desagregada nas seguintes dimensões de análise: *ação coletiva*, *conflito-cooperação*, *representação social* e *aprendizagem social*. A inter-relação entre essas dimensões podem ser melhor visualizadas mediante a figura abaixo:

Figura 02: Dimensões de análise dos Padrões de Interação



Fonte: Elaboração própria

Os padrões de interação na gestão dos recursos comuns e implementação de estratégias alternativas de desenvolvimento têm sido

fundamentalmente conflituosos, o que por sua vez, favorece ações cooperativas intragrupais, impulsionando assim as ações coletivas. As relações conflituosas não existem em sua forma pura, necessitam de uma grande dose de cooperação, ao menos intragrupal, para sustentarem-se, mantendo com esta última uma relação dialógica (SIMMEL, 1983). Assim, em situações de conflito costumam surgir mais chances de promoção da aprendizagem social e de empoderamento dos segmentos sociais excluídos dos processos decisórios. Contudo, esse potencial contido em situações conflituosas não se revela em qualquer contexto, exige de certas condições para se desenvolver. Considerando que os conflitos socioambientais dizem respeito não somente a disputas materiais, mas também a disputas de ordem simbólica, a compreensão e a mediação de situações conflituosas pressupõem clareza na busca de compreensão dos sistemas de valor, das crenças, das atitudes e das práticas dos diferentes grupos sociais envolvidos. O nível de aprendizagem social alcançado pelos grupos é um dos fatores-chave para a compreensão dos distintos desdobramentos das situações conflituosas. Estas, por sua vez, podem fortalecer ou bloquear a construção de processos compartilhados e participativos de governança do território.

A seguir, são tratadas com mais detalhes as várias dimensões do esquema apresentado acima.

2.2 Teorias da Ação Coletiva

Na década de 1970, Crozier e Friedberg (1990) inauguraram uma abordagem no âmbito da Sociologia das Organizações que nos forneceu os fundamentos teórico-metodológicos para a compreensão das inter-relações entre os diferentes grupos sociais envolvidos nas ações coletivas no território estudado. Nesta obra, os autores trataram dos problemas que costumam aflorar nas mais diversas organizações, incluindo-se a seleção dos instrumentos mais favoráveis à formação de vínculos cooperativos que favorecem o alcance das metas fixadas no planejamento. Contudo, ainda segundo esses autores, a problemática abordada não se dirige tanto às organizações como objeto social específico, senão à ação organizada dos homens, às relações entre os atores sociais e o sistema social. Deste ponto de vista, o ator não existiria fora do sistema, que define as suas margens de liberdade e a racionalidade que pode ser empregada em suas ações. Por outro lado, o sistema não existe sem o ator. Somente ele pode gerá-lo e dar-lhe vida, e só ele pode mudá-lo. Da justaposição dessas duas

lógicas nascem as coações às ações coletivas analisadas pelos dois autores.

Contudo, nesta abordagem prevalece uma visão ainda restritiva de *racionalidade estratégica*. Como argumenta Andion (2007, p. 100),

Um dos principais limites dessa perspectiva é a não consideração da subjetividade, dos processos de legitimação e da dimensão ética na ação coletiva. A ação racional tem por referência a racionalidade interessada, pois o ator visa sempre o sucesso. O sujeito racional define a sua relação com os demais principalmente pela otimização dos seus ganhos. Há pouco ou nenhum espaço nessa análise para considerações de outros tipos de racionalidade.

No debate sobre este tema, sem dúvida crucial, Ostrom e Ahn (2007) identificam a presença de duas gerações na construção de uma teoria da ação coletiva. A solução para os dilemas da ação coletiva encontrada pela primeira geração - da qual Garret Hardin e Mancur Olson⁹ são expoentes - foi a regulação por uma autoridade externa por incentivos seletivos ou pela privatização, já que acreditavam que indivíduos atomizados, egoístas e totalmente racionais não poderiam resolver os problemas por eles mesmos. Esta perspectiva compartilhava uma visão limitada dos problemas relativos às ações coletivas. Na prática, os indivíduos não vivem em um mundo atomizado. Os problemas da ação coletiva são embasados em redes pré-existentes, em organizações ou múltiplas relações tecidas entre indivíduos e grupos sociais. Além disso, a suposição do egoísmo universal tem sido repetidamente rejeitada por pesquisas empíricas conduzidas em campo ou em laboratórios experimentais. Certamente existem indivíduos que se interessam somente em ganhos materiais de curto prazo, mas uma proporção significativa deles parece agir em sintonia com motivações altruístas (OSTROM; AHN, 2007, p. 6). Sendo assim, a segunda geração reconhece a existência de múltiplos tipos de indivíduos como o núcleo principal do modelo. Com a agregação de outras dimensões à compreensão das ações coletivas, o problema das motivações sociais passa a ganhar novo *status* nessa abordagem.

⁹ Cf. HARDIN (1968) e OLSON (1999).

Em outras palavras, a compreensão das ações coletivas passa pelo aprofundamento das motivações dos atores sociais, de suas percepções e atitudes relativas à determinada problemática. Contudo, considero importante ultrapassar a análise pautada somente no olhar de lideranças e/ou representantes institucionais, atores sociais com o poder de representar, falar em nome de uma classe ou grupo, e de tornar coletivo um discurso que em muitos casos não ultrapassa os ecos de interesses individuais ou relativos a uma minoria representada. Essa perspectiva tende a ocultar (ou abordar superficialmente) as diferentes representações sociais, a diversidade de interesses e os conflitos que tendem a emergir entre os diversos grupos sociais.

O déficit de legitimidade dos representantes diante de seus representados tem sido alvo de diversos estudos nas ciências sociais. Nesse sentido, compreender as ações coletivas somente a partir da percepção desses atores-chave torna a análise um tanto frágil. Assim, além de compreender essa visão “institucional” – muito em voga na abordagem institucional – procurei compreender também o conhecimento compartilhado pelos grupos sociais, principalmente os pescadores artesanais, muitas vezes invisíveis no bojo dos discursos e das formas de atuação de suas ‘lideranças’ ou de seus representantes.

2.3 Enfoques sobre Conflito e Cooperação em sistemas de gestão de *commons*

O conflito social tem sido um tema central nas reflexões dos cientistas sociais desde o século XIX, sejam elas associadas à vertente micro-sociológica ou à tradição do holismo metodológico. Parece indiscutível a relevância desta categoria no processo de reprodução das sociedades modernas. Em meio a essa pluralidade de abordagens, o debate acerca do papel positivo *versus* o papel negativo do conflito social tem ocupado um lugar de destaque na academia.

De acordo com Ferreira (2004, p. 51), o debate sobre conflitos sociais tem sido promovido a partir de duas grandes abordagens:

- a) os conflitos são inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores das mudanças; sendo o consenso apenas uma contingência, não há possibilidade de resolução definitiva de qualquer conflito e;
- b) os conflitos são distúrbios na ordem de sistemas sociais que

solicitam esforços para o desenvolvimento de estratégias para transformá-los e mitigá-los.

Como pesquisadora vinculada ao campo da gestão de recursos comuns ela tem investigado questões relativas à formação de grupos sociais atuantes no campo das políticas ambientais. Elegendo o conflito como uma categoria explicativa da mudança, esses estudos sustentam a hipótese de que mudanças sociais significativas de comportamento visando garantir a sustentabilidade do uso de recursos comuns são impulsionadas antes pela emergência de conflitos do que pela implicação dos atores na consolidação de uma identidade comum ou mesmo na construção de projetos baseados numa ideologia supostamente compartilhada (FERREIRA, 2004; 2001).

Georg Simmel pode ser considerado um dos precursores mais ilustres da idéia de que o conflito desempenha um papel positivo nas relações sociais. A conflitolgia de Simmel vai ao encontro da primeira abordagem elucidada por Ferreira (2004), na qual a autora também se inscreve. Segundo essa perspectiva, o conflito não deveria ser considerado como uma espécie de patologia social, e sim, condição para a manutenção da vida social. Contudo, Simmel se ateve fundamentalmente ao papel positivo do conflito no sentido do mesmo ser propulsor de unidade e coesão social. Não chegou a desenvolver uma análise sobre sua importância nos processos de mudança social, a não ser que tais mudanças estivessem estritamente relacionadas às várias formas possíveis de organização social.

Em suas obra *Soziologie*, publicada em 1908, Simmel dedica um longo capítulo ao tratamento deste tema. Contudo, apesar da riqueza de suas idéias, a marginalidade de Simmel no meio acadêmico, assim como as terríveis guerras que assolaram o mundo entre os anos de 1914-1945, foram determinantes para o seu relativo esquecimento. Os riscos e os prejuízos causados pelo conflito e pela crise levaram a maioria dos cientistas sociais a conduzirem suas análises para a procura do equilíbrio, da paz e da ordem, distanciando-se, assim, do “temível” conflito (HIRSCHMAN, 1996; SIMMEL, 1983).

Não obstante, o conflito social também teve importância considerável nas obras clássicas de Karl Marx e Max Weber. Contudo, compartilho a perspectiva de Birnbaum (1995), a qual considera que apesar da importância incontestada da tradição marxista, em Marx ainda prevalecia uma visão patológica de conflito, pois a “guerra de todos contra todos” desencadeia-se somente na sociedade baseada na propriedade privada, e não na comunidade natural. Sua visão

evolucionista da história se explicita na perspectiva de um futuro harmônico, impulsionado por transformações profundas nas relações econômicas que abririam caminho à abolição do Estado. Ainda de acordo com Birnbaum, as contribuições de Max Weber agregam uma nova dimensão à noção de conflito social, uma vez que este passa a ser visto como sendo inerente ao mundo social. Perde assim sua aura de simples patologia e transforma-se num conceito analítico aplicável a todo e qualquer sistema social. No entanto, é de fato Simmel quem, na mesma tradição interacionista de Weber, elabora a teoria sociológica do conflito que viria a se tornar clássica.

A partir da década de 1950, Lewis Coser, Ralf Dahrendorf, Max Gluckman, Albert Hirschman e Michel Crozier, entre outros pesquisadores ilustres, têm endossado, cada um com suas especificidades, essa visão construtiva do conflito social¹⁰. De modo geral, eles têm apontado novas perspectivas para se pensar a relação entre o consenso e o conflito nos sistemas democráticos contemporâneos. A seguir, irei aprofundar a abordagem de Simmel, que mostrou-se muito promissora para a compreensão dos conflitos em pauta nesta tese.

O conflito social em Georg Simmel

Para Simmel, toda forma de sociação na qual os indivíduos, com seus interesses concretos, possam se constituir em uma unidade dentro da qual interação, pode se converter em um objeto de análise para as ciências sociais. Nesse sentido, em meio à diversidade de perspectivas e objetos estudados pelo autor, gostaria de destacar seus estudos sobre a determinação quantitativa dos grupos sociais, o processo dominação-subordinação, sobretudo, sobre o conflito. Abstendo-se de considerações de caráter moral, Simmel via interação – ação mutuamente determinada – até mesmo nas situações de dominação mais cruéis ou opressivas, pois ainda nesses casos existe uma margem de liberdade pessoal. Contudo, o que está em jogo, é o alto preço dessa liberdade, que, no geral, não se está disposto a pagar, e por isso, acaba cooperando com o dominador. A presença da interação no desejo de dominação se deve ao fato de que mesmo aí existe um interesse pela outra pessoa. “Só quando o outro é absolutamente indiferente e um simples meio para finalidades que estão

¹⁰ Para uma compreensão mais ampla das teorias sociológicas do conflito Cf. BIRNBAUM, P. Conflitos. In: BOUDON, R. (org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995. p.247-282.

além dele, é que foi eliminada a última sombra de qualquer processo de interação.” (SIMMEL,1983, p.108).

Para o autor, o conflito manifesta-se também como uma das formas possíveis de sociação. A teoria sociológica do conflito em Simmel articula-se em dois momentos distintos: o primeiro, no qual ele analisa a natureza sociológica do conflito, como uma forma de *sociação*, e o segundo, no qual apresenta uma reflexão sobre o conflito em relação à estrutura do grupo social no qual se produz e em relação à estrutura dos grupos em conflito. Entretanto, sua visão sobre o conflito não é unilateral: seus aspectos positivos e negativos estão integrados, e podem ser separados apenas conceitualmente. A natureza do conflito se revela como uma “síntese de elementos que trabalham juntos, tanto um contra o outro, quanto um para o outro”, distanciando-se assim, da mera relação de indiferença entre dois indivíduos ou grupos (SIMMEL, 1983, p.123). O conflito se configura, assim, como uma forma de sociação ambivalente, uma vez que ao mesmo tempo em que pode promover a desintegração social, possui um potencial aguçado de interação e unidade social. Vejamos isso melhor.

Por si mesmas, as relações conflituosas não geram uma estrutura social. Apenas em sinergia com forças unificadoras elas constituem o grupo pensado como uma unidade viva e concreta. Nesse ponto, o conflito dificilmente se diferencia de qualquer outra forma de relação que a Sociologia abstrai da complexidade da vida. “A essência da alma humana não permite que um indivíduo se ligue a outro por um elo apenas, ainda que a análise científica não se dê por satisfeita enquanto não determina o específico poder de coesão de unidades elementares”. (SIMMEL,1983, p.128).

A relevância sociológica do conflito está na sua capacidade de alcançar a unidade por meio da interação de dualismos divergentes. A idéia de “unidade” expressa aqui não somente o consenso e a concordância entre os indivíduos que interagem. Compreende ainda uma síntese total do grupo de pessoas, de energias e de formas, abrangendo as relações estritamente unitárias e também as duais. Para uma melhor compreensão desta questão é necessário diferenciar as conseqüências da discordância para o indivíduo e para o grupo. Comumente, o reflexo negativo que a discordância exerce no indivíduo, não produz necessariamente o mesmo efeito no relacionamento do grupo, pois neste caso, devemos considerar o amplo leque de interações não afetadas pelo conflito. Os elementos negativos conferem um papel inteiramente positivo a esse quadro mais abrangente, apesar da destruição que pode causar nas relações particulares (SIMMEL, 1983, p.126).

Assim, segundo Simmel, uma situação em que prevalece no grupo a ausência de energias de repulsão é tão impensável quanto a falta de energias de cooperação, afeição e ajuda mútua. A oposição torna possível, muitas vezes, a relação entre indivíduos do mesmo grupo, no caso, por exemplo, de haver atitudes arbitrárias, tiranas ou até mesmo “grosseiras” no interior do mesmo. Sem essa capacidade de se rebelar, muito provavelmente, o primeiro passo do indivíduo seria se afastar ou romper a relação, sem que isso implicasse necessariamente a ocorrência do conflito. Por outro lado, a oposição pode ser um elemento intrínseco da própria relação, uma das funções concretas que verdadeiramente a constitui e a possibilita. E é justamente esse entrelaçamento entre forças antagônicas que tece cada momento da unidade social.

Contudo, Simmel parece não negar a existência de formas de conflito que tendem a excluir todos os outros elementos, a exemplo da relação entre o ladrão e sua vítima, ou da luta pelo simples prazer de lutar. Contudo, mesmo nesses casos, a ausência de interação com elementos unificadores só ocorre em certas condições específicas. Se há qualquer limitação ao uso da violência, ou a confiança na palavra do inimigo em situações de guerra, pode-se dizer que há um fator socializante. Quando o conflito é um meio de se alcançar um propósito superior, ou em outras palavras, é engendrado por um objeto exterior a ele mesmo, ele pode ser restringido ou até mesmo evitado, desde que possa ser substituído por outras medidas que apresentem o potencial de obter o mesmo sucesso. Por outro lado, se o conflito é motivado por sentimentos subjetivos, ou seja, é um fim em si mesmo, e não um meio para se obter algo, torna-se impossível sua interação com outras formas de relação social. Apesar dessas considerações, o autor não aprofunda o tema, uma vez que sua análise está fundamentalmente centrada no papel positivo do conflito.

Simmel atribui ainda outras duas significações ao conflito social: uma diz respeito à forma de estruturação das partes divergentes e a outra se refere à estrutura interna de cada grupo em conflito. O grau de flexibilidade e rigidez dos grupos diante do conflito é influenciado, em grande medida, pelo tamanho do grupo e pela intensidade do conflito. Aliás, o tamanho do grupo exerce grande influência não somente sobre a estrutura mais ampla do grupo em situação de conflito, como também é um elemento central em várias formas de *sociação* estudadas por Simmel. Tanto a expansão quanto a diminuição do tamanho do grupo em conflito podem ser benéficas para a sua coesão. Nos casos de grupos menores, a diminuição do número de integrantes será benéfica se houver uma situação de conflito agudo, pois nessas ocasiões vêem à tona as divergências internas causadas por elementos que tendem à

contemporização. Nesses grupos, como a periferia está bem próxima do núcleo, a expulsão ou a saída voluntária desses integrantes potencializa a coesão. Contudo, a flexibilidade, e conseqüentemente, tolerância no interior do grupo, ficam comprometidas. Já nos grupos majoritários, a distância do núcleo em relação à periferia lhe possibilita uma forma mais flexível. Porém, como aponta Simmel (1983, p.155), essa “flexibilidade consiste em não tentar ultrapassar os próprios limites; aqui o limite encerra o corpo flexível tão inequivocamente quanto um corpo rígido”. Desse modo, muitas vezes o que se tem é uma “tolerância aparente”, que não tem como finalidade mudar as forças antagônicas ou conseguir qualquer reconciliação, mas ao contrário, visa se contrastar com elas com a máxima agudeza, ao mesmo tempo em que não perde qualquer elemento que de algum modo lhe possa ser útil.

Nesse sentido, de acordo com a interpretação de Montaña (1991), a persistência de um grupo social depende, em boa parte, da existência de processos que delimitem seu âmbito, e do funcionamento em seu interior de mecanismo sociais de inclusão e exclusão de seus membros. O estabelecimento de fronteiras claramente definidas é fundamental pra que seus membros possam produzir e reproduzir a identidade do grupo e suas diferenças materiais e simbólicas em relação aos outros grupos. Em relação a essa identidade e seus limites, é possível diferenciar analiticamente pelo menos três situações conflitivas: uma situação na qual o grupo social entra em confrontação com outro grupo diferente (conflito externo); um conflito entre dois coletivos pertencentes ao mesmo grupo social (conflito interno); e uma combinação de ambos, como é o caso em que um dos coletivos forma parte de um grupo social mais amplo. Quando este coletivo (que se encontra compreendido em uma conexão social mais ampla) é suficientemente numeroso e forte, chegando a por em questão o grupo em sua totalidade, se produz um conflito “sobre” o grupo.

A partir da explicitação acima, torna-se claro o fato de que a unidade de um grupo muitas vezes se perde, quando não há mais um adversário. Diante dessa afirmação, a vitória completa de um grupo sobre seus inimigos não lhe é sempre favorável assim, no sentido sociológico. A vitória diminui a energia que garante a unidade do grupo e as forças da dissolução que estão sempre em funcionamento, ganham terreno. Como coloca Simmel, em tempos de paz tende a prevalecer uma situação de “abandono”, em contraste com a preponderância das energias de concentração durante o conflito.

Na opinião de Simmel, as tendências centrípetas de todas as forças e energias são bem vistas pelas partes em conflito, pois dessa forma

não só o possível desenvolvimento da luta se torna mais seguro, como também, sua finalização se faz mais efetiva.

A desvantagem que uma parte sofre, em função da organização unificada de seu oponente – pois isso é uma desvantagem para o oponente – é mais do que compensada pelo fato de que, se ambas as partes estão assim organizadas, o próprio conflito entre elas pode se concentrar, pode ficar dentro de seu campo de ação e levar a uma paz realmente comum a ambas.

(...) a forma objetivamente ideal de organização para o conflito deve ser aquela centripetalidade que o resultado real da luta apresenta do modo mais rápido e seguro. Essa teleologia que, por assim dizer, transcende as partes, permite a cada uma delas encontrar a sua vantagem e chegar ao paradoxo aparente de que cada uma delas torna sua a vantagem do oponente (SIMMEL, 1983, p.153).

A partir de sua própria origem, os empreendimentos agressivos, mais que os pacíficos, tendem a solicitar a cooperação do maior número possível de elementos que de outra maneira permaneceriam dispersos e que não teriam iniciado a ação por conta própria. No conjunto, as pessoas comprometidas com ações pacíficas costumam se limitar àqueles que lhes estão próximos também em outros aspectos. Já por “aliados” muitas vezes aceitamos elementos com os quais dificilmente temos, ou mesmo queremos ter, algo em comum. Há muitas razões para isto. Em primeiro lugar, a guerra, e não só a guerra política, frequentemente constitui uma emergência na qual não se pode ser muito exigente em termos de amigos. Em segundo lugar, o objeto da ação está fora ou na periferia de outros interesses imediatos dos aliados, de modo que após o término da luta, eles podem voltar a sua distancia original. Em terceiro lugar, embora a vantagem por meio da luta seja perigosa, se a luta é bem-sucedida, a vantagem costuma ser rápida e intensiva. Por isso, para certos elementos a luta tem uma atração *formal* que os empreendimentos pacíficos só podem engendrar através de um *conteúdo* específico. Em quarto lugar, no conflito, o elemento especificamente pessoal do combatente regride, tornando assim possível a unificação de elementos de outra forma completamente heterogêneos. E finalmente, deve ser observado o motivo da fácil estimulação mútua da hostilidade. A guerra entre dois grupos costuma evocar num terceiro a malevolência e o ressentimento contra um dos dois.

Em síntese: em condição de paz, o grupo pode permitir que membros antagonísticos convivam em seu interior numa situação indeterminada, porque cada um deles pode seguir seu próprio caminho e evitar colisões. Uma condição de conflito, todavia, aproxima os membros tão estreitamente e os sujeita a um impulso tão uniforme que eles precisam concordar ou se repelir completamente.

Contudo, o que permite que o conflito e a crise gerem progresso, interação e coesão social? Ou ainda, segundo Hirschman (1996, p. 268): “E se, além de produzir esse capital ou cola social, o conflito também agir como solvente que dissolve laços sociais ou como uma dinamite que os faz explodir?”. O autor acredita que essa não é uma questão que pode ser decidida de modo geral, e chama atenção para as especificidades dos conflitos inerentes às sociedades de mercado pluralistas. Segundo o autor, essas sociedades possuem uma capacidade notável de renovação a partir da “administração” constante das sucessivas erupções de conflitos e crises - que ele caracteriza como sendo uma “dieta regular de conflitos”. Diferentemente de outros arranjos socioeconômicos, na sociedade de mercado não se tem a pretensão de estabelecer uma resolução definitiva para o conflito, ou seja, o máximo que se pode almejar é “dar um jeito” de sobreviver em meio a uma série interminável de antagonismos.

Nesse sentido, vem ganhando cada vez mais destaque as abordagens que tratam das alternativas possíveis de negociação/mediação de conflitos. Uma perspectiva bastante relevante atualmente na literatura sobre esse tema é aquela baseada na filosofia social gandhiana. (GALTUNG, 2003; 2006; WEBER, 2001). Compartilhando a visão positiva do papel dos conflitos sociais, Johan Galtung (2006) agrega valor a esse debate ao propor enfoque considerado bastante inovador de mediação de conflitos, o método *Transcend*. Fundamentado na teoria de conflitos inspirada nas idéias Gandhianas¹¹, e tomando por base sua vasta experiência como mediador de conflitos, Galtung apresenta-nos um método flexível, que procura superar os dualismos e extremismos: “Transcend é liberal, ao encorajar os pequenos passos; marxista, ao construir sobre a transcendência e a dialética da contradição; e budista, ao ter o atendimento das necessidades básicas como guia fundamental.” (GALTUNG, 2006, p.236). Apesar de focalizar a análise e mediação de conflitos entre duas partes, o método proposto prevê ao menos cinco

¹¹ Cf. GALTUNG, Johan. (2003) **O caminho é a meta**: Gandhi hoje. São Paulo: Palas Athena.

respostas ao conflito, as quais necessitam de uma boa dose de criatividade e da presença de um mediador com uma visão histórica, aguçada e de perspectiva de longo prazo. No entanto, mesmo não havendo garantias do sucesso das transformações, o autor salienta que o fundamental é requerer que o acordo seja reversível e possa ser desfeito. Neste ponto fica claro que Galtung adota o princípio da prudência: é melhor seguir com cautela, por meio de pequenos passos, do que com grandes projetos, que consomem muito tempo e expõem grandes extensões do mundo a algo que nunca foi testado em escala mais modesta.

Uma dimensão importante a ser analisada nas situações de conflito é a violência¹². Galtung (1978) elaborou uma definição complexa de violência: *qualquer sofrimento evitável nos seres humanos*, seja ele causado por ações de outros seres humanos (violência direta) ou como o resultado do funcionamento consentido de sistemas sociais que geram, constitutivamente, impactos socioculturais e ecológicos destrutivos (violência estrutural). Contudo, ainda segundo o autor, o termo *sofrimento* pode não ser o melhor o mais adequado: a expressão que melhor define o conceito de violência é *redução evitável da auto-realização humana*, deixando em aberto o que isso pode significar concretamente nas várias culturas, em vários pontos no espaço geográfico e em vários momentos históricos. Mais particularmente, quatro tipos de violência são distinguidos pelo autor: (i) a própria violência, no sentido de violência direta à integridade do corpo humano; (ii) pobreza/miséria, mais comumente relacionada à estrutura social do que à imposição deliberada e consciente de sofrimento por outros seres humanos; (iii) violência no sentido de alienação, significando perda de identidade; e (iv) violência no sentido de repressão, ou seja, perda de liberdade - particularmente da liberdade de escolha. Nesse sentido, essa tipologia elaborada por Galtung pode ser muito fecunda para a análise tanto dos micro-conflitos, quanto dos macro ou meso conflitos sociais, uma vez que envolve uma conceituação mais complexa e sutil do fenômeno da violência.

Por sua vez, a dimensão simbólica dos atos de violência nas dinâmicas conflituosas pode ser melhor compreendida a partir do conceito de insulto moral (CARDOSO de OLIVEIRA, 2005). Para Cardoso de Oliveira (2005, p.2), tal conceito esclarece situações marcadas por atos de “agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida

¹² Violência é definida por Galtung (1978) como a causa da diferença entre o potencial e o existente, no que poderia ter sido e o que é. Violência é isso que aumenta a distância entre o potencial e o real, e o que impede a diminuição dessa distância.

em evidências materiais”, os quais sempre implicam uma “desvalorização ou negação da identidade do outro.”. Como veremos nos estudos de caso em pauta nesta tese, as ações coletivas relativas à criação de reservas extrativistas são permeadas por atos de desconsideração ou insulto moral.

Diante das reflexões acima, em que medida podemos dizer que os conflitos socioambientais têm sido propulsores de mudanças em direção à construção de novos estilos de desenvolvimento ecologicamente prudente e socialmente justo? Com base no pressuposto segundo o qual os conflitos socioambientais são intrínsecos à vida em sociedade, as situações de conflito carregam em si potencialidades positivas, que facilitam a ocorrência de mudanças rumo à reorganização dos arranjos de tomada de decisão e dos padrões comportamentais dos atores sociais envolvidos. No entanto, o acirramento dos conflitos pode tomar caminhos imprevistos, favorecendo a adoção de soluções violentas e provocando danos muitas vezes irreparáveis a médio e longo prazo. Estas situações ocorrem quando são enfraquecidos os laços de reciprocidade entre os indivíduos ou grupos sociais, gerando um estado de competição crônica e mutuamente destrutiva (OAKERSON,1992). Por outro lado, a ausência de conflitos explícitos não indica necessariamente uma situação de adaptação bem-sucedida; pelo contrário, pode exprimir uma situação de desinformação relativamente aos indicadores de crise socioecológica em todos os níveis de organização territorial ou simplesmente um processo de exclusão sistemática das populações locais dos processos decisórios, ou seja, situação de “conflito implícito” (ACSELRAD, 1992)¹³.

De fato, em muitas situações se torna necessária a intensificação dos conflitos por meio de ações de protestos, pressionando autoridades e conferindo maior visibilidade ao conflito, uma vez que as negociações tendem a ser desiguais, privilegiando os interesses dos grupos mais poderosos. Espera-se disso, uma distribuição mais equitativa das forças em jogo e um ambiente mais propício a transformações dos padrões de

¹³ Os conflitos *implícitos* são aqueles em que as comunidades são atingidas por um processo de degradação do qual não têm consciência. Em certos casos, mesmo sendo capazes de percebê-los, as comunidades não associam a degradação ambiental às práticas e aos agentes sociais envolvidos. O conflito ambiental torna-se explícito quando as comunidades estabelecem uma associação lógica imediata entre a degradação do ambiente e a ação de determinados agentes sociais (ACSELRAD, 1992).

interação (VIVACQUA; VIEIRA, 2005). Nessas situações, vislumbra-se uma coesão social realmente incomum em momentos de paz. Na análise empírica de tais conflitos, seria importante elucidar alguns elementos que muitas vezes tendem a permanecer a descoberto, e que portanto, são enfatizados por Simmel: o tamanho e a estrutura do grupo, a permanência ou não da coesão após a negociação do conflito, a existência ou não do grupo antes do conflito, e a incidência do conflito sobre a estrutura interna de cada uma das partes implicadas.

Entretanto, não obstante a fecundidade das contribuições de Simmel em relação à construção de uma teoria geral do conflito, concordo com as críticas de Moraes Filho (2005, p.29) quando ele argumenta que:

A sua perspicaz sugestão do conflito como forma elementar e necessária do processo da socição, e não mais como permanente fator dissociativo, não foi além dessa função positiva de manutenção do grupo, de sua coesão, com superação das divergências.

De fato, estamos diante de uma teoria funcionalista do conflito, de modo que a abordagem de Simmel está fundamentalmente voltada para a coesão do grupo em processos conflitivos, o que torna discutível estudar a mudança social a partir deste autor. Ele não nos oferece pistas para estudar as motivações, as representações sociais e os interesses dos indivíduos e grupos envolvidos em situações de antagonismo.

Por sua vez, na perspectiva de Nascimento (2001), uma análise rigorosa de conflitos sociais deveria levar em conta sete elementos: a natureza, os atores sociais, o campo específico, o objeto em disputa, a lógica ou a dinâmica de evolução, os mediadores e a tipologia. O entendimento das posições dos atores diante do conflito (promoção, apoio, neutralidade, oposição e veto) também contribui na elucidação das raízes do conflito. Apesar de elaborar um modelo muito geral e não apresentar muitos avanços em relação a outros estudos sobre conflito social, o autor tem o mérito de nos oferecer uma síntese dos elementos definidores do conflito que vai ao encontro da perspectiva adotada nesta pesquisa.

O *campo do conflito* é visto como um conceito central e integra duas dimensões principais: território e recursos. O território define o campo onde ocorre o conflito, com regras próprias de funcionamento. Define assim as possibilidades concretas de intervenção dos atores em jogo. Os recursos podem ser materiais ou simbólicos, silenciosos ou

mediáticos, regidos por regras implícitas ou explícitas, por normas morais ou jurídicas. A lógica de alocação de recursos depende sempre da natureza do conflito e dos atores participantes.

O *objeto em disputa* também contribui para a conformação do campo. De fato, a maioria dos conflitos não se limita à disputa de bens materiais, envolvendo também idéias, status e posições de poder. Esse processo é permeado por distintas representações sociais dos grupos envolvidos. Estas, por sua vez, estão fundamentadas em informações, em valorações e em laços afetivos relacionados ao “objeto”.

As diversas dimensões do conflito podem ser resumidas com base na seguinte tipologia proposta por Dorcey (1986 *apud* Diduck, 1999).

Dimensão cognitiva: as partes têm diferentes entendimentos sobre a natureza de uma dada situação.

Dimensão valorativa: as partes não concordam sobre o objetivo a alcançar, mas podem concordar sobre as consequências possíveis da consecução de objetivos alternativos.

Dimensão relativa a interesses: as partes podem não concordar sobre a forma de distribuição de custos e benefícios.

Dimensão comportamental: as diferenças históricas ou pessoais conferem o tônus da relação entre as partes.

De fato, boa parte da gestão socioambiental tem sido marcada pelo enfrentamento de situações de conflito. A análise da dinâmica de evolução dessas situações deve considerar toda a complexidade envolvida nos diversos níveis de organização, assim como as mudanças cognitivas, valorativas, de interesse e de comportamento ocorridas ao longo dos seus desdobramentos. Por implicação, as diversas fases do processo podem envolver diferentes níveis e tipos de aprendizagem. Conflito e aprendizagem mantêm entre si uma relação dialógica: o conflito tem diversas implicações para a aprendizagem, assim como os processos de aprendizagem influenciam os desdobramentos possíveis dos conflitos. Podemos argumentar ainda que o processo de aprendizagem coletiva não se dá em ambientes harmônicos. Ao contrário, ocorre quase sempre em meio a controvérsias e antagonismos, de modo que o próprio conflito pode criar oportunidades inéditas de aprendizagem coletiva. Por outro lado, a aprendizagem potencializa a colaboração e a criação de espaços de diálogo entre os grupos sociais, descortinando espaços alternativos para que “as pessoas, as organizações e as comunidades assumam o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida e tomem consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”. (TONNEAU; VIEIRA, 2006, p. 318).

2.4 Compreendendo a dimensão sócio-cognitiva das ações coletivas: a contribuição da teoria das Representações Sociais

Com o intuito de agregar valor à abordagem do “jogo de atores” inaugurada por Crozier e Friedberg (1978) e, ao mesmo tempo, favorecer uma compreensão cada vez mais profunda das ações coletivas em pauta neste trabalho, incorporei também a *abordagem psicossocial*. Assim, a busca de compreensão da racionalidade dos diversos grupos sociais baseia-se na teoria das representações sociais (JODELET, 2005, 2001; MOSCOVICI, 1982). Esta teoria favorece a apreensão do conhecimento compartilhado pelos grupos, suas motivações, crenças e atitudes, que por sua vez, embasam suas estratégias e orientam (de maneira complexa e às vezes contraditória) suas ações. Ao oferecer um olhar centrado na relação entre o sujeito e a realidade social, ela supera a visão que reduz um ao outro. Dessa forma,

A teoria das representações sociais reapresenta um problema que já é, historicamente, de interesse de outras ciências humanas, como a história, antropologia (JODELET, 2001). É uma teoria científica sobre os processos através dos quais os indivíduos em interação social constroem explicações sobre objetos sociais (WACHELKE; CAMARGO, 2007, p. 379).

Ela guarda também sintonia com várias abordagens contemporâneas da problemática socioambiental que apelam a uma orientação sistêmica-transdisciplinar (GARCÍA, 1986). Constitui um instrumento valioso para tornar mais visíveis as relações conflituosas e cooperativas entre os diversos grupos sociais envolvidos na gestão de recursos de uso comum. Fruto da tese de doutorado de Sèrge Moscovici *La psychanalyse: Son image et son public*, publicada em 1961, a teoria das representações sociais permaneceu pouco conhecida durante muitos anos, sendo disseminada pela antropóloga Denise Jodelet a partir da década de 1980.

Existem, todavia, várias propostas de abordagem analítica do fenômeno da representação social. Atualmente, de acordo com Jodelet (2001, p.26),

(...) a noção de representação social apresenta, como os fenômenos que ela permite abordar, uma certa complexidade em sua definição e em seu tratamento. (...) Por um lado, deve-se levar em

consideração o funcionamento cognitivo e o do aparelho psíquico, e, por outro, o funcionamento do sistema social, dos grupos e das interações, na medida em que afetam a gênese, a estrutura e a evolução das representações sociais que são afetadas por sua intervenção. (...) as representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais e integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir (JODELET, 2001, pag.26).

Nesta tese foi assumida a perspectiva elaborada originalmente por Moscovici (1982). O fenômeno das representações sociais é entendido, em linhas gerais, como uma forma particular de conhecimento compartilhado por grupo, uma maneira de tornar ‘próximo’ e ‘familiar’ algo não familiar, estranho e carente de compreensão. No entanto, as representações sociais não podem ser confundidas com o ‘mito’, que se configura como um conhecimento típico das sociedades arcaicas, relativamente isoladas e pouco comunicativas. De modo geral, as representações coletivas das sociedades tradicionais podem ser consideradas equivalentes às representações sociais das sociedades modernas, mas estas se mostram mais fluidas e dinâmicas do que aquelas, além de se configurarem no bojo de grupos sociais mais definidos (WACHELKE e CAMARGO, 2007). As representações coletivas são abrangentes e mais resistentes à mudança, pois “constituem sistemas cognitivos compartilhados por grandes coletividades, como uma sociedade inteira” (TURA, 2004, p.382). Segundo Moscovici (1982), o fenômeno das representações sociais só se torna possível com o avanço da ciência dos sistemas comunicacionais. Esta última possibilita maior interatividade entre os diversos grupos sociais, de modo que o conhecimento individual e coletivo passa a ser construído de forma mais autônoma e plural. É por meio da comunicação em larga escala que as diversas idéias e informações chegam aos membros de diferentes grupos, fazendo com que determinados temas sejam levados ao debate na esfera pública, criando, recriando e disseminando representações sociais.

Assim, para “apreender as representações sociais de um objeto é necessário aproximar-se do espaço onde o indivíduo se comunica e age.” (TURA, 2004, p.382). Considerando a parcialidade dos veículos de comunicação, torna-se importante considerar o modo como as

representações sociais são comunicadas: representações sociais difundidas segundo sistemas de comunicação distintos quanto a objetivos, destinatários, recursos argumentativos e contextos de relações intergrupais em que se situam implicam diferenças nos conteúdos e estruturas representacionais (MOSCOVICI, 1961 *apud* TURA, 2004, p. 382). Por outro lado, os indivíduos não são meros receptores e reprodutores das idéias e representações disseminadas pela mídia, essa relação é mediada por um complexo processo psicossocial. Em seus estudos sobre a comunicação de massa, Rouquette (1986) considera quatro fases inter-relacionadas no processo de penetração de uma mensagem: a exposição, a recepção, o tratamento e a interação.

Na abordagem de Moscovici as representações sociais possuem três dimensões essenciais: informação, atitude e campo. O processo de formação das representações sociais é analisado a partir das relações estabelecidas entre o nível de conhecimentos (a organização dos conhecimentos que um grupo dispõe a respeito de determinado objeto social), a atitude (ou tomada de posição, positiva ou negativa, em relação ao objeto), e o campo de representação, ou seja, a estrutura das relações entre conhecimentos (CAMARGO, BARBARÁ e BERTOLDO, 2007).

Posteriormente, a abordagem dinâmica trouxe diversas contribuições aos estudos iniciados por Moscovici sobre os processos de *objetificação*¹⁴ e *ancoragem* das representações sociais. O processo de ancoragem possibilita a incorporação de algo não-familiar e problemático em nossa rede de categorias conceituais pré-existentes. Ele permite-nos, assim, comparar o objeto da representação com o que consideramos como sendo um elemento típico dessa categoria. Nesse sentido, ancorar é classificar, rotular e nomear; consiste em dar sentido a algo por meio de uma rede de conceitos e significações, tornando assim possível a construção do universo consensual. O segundo processo é a objetificação, que dá concretude ao abstrato, ou seja, transforma o conceito em imagem ou coisa, reduzindo a sua complexidade. Cada representação social possui determinado grau de objetificação, de acordo com o nível de materialidade construído pelo grupo, e seu ponto culminante se dá quando a diferença entre imagem e realidade é eliminada. Neste momento, a reprodução do conceito perde o valor de símbolo e se torna a cópia da realidade, de modo que passa a ser algo “naturalizado”: a representação e

¹⁴ Os estudos atuais sobre objetificação equivalem aos estudos iniciais de Moscovici sobre “campo” da representação, e têm sido aprofundados principalmente pela abordagem estrutural (CAMARGO, BARBARÁ e BERTOLDO, 2007).

o objeto da representação se constituem, então, em um mesmo fenômeno (DOISE, 2001; MOSCOVICI, 1982).

A abordagem estrutural (ABRIC, 2003; SÁ, 1996) é a mais recente, e compreende as representações sociais como um sistema de interpretação da realidade que guia a ação dos grupos sociais. O foco desta abordagem está no estudo do processo de objetivação. Desta perspectiva, toda representação social é organizada em torno de um duplo sistema: o núcleo central e o sistema periférico. O núcleo central resulta do processo de *objetificação*, e constituído por um número limitado de elementos e determina o significado, a organização interna e a estabilidade da representação. Segundo essa abordagem, a organização da representação é determinante para sua definição, podendo ser considerada mais importante que o próprio conteúdo. Assim, duas representações serão diferentes na medida em que forem organizadas em torno de dois núcleos diferentes. É nesta parte da representação que se encontram os sistemas de valores e a memória coletiva do grupo em relação ao objeto representado, de modo que críticas e questionamentos do núcleo central se desdobram sempre em uma crise, tanto cognitiva quanto de valores. “Procurar o núcleo central, é então, procurar a raiz, o fundamento social da representação, que, em seguida modulará, se diferenciará e se individualizará no sistema periférico.” (ABRIC, 2003, p. 40). Este, por sua vez, é mais flexível e possui maior número de elementos, tendo cinco funções principais: concretização, regulação, prescrição de comportamentos, proteção do núcleo e personalização. O sistema periférico atualiza e contextualiza constantemente as determinações normativas do núcleo central, adaptando-se e respondendo às características do contexto imediato (SÁ, 1996). Além disso, sua função de personificação é a que possibilita a inserção na representação social de variações individuais ligadas à história e às experiências individuais.

Esse debate é denso e apresenta diversas nuances, mas por enquanto importa destacar a importância das relações entre representação social e práticas sociais. “São as práticas sociais que determinam as representações ou o inverso? Ou as duas são indissociavelmente ligadas e interdependentes?” (ABRIC, 1994 *apud* SÁ, 2003, p.88). Mesmo considerando o papel fundamental das representações no delineamento das práticas sociais, há que se considerar a relevância do contexto na criação e transformação das representações sociais. As condições concretas de reprodução da vida social e o contexto social mantêm uma relação dialógica com o processo de formação de representações sociais.

Aproximando estas reflexões da problemática de pesquisa, tornou-se necessário compreender também como as representações sociais

relacionadas à gestão da pesca artesanal e ao desenvolvimento da região se relacionam com as ações coletivas ali identificadas. Pressuponho que as interações sociais e as práticas cotidianas de comunicação nos contextos intra e intergrupais têm sido adensadas e influenciadas pela irrupção de diversos conflitos socioambientais. As ações coletivas relativas ao processo de criação de reservas extrativistas se configuram como reações aos conflitos socioambientais já estabelecidos (intensificando ou minimizando tais conflitos) e muitas vezes também como ações promotoras de conflitos. Ao mesmo tempo, a intensificação dos conflitos implica uma maior interação e cooperação intragrupal, gerando consensos e pontos de referência para o grupo pensar e agir, criando ou re-significando representações sociais sobre a gestão do patrimônio natural e cultural e, também, sobre as estratégias de desenvolvimento no território estudado.

De acordo com Jodelet, a representação social cumpre “certas funções na manutenção da identidade social e do equilíbrio sócio-cognitivo a ela ligados” (JODELET, 2001, p. 35). Como tem sido demonstrado por diversas pesquisas empíricas, o surgimento de uma inovação costuma ser percebida como uma ameaça aos sistemas de valores e modelos de pensamentos vigentes pelos diversos grupos implicados. Contudo, nos casos em que a novidade se mostra como um fato incontornável as reações provocadas no sentido de evitá-las são seguidas por um processo de ancoragem, integrando-a à estrutura de pensamento pré-existente. O estranhamento inicial é aos poucos substituído por algo familiar, o que explicita a função cognitiva da representação social. Porém, um olhar mais atento pode revelar outra função do fenômeno das representações sociais: a de proteção e legitimação. A ausência de informações sobre as causas sociais e culturais de determinado fenômeno social pode levar o grupo a naturalizá-lo, adotando uma postura ideológica, mascarando e legitimando desigualdades sociais (JODELET, 2001).

Nesse sentido, a compreensão dos padrões de interação conflituosos na gestão dos recursos comuns exige uma abordagem multidimensional, pois relaciona a dimensão psicossocial à abordagem de “atores em situação”. A apreensão das representações sociais dos pescadores artesanais sobre as dinâmicas de desenvolvimento do território, sobre a crise estrutural da pesca artesanal e sobre a reserva extrativista torna-se fundamental para a compreensão dos padrões de interação que têm gerado situações de conflito. Contudo, considerando a natureza complexa dos mesmos, os constrangimentos e incentivos culturais e sócio-institucionais presentes no contexto local, regional e

nacional se apresentam também como fatores condicionantes desses padrões de interação. Desse modo, as representações dos atores sociais, seus interesses estratégicos e papéis desempenhados foram analisados em relação ao contexto onde as ações se desenvolvem, o qual geralmente apresenta constrangimentos à liberdade de ação dos atores sociais (CROZIER e FRIEDBERG, 1990).

2.5 Teorias sobre Aprendizagem

Processos de aprendizagem vêm sendo considerados como objeto de uma sub-área de importância crucial no novo campo de pesquisas sobre a dinâmica de sistemas complexos. Lidar com a imprevisibilidade e a incerteza constitutivas de tais sistemas tem exigido um grande esforço de compreensão sobre como os sistemas sociais e naturais interagem no longo prazo e em larga escala espacial. As teorias sociais que estão sensíveis a esta problemática têm, cada vez mais, feito referência ao conceito de aprendizagem.

No entanto, o termo aprendizagem é permeado por grande diversidade. Sua definição e operacionalização têm sido um grande desafio, tendo em vista que as teorias sobre aprendizagem, e aprendizagem social, em particular, estão presentes em diversos campos do conhecimento científico. A diferença mais marcante é que em algumas abordagens a aprendizagem se dá em nível individual, mesmo que condicionada por fatores sociais; e em outras perspectivas a aprendizagem ocorre necessariamente no nível grupal.

Parson e Clark (1995) elaboraram uma síntese digna de registro da literatura atual sobre a aprendizagem individual e coletiva, e suas raízes filosóficas. Na perspectiva da aprendizagem individual dois modelos de aprendizagem são colocados em primeiro plano, a saber: os modelos do ator-racional e behaviorismo radical. Essas teorias apresentam algumas ramificações mais atuais, a exemplo da Teoria da Aprendizagem Social (SLT). Apesar de estar fortemente enraizada no *behaviorismo*, esta última atribui mais autonomia ao indivíduo. Outra derivação importante do enfoque psicológico é a Teoria da Dissonância Cognitiva, que concentra seus estudos sobre mecanismos que condicionam mudanças significativas de crenças e atitudes.

Mais recentemente, a abordagem do ator-racional também tem experimentado avanços importantes, como é o caso dos modelos de *racionalidade limitada*. Alguns desses avanços estão calcados na cibernética e usam um modelo de controle baseado em ciclos de *feedback*

negativo ao longo de canais simples de informação. O foco incide no processamento da informação - sobretudo na necessidade de selecionar, filtrar e estruturar o vasto excesso de informação que recebemos por meio dos sentidos. O ser humano é visto como um agente ativo no processamento dessas informações, mesmo nos níveis inconscientes dos processos de percepção, capaz de criar estruturas de conhecimento que reduzem a necessidade de informação e as ambiguidades do contexto onde ele se insere.

As abordagens contemporâneas das estruturas cognitivas envolvidas na representação do mundo têm sido agrupadas no campo interdisciplinar das *ciências cognitivas*. Nos estudos sobre a história do movimento das ciências cognitivas, Gardner (1987 *apud* PARSON e CLARK, 1995) realizou uma síntese de suas principais características: foco sobre o processamento de informação; redução da influência do contexto, gosto, cultura e história; explanação usando representações e estruturas cognitivas internas; uso de computadores para analogias e ferramentas de pesquisa; e enraizamento em antigas questões filosóficas sobre a natureza da mente. Nessa perspectiva, a aprendizagem é uma experiência voltada para mudar as estruturas cognitivas internas usadas para representar a informação. O ser humano tende a responder à disparidade entre a sua estrutura cognitiva e os feedbacks originados de seus comportamentos por meio da revisão de suas cognições (PARSON e CLARK, 1995, p.430).

Além dessas abordagens teóricas que privilegiam a aprendizagem individual, existem aquelas que consideram os fatores sociais como completamente dominantes. Ou consideram a aprendizagem individual e o ambiente social em tão estreita inter-relação que podem ser vistos como co-determinantes dos processos de aprendizagem social. A abordagem adotada neste trabalho está em sintonia com esta última interpretação ao considerar que as causas sociais e ações individuais alcançam um equilíbrio dinâmico no qual as relações sociais/culturais e as cognições dos indivíduos são co-determinadas. Considerar as duas dimensões me parece essencial, uma vez que, por um lado, são os indivíduos que aprendem, e não as instituições, e por outro, esse aprendizado ocorre em meio a um contexto complexo, permeado por relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Ignorar esse contexto seria adotar uma visão limitada sobre o caráter dinâmico dos mecanismos que favorecem ou bloqueiam a aprendizagem.

Apesar da efervescência da utilização do conceito de aprendizagem, Armitage, Marschke e Plummer (2008) chamam a atenção para a emergência do 'paradoxo da aprendizagem' em sistemas de

governança socioambiental. Eles apontam que, curiosamente, na maioria dos casos o conceito tem sido aplicado de modo vago e pouco crítico. Se por um lado, o valor da aprendizagem como um processo e uma meta normativa tem sido amplamente reconhecido, por outro, os estudos realizados a utilizam com base no senso comum, carecendo de um exame cuidadoso dos fatores que determinam ‘se, quem, como, quando e qual tipo de aprendizagem realmente ocorre’ (ARMITAGE; MARSCHKE; PLUMMER, 2008, p. 87). Com base nesse diagnóstico, os autores se propõem a desconstruir o paradoxo a partir da reflexão sobre cinco dimensões da aprendizagem no contexto de emergência de modelos de governança – a exemplo da co-gestão adaptativa: i) tipos e definições de aprendizagem; ii) objetivos da aprendizagem e expectativas; iii) mecanismos que influenciam a aprendizagem; iv) questões relativas a quem está envolvido no processo de aprendizagem; v) riscos enfrentados por diferentes grupos que esperam participar prontamente no processo de aprendizagem (formalmente ou informalmente) e as ambigüidades éticas associadas com aprendizagem e colaboração.

As abordagens adotadas pelos pesquisadores envolvidos com a gestão socioambiental colaborativa também se diferenciam conforme a ênfase que atribuem à aprendizagem individual ou à aprendizagem grupal (social ou organizacional). Nesse contexto, destacam-se a *teoria da aprendizagem social*, a *teoria da aprendizagem transformativa* e a *teoria da aprendizagem experiencial*. Contudo, mesmo dentro de tais teorias existem múltiplos (e às vezes contraditórios) entendimentos sobre aprendizagem (ARMITAGE; MARSCHKE; PLUMMER, 2008).

O conceito de *aprendizagem transformativa* diz respeito à mudança de percepções individuais por meio de um processo de reflexão e engajamento crítico. Indivíduos responsáveis socialmente e autônomos, com capacidade de mover-se de um exame crítico de suas ações para a ação, é um dos resultados importantes desse processo. Este conceito abriga ainda duas dimensões: aprendizagem instrumental, que envolve ações e atividades voltadas para resolver problemas e melhorar o desempenho de atividades cotidianas, e aprendizagem comunicativa, que está relacionada com a capacidade dos indivíduos refletirem sobre os significados e os valores dessas ações. Modelado também sobre processos de aprendizagem individual, mas aplicado a processos grupais, o conceito de *aprendizagem experiencial* se baseia no “aprender-fazendo”, em que o conhecimento é criado através da transformação pela experiência.

Com um enfoque mais próximo da perspectiva grupal, e mais amplamente utilizado pelos pesquisadores da gestão de recursos comuns, a literatura sobre *aprendizagem social* tem enfatizado, com diferentes

definições, que o processo de aprendizagem ocorre por meio de *loops*, os quais podem ser simples, duplos, e, em alguns casos, triplos. Aprendizagem *single-loop* envolve a identificação de problemas e erros e a construção de estratégias alternativas para resolver tais problemas e melhorar os resultados. Aprendizagem por *double-loop* ocorre quando as visões de mundo e os valores existentes são modificados, resultando em mudanças de comportamento. As estruturas organizacionais e institucionais que favorecem o *double-loop* são caracterizadas por uma disposição em assumir riscos para ampliar oportunidades de aprendizagem, esforço por construir confiança, transparência requerida para desafiar valores arraigados, engajamento ativo com a sociedade civil e alto grau de participação cidadã. Por sua vez, a aprendizagem de *triple-loop*, quando ocorre, concentra o foco na criação de normas e protocolos de governança. O desenho e a revisão das normas suscitam um mecanismo reflexivo que favorece mudanças no sistema de governança. Esse processo pode ser comparado à trama de uma corda, entrelaçada, que envolve reflexão, sistema de orientação, integração, negociação e participação, que juntos delineiam agência humana, aprendizagem coletiva e individual e processos de mudança. (ARMITAGE; MARSCHKE; PLUMMER, 2008).

A elucidação dos tipos de aprendizagem e suas implicações e resultados ajudam a evitar a utilização do conceito de forma abstrata. Se o processo de aprendizagem está ligado ao resultado da aprendizagem, um passo importante para a sua construção política é especificar os objetivos e as expectativas da aprendizagem. Os enfoques participativos têm sido centrais para a aprendizagem em grupo, pois criam mecanismos nos quais a aprendizagem individual pode ser compartilhada com os membros do grupo. Sucessivos *loops* de aprendizagem ocorrem quando o sucesso no enfrentamento de um problema cria habilidades no grupo para lidar com problemas mais complexos, o que indica que o arranjo institucional tem sido fortalecido em suas estruturas internas e ligações externas (BERKES, 2009).

No entanto, esses processos colaborativos não ocorrem de forma harmônica e homogênea, são permeados por disputas de poder e conflitos relativos a diferentes visões de mundo, valores, normas e interesses. Os desdobramentos dessas interações dependem do contexto ecológico, sociopolítico e cultural de cada território. Nesse sentido, em última instância, a governança dos recursos de uso comum pode ser entendida como um processo dinâmico que envolve aprendizagem social, resolução de problemas e negociação de conflitos. Abaixo pode ser encontrada uma síntese da abordagem sobre aprendizagem social em contextos complexos

de ações coletivas que envolvem a criação de sistemas de gestão compartilhada:

Figura 03: Síntese da abordagem sobre aprendizagem social em sistemas de gestão compartilhada

Fonte: Adaptado de PAHL-WOSTL et al. (2007)

No centro do modelo estão as interações sociais relacionadas aos processos de criação de reservas extrativistas, as quais são o foco de análise desta tese. Tais interações, por sua vez, são influenciadas pelo contexto no qual estão inseridas e produzem resultados que podem levar a mudanças no contexto (socioinstitucional, socioeconômico e socioecológico), descortinando oportunidades para um processo cíclico e interativo de mudanças nos diversos níveis do sistema de gestão.

Do ponto de vista normativo, a aprendizagem é compreendida nesta pesquisa como um processo que facilita o envolvimento público nas questões relativas à gestão dos recursos comuns e potencializa o aumento de poder e da autonomia de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social (TONNEAU e VIEIRA, 2006, p.318). Trata-se de um processo adaptativo e não linear, que ocorre em meio às mudanças, incertezas e à complexidade constitutiva dos sistemas socioambientais (DIDUCK, 1999).

De fato, a natureza complexa da problemática socioambiental demanda necessariamente soluções negociadas entre os atores, e compreender a relação do ser humano com o meio ambiente natural e

construído tem sido um grande desafio. A abordagem fragmentada dos condicionantes sociais, culturais, psicossociais e biológicos do comportamento humano não favorece uma compreensão adequada dos padrões de interação que prevalecem na gestão dos recursos naturais. O modelo de análise delineado por Oakerson (1992) elucidado acima nos oferece pistas para aprofundar essa compreensão, na medida em que foi construído a partir de uma visão baseada em interdependências dinâmicas envolvendo os arranjos institucionais, os contextos ecológico, socioeconômico e os padrões de interação.

Segue abaixo a síntese da abordagem de análise, a qual tem o foco nos padrões de interação:

Quadro 03: Síntese da abordagem analítica

Problema de Pesquisa	Abordagem Teórica	Dimensões da Análise	Variáveis-chave	Modo de análise
Degradação socioecológica dos sistemas de pesca artesanal		Ambiente Natural e tecnologias	Tecnologia disponível, dificuldades de regulação	Descrever as pressões socioeconômicas sobre os recursos pesqueiros, a influência das tecnologias adotadas na qualidade do <i>habitat</i>
		Arranjos Institucionais	Regras e normas (formais e informais), incentivos	Descrever as normas em vigor, a forma de elaboração das normas (centralizada ou participativa), os espaços de gestão e os mecanismos de implementação da legislação
Iniciativas de criação de sistemas de co-gestão da pesca artesanal permeadas por conflitos socioambientais não negociados	Teoria dos recursos comuns, Co-gestão adaptativa Teoria das representações sociais Teorias sobre conflito social	Padrões de Interação	Conflito, cooperação, aprendizagem social, representação social	Descrever e compreender as ações coletivas e as dinâmicas de conflito e cooperação a partir do estudo das representações sociais e dos processos de aprendizagem social
		Estrutura de governança	Políticas governamentais, cultura política e jurídica	Descrever as políticas de desenvolvimento e conservação do sistema da pesca artesanal e as dinâmicas territoriais de desenvolvimento da zona costeira catarinense

3 ARRANJOS INSTITUCIONAIS DE GOVERNANÇA DOS SISTEMAS DE PESCA ARTESANAL NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

(...) a História existe apenas em relação às questões que nós lhe formulamos. Materialmente, a História é escrita com fatos; formalmente, com uma problemática e conceitos.
Paul Veyne

3.1. As transformações institucionais na gestão da pesca artesanal e a emergência da crise estrutural do setor pesqueiro

Muitos são os desafios relativos à integração das estratégias de conservação e desenvolvimento da pesca artesanal no Brasil. Por muito tempo, o desenvolvimento da pesca artesanal foi norteador basicamente por interesses econômicos, com políticas voltadas para o aumento da produção do pescado visando atender às demandas dos mercados interno e externo. Esse período foi inaugurado com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, no ano de 1962. Antes disso, a pesca era uma atividade de subsistência praticada principalmente pelos povos indígenas que habitavam o litoral brasileiro. Com a chegada dos colonizadores europeus, e posteriormente, dos escravos africanos e migrantes, inicia-se um processo de intercâmbio de conhecimentos que, juntamente com a diversidade das condições naturais em cada região, passaram a configurar as diferenças culturais existentes entre as comunidades pesqueiras que habitam o litoral. Nesse sentido, o ser ‘pescador artesanal’ está longe de ser um conceito homogêneo, carrega consigo as relações socioeconômicas, culturais, ecológicas e políticas construídas historicamente em cada região.

As políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro adotadas pelo Estado durante o período da ditadura militar não consideraram as peculiaridades dos sistemas socioecológicos pesqueiros, de modo que passaram a exercer uma considerável influência na atual configuração de crise do setor pesqueiro. Essas políticas impulsionaram fortemente o processo modernização da pesca. Ao lado do setor agropecuário, o setor

pesqueiro passou a atender à crescente demanda urbana de alimentos a baixo custo e também às demandas do mercado externo. Tornou-se assim um setor bastante atrativo para os investimentos de capital. A criação da SUDEPE e a promulgação do Decreto – Lei 221 de 1967, que estabeleceu a Política Pesqueira no Brasil, são reflexos do peso dos interesses empresariais. Dessa forma, teve início um processo de verticalização das várias etapas de produção pesqueira, com incentivos fiscais – a exemplo da isenção do imposto de renda e de taxas para importação de equipamentos de captura e beneficiamento da produção. Em outras palavras, esse Decreto-Lei contribuiu para direcionar a atividade pesqueira para o cenário industrial, definindo a atividade como “*indústria de base*”. A atividade, antes restrita, encontrou respaldo nos incentivos fiscais com a grande possibilidade de concentrar, modernizar e dinamizar a indústria do setor, viabilizando um processo de industrialização pesada (BORGES, 2008).

Além disso, o mesmo Decreto-Lei creditou ao Estado a tutela do processo de gestão dos recursos pesqueiros. O Governo Federal passou assim a concentrar o poder de decisão relativo a direitos de uso – mediante a concessão da permissão de pescar (MEDEIROS, 2009, p. 43). Ainda hoje o Estado concentra o poder de regulação dos recursos pesqueiros, mesmo com a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca (BRASIL, 2009)

A concepção produtivista da gestão da pesca ganha novo fôlego no ano de 1974. A SUDEPE lança o PESCART - Plano de Assistência Técnica ao Pescador - iniciando um ciclo de serviços de extensão e de disponibilização de linhas de crédito para o setor. Com o PESCART houve um rápido crescimento e transformação da frota pesqueira artesanal, mediante a utilização de embarcações motorizadas com maior poder de captura. Além disso, foram concedidas linhas de crédito para a aquisição de petrechos fabricados com tecnologias mais avançadas. Naquele momento, foi efetivada também uma transformação significativa nas formas de organização de atividades pesqueiras artesanais que se mantém ainda hoje. Nesse sentido, os pescadores artesanais, de modo geral, vêm deixando de ser apenas pescadores de “subsistência”¹⁵ e passam a fazer parte de um quadro de “trabalhadores do mar” (DIEGUES, 1983). Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo foram os estados

¹⁵ A categoria “subsistência” empregada no texto tem a conotação de pescadores de pequena escala, que pescam como mais uma atividade produtiva de âmbito familiar. Nesta época (1960 à 1980), evidencia-se a atividade pesqueira como mais uma das diversas outras atividades (pluriatividade) do meio “rural”.

que receberam os maiores incentivos para o processo de industrialização da pesca (BORGES, 2008). Ainda segundo Borges (2008, p.123):

O desenvolvimento das micro-regiões litorâneas do estado catarinense, não acompanhava o ritmo do desenvolvimento pesqueiro. A produção de pescado em Santa Catarina, no período de 1964 a 1970 atingiu grandes cifras, o bastante para começar a transformar uma atividade de subsistência em uma indústria com um mercado interno e outro externo.

O acirramento da crise do setor pesqueiro impulsionado pelo modelo de desenvolvimento economicista levado adiante pela SUDEPE provocou um redirecionamento do foco de atuação. Na década de 1980, a SUDEPE passou a atuar de modo mais firme no ordenamento dos recursos pesqueiros. Foram publicadas diversas portarias, especialmente nas regiões sul e sudeste, onde a crise se agravou de modo a provocar, inclusive, a falência de várias indústrias. Contudo, tais portarias contribuíram para gerar inúmeros impactos negativos nos modos de vida dos pescadores artesanais. Elas recomendavam a adoção de medidas de cunho preservacionista, baseadas em estatísticas pesqueiras hoje em dia consideradas problemáticas do ponto de vista metodológico pelo fato de relegarem a segundo plano as configurações socioecológicas ou ecossociossistêmicas¹⁶. Como apontam Vasconcellos et al. (2007) essas medidas impactaram principalmente os pescadores artesanais, uma vez que “os empresários, mesmo que também afetados, vêm, desde então, conseguindo mais facilidades para burlar a fiscalização e para se verem livres da aplicação de penalidades”.

Em 1989 a SUDEPE foi extinta. Suas atribuições relativas à gestão pesqueira foram repassadas para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instituído em 1989. Embora grande parte dos funcionários que assumiram o IBAMA fosse proveniente da SUDEPE, a nova autarquia criada não dispunha de um setor específico para o fomento do setor pesqueiro. Sua dinâmica de gestão baseava-se, sobretudo, na perspectiva de sobre-exploração dos

¹⁶ O termo *ecossociossistema* é utilizado por Ollagnon (2000) e refere-se a unidades ecológicas e humanas em inter-relação, ressaltando o caráter de co-evolução e interdependência do ser humano e o meio onde vive.

recursos pesqueiros¹⁷. Nesse sentido, o órgão adotou uma postura de “normatizador”, ou, “regulador” da atividade, com foco na manutenção da biodiversidade aquática e costeira, sem dispor de mecanismos adequados para o fomento e, conseqüentemente, para a dinamização socioeconômica da pesca artesanal. Para os pescadores artesanais, este período foi marcado pela síndrome da marginalização social e da desestruturação de suas regras de organização interna (VASCONCELLOS et al., 2007).

Desde então, a gestão pesqueira concentrou-se nas ações de fiscalização e de monitoramento voltado para a regulação dos estoques. Porém, ao final da década de 1990, com o objetivo de atender as demandas referentes à cessão de águas públicas para os empreendimentos da aquíicultura e arrendamentos de embarcações estrangeiras para a pesca, entra no cenário o Ministério do Abastecimento, Pecuária e Agricultura (MAPA). Naquele momento, o fomento para o desenvolvimento da pesca artesanal ganhou novamente a atenção do governo, sobretudo em consequência das facilidades concedidas por novos programas de financiamento e crédito.

Em 2003, a partir de exigências dos movimentos sociais da pesca, o Governo Lula criou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, no âmbito da Presidência da República. A SEAP passa a desempenhar um importante papel para o setor da pesca e aquíicultura, sobretudo em relação às políticas de fomento de ambas as atividades. Nesse período, diversas funções da gestão dos recursos pesqueiros atribuídas anteriormente ao IBAMA passam a ser divididas com a SEAP. Todavia, algumas destas funções eram compartilhadas entre estes órgãos, conforme a lei nº 10.683/2003. (BRASIL, 2003).

No entanto, de acordo com Vasconcellos et al. (2007), a divisão de competências entre os órgãos ambientais federais e a SEAP trouxe consigo alguns problemas, delineando uma situação conflitiva entre as instituições. O principal problema foi relativo à conceituação e classificação de espécies haliêuticas quanto ao seu nível de exploração. O conflito se acirrou devido à publicação pelo MMA da Instrução Normativa, em 05 de maio de 2004, que classificou cerca de 160 de peixes, 55 de invertebrados e 02 de crustáceos como ameaçadas de extinção, o que implica em proibição total de captura, exceto para fins científicos, mediante autorização especial emitida pelo IBAMA. Além dessas, cerca de outras cinquenta espécies, entre crustáceos e peixes,

¹⁷ Nessa época os estoques dos recursos pesqueiros já se encontravam em franco declínio, necessitando de medidas de gestão com o objetivo de minimizar tal fator.

foram inseridas na categoria de *sobrexplotadas ou ameaçadas de exploração*. Sua captura deveria passar a obedecer às normas contidas em planos de gestão específicos, coordenados pelo IBAMA com a participação de órgãos estaduais, da comunidade científica e da sociedade civil organizada. E isto num prazo máximo de cinco anos, a contar da publicação da Instrução Normativa. Desse modo, o poder de normatização e gestão dos recursos pesqueiros passou a se concentrar novamente no IBAMA, permanecendo na esfera de competência da SEAP somente os recursos pesqueiros *sub-explotados ou altamente migratórios*. Mais uma vez, o Estado optou por agir de forma autoritária, sem dialogar com os pescadores artesanais e sem criar alternativas socioeconômicas a fim de minimizar os impactos negativos causados pela proibição da captura de varias espécies.

Não obstante, em meados de 2009 a SEAP ganha status de Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. Ocorre assim uma transformação profunda dos arranjos institucionais que norteiam o processo de gestão pesqueira - que passa a ser compartilhada pelos dois ministérios. A lei nº 11.958 de junho de 2009, que cria o MPA, estabelece, entre outras atribuições, a “*normatização das atividades de aquicultura e pesca*” (Art. 1), especificamente em relação ao “*ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros e na elaboração de normas referentes à gestão desses recursos*” (Art.1) (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, o MPA tornou-se o órgão responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e fomento das atividades de pesca e aquicultura. Outras transformações substanciais nas diretrizes de gestão do setor emergiram mediante a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009), no sentido de promover:

I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;

II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;

III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;

IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

Além disso, a Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aqüicultura incorporou a abordagem territorial aos programas e às ações do Ministério da Pesca, buscando

(...) apoiar e fortalecer, nos territórios, capacidades sociais de autogestão dos processos de promoção do desenvolvimento, nos quais as próprias organizações dos aqüicultores e pescadores possam protagonizar suas iniciativas. (SEAP, s.d. Cartilha Política Territorial da Pesca e Aqüicultura, p.04).

O MPA identificou 174 territórios onde estão presentes 89,8% dos pescadores e pescadoras cadastrados no Registro Geral de Pescadores (RGP); 80% das áreas de alta incidência da prática de aqüicultura continental; 100% das áreas com potencial para atividades de maricultura; e 85% dos reservatórios com potencial para a aqüicultura. Definidos como prioridade pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca, atualmente, segundo dados publicados pelo MPA, existem 62 Territórios da Pesca e Aqüicultura implantados. Três destes Territórios estão situados em Santa Catarina: Litoral Sul¹⁸, Baixo Vale do Rio Itajaí e Tijucas, e Grande Florianópolis (SEAP, Mais Pesca e Aqüicultura: Plano de Desenvolvimento Sustentável).

Para a regulamentação do sistema de gestão compartilhada do uso sustentável dos recursos pesqueiros entre o MPA e o MMA, ficou instituída a “Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros”, no âmbito do decreto nº 6981, de 13 de outubro de 2009. O modo de fazer esse compartilhamento ainda é novo, e até o momento, emergiram mais conflitos do que parcerias. Essa relação conflituosa entre os referidos ministérios ficará explícita nos capítulos 4 e 5, em que abordo os impasses envolvidos na formalização do Acordo de Pesca do Complexo Lagunar, estado de Santa Catarina.

Nesse sentido, apesar das novas políticas públicas e diretrizes que incentivam a gestão participativa do sistema da pesca artesanal, persistem

¹⁸ Um dos passos iniciais no processo de implantação deste território envolveu a realização de três oficinas territoriais, que culminaram na criação do Colegiado do Território do Litoral Sul Catarinense, no ano de 2009. O referido colegiado foi estruturado em grupos de trabalho, e envolvia a participação de diferentes setores da sociedade. Contudo, a suspensão dos contratos com as ONGs contratadas para implementar essa política pública inviabilizou a continuidade do processo, o qual era constantemente reanimado pelo articulador territorial. Este caso é exemplar da fragmentação e descontinuidade das políticas públicas do setor da pesca no País.

inúmeros desafios à implantação de sistemas de gestão integrada e compartilhada da pesca artesanal nos três níveis de governo. Como argumentei nesta breve retrospectiva histórica, as políticas públicas voltadas para este setor podem ser consideradas como poderosas alavancas do surgimento e do agravamento progressivo da crise que caracteriza atualmente o sistema pesqueiro artesanal. Por um lado, tornou-se hegemônica uma orientação produtivista na reflexão estratégica sobre os rumos a serem trilhados pelo setor. E por outro, prevaleceram medidas de ordenamento e proteção dos estoques pesqueiros que não levavam em conta adequadamente as especificidades do modo de vida dos pescadores artesanais. Entre os extremos do desenvolvimentismo econômico e do *conservacionismo biologizante*, a realidade concreta dos pescadores e pescadoras artesanais, com pouco acesso a direitos sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais e territoriais permaneceu velada.

Um resgate aprofundado da trajetória de evolução do sistema de gestão pesqueira nas últimas décadas extrapolaria os limites desta tese. Procurei apenas chamar atenção para os impactos gerados pelas políticas públicas promovidas pelo governo federal na atual configuração do cenário de crise do sistema. Essas questões deverão ser retomadas mais adiante, com base nos depoimentos dos pescadores entrevistados. As mudanças institucionais recentes e a criação de novos arranjos indicam um caminho a ser trilhado, ainda incerto, mas com novas possibilidades para o fortalecimento de um processo de gestão ao mesmo tempo integrada e compartilhada. A seguir, serão considerados os principais arranjos de co-gestão existentes no Brasil atualmente: os Fóruns de Pesca, os Acordos de Pesca, as Resex e as RDS - no âmbito das unidades de conservação.

3.2 Os arranjos institucionais de gestão compartilhada dos sistemas de pesca artesanal no Brasil

Nas últimas décadas tem crescido consideravelmente os conflitos entre a pesca artesanal e as demais atividades econômicas realizadas na zona costeira - além dos conflitos internos à própria pesca artesanal. A especulação imobiliária, o turismo de massa, a pesca industrial e a própria modernização da cadeia produtiva da pesca são alguns fatores que têm contribuído para a intensificação dos conflitos. As transformações inerentes a pesca artesanal impulsionadas pelos incentivos governamentais relatados acima geraram uma situação de crise, que por

sua vez, tem aumentado a competitividade e os antagonismos entre os pescadores.

Com o processo de redemocratização do País no final da década de 1980 configura-se um contexto sociopolítico mais propício à organização social dos pescadores artesanais. Vale a pena ressaltar, neste sentido, a importância do apoio político concedido pelos movimentos sociais, a exemplo da Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), entre outros. Na Amazônia, os ribeirinhos que vinham sendo pressionados pelos empresários da pesca comercial começaram a se mobilizar visando a formação de acordos informais relativos às condições de acesso e uso de recursos pesqueiros (BARROS; CHAVEZ; FABRÊ, 2007). As iniciativas comunitárias de regulamentação dos recursos pesqueiros datam do início dos anos de 1970, mas foi somente na década de 1990 que os ribeirinhos passam a utilizar o Acordo de Pesca como um “instrumento político de organização e mobilização contra a invasão dos lagos”. (BARROS; CHAVEZ; FABRÊ, 2007, p. 25). Tais acordos tornaram-se passíveis de legalização por meio de portarias normativas de pesca complementares à legislação pesqueira vigente.

Os acordos de pesca podem incluir a adoção de vários instrumentos de controle, dentre os quais podemos destacar: (i) a proibição ou limitação do uso de aparelhos de pesca e de práticas que possam prejudicar o meio ambiente; (ii) a proibição da pesca em períodos determinados (também conhecidos como “defeso”) em que se reproduzem determinadas espécies (iii) a restrição do volume de pescado passível de ser capturado por viagem; (iv) a proibição da pesca em áreas onde os peixes se reproduzem para povoar outras áreas (rios, lagos etc), reservando-se estas áreas para servir de criadouro natural. Os acordos também podem estabelecer “zonas de pesca”, que podem ser: (a) áreas de preservação total, onde é proibido pescar; (b) áreas de preservação temporária, onde a pesca é permitida apenas durante uma parte do ano; (c) áreas de conservação, onde a pesca é permitida de acordo com regras delimitadas pela comunidade local (PRÓVARZEA/IBAMA, 2003).

Assim como os Acordos de Pesca, as Reservas Extrativistas (Resex) se configuram em um arranjo institucional de gestão compartilhada amplamente adotado na atualidade. Elas emergiram também no contexto amazônico. Porém em contraste com os Acordos de Pesca, cujo foco incide na regulamentação do recurso e deve contemplar os interesses coletivos de todos os pescadores que utilizam os recursos na área do acordo (comerciais, de subsistência e ribeirinhos) (PROVARZEA/IBAMA, 2003), as Resex são uma política pública voltada para populações tradicionais, e por isso, o uso e o acesso ao

território e recursos da Resex devem priorizar esses grupos sociais que se identificam enquanto população tradicional.

Como se sabe, as Resex foram concebidas no cenário das disputas territoriais dos seringueiros no Acre, pela afirmação de sua cultura e de seu modo de vida, ameaçados pela política desenvolvimentista conduzida pelos sucessivos governos militares. Foi somente no ano de 1992, no contexto da Rio 92, que foi criada a primeira Resex Marinho-Costeira, a Resex de Pirajubaé, em Santa Catarina. Desde então, tem crescido consideravelmente os processos de criação dessas Unidades de Conservação em ambientes marinho-costeiros. Contudo, é importante pontuar que a demanda dos seringueiros não era a regulamentação do uso do recurso, e sim, a garantia de direito territorial e de uso dos recursos florestais (a borracha) a um grupo social diferenciado, que compõe a diversidade de grupos formadores da sociedade brasileira. Nesse sentido, os seringueiros reclamavam pra si o direito de uso e apropriação de um território social e culturalmente construído, nos moldes dos territórios de gestão comunitária dos indígenas e quilombolas.

Foi somente no momento em que as Resex passam a integrar o rol de unidades de conservação, que elas se aproximam cada vez mais do enfoque de gestão integrada e compartilhada. Pois desde então as populações tradicionais tiveram que negociar os seus interesses e visões de mundo com os outros atores sociais no Conselho Deliberativo e também no processo de elaboração e implementação dos Planos de Manejo, onde os saberes tradicionais devem dialogar com o conhecimento científico. Em que medida essas mudanças significam ganho e/ou perda para os grupos sociais diretamente envolvidos, levantarei alguns elementos para reflexão ao longo da tese. No próximo item tratarei especificamente da trajetória de construção das Resex. Por ora, basta apreender que com o SNUC houve uma institucionalização das mudanças conceituais que as Resex vivenciavam, as quais passam a ser definidas como:

uma área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Brasil, 2000, art. 18).

Com a promulgação do SNUC (Lei 9.985/2000) a criação, implantação e gestão das unidades de conservação passam a ser regulamentadas. Alguns avanços legais podem ser observados no que tange aos processos de gestão compartilhada dos recursos naturais, principalmente no que diz respeito às unidades de conservação de uso sustentável que prescindem da existência de populações tradicionais em seus limites e possuem Conselhos Deliberativos, a saber, as Resex e as RDS.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável possuem um histórico de criação bem distinto das Resex, mas a similaridade conceitual entre as duas é notável. RDS é:

Uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. (Brasil, 2000, art.20)

A primeira RDS criada no Brasil foi resultado do projeto Mamirauá, desenvolvido pela ONG Sociedade Civil Mamirauá, a qual até o ano de 2002 viabilizou as atividades para a implantação da RDSM no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Bilateral Brasil-Reino Unido. Essa iniciativa é fruto de um contexto particular, marcado pela presença de grandes ONGs conservacionistas internacionais (Conservation International-CI, Wildlife Conservation Society-WCS, World Wildlife Fund-WWF-UK) e agências de cooperação. Inoui (2004) ressalta ainda o papel fundamental desempenhado pelo biólogo idealizador do projeto Mamirauá, Marcos Ayres: por um lado, um indivíduo extremamente carismático, e por outro, bem conectado com a comunidade epistêmica da biologia da conservação, integrando assim, uma ampla rede transnacional¹⁹. Todos esses fatores confluíram para a criação da RDSM e posteriormente, para a inclusão dessa categoria de área protegida no SNUC.

¹⁹ Para um estudo aprofundado do caso da RDSM, cf.: INOUE, C. Y. A. **Regime global de biodiversidade: comunidades epistêmicas e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável - o caso Mamirauá**. 335 fl. Tese (Centro de Desenvolvimento Sustentável), UNB, Brasília, 2003.

Como vemos, contextos bem distintos marcam os processos de criação das categorias Resex e RDS, apesar das semelhanças conceituais. Enquanto a Resex é uma “área utilizada por populações tradicionais”, a RDS é uma área que “abriga populações tradicionais”. Nas Resex a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações se destaca, enquanto na RDS o foco recai nos sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvido ao longo de gerações e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da biodiversidade. Na RDS é incluído também o fator temporal, uma vez que os sistemas sustentáveis precisam ter sido desenvolvidos ao longo de gerações. (LOBÃO, 2006). Para além das diferenças existentes e das suas implicações, as quais foram abordadas por Lobão (2007), o fato é que na prática a forma de gestão das duas categorias de UCs não parece diferir muito. Os mesmos instrumentos de gestão são mobilizados por um Conselho Deliberativo. O Conselho deve aprovar o Plano de Manejo, resultante de um *diálogo de saberes*²⁰, e a apropriação e a utilização das áreas ocupadas pelas populações tradicionais são reguladas pelo Contrato de Cessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Contudo, diferentemente das Resex, que expandiram seus processos de criação para outros biomas brasileiros, as experiências de RDS federais estão limitadas à região amazônica, com exceção de uma experiência conduzida no litoral do Rio Grande do Norte (MEDEIROS, 2009). Nesse sentido, apesar do potencial das RDS de integrar a conservação e o desenvolvimento, não existem ainda experiências em curso na zona costeira que capazes de comprovar a capacidade dessas UCs de viabilizarem os princípios norteadores da gestão compartilhada da pesca artesanal²¹.

²⁰ A experiência da RDS de Mamirauá, contudo, sinaliza alguns desafios inerentes ao efetivo diálogo de saberes e compartilhamento de poder na gestão dessas UCs, os quais podem ser extrapolados para as Resex. De acordo com Mendes (2010, p.333), “Apesar do discurso da RDSM ser o de inclusão das populações locais nas decisões sobre o manejo, em última instância a decisão final é tomada pelos cientistas, pois apenas o conhecimento científico é reconhecido como meio racional, válido e adequado para definir o que é e o que não é prejudicial ao ambiente. São os cientistas, embasados na ciência e suas metodologias, que fundamentam e que passam a legitimar as ações realizadas pelos moradores, então definidas como predatórias ou sustentáveis.”

²¹ Para uma visão panorâmica sobre as experiências de gestão comunitária e compartilhada da pesca artesanal no Brasil, ver Kalikoski et al. (2009).

No Brasil, existem também algumas experiências de co-gestão da pesca artesanal a partir de arranjos não regulamentados, como é o caso dos Fóruns de Pesca. Geralmente, esses fóruns são iniciativas das próprias comunidades na busca de discutir problemas e conflitos relacionados à pesca, ao turismo e ao ordenamento territorial, a fim de delinear possíveis soluções. Como apontado por Seixas et al. (2009) estes fóruns são espaços de debate entre diferentes entidades governamentais e civis (do nível local ao federal) vinculadas à problemática dos recursos pesqueiros. Um exemplo interessante no sul do Brasil é o Fórum da Lagoa dos Patos, que tem sido o Fórum de Pesca mais estudado e também o que abrange a maior área de gerenciamento (SEIXAS e KALIKOSKI, 2009). O Fórum foi criado no ano de 1996, como uma resposta ao processo de crise no sistema socioecológico do estuário da Lagoa dos Patos – uma crise deflagrada, principalmente, pelo estilo centralizador de gestão promovido pelo Governo Federal, bem como pelas políticas de fomento vigentes desde o final da década de 1960. Apesar dos problemas e desafios vivenciados pelo Fórum (KALILOSKI; VASCONCELLOS; LAVIKULICH, 2002), ele tem se mostrado um arranjo institucional importante para lidar com a complexidade envolvida na gestão do estuário. Ele corporifica um modelo de gestão “de baixo pra cima”, com a participação de 22 instituições²² com direito a voz e voto (KALILOSKI; ROCHA; VASCONCELLOS, 2006). No rol dos seus principais objetivos foram incluídos o apoio à organização do setor em relação às políticas oficiais de administração da pesca; a promoção de parcerias, com o objetivo de implementar planos de ação para recompor a capacidade produtiva dos recursos da pesca na Lagoa dos Patos; o estabelecimento de critérios que permitam o controle do esforço de pesca como um mecanismo de reconstituir os recursos da pesca; e, finalmente, o fomento da organização coletiva visando para dar sustentabilidade local às comunidades pesqueiras (ESTATUTO DO FÓRUM DA LAGOA DOS PATOS, 1998, *apud* KALILOSKI; VASCONCELLOS; LAVIKULICH, 2002).

Contudo, no ínterim dos desafios a serem enfrentados pelo Fórum da Lagoa dos Patos está a falta de envolvimento ativo dos pescadores e os sérios problemas relativos à representatividade do pescador,

²² O número de instituições não é fixo, a literatura consultada se refere ao total de 21 instituições integrantes do Fórum nos anos de 2002 e 2003 (KALIKOSKI et al., 2002; REIS; RODRIGUES, 2003). Além disso, em 2004 houve um processo de revisão da participação das instituições, momento em que algumas instituições foram desvinculadas, dando lugar a outras.

principalmente pelas colônias. Embora as discussões sejam abertas à comunidade, de forma que qualquer pescador também pode participar, o voto tem caráter institucional. Finalizo essas reflexões enfatizando que os desafios de representatividade e participação ativa dos pescadores artesanais não se limitam ao caso do Fórum da Lagoa dos Patos, estão presentes nos diferentes espaços de gestão compartilhada existentes no Brasil atualmente (SILVA, 2002). As desigualdades de poder nos espaços de gestão, o agravamento dos conflitos entre pescadores e, entre pescadores e outros setores econômicos, falta de reconhecimento, por parte as agências governamentais, dos saberes e formas de organização dos pescadores são alguns dos principais fatores que tem dificultado a participação dos pescadores nesses espaços formais de gestão e o real compartilhamento de poder nas tomadas de decisão.

Assim, lidar com a complexidade dos problemas socioambientais é um desafio que exige a adoção de uma nova forma de pensar e agir. A viabilidade do sistema de pesca artesanal no atual contexto de degradação intensiva da zona costeira, parece depender da adoção de uma abordagem sistêmica, capaz de transcender o cenário de fragmentação que predomina atualmente. Muitos são os pontos de tensão existentes nas políticas e agências governamentais de gestão da pesca, as quais têm se mostrado, até o momento, pouco capazes de integrar as estratégias de desenvolvimento e conservação, abrindo assim novas possibilidades de re-inventar a pesca artesanal enquanto um dos pilares de um estilo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente prudente.

3.3 Tensões envolvendo conservação e desenvolvimento, natureza e cultura

Já se tornou um lugar comum no espaço acadêmico o reconhecimento de que as chances de êxito de um novo projeto de sociedade dependerá necessariamente da superação da ideologia produtivista no campo do planejamento de estratégias de desenvolvimento. Por outro lado, as estratégias usuais de conservação têm se mostrado pouco capazes de enfrentar os dilemas das populações locais que dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Elas tendem a reforçar a utilização de enfoques analíticos que continuam a ser baseados no cultivo de supostos dualismos ou dicotomias, a exemplo de *meio ambiente & desenvolvimento*, ou de *natureza & cultura*. Historicamente, esses dualismos têm gerado todo tipo de exclusão social e

degradação dos sistemas socioecológicos. Tanto as estratégias de conservação quanto as de desenvolvimento têm deixado a descoberto dimensões importantes do desenvolvimento, além de desconsiderar as especificidades culturais, políticas, sociais e ecológicas dos países pobres - ou como se costuma chamar dos países “em desenvolvimento”. Segundo Sachs (1986), a *síndrome da crise do desenvolvimento* nos países pobres se deve a três aspectos interligados: *dependência* (sobretudo cultural), *desigualdade* e *degradação ambiental*. Daí a necessidade de olhar para as estratégias de desenvolvimento baseadas no conceito de *self-reliance* (*auto-confiança*) como oposto de dependência, no *igualitarismo* que dá prioridade para a satisfação das necessidades básicas (materiais e imateriais) da população, e em particular dos estratos mais pobres, e também no conceito de *prudência ecológica*.

Nesse sentido, fundamentados em uma visão sistêmica e complexa acerca da atual crise socioambiental, Morin e Kern (1996) trazem contribuições relevantes para se pensar os desafios e, também, as oportunidades de se construir esse novo estilo de desenvolvimento. Para os autores, o processo de ocidentalização do mundo, fundado nos mitos do progresso técnico, científico e industrial e do desenvolvimento econômico, impediram (e ainda impedem) o enfrentamento da “barbárie planetária”. A crise desses fundamentos provoca, por sua vez, uma crescente multiplicação e intensificação de antagonismos que se alimentam mutuamente, aprofundando as ambivalências da modernidade: antagonismos entre nações, religiões, modernidade/tradicionalismo, que desemboca em modernidade/fundamentalismo; antagonismo Ocidente/Oriente, Norte/Sul. A invasão da lógica da máquina artificial no mundo moderno através da difusão da idéia de desenvolvimento, infiltra-se primeiramente na indústria, para depois invadir a administração por meio da burocratização, para enfim, abarcar a vida cotidiana.

Precisamos abandonar os dois mitos maiores do Ocidente moderno: a conquista da natureza-objeto pelo homem sujeito do universo, o falso infinito sobre o qual se lançavam o crescimento industrial, o desenvolvimento, o progresso. Precisamos abandonar as racionalidades parciais e fechadas, as racionalizações abstratas e delirantes que consideram como irracional toda crítica racional dirigida a elas. Precisamos nos livrar do paradigma pseudo-racional do *Homo sapiens faber* segundo o qual a ciência e a técnica

assumem e levam a cabo o desenvolvimento humano. (MORIN E KERN, 1996, p.92).

O movimento ambientalista, em suas várias vertentes, pode ser visto como um movimento de resistência a este estilo de desenvolvimento marcado pelos dualismos elucidados acima. Contudo, a prevalência da ideologia preservacionista ainda sustenta em sua base o dualismo natureza/sociedade, meio ambiente/desenvolvimento. No caso brasileiro, especificamente, a situação não é diferente. Historicamente, o modelo de unidades de conservação criado traz em sua gênese este caráter preservacionista, legitimando o “mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES, 2004). Por isto, desde a sua gênese prevalece a visão de que a presença das populações locais no interior dessas áreas é inconciliável com os objetivos da conservação da biodiversidade.

Entretanto considerando o caráter multissetorial do ambientalismo (LEIS e VIOLA, 1995) existe no interior desse movimento grupos de resistência em relação a essa visão predominante, os quais buscam dar maior visibilidade às vozes das populações locais que vivem em estreita relação e dependência dos recursos naturais para a sua sobrevivência. É a partir da década de 80 que se intensifica a pressão de alguns segmentos do governo e da sociedade, sobretudo de organizações não-governamentais (ONGs) e dos movimentos sociais, como por exemplo o movimento dos seringueiros e das quebradeiras de coco babaçu, no sentido de integrar as estratégias de conservação e desenvolvimento. Os debates desencadeados pelas tensões dessas diferentes visões foram ganhando espaço na agenda pública brasileira na medida em que estes movimentos foram ganhando maior fôlego. Os resultados desses debates se institucionalizam com a criação de categorias de uso sustentável de Unidades de Conservação previstas pela lei 9.985/2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Nesse sentido, podemos observar alguns avanços a partir do SNUC, com a criação e regulamentação das UCs de Uso Sustentável, como as Áreas de Proteção Ambiental, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Extrativistas. Para além das especificidades de cada uma dessas categorias, de modo geral, as UCs de Uso Sustentável se propõem a exprimir e legitimar uma nova visão da relação entre homem e natureza, tentando superar a visão de mundo dualista que dá suporte às UCs de Proteção Integral. Entre os objetivos do SNUC que vão nesta direção está a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de

conservação da natureza no processo de desenvolvimento; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura, promovendo-as social e economicamente. (SNUC, artigo 4º). Além disso, as diretrizes que regem o SNUC buscam assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; e também assegurar as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais (SNUC, artigo 5º). A instituição dos Conselhos Gestores em cada UC (sejam Deliberativos, nos casos das Resex e RDS, ou Consultivos, no caso das APA) são as instâncias criadas para a participação dos diferentes grupos e atores sociais nos diversos assuntos relativos à gestão da UC.

De fato, são inegáveis os avanços na legislação ambiental brasileira, se considerarmos a histórica prevalência do ambientalismo preservacionista no País. O recente reconhecimento pelo Estado dos direitos das populações tradicionais²³ e de seus saberes no processo de gestão ambiental cria (ou deveria criar) oportunidades para que essas populações possam participar mais ativamente das decisões relativas ao seu próprio futuro. Contudo, esse reconhecimento não deixa de trazer ainda certas restrições a essas populações, uma vez que seus modos de vida devem estar em sintonia com um estilo de vida sustentável (MENDES, 2009). Mas sustentável para quem? Quem define o que é sustentável? O caráter complexo e polissêmico de tal conceito exige a integração e o diálogo de diversas áreas de conhecimento e destas com os saberes tradicionais e locais. Contudo, a hegemonia das ciências biológicas na definição dos parâmetros de sustentabilidade impõe diversos obstáculos para a construção democrática de um novo estilo de desenvolvimento, baseado na prudência ecológica e no respeito multicultural. Muitos são os casos em que as populações tradicionais são expulsas de seus territórios devido à criação e implementação de UCs de Proteção Integral, ou, nos casos de UCs de Uso Sustentável, as comunidades tradicionais têm suas atividades econômicas e culturais cerceadas em nome de um estilo de vida sustentável baseado na conservação da biodiversidade. Na prática, ainda são muitos os obstáculos em direção a um diálogo horizontal, que torne possível a negociação dos

²³ Este conceito é polêmico e tem sido alvo de reflexões e críticas por muitos pesquisadores. Cf. CREADO et al. 2008; MENDES, 2009, 2008; LOBÃO, 2006; CASTRO, et al., 2006.

interesses de forma a garantir a manutenção dos modos de vida dessas populações.

Esse cenário legal e jurídico no qual se inserem as populações tradicionais ganha maior complexidade com o advento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (MENDES, 2009). O decreto 6.040, de fevereiro de 2007, que a institui tem como objetivos específicos 1) garantir os territórios dos povos e comunidades tradicionais, bem como o acesso aos recursos que tradicionalmente utilizam para a sua reprodução física, cultural e econômica (artigo 3º, parágrafo 1º); e solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de UCs de Uso Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de UCs de Uso Sustentável (artigo 3º parágrafo 2º). Ao mesmo tempo em que visa proteger a diversidade cultural, este decreto condiciona que esses modos de vida sejam sustentáveis. O que num primeiro momento pode ser visto como um avanço, uma forma de integrar natureza e cultura tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável, na prática muitas vezes se converte em um impasse: o que priorizar, a sustentabilidade do recurso natural ou o respeito à diversidade cultural? De modo geral, a decisão relativa à sustentabilidade ou não de um modo de vida é política. Nesse embate entram em cena as diversas vertentes do ambientalismo, interesses políticos conflituosos de diferentes órgãos governamentais (ex: ICMBio e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI) em casos de sobreposição de UCs e terras indígenas), demandas diferenciadas dos grupos sociais ditos tradicionais, que começam a exigir do Estado o reconhecimento de uma identidade específica, seja de ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, quilombolas, entre outras.

Mendes (2009) tratou desse dilema em sua tese de doutorado, de um ponto de vista que integra o direito, a ciência e a mobilização popular. A autora analisou situações concretas onde ocorre a colisão dos princípios constitucionais de proteção ambiental e proteção à diversidade cultural. Isso nos leva a ponderar que entre a lei e a realidade concreta, ou *situações de ação*, como se refere Mendes (2009), há um universo a ser desvelado. E é justamente nos meandros dessas realidades que podemos compreender como os grupos sociais adaptam as leis aos seus modos de vida, visões de mundo e conhecimentos específicos. As questões que a autora levanta me parecem fundamentais: *De que forma o Estado permite ou não certas ações (por meio de suas normas e políticas públicas) e como os moradores reagem a isso, respeitando ou negando as leis positivadas e as políticas governamentais? E, sobretudo, o que faz com que exista um descompasso tão grande entre o que é determinado pelo*

*direito positivado*²⁴ e como as realidades sociais de fato são? (MENDES, 2009, p.19).

Chamo atenção para esses embates e ambigüidades por entender que têm permeado as realidades concretas de criação e gestão de arranjos de gestão compartilhada. Não tenho o intuito de aprofundar essas reflexões e adentrar no campo do direito. Contudo, na busca da compreensão dos conflitos socioambientais gerados e/ou intensificados a partir da proposta de criação de duas Resex Marinho-Costeiras no território estudado me deparei com diferentes compreensões acerca desta política, ora pendendo para a perspectiva da preservação ambiental e regulação do recurso pesqueiro, ora priorizando o respeito aos direitos multiculturais das populações tradicionais. Além disso, essas tensões estão presentes nas práticas de gestão das UCs existentes no território costeiro estudado.

Nesse sentido, para se pensar a criação e o fortalecimento de sistemas de gestão compartilhada da pesca artesanal a partir da criação de UCs de Uso Sustentável torna-se necessária uma incursão às especificidades de nosso arcabouço jurídico, e também, da cultura política e formas de organização sociocultural das populações tradicionais. Nos processos de criação das Reserva Extrativistas estudados foi feito um esforço no sentido de apreender a forma como os pescadores artesanais compreendem esta política pública, os conhecimentos compartilhados. Muitas disputas e conflitos já aparecem no momento pré-implementação da Resex, em que as populações locais re-significam a UC com base em suas vivências cotidianas, formando alianças e se posicionando a partir de seus referenciais construídos socialmente.

Além do desafio de lidar com o dualismo natureza e cultura, os processos de criação e gestão de UCs de Uso Sustentável estão imersos também em disputas inerentes ao binômio desenvolvimento e meio ambiente. No contexto complexo de intensas pressões econômicas a que tem sido submetida a zona costeira brasileira, os embates se tornam cada vez mais acirrados e antagônicos. Os distintos interesses das populações locais, dos empresários, do poder público municipal e estadual, delineiam um cenário conflituoso a ser elucidado. E nesse campo de embates estão as populações locais com suas respectivas clivagens, posicionando-se em meio às diferentes “verdades” e jogo de interesses antagônicos.

Os impactos socioculturais e econômicos causados pela criação de UCs de Proteção Integral às populações locais estão arraigados no

²⁴ Mendes (2009) considera o direito positivado e o direito estatal como sinônimos.

imaginário destas, tem gerado uma atitude negativa diante dos órgãos ambientais, que, em muitos casos, são vistos como restritivos, um constrangimento externo aos direitos do indivíduo. No entanto, essa visão negativa em relação ao Estado não ocorre somente em relação às UCs de Proteção Integral, como veremos nos capítulos subseqüentes. A maneira como o Estado vem implementando as UCs de Uso Sustentável em nome do conceito de sustentabilidade baseado em saberes técnico-científicos advindos das áreas exatas e biológicas, e a própria estrutura formal dos espaços participativos de gestão, também têm tido reflexos negativos nas populações locais, que de modo geral, não vêem as agências ambientais do governo como parceiras, e sim, como opositoras.

A partir do momento em que os pescadores artesanais são reconhecidos pelo Estado como integrantes de uma população tradicional, passam a ter o direito de acessar políticas públicas específicas, como por exemplo, as Reservas Extrativistas. Sem me ocupar aqui dos casos de sobreposição de territórios tradicionais (indígenas ou quilombolas) e UCs, priorizo nesta tese os casos de criação de Resex, que ao meu ver, abrigam toda essa ambigüidade. Qual o objetivo último das Resex Marinhas? Elas devem ser fruto da reivindicação dos pescadores artesanais para proteger o seu modo de vida ou seriam meros instrumentos do Governo para ordenar o recurso pesqueiro? Podemos integrar os dois objetivos de modo horizontal, sem prejuízos para ambos?

Contudo, sem estar alheia aos desafios de gestão das Resex, considero que as mesmas são um arranjo com grande potencialidade para se fortalecer um processo de gestão compartilhada que tenha em sua base o saber das populações tradicionais. No entanto, as questões relativas ao empoderamento dos pescadores, à participação autêntica nos espaços de decisão, ao respeito aos seus saberes e modos de vida são desafios a serem ainda enfrentados.

3.4 A trajetória das Reservas Extrativistas: de movimento social à Unidade de Conservação

Pensar as possibilidades de consolidação de sistemas de co-gestão e co-gestão adaptativa voltados para um estilo de desenvolvimento alternativo num território onde existem dois processos de criação de reservas extrativistas, significa trazer a teoria dos *commons*, e mais especificamente o enfoque da co-gestão, para as peculiaridades políticas, sociais, jurídicas, culturais e ecológicas do Brasil. Esse exercício

intelectual torna-se extremamente importante, uma vez que as reflexões sobre co-gestão adaptativa emergiram, sobretudo, nos países da América do Norte e Europa, como o Canadá e Suécia, e têm sido aplicadas em países da África, Ásia e América Latina (ARMITAGE; MARSCHKE; PLUMMER, 2008; CUNDILL, 2010; KALIKOSKI; LAVIKULICH, 2003). Alguns elementos importantes relativos ao nosso arcabouço legal e jurídico já foram mencionados acima, e ao longo do texto esses elementos serão complementados com algumas reflexões sobre a dimensão sociocultural. Neste sentido, faço um relato da trajetória das Resex Extrativistas a fim de pontuar as principais transformações ocorridas, tanto conceituais quanto relativas aos seus instrumentos de gestão, principalmente com a transposição desse modelo amazônico para o bioma marinho. Como será mostrado ao longo do texto, essas transformações influenciaram profundamente os processos de criação das Resex e sua posterior implementação.

Não pretendo relatar em detalhes a trajetória de construção do conceito de reserva extrativista e sua institucionalização. Isto seria objetivo de uma outra tese e, de certa forma, seria redundante, uma vez que já foi realizado com brilhantismo por Alegretti (2002). Meu intuito é traçar uma síntese dessa história a partir das descobertas de Alegretti (2002) reunindo elementos-chave que nos ofereçam subsídios para lançar um olhar mais “situado” historicamente, e por isso, mais nítido, sobre o atual contexto das Resex Marinhas.

A história das reservas extrativistas nos convida a alçar um vôo, ainda que breve nesta tese, em direção ao contexto sócio-político da Amazônia brasileira nas décadas de 1970 e 1980. Nessa época, o ciclo de exploração da borracha vivenciava um momento de crise, ocasionando a falência de muitos seringalistas e a venda das terras para pagar as dívidas. A exploração da borracha foi organizada por rígidas relações de exploração do trabalho dos seringueiros, que se encontravam numa situação de submissão aos patrões, donos das terras em que moravam e dos *barracões*. Contudo, no vale do Acre existiam seringueiros que haviam conquistado certa autonomia em relação aos seringalistas - aqueles que se intitulavam *libertos*. Pelo fato de não se submeterem mais ao jugo dos patrões, podiam acessar livremente o mercado. Contudo, eles tinham que lidar com a constante ameaça de expulsão das posses que viviam há gerações, bem como dos desmatamentos que exterminavam o seu meio de vida.

É nesse contexto que começa a ganhar vulto um movimento social com características bastante peculiares: o movimento social dos seringueiros. Ele nasce nas lutas pelo direito à terra e pela afirmação de

seu modo de vida, ameaçados pela política desenvolvimentista levada adiante pelos sucessivos governos militares. Este modelo de desenvolvimento tinha como um de seus pilares a pecuária extensiva, que além de expulsar os povos da floresta de seus territórios, reduzia a rica biodiversidade das florestas a imensos campos de pastagens (CUNHA, 2001). As estratégias coletivas de luta contra o desmatamento empreendidas pelo movimento social dos seringueiros eram os empates²⁵, uma espécie de mutirão no qual os seringueiros desmontavam os acampamentos dos peões e formavam uma barreira humana ao redor das árvores para impedir que fossem derrubadas com as motosserras, e assim, evitar a expulsão das famílias de suas respectivas “colocações”²⁶.

Organizados em sindicatos, os seringueiros tiveram Chico Mendes como sua principal liderança. Durante as reuniões preparatórias para o I Encontro Nacional dos Seringueiros (ENS), merece destaque a reunião que ocorreu em Rondônia, em 1985, pois nessa ocasião apareceu pela primeira vez a idéia de reservar uma área exclusiva para os seringueiros. Seis temas prioritários foram debatidos: (a) conflitos com os índios; (b) propostas para os Soldados da Borracha; (c) a crise do extrativismo; (d) desmatamento e conflitos com fazendeiros e colonos; (e) áreas reservadas para índios e seringueiros; e (f) o papel do extrativismo na proteção da Amazônia. É, sobretudo na discussão sobre os conflitos vivenciados com os índios e as políticas públicas voltadas para esses grupos que nasce a idéia de Resex.

O Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, realizado no dia 15 de outubro de 1985, na Universidade de Brasília, teve grande repercussão, contando com a participação de seringueiros dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Pará, e representantes da sociedade civil nacional e internacional. Ele foi organizado em torno de cinco temas: Direitos Históricos dos Soldados da Borracha; Os Seringueiros e o Desenvolvimento da Amazônia; Os Seringueiros e a Reforma Agrária; Política para a Borracha; Cultura, Educação e Saúde nos Seringais. A seguir, transcrevo alguns trechos do documento final do Encontro que

²⁵ Empate, na linguagem amazônica, tem o significado de impedir, dificultar, embargar (ALEGRETTI, 2002).

²⁶ As colocações são as unidades produtivas do seringal, onde vive e trabalha cada família. As colocações estavam sendo desestruturadas pelo projeto de colonização do governo – os Assentamentos Dirigidos – no qual eram demarcadas áreas retangulares cedidas principalmente aos colonos, provocando, assim, conflitos e diminuição da produtividade dos seringueiros (LOBÃO, 2006, p. 43).

elucidam as críticas que o movimento dos seringueiros tinha em relação ao modelo de desenvolvimento vigente na Amazônia, e também aspectos centrais sobre o estilo de desenvolvimento que almejavam.

I – Desenvolvimento da Amazônia

1) Exigimos uma política de desenvolvimento para a Amazônia que atenda aos interesses dos seringueiros e que respeite os nossos direitos. Não aceitamos uma política para o desenvolvimento da Amazônia que favoreça as grandes empresas que exploram e massacram trabalhadores e destroem a natureza.

2) Não somos contra a tecnologia, desde que ela esteja a serviço nosso e não ignore nosso saber, nossas experiências, nossos interesses e nossos direitos. Queremos que seja respeitada nossa cultura e que seja respeitado o modo de viver dos habitantes da floresta amazônica.

3) Exigimos a participação em todos os projetos e planos de desenvolvimento para a região (Planacre, Polonoeste, Asfaltamento da BR 364, entre outros), através de nossos órgãos de classe, durante sua formulação e execução.

4) Reivindicamos que todos os projetos e planos incluam a preservação das matas ocupadas e exploradas por nós, seringueiros.

5) Não aceitaremos mais projetos de colonização do Inca em áreas de seringueiras e castanheiras.

6) Queremos uma política de desenvolvimento que venha apoiar a luta dos trabalhadores amazônicos que se dedicam ao extrativismo, bem como às culturas permanentes e às outras culturas do seu interesse, e que preserve as florestas e os recursos da natureza. Queremos uma política que traga benefícios a nós trabalhadores e não aos latifundiários e empresas multinacionais. Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta.

II - Reforma Agrária:

(...)

4) Definição das áreas ocupadas por seringueiros como reservas extrativistas, assegurado seu uso pelos seringueiros.

(...)

7. Que os seringueiros tenham assegurado o direito de enviar seus delegados à Assembléia Nacional Constituinte para defender uma legislação florestal e fundiária de acordo com suas necessidades específicas.

III- Política para a Borracha

(...)

2. Deve ser assegurada a representação dos seringueiros no Conselho Nacional da Borracha e na SUDHEVEA

6. Aprovação de pequenos projetos para a plantação de seringueiras, castanheiras e fruticultura em geral, bem como de conservação de seringueiras nativas, adultas e produtivas, sendo esses projetos destinados aos seringueiros.

7. Apoio à formação de cooperativas de consumo, com financiamento para transporte e distribuição.

8. Que a mini-usina seja administrada cem por cento por seringueiros, com assistência técnica fornecida pela SUDHEVEA²⁷.

(...)

V – Saúde

(...)

7. Que sejam criados laboratórios na própria região amazônica, aproveitando as plantas e os recursos da região.

(...)

12. Que os recursos financeiros destinados à construção de postos de saúde sejam repassados para a comunidade construir e não para empreiteiras.

(...)

VI - EDUCAÇÃO E CULTURA

(...)

²⁷ Superintendência da Borracha.

4. Professores seringueiros, escolhidos pela comunidade e que tenham oportunidade de encontros para troca de experiências entre si e com outras pessoas.

5. Calendário escolar que respeite as épocas de plantio e o regime de chuvas da região.

(...)

8. É preciso que a merenda escolar inclua produtos oferecidos pela região, como sejam a castanha e outros gêneros alimentícios locais.

(...)

11. Apoio a projetos de educação como o Projeto Seringueiro do Acre, bem como outros que tenham a participação direta dos seringueiros e correspondam às suas necessidades. (Documento final do I Encontro Nacional dos Seringueiros *apud* ALLEGRETTI, 2002, pp. 436-444).

O conjunto de reivindicações dos seringueiros desafiava o modelo de desenvolvimento vigente. Propunha-se à construção de um estilo de desenvolvimento endógeno, capaz de torná-los capazes, como sujeitos, de co-decidir sobre questões importantes relacionadas à manutenção de seu modo de vida. O conceito de desenvolvimento subjacente era inédito naquele contexto, pois aliava a conservação ao desenvolvimento, como fica explícito nos diversos trechos transcritos acima, e especialmente neste: *Nós, seringueiros, exigimos sermos reconhecidos como produtores de borracha e como verdadeiros defensores da floresta*. Eles passaram a exigir um estilo de desenvolvimento adaptado ao contexto social, cultural e ecológico da Amazônia, que promovesse justiça social, qualidade de vida, tecnologias com base no saber local, e conservação dos seus meios de vida, a floresta e seus recursos. Contudo, essas mudanças desafiavam, sobretudo, as históricas relações de poder envolvendo seringueiros, seringalistas, empresários e o próprio governo. Os seringueiros não aceitavam mais o fato de permanecerem objetos das políticas públicas da borracha que favoreciam os seringalistas e comerciantes, reivindicando participação ativa na construção dessas políticas e nos processos de tomada de decisão. Por isso, todos esses temas foram alvo de intensos debates e conflitos.

Uma das questões mais polêmicas discutidas no Encontro foi a Reforma Agrária. Os seringueiros reivindicavam a desapropriação dos seringais nativos e a sua apropriação comunitária, seguindo o mesmo modelo das terras indígenas. Nesse sentido, as Reservas Extrativistas se

configuravam enquanto uma proposta peculiar de reforma agrária. Contudo, essas reivindicações colidiam com o Plano Nacional da Reforma Agrária, que, entre outras coisas, previa o parcelamento dos seringais em lotes de 70 ha para cada família, privilegiando os interesses dos seringalistas.

Um dos resultados importantes desse Encontro foi a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), um marco na história do movimento social dos seringueiros, pois a partir de então começam a alcançar maior visibilidade no cenário político nacional e internacional. As sinergias existentes entre a luta social dos seringueiros e o interesse do movimento ambientalista na proteção das florestas facilitaram a formação de alianças com diversos organismos internacionais ligados à questão ambiental. Dessa forma, o CNS e o seu pleito pelas Reservas Extrativistas foram inseridos rapidamente em uma ampla rede internacional de informações (ALEGRETTI, 2002, p.461). Se por um lado, naquela conjuntura o apoio internacional foi fundamental para fortalecer a luta dos seringueiros contra os interesses nacionais ligados ao agronegócio, por outro lado, havia o risco da luta social dos seringueiros ser subsumida pelos interesses estritamente ambientalistas. Como aponta Alegretti (2002, p.450):

As questões que mobilizavam os seringueiros eram eminentemente sociais, políticas e econômicas. A floresta era o meio de vida daquelas pessoas e não uma categoria abstrata que pudesse representar interesses mais amplos do que os que eles estavam acostumados a defender no dia a dia.

De fato, a palavra “meio ambiente” não fazia parte do vocabulário dos seringueiros, e sequer foi pronunciada durante o ENS. No âmbito nacional, a inserção da proposta de Reserva Extrativista nas políticas públicas acabou tramitando tanto nas agências governamentais responsáveis pela reforma agrária quanto naquelas responsáveis pelas questões ambientais.

Conforme o conceito de Resex foi ganhando maior nitidez, os debates passaram a se concentrar no formato jurídico correspondente. Como não existia dispositivo legal para a proposta de Reserva Extrativista, inicialmente a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) buscaram enquadrá-la nas modalidades instituídas de áreas protegidas com possibilidades de uso - como a Área de Proteção Ambiental (APA) e

a Floresta Nacional (FLONA). Contudo, essas áreas não contemplavam o cerne das propostas dos extrativistas, que era o reconhecimento do direito de apropriação dos seringueiros e de outros recursos da floresta. Por um lado, embora a APA resolvesse parte dos problemas ambientais, seu domínio são terras privadas ou públicas, o que não as caracterizava terras de “domínio” dos seringueiros sob a noção de pertencimento mútuo. Por outro, apesar das FLONA serem terras da União, foram idealizadas visando a exploração dos recursos florestais por empreendimentos privados em áreas desocupadas, mediante processo de licitação. Nenhuma das categorias de áreas protegidas se adequava às especificidades socioculturais e econômicas dos povos extrativistas da Amazônia.

Além disso, Alegretti (2002, p.523) destaca que o debate técnico ficou polarizado entre os defensores da exploração florestal, de um lado, e os ambientalistas preservacionistas, de outro. Para os primeiros, os seringueiros representavam um retrocesso na exploração florestal, que deveria ser privilégio das empresas madeireiras, e para os segundos, a atividade de extração era intrinsecamente predatória, e por isto deveria ser proibida. Assim, as negociações não se deram entre “iguais”. Dessa forma, os seringueiros eram vistos por ambos como um grupo social marginalizado, com menor legitimidade para usar e se apropriar dos recursos florestais.

Nesse sentido, os seringueiros sustentaram a proposta das Resex que foi previamente discutida nos diversos encontros, definida como uma política específica de reforma agrária, capaz de reconhecer e respeitar o modo de vida dos povos da floresta. A modalidade de propriedade da terra e a administração da reserva também foram temas de muitas discussões entre os seringueiros e seus interlocutores. Por fim, o Conselho Nacional dos Seringueiros decidiu defender a proposta de que a Resex seria terra da União com usufruto dos seringueiros. Desse modo, delineado o formato jurídico das Resex, o desafio seguinte foi pressionar o governo para tornar a Resex uma realidade concreta.

Diversas estratégias foram traçadas nesse sentido, desde campanhas e alianças nacionais e internacionais, de modo que movimento dos seringueiros foi ganhando força política, denunciando o desmatamento da região amazônica a partir da exploração de terras por grandes empresários rurais. Este cenário de visibilidade internacional do movimento é intensificado com o assassinato de Chico Mendes, em 1988.

Em junho de 1989, as reservas extrativistas foram incorporadas à Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. A primeira Resex criada

foi Alto Juruá, em 1990, seguida da Resex Chico Mendes. Paralelamente, os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE)²⁸ continuavam a ocorrer no âmbito do INCRA. Em 1992 ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92, e a criação e a gestão das Resex passaram a ser realizadas pelo Centro Nacional de Desenvolvimento das Populações Tradicionais – CNPT-, criado no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Nesse mesmo ano foi criada a primeira Resex em ambiente marinho-costeiro, a Resex Marinha de Pirajubaé, em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

A Rio 92 e a conjuntura de redemocratização neoliberal no País geram um contexto propício para o delineamento de programas governamentais e termos de cooperação internacional com a finalidade de proteger as florestas do desmatamento e exploração desenfreada. Desde então, as Resex têm se beneficiado dos recursos advindos do exterior para a sua implementação, como é o caso do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), criado em 1992, que se desdobra nos Projetos Resex 1 e Resex 2, com o intuito exclusivo de criar novas Resex e implementar as Resex existentes; Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)²⁹, fruto de uma parceria entre a WWF, o Banco Alemão KFW e o GTZ, em 2002. Em 2008, vem o Projeto Noruega, que tinha o intuito de contemplar as 22 Resex que ficaram fora do ARPA.

Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, em 2000, as Resex não apenas passaram a integrar o grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, mas a incorporar novos significados. Como exemplo, podemos citar o conceito de “população extrativista” - contido inicialmente no decreto 98.897 de janeiro de 1990 e

²⁸ As Resex foram denominadas, para fins de reforma agrária, como Projeto de Assentamento Extrativista (PAE). Este foi um projeto desenvolvido no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária, e trazia em seu bojo uma proposta diferenciada de reforma agrária - distinta dos projetos de colonização até então implementados pelo INCRA. Sua concepção e implementação buscavam incluir as especificidades das formas de organização social, ocupação do espaço e desenvolvimento econômicos dos extrativistas. (ALEGRETTI, 2002, pp. 577-580).

²⁹ Inicialmente o ARPA contemplava somente as UCs de Proteção Integral, mas segundo relato do então diretor da Diretoria Socioambiental do IBAMA na época, a inclusão das Resex foi fruto de articulação do CNS, que mobilizou um grupo de lideranças extrativistas a fim de negociar com o banco alemão a inclusão de áreas protegidas de uso sustentável.

apontado como um marco do movimento dos seringueiros – que passa a ter o significado de “população tradicional”. Além disso, o “manejo dos recursos ambientais” não é mais norteado pelos acordos locais definidos a partir dos saberes locais, consolidados pelo Plano de Utilização, mas por meio de um Plano de Manejo elaborado a partir do conhecimento científico, sem um efetivo diálogo entre os saberes e os grupos sociais, conforme ressaltado por Lobão (2006, p.31):

(...) o SNUC veio consagrar uma mudança radical, onde o saber local ficou subordinado ao conhecimento científico, e aos paradigmas do desenvolvimento sustentável e os lugares viraram “meio ambiente”. No primeiro movimento, o passado, o conhecimento tradicional cedeu lugar ao futuro, subordinado ao conhecimento científico, pois este é supostamente dotado de maior grau de previsibilidade. No segundo, o território conhecido, o lugar particular foi substituído por um espaço difuso, universal, o “Meio Ambiente”, cuja maior expressão está em Gaia (Lovelock, s.d.).

Se à primeira vista a estruturação de uma legislação ambiental e também das agências ambientais, a partir da década de 1990, mostraram-se decisivas para a consolidação das reservas extrativistas enquanto uma política pública, um olhar mais aprofundado revela os riscos inerentes a esse processo. Na medida em que as Resex vão se consolidando cada vez mais como uma política do governo, a criação das mesmas é efetivada visando atender às metas fixadas pelo MMA e seus instrumentos de gestão vão se tornando cada vez mais burocratizados. O número de reservas extrativistas criadas cresceu consideravelmente nas duas últimas décadas, de modo que atualmente existem 59 Resex: 32 na Amazônia, 5 no Cerrado, 2 na Mata Atlântica e 20 no bioma marinho³⁰.

Além disso, o financiamento das agências multilaterais têm implicações para os processos participativos na gestão das Resex, como salienta Mancin (2001, p.20) ao se referir ao PPG7:

Os países do G7, ao escolherem o Banco Mundial como agência implementadora do PPG7, impuseram ao Brasil o modelo de participação de

³⁰ Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

comunidades que vinha sendo apregoado pelos organismos internacionais de financiamento. Na prática, acaba sendo mais um instrumento de controle e de interferência externa nas ações nacionais, frente a um Estado omissivo, com autonomia reduzida, por meio do qual agentes externos passam a orientar as ações coletivas locais, colocando-se como protagonistas do desenvolvimento do país. Existe o perigo desse discurso da participação provocar uma falsa sensação do efetivo envolvimento das pessoas nos processos decisórios, servindo muito mais para a legitimação das ações, do que para uma efetiva democratização das decisões. O Brasil tem servido como laboratório dessas teorias, a exemplo das dificuldades verificadas em Programas como o Polonoroeste, Planaflo, Prodeagro, e PDRI, que impuseram regras de uma espécie de “participação burocrática”.

Como aponta Alegretti (2002, p.582), um dos aspectos fundamentais da proposta dos seringueiros era que eles queriam criar projetos extrativistas onde houvesse organização prévia das comunidades e não onde o governo pretendesse eliminar focos de tensão. E no processo de institucionalização das Resex estava embutido esse risco. Para os seringueiros essa organização prévia era um requisito fundamental para assegurar o sucesso da Resex após sua criação. A fala de Chico Mendes é elucidativa nesse sentido:

É um trabalho muito lento, realizado com muita paciência. Nós estamos realizando um trabalho na área de Xapuri, no Vale do Acre, que é um trabalho de 14 anos, a partir de um trabalho educacional que vem se desenvolvendo desde 74 e esse trabalho foi iniciado em cima da propriedade e da questão da derrubada. No momento em que os latifundiários, os novos proprietários da região, tentaram desmatar todas aquelas áreas de seringais, naquele momento se implantavam os Sindicatos e como os seringueiros estavam em total desespero porque não tinham nenhuma orientação, nós nos concentramos naquela área pra fazer um trabalho de organização política, explicando a eles o direito de posse que eles

tinham. (...) Depois da proposta da criação da Reserva Extrativista e a partir da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros em 1985, nós começamos a nos concentrar mais naquelas áreas consideradas em conflito, áreas que estão concentradas, áreas que têm o maior número de seringueiros e castanheiros e começamos um trabalho de criação de escolas e postos de saúde naquelas áreas que nós defendemos como áreas prioritárias para a implantação das primeiras Reservas Extrativistas na região. Nós selecionamos vários seringais no município e todos estão concentrados nessa região, porém dentro destas 23 áreas aproximadamente, nós temos aquelas consideradas, que solicitamos em caráter de urgência, onde o conflito está mais presente, que são áreas onde os seringueiros estão organizados, já tem escola, posto de saúde e tem uma idéia do que que é a Reserva Extrativista. Então nosso objetivo é fazer com que dêem certo as primeiras Reservas Extrativistas. O nosso medo é que se implante uma reserva em uma área onde não existe um mínimo de organização e não dê certo e isso seria um ponto muito negativo para o nosso trabalho com os seringueiros.” (Fala de Chico Mendes no Seminário "O Desenvolvimento da Amazônia e a Questão Ambiental", realizado entre 3 e 7 de fevereiro de 1988 em Rio Branco. *Apud* ALEGRETTI (2002, p. 638-639).

Nesse sentido, as Resex deveriam ser prioritariamente criadas em áreas de conflitos intensos onde houvesse uma organização social dos seringueiros. Mas que tipo de organização social seria essa? Como fica o processo de criação das Resex com a sua institucionalização no âmbito do Ministério do Meio Ambiente? É o que discutirei a seguir.

3.4.1 Arcabouço legal para a criação de Reservas Extrativistas

No Roteiro para a Criação e Legalização das Reservas Extrativistas³¹, no final da década de 1990, o CNPT determina o tipo de organização necessária para se iniciar um processo de criação de Resex: primeiramente, deveria ser providenciado um abaixo assinado dos moradores locais. De acordo com o roteiro, “o pedido supõe um entendimento prévio dos moradores e a compreensão daquilo que estão pedindo”, de modo a assegurar o bom andamento de todo o processo subsequente. Outra condição indispensável para a criação das Reservas estipulava que os moradores deveriam estar dispostos a trabalhar em grupo, em forma de associação. “Caso não exista, os moradores devem criar uma associação capaz de representá-los. Todos os moradores devem fortalecer esta Associação e trabalhar para que haja compreensão, harmonia e mútua colaboração entre eles”. (CNPT, ca. 1997, a)

Estava assim estabelecida a forma de organização necessária à criação das Resex: associações de moradores devidamente registradas. E no estatuto de tais associações deveria estar explícito o compromisso com a “conservação do meio ambiente, pois esta condição é necessária para negociar convênios com as instituições ambientalistas governamentais.” O documento ainda ressalta: “Não se deve formar uma associação simplesmente porque é uma condição para criar a reserva. A associação deve ser o resultado natural da compreensão e da percepção, por parte dos moradores, de que a co-gestão da Reserva exige que eles sejam coesos e organizados³². É preferível trabalhar no fortalecimento da associação, antes de solicitar a criação da Reserva, cujo futuro depende daquela, tendo em vista que é a associação quem recebe a Concessão de Direito Real de Uso.” (CNPT, ca. 1997 a).

Para que o processo de associativismo seja impulsionado e consolidado o CNPT esclarece a necessidade de haver boas lideranças para conduzi-lo. Tais lideranças podem ser reconhecidas pelos “frutos que deixam na comunidade, isto é, o bom líder não é aquele que tem o dom da palavra e sim aquele que *arrebanha seguidores*³³, ou seja, aquele que é aceito e bem querido pela comunidade” (CNPT, ca. 1997 a).

³¹ Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/textos/c1.htm>. Acesso em: 1 de junho de 2012.

³² Grifo meu.

³³ Grifo meu.

Por meio da capacitação e educação ambiental dessas lideranças e dos demais associados, eles se transformariam em “ambientalistas, protetores da unidade de conservação”.

São muitas as indagações que suscitam do texto acima. E se nas comunidades não houver “boas lideranças”, capazes de arrebanhar seguidores? Como reconhecê-las? Seria mesmo uma característica de uma boa liderança arrebanhar seguidores? Que tipo de comunidade é essa a que se refere o CNPT? Uma comunidade harmônica, homogênea, coesa? E se houver conflitos internos na comunidade, com distintas lideranças representando grupos e interesses antagônicos? Será viável associá-los em uma mesma associação? Nesse caso a criação de uma associação facilitaria a colaboração entre os moradores ou acirraria e cristalizaria os conflitos existentes?

Na mesma época, o CNPT publica ainda um documento que trata da importância da associação de moradores para a proteção da unidade de conservação, no qual lista algumas vantagens do associativismo:

1) A primeira vantagem da organização dos moradores, para proteger melhor as unidades de conservação é que as decisões são legitimadas pela coletividade e como tal, os novos comportamentos não são retardados pelo "controle social".

2) A organização permite ainda que as decisões sobre a conservação dos recursos naturais sejam tomadas de forma democrática, mediante a participação dos interessados.

3) Outra vantagem é que mediante a própria organização dos moradores é mais fácil multiplicar as informações e harmonizar a compreensão das mensagens.

4) A maior vantagem, entretanto, é o somatório de potencialidades dos comunitários que se torna uma força transformadora. (CNPT, ca. 1997 b)

Esse trecho do documento merece uma ponderação. No primeiro item, o CNPT explicita um pré-conceito relativo aos modos de vida rurais e suas especificidades socioculturais. O “controle social” exercido por essas comunidades é visto como um elemento conservador, um obstáculo às mudanças dos comportamentos predatórios em direção a práticas conservacionistas. Nesse sentido, é preciso que haja uma

“organização social”, ou seja, uma associação, que traga valores e práticas sociais democráticas a partir da participação, facilite uma comunicação transparente, tornando-se uma força transformadora. Faço minhas as reflexões de Lobão (2006, p.50) referentes a esse trecho do documento:

É sabido que nem sempre a participação garante a democracia, e muito menos a organização é uma condição necessária e suficiente para a construção de um ambiente democrático. Assim como é uma crença vã acreditar que basta uma associação para que se alcance a harmonia na compreensão de mensagens. Mas o quarto item é o mais interessante: nele a associação é vista como uma força transformadora. Só não antecipa como acontece o processo nem o rumo desta transformação.

Com a promulgação do SNUC em julho de 2000 muda todo o arcabouço legal das UCs. Contudo, as diretrizes, normas e procedimentos para a criação de Resex são especificados somente em 2007, na publicação da Instrução Normativa 03, de 18 de setembro de 2007³⁴. Até a publicação desta IN os processos de criação das Resex eram regulamentados pelo decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002).

De acordo com a IN 03, a solicitação da Resex deve ser feita formalmente pela população tradicional ou sua representação (artigo 4), não sendo mais pré-requisito (ao menos explicitamente no texto) a existência de uma associação local formalizada. Essa mudança foi fruto de discussões com lideranças e gestores das Resex, que, com base na experiência de criação e gestão destas, avaliavam de forma negativa a obrigatoriedade da solicitação das Resex ser feita por uma associação.³⁵

A seguir destaco o artigo 3º da referida Instrução Normativa, no qual constam as diretrizes que devem nortear os processos de criação de Resex:

³⁴http://www.mma.gov.br/estruturas/240/arquivos/in_icmbio_03_criao_resex_e_rds_pdf_240.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2012.

³⁵ Contudo, é importante destacar que, necessariamente, a associação deverá ser formada posteriormente para fins da assinatura do CCDRU.

I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental;

II - a transparência do processo de criação e a adequação à realidade local;

III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social;

IV – o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;

V - a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na criação da Unidade;

VI - a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais; e,

VII – a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais.

Em síntese, as diretrizes para a criação das Resex são delineadas com a finalidade de assegurar a participação ativa das populações tradicionais, de modo que fossem reconhecidos e valorizados os seus saberes e formas de organização social. Com base nessas diretrizes, os processos de criação das Resex devem seguir as seguintes etapas: i) solicitação formal da população tradicional ou sua representação; ii) vistoria técnica do ICMBio para conferir se há população tradicional na área, organizada, e se a área é ecologicamente representativa; iii) mobilização social e realização de estudos técnicos (socioambiental e fundiário); iv) Consultas públicas; v) decreto de criação.

O texto que segue nos dá mais subsídios para refletir sobre questões relativas à organização social, autonomia, participação e comunicação nos processos de criação das Resex:

Art. 5º A solicitação para a criação de RESEX ou RDS deve indicar, preliminarmente, a área proposta para criação da Unidade e a

população tradicional envolvida³⁶, suas principais práticas produtivas e os recursos naturais manejados e o compromisso com o uso sustentável da Unidade.³⁷

(...)

Art. 6º A partir do recebimento da solicitação, o Instituto Chico Mendes deve efetuar uma vistoria na área, uma ou mais reuniões com a população tradicional envolvida³⁸ e emitir parecer técnico sobre a viabilidade de criação de uma RESEX ou RDS.

Art. 7º O parecer técnico deve considerar:

I - As características ambientais e o estado de conservação da área;

II - a população tradicional³⁹, relacionado com a mesma e o seu nível de organização comunitária;

III – a representatividade da demanda no contexto local

(...)

VI – os conflitos e ameaças.

Não são poucos os atributos relativos aos técnicos do ICMBio responsáveis pela vistoria: são eles que avaliarão a viabilidade de criação da Resex. Para isto, uma condição fundamental é que esteja claro quem são os sujeitos da ação, ou seja, quem afinal é a tal população tradicional (“envolvida”)? Ao que consta na IN, o pedido de criação da Resex deve indicar a população tradicional correspondente. Este conceito é mais do que polêmico, e tem sido discutido por muitos estudiosos (CREADO et al., 2008; MENDES, 2009, 2008; LOBÃO, 2006; CASTRO, et al., 2006). Ao que parece, o Estado prescinde de uma visão harmoniosa do conceito de população tradicional. A “população tradicional envolvida” referida nos artigos é a população tradicional a qual é destinada a política pública Resex, mas o que de fato ocorre, é que o Estado acaba por dialogar e por isto, considerar, somente a população tradicional envolvida diretamente com a proposta, ou seja, aqueles que estão pleiteando a criação da Resex. Vista como um bloco homogêneo, a tal “população tradicional” raramente é observada “por

³⁶ Grifo meu.

³⁷ Grifo meu.

³⁸ Grifo meu.

³⁹ Grifo meu.

dentro”, procurando desvelar os seus interesses, representações sociais e os seus conflitos internos. Desse modo, os conflitos e ameaças são tratados como ameaças externas, ou seja, conflitos entre a população tradicional e outros grupos sociais, que exercem atividades que ameaçam a reprodução seu modo de vida. Além disso, será possível ao técnico avaliar isonomicamente a representatividade da demanda no contexto local? E o nível de organização comunitária, como é considerado? Estará pautado na concepção de associativismo explicitada pelo CNPT?

Se o parecer técnico for favorável à criação da Resex, o processo administrativo é formalizado. O ICMBio nomeia então um “responsável institucional para coordenar o processo de criação” da Resex, o qual “deve trabalhar de forma articulada com representantes da população tradicional” (ICMBIO, 2007, IN 03, art. 8). Nessa fase do processo são iniciados os diagnósticos socioambiental e fundiário.

Art. 8º (...) Parágrafo único. Deverá ser elaborado um plano de trabalho onde serão previstos os recursos humanos e financeiros, a logística, o cronograma de execução e as parcerias necessárias para a elaboração dos estudos técnicos necessários para embasar o processo de criação, bem como as estratégias de divulgação das informações e de mobilização da população envolvida.

Art. 9º A divulgação de informações sobre o processo e a mobilização comunitária devem ser realizadas continuamente ao longo de todo o processo de criação da Unidade, por meio de instrumentos e estratégias adaptadas à realidade e à linguagem local.

O artigo 9º enfatiza a necessidade de que os instrumentos e estratégias de comunicação e mobilização comunitária sejam adaptados “à realidade e à linguagem local”. Contudo, o texto do parágrafo único do artigo 8º não esclarece se há a participação de representantes da população envolvida no delineamento de tais estratégias, bem como na elaboração do plano de trabalho relativo aos estudos técnicos a serem realizados. A ausência do conhecimento das populações locais nessa etapa do processo impõe riscos e incertezas ao andamento de todo o processo de criação. Como será mostrado nos capítulos 5 e 6, os processos de comunicação, mobilização e participação dos grupos

sociais envolvidos nas propostas de criação das Resex Marinhas estudadas nesta tese estão muito aquém do pleito de autonomia e engajamento ativo presente nos movimentos sociais que impulsionaram a gênese do conceito de Resex na Amazônia. Não é por acaso que a primeira diretriz para a criação das Resex é a “conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental” (parágrafo I, artigo 3º). Já chamei atenção para as tensões e ambigüidades no nosso arcabouço legal e jurídico brasileiro. Além disso, a “transposição” do modelo de gestão Resex para o bioma marinho impõe novos desafios à criação das Resex, como veremos no texto a seguir.

Cada contexto de criação de Resex guarda suas peculiaridades, e muitos são os atores sociais e interesses envolvidos: o órgão ambiental federal, com o interesse em criar UCs, que por sua vez, disputa poder de gestão do território com os poderes públicos municipal e estadual; as “populações tradicionais”, com seus interesses diferenciados e formas de compreensão da realidade; os atores sociais locais “de fora”, ou seja, aqueles que não serão contemplados pela política pública Resex; os poderes público municipal, estadual, com seus interesses e visões de desenvolvimento, geralmente comprometidos com os interesses econômicos empresariais. Entre lei e a norma, de um lado, e as dinâmicas sociais locais, de outro, há um universo de práticas e significados a ser desvelado e compreendido.

3.4.2 As Resex Marinhas

Em 1992 o conceito de Resex se consolida e se expande para outros biomas, momento em que foi criada a primeira Resex Marinho-Costeira (Resex Mar), a Reserva Extrativista de Pirajubaé, em Florianópolis, SC. Ela foi criada sob o pano de fundo da Rio 92, juntamente com mais 3 Resex, a saber: Quilombo do Frechal, na Amazônia, e Mata Grande e Extremo Norte do estado do Tocantins, situadas no cerrado. A outra Resex Mar criada ainda na década de 1990 foi a Resex de Arraial do Cabo, em 1997, que tem o seu território demarcado em bioma estritamente marinho. (ICMBIO, 2012). As demais Resex Mar foram criadas na primeira década do ano 2000. Atualmente existem 20 Resex Marinho-Costeiras criadas e 56 demandas⁴⁰.

⁴⁰ Informação fornecida pela Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação (DIMAN/ICMBio) por meio de mensagem eletrônica, em 19 de novembro de 2012.

Quadro 04: Resex Marinho-Costeiras

Nome	Localização	Área (ha)	Data de criação	Conselho Deliberativo ⁴¹
1. Pirajubaé	Florianópolis/SC	1444, 0000	20 maio 1992	26 dez 2011
2. Arraial do Cabo	Arraial do Cabo/RJ	51601,4600	03 jan 1997	27 ago 2010
3. Corumbau	Prado/BA	89500, 0000	21 set 2000	27 jul 2006
4. Delta do Parnaíba	Parnaíba/PI	27021,6900	16 nov 2000	21 maio 2008
5. Lagoa do Jequiá	Maceió/AL	10203,90000	27 set 2001	? ⁴²
6. Soure	Soure/PA	23929,1300	22 nov 2001	26 nov 2003
7. São João da Ponta	Belém/PA	3203,2400	13 dez 2002	05 fev 2007
8. Mãe Grande de Curuçá	Belém/PA	37062,0900	13 dez 2002	09 mar 2006
9. Maracanã	Belém/PA	30018,8800	13 dez 2002	29 jul 2009
10. Chocoaré-Mato Grosso	Belém/PA	2785,7200	13 dez 2002	24 set 2007
11. Batoque	Fortaleza/CE	601,0500	05 jun 2003	24 maio 2012
12. Cururupu	São Luiz/MA	185046,5920	02 jun 2004	?
13. Araí Peroba	Belém/PA	11479,9530	20 maio 2005	12 jun 2007
14. Caeté-Taperaçú	Belém/PA	42068,8600	20 maio 2005	24 set 2007
15. Gurupi-Piriá	Belém/PA	74081,8100	20 maio 2005	01 fev 2008
16. Tracuateua	Belém/PA	27153,6700	20 maio 2005	20 nov 2007
17. Canavieiras	Canavieiras/BA	100645,8500	05 jun 2006	03 set 2009
18. Acaú-Goiana	Cabedelo/PB	6678,3000	26 set 2007	?
19. Cassurubá	Porto Seguro/BA	100687,2500	05 jun 2009	?
20. Prainha do Canto Verde	Beberibe/CE	29794,4400	05 junho 2009	14 dez 2010

Fonte: ICMBIO.⁴³

Os territórios das Resex Mar, em sua maioria, estão restritos à área marinha, manguezal e estuários, não incluindo terra em seus limites. Se por um lado isto facilita o processo de criação das mesmas, pelo fato de não exigir a negociação de questões fundiárias, por outro fragiliza o processo. Pois não fica garantida a reprodução sociocultural dos pescadores artesanais, que tem tido os seus terrenos e caminhos usurpados pela especulação imobiliária - sem contar com os inúmeros problemas enfrentados na identificação das populações tradicionais no contexto marinho.

⁴¹ As datas de criação do conselho são relativas à institucionalização do CD por meio da publicação de portaria. O CD da Resex de Corumbau, por exemplo, foi criado em 21 de setembro de 2002, contudo, a publicação da portaria foi somente em julho de 2006, como consta na tabela.

⁴² Dados não disponibilizados publicamente pelo ICMBIO.

⁴³ Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/porta/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho>. Acesso em: 11 de junho de 2012.

Pode-se constatar, por outro lado, que nas reservas extrativistas marinhas implantadas em habitats como mangues e estuários, como a do Mandira, em Cananéia, SP as comunidades de pescadores são culturalmente mais homogêneas que as especificamente marítimas como Arraial do Cabo e Corumbau (BA). Nas primeiras, sobretudo aquelas que vivem do mangue (pesca, extração de moluscos) a pressão do turismo parece ser menor, uma vez que são áreas de proteção permanente. Nas segundas, a complexidade social e cultural é maior, com também a existência de inúmeras atividades não-pesqueiras (turismo, urbanização, etc). Observa-se também nessas últimas a existência de grupos importantes de usuários (pescadores) que vivem em áreas urbanas, muitos deles operando em pescarias empresariais (pescadores embarcados). Uma característica de todas as Resex Marinhas é que foi declarada área de uso sustentável somente a área costeira/marítima, tendo sido deixadas de fora as áreas de moradia e vivência dos pescadores. Em muitos casos, essas áreas estão sendo vendidas ou apropriadas sobretudo por veranistas resultando num acesso mais limitado às áreas de praia. (DIEGUES, 2007, p. 2).

Apesar de muitas Resex já disporem de Conselho Gestor, tais conselhos são muito recentes, e enfrentam diversos desafios de implementação (RODRIGUES, no prelo). Além disso, não há muitas pesquisas que tragam subsídios para se avaliar os resultados que essas Resex apresentam tanto em termos socioculturais quanto estritamente ambientais. A maior parte dos conhecimentos gerados sobre as Resex Mar é originada dos estudos para os diagnósticos socioambientais, os quais são um pré-requisito para a criação das mesmas (SEIXAS e KALIKOSKI, 2009). Nesse sentido, ainda não dispomos de uma visão mais ampla sobre os processos de criação e implementação das Resex Marinhas existentes, pois de fato são poucos os trabalhos publicados a respeito.

Contudo, os trabalhos existentes evidenciam muitos dos conflitos e desafios existentes nos processos de criação e gestão das Resex Mar, como os conflitos identitários, dificuldades na definição da população tradicional, conflitos entre os “de dentro” e os “de fora” da Resex, conflitos entre a pesca artesanal e outras atividades econômicas, entre

outros. A Resex Mar de Pirajubaé é um caso emblemático nesse sentido⁴⁴. Primeira Resex Marinho-Costeira, seu território está situado em ambiente urbano, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, num contexto de crescentes pressões econômicas, adensamento populacional, ampliação das vias de acesso, poluição dos ambientes marinhos, manguezais, e a conseqüente marginalização dos pescadores artesanais⁴⁵. Vista por muito tempo como a “ovelha negra”, questionava-se (e questiona-se) até mesmo a adequação desta categoria de UC para o contexto. Em reuniões e conversas informais com os extrativistas durante os anos de 2008 a 2010⁴⁶ não foram raras as vezes que ouvi de diferentes gestores da Resex Mar de Pirajubaé falas direcionadas aos extrativistas e pescadores, nas quais colocavam que, se a Resex não fosse apropriada pelos extrativistas, ela poderia ser re-categorizada, tornando-se uma gleba da Estação Ecológica de Carijós⁴⁷.

O fato é que após muitos anos caminhando na “sombra”, a Resex Mar de Pirajubaé começa a se consolidar institucionalmente, tendo o seu Conselho Gestor criado em 2010, seguido da assinatura do CCDRU. Apesar da importância desses instrumentos para o fortalecimento da gestão compartilhada da Resex, do meu ponto de vista, o maior mérito desse processo foi elucidar (aos olhos de quem está disposto a ver) os obstáculos e os conflitos inerentes à sua implementação, e, de modo mais

⁴⁴ As reflexões sobre a Resex Marinha de Pirajubaé são fruto das minhas observações realizadas durante os anos de 2008 a 2010, período em integrei a equipe de educação do Programa de Educação Ambiental Comunitária no entorno desta Resex - desenvolvido pelo Laboratório de Educação Ambiental (LEA/Univali) -, o qual fazia parte de uma condicionante do licenciamento da ampliação da Via Expressa Sul, que margeia o território da Resex.

⁴⁵ Seu território compreende baía, estuário e manguezais, tendo como o principal recurso explorado o molusco bivalve berbigão (*Anomalocardia brasiliiana*). Contudo, a criação da Resex com foco em um único recurso implicou em diversos equívocos. Segundo pescadores e extrativistas da Resex, um dos maiores recursos explorados era o camarão-rosa, o qual foi praticamente extinto devido aos impactos provocados pela dragagem no interior da Resex com a finalidade de se extrair areia para aterro da via expressa sul, que margeia a baía na qual está situada a Resex. O processo de licenciamento da construção da Via Expressa Sul é permeado de irregularidades. Ainda hoje a referida via está funcionando com pendências nas Licenças de Instalação e de Operação.

⁴⁶ Período em que fui integrante da equipe do Programa de Educação Ambiental Comunitária no entorno da Resex Marinha de Pirajubaé.

⁴⁷ A Estação Ecológica de Carijós, criada em 1987, está localizada em Florianópolis, nas proximidades do território da Resex Mar de Pirajubaé.

amplo, dificuldades que perpassam o processo de implementação de diversas Resex Mar. Passados vinte anos desde a sua criação, a gestão da Resex continua enredada em inúmeros conflitos envolvendo extrativistas de berbigão (de dentro e de fora da Resex) e pescadores artesanais (em sua maioria de fora da Resex). A assinatura do CCDRU em nome da Associação dos Catadores de Berbigão veio a acirrar estes conflitos e empoderar um grupo de extrativistas no interior da Resex. A definição da população tradicional sempre foi uma questão crítica na trajetória da Resex. Por um período, o acesso à Resex era normatizado por meio da categorização dos extrativistas em classes: classe A, B e C (visitante). Foi no âmbito do Conselho que foram delineados os critérios para a definição da população tradicional beneficiária da Resex.

Essas (in)definições que permeiam a trajetória da Resex Mar de Pirajubaé podem ser melhor elucidadas se olharmos para a gênese do processo. A criação desta Resex foi, sobretudo, ato de uma oportunidade política. Por um lado, a Rio-92 gerou um ambiente político propício à criação de UCs, e por outro, havia o interesse, por parte de alguns coletores de berbigão liderados por um atravessador, de ampliar a comercialização do berbigão. Esses interesses, em princípio, pouco correlatos, tinham um objetivo comum.

Contudo, durante os últimos vinte anos Florianópolis vem consolidando de forma indelével um estilo de desenvolvimento econômico convencional, priorizando a dimensão econômica em detrimento das dimensões social, ecológica e cultural. Os extrativistas foram tragados por esse desenvolvimento, num processo progressivo de marginalização, e atualmente conformam um grupo social praticamente invisível na paisagem da costeira de Pirajubaé. Sem apoio institucional do órgão gestor, a Resex ficou “no papel”, sem condições de assegurar os meios para a reprodução sociocultural dos pescadores artesanais e extrativistas de berbigão, os quais foram sucumbindo ao modelo de desenvolvimento vigente, integrando-se a ele, ainda que de modo subalterno e desigual. Se nessa história há vencedores, de certo não são os extrativistas; e se ainda é tempo de reunir os fragmentos, reconstruir e reinventar essas trajetórias, não se sabe ao certo. O fato é que recentemente o ICMBio vem implementando os instrumentos de gestão da Resex, um processo repleto de incertezas e com muitos desafios a serem enfrentados. Mesmo reconhecendo os avanços nesta nova etapa de institucionalização da Resex, no sentido da democratização da gestão da Resex, Spínola (2011) chama atenção para alguns obstáculos a serem enfrentados no sentido da inclusão, igualdade e pluralidade das decisões no CD. Indo ao encontro das reflexões suscitadas nesta tese a respeito das

dificuldades de um diálogo horizontal de saberes na gestão compartilhada, Spínola (2011, p. 187) aponta que a prioridade na conservação da natureza diante dos outros objetivos socioculturais da UC “acaba por condicionar um maior controle da agência ambiental ICMBio e uma grande dependência do conhecimento tecnocientífico na tomada de decisões da RESEX”.

Após essa breve incursão no processo de gestão da Resex de Pirajubaé, vale a pena chamar a atenção também para as diferenças conceituais entre as Resex Mar e as Resex florestais Amazônicas. Diferentemente das Resex que surgiram na Amazônia, as quais celebram o desfecho de conflitos fundiários históricos, em favor do usufruto desses territórios aos povos da floresta, as Resex Marinhas parecem acirrar e/ou promover conflitos (LOBÃO, 2000). Definido pela constituição de 1988 como bem da União, o mar e os terrenos de marinha são um bem de todos, e por isto, o uso e apropriação de seus recursos são de livre acesso. Nesse sentido, existem inúmeras controvérsias inerentes ao fato do direito de apropriação de uma parcela do território marinho ser concedido a um grupo social, ou seja, à população extrativista tradicional, representada pelos pescadores artesanais. Como pontua Lobão (2000), referindo-se à Resex de Arraial do Cabo, situada no estado do Rio de Janeiro, “se não havia órgãos públicos disputando a implementação de políticas públicas (como o INCRA e o CNPT no caso das Resex Terrestres) antes da criação” da Resex, após o seu decreto começa a haver a manifestação e disputas de vários órgãos, como por exemplo, a Marinha do Brasil, que “não reconhecia o direito dos pescadores artesanais legislarem junto com o IBAMA sobre os recursos do mar”; a Capitania dos Portos, que por meio de um representante explicita, em uma reunião, o seu desacordo em relação à existência da Resex, que significa uma “privatização do mar” (LOBÃO, 2000, p.11).

De fato, muitos são os conflitos suscitados pela criação das Resex Marinhas, uma vez que a concessão do direito de apropriação dos territórios marinhos aos pescadores artesanais desafia as estruturas de poder vigentes na zona costeira brasileira. Como aponta Chamy (2004, p.2),

(...) até a instituição das Reservas Extrativistas Marinhas (REM) pelo poder público brasileiro, a delimitação de territórios marinhos como propriedade exclusiva de grupos específicos não gozava de legitimidade perante as instâncias legais e mesmo hoje encontra dificuldades para

implementação e fortalecimento. As Reservas Extrativistas Marinhas ao determinar áreas até então consideradas de livre acesso transformando-as em espaços onde os recursos são explorados de forma comunitária por pescadores artesanais organizados, reconhece o direito consuetudinário desses grupos sobre territórios marinhos (onde se incluem territórios fronteiraços entre terra e mar como mangues e estuários), as formas de arranjos e representações simbólicas de tradição pesqueira secular e exclui os não comunitários do aproveitamento dos recursos do mar nas áreas delimitadas.

O reconhecimento e a inclusão política dos pescadores artesanais possibilitados pelas Resex Mar é algo inédito em nosso País, onde os pescadores sempre estiveram numa condição de tutela diante da Marinha do Brasil (LOBÃO, 2005) e dos outros órgãos responsáveis pelo desenvolvimento e conservação dos recursos pesqueiros. No caso de Arraial do Cabo, por exemplo, Silva (2003) considera que a criação e implementação da Resex não têm conseguido trazer mudanças significativas nessa relação hierárquica e desigual, uma vez que os pescadores têm uma visão negativa das agências ambientais (como Polícia Ambiental e IBAMA) e consideram que a Resex é uma responsabilidade adicional colocada sobre os pescadores, sem receber o devido suporte por parte do governo. A resistência do Estado em compartilhar poder com os pescadores artesanais locais, a falta de apoio às práticas de co-gestão, ausência de reconhecimento das instituições formais e informais de gestão comunitária ou co-gestão quase sempre se refletem nas dificuldades de se “administrar” os conflitos existentes. Esse ponto tem sido identificado por muitos pesquisadores como um dos grandes entraves para a co-gestão (SILVA, 2003; DIEGUES, 2007).

Para alguns autores (KANT DE LIMA, MOTTA E PIRES, 2005; KANT DE LIMA, 2000; LOBÃO, 2006) o reconhecimento do direito consuetudinário dos pescadores artesanais, que passam a integrar o conceito de população tradicional, juntamente com os seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outros, enfrenta sobretudo desafios de legitimidade no âmbito jurídico. Essa abordagem me parece especialmente frutífera para se compreender os atuais entraves ao fortalecimento dos processos de gestão compartilhada da pesca artesanal, no quais os pescadores artesanais sejam de fato protagonistas. De acordo com Kant de Lima, Motta e Pires (2005), a cultura jurídico-administrativa

brasileira não está alicerçada em uma tradição democrática, e ainda lutamos pelo direito pleno à cidadania. Nesse sentido, os modelos jurídicos de controle social não representam a vontade popular, e tampouco refletem o estilo de vida do “povo”, e sim, “uma ciência normativa, que tem por objetivo o controle de uma população sem educação, desorganizada e atrasada.” As leis, regras, normas e suas aplicações, são assuntos dos “especialistas iluminados”, e costumam ser vistas pela população como constrangimentos externos ao comportamento individual. As políticas públicas de conservação dos recursos naturais são exemplares para compreendermos essas relações, nas quais as populações locais precisam adotar novas práticas fundadas em saberes externos a eles, e participar de espaços institucionalizados de gestão com regras pré-estabelecidas, também estranhas às suas formas de organização social.

O antropólogo Roberto Kant de Lima tem realizado, nas últimas duas décadas, diversos estudos comparativos entre modelos institucionais de administração de conflitos e as culturas jurídicas e políticas anglo-americana e brasileira. As suas discussões teóricas na área da pesca e meio ambiente me parecem valiosas para se compreender melhor os impasses enfrentados na gestão das UCs e, sobretudo, das Resex Mar. Para esse autor, tais políticas públicas⁴⁸ são transpassadas por duas questões: primeiro, no Brasil a categoria “público” é entendida de modo particular, se comparada ao significado atribuído pela cultura anglo-americana e francesa. Para o autor, “a nossa tradição burocrático-jurídico-política tem identificado, sistematicamente, a categoria público com assuntos relacionados ao Estado, ou ao Governo,” entendidos como uma esfera diferente da sociedade e dos cidadãos. Esse entendimento, por um lado, provoca “uma sensação de distanciamento e estranhamento” por parte da população em relação às políticas e instituições públicas, e por outro, costuma provocar naqueles que se julgam pertencentes ao Estado, uma sensação de propriedade sobre essas esferas públicas, de modo que costumam ser comuns e legítimas as formas de apropriação particularizada dos recursos públicos. (KANT DE LIMA, MOTTA E PIRES, 2005, p. 38). Em segundo lugar, as discussões sobre políticas públicas têm sido permeadas também por concepções peculiares relativas à categoria “desigualdade”, em que prevalece um modelo hierárquico excludente, naturalizado, no qual cada elemento tem seu lugar previamente estabelecido na hierarquia. Esse modelo institucionalizado tem sido representado pela figura da pirâmide. Esta representação

⁴⁸ O referido autor estudou principalmente as políticas de segurança pública, pesca e meio ambiente.

contrasta com as sociedades nas quais o modelo de hierarquia é construído de forma socialmente incluyente, uma vez que os indivíduos são diferentes entre si, mas lhes é assegurada a igualdade jurídica, representada pela figura do paralelepípedo.

Essas configurações distintas do espaço público permeiam os modelos de gestão participativa de espaços públicos, nos quais não se parte do pressuposto de que a *desigualdade* existente se dá entre *iguais*, mas sim, de que há *desigualdade entre desiguais*:

No primeiro caso – clássico nas repúblicas burguesas contemporâneas, de cunho individualista e igualitário – refere-se aos mecanismos compensatórios envolvidos pela minimização das desigualdades impostas pelo mercado entre elementos ou componentes teoricamente iguais da sociedade – os cidadãos; trata-se de estabelecer políticas de aquisição progressiva de direitos que busquem promover a igualdade entre os diferentes, mas iguais. No segundo caso, de desigualdade entre desiguais, trata-se de promover apenas a compensação da desigualdade, sem alterar a estrutura desigual que sustenta a sociedade; mantém-se, portanto, os mecanismos de acesso particularizado à informação e aos recursos disponíveis, considerados como parte legítima e necessária para manter privilégios inerentes a certos segmentos da sociedade, que sustentam, em harmonia, a hierarquia social. (KANT DE LIMA, MOTTA E PIRES, 2005, p. 41).

Na sociedade brasileira coexistem, de modo legítimo e legal, esses dois modelos ideais paradoxais. A figura que o representa é uma pirâmide engastalhada no paralelepípedo, ora figurando a lógica hierárquica, ora prevalecendo a lógica da igualdade, de acordo com o entendimento da autoridade imbuída do papel de aplicar as regras. Essa aplicação particularizada das regras na esfera pública se reveste de tamanha legitimidade que a aplicação universal e coletiva das regras, - sempre gerais, nunca locais – costuma ser vista como injusta, por “não se adequar à desigualdade social imposta e implicitamente reconhecida”. (KANT DE LIMA, MOTTA E PIRES, 2005, p. 44).

Considerando essas peculiaridades de nossa cultura jurídica, o Estado, ao reconhecer o direito de grupos sociais marginalizados, o faz de modo a sustentar as relações hierárquicas. Para Lobão (2006), o processo

de institucionalização da política pública Resex vem a transformar as Resex em uma política do governo, furtando das populações a luta pela autonomia e pelo direito à igualdade.

É na dimensão do reconhecimento que o reflexo de nossa cultura hierárquica faz-se sentir com todo seu peso. Mesmo reconhecidos em sua singularidade e em seu direito à reprodução social de um modo de vida particular, a proteção e o direito iniciais, transformam-se em tutela. Seu reconhecimento deu-se em uma posição subalterna, marcada pela diferença que estigmatiza e desigual. Não são donos de seu destino (LOBÃO, 2006, p. 157).

Nesse sentido, a delimitação de um espaço público para o uso exclusivo de uma população tradicional, os pescadores artesanais, os quais têm o direito de serem “co-autores” das regras relativas ao uso dos recursos pesqueiros, não encontra precedentes em nosso arcabouço jurídico, e conflita com o modelo jurídico tradicional do Brasil. Com isso, não causa estranhamento que os conflitos que as Resex suscitam em seus processos de criação e implementação sejam prontamente absorvidos pelo Estado, representado aqui pelo corpo administrativo-jurídico dos órgãos ambientais, de modo que não se consiga dar um desfecho a tais conflitos. O Estado, que se apresenta como o único mediador legítimo de tais conflitos, não os aceita em sua estrutura e busca eliminá-los, seja na forma repressiva (eliminando as partes que ousam explicitar o conflito) ou disciplinar (fazendo-se cumprir as regras). Nos processos para criação de Resex estudados nesta tese mostrarei como tais conflitos têm sido absorvidos pelas normas formais estabelecidas, o passo-a-passo prescrito na legislação, que culmina no diálogo de “surdos” que ocorre nas audiências públicas. Finalizada essa etapa, os impasses e embates são posteriormente negociados com base nos argumentos explicitados nos ofícios e telefonemas trocados entre os integrantes da “ilha de letrados”, como diria José Murilo Carvalho, que representa a elite brasileira. Em última instância, a criação da Resex é uma decisão política que ocorre no mais alto nível hierárquico do poder público, à revelia das populações locais diretamente envolvidas em todo o processo, conferindo a este um desfecho pouco alinhado com os ideais de participação democrática, como veremos no capítulo 6.

4 AS DINÂMICAS TERRITORIAIS DE DESENVOLVIMENTO NO LITORAL CENTRO-SUL DE SANTA CATARINA E A GESTÃO DA PESCA ARTESANAL

Pegava peixe, carregava o peixe daqui até a costa, trocava por café, não vendia peixe por tostão. E formei a minha vida dessa forma, vendendo peixe, trocando. E hoje em dia não dá pra vender fiado, porque você é logrado. Naquele tempo não, você vendia de um ano pro outro, você dizia, fulano, no ano que vem você me dá um saco de café. Quando criou o papel, quando nós se criamos já tinha o papel, mas quando o papel foi pra escrivania, virou cartório, ficou coisa grande, aí apareceu as pessoas a usar o papel. E quando o homem deixou do fio de barba pro documento, que passou pro papel, apareceu o logro. Isso foi criado aonde? Dentro da universidade, criou a lograr um ao outro, um passar a perna no outro, o casamento se tornou uma bola de neve, antigamente era amor. É uma bola de neve, é uma coisa linda, mas num instante derreteu-se, sumiu. O casamento foi pra ter a família. É a vida que nós vimos. Criou o papel, criou a universidade, vendeu fiado não recebeu. Aí é onde que eu começo a não vender mais fiado, não dá pra confiar. (Seu Hilário, mestre de pesca do Capão, em Garopaba)

Neste capítulo nos transportaremos para o território de estudo, a zona costeira centro-sul catarinense, onde estão situados os dois processos para a criação de reservas extrativistas. Primeiramente, ainda de modo mais amplo, descrevo, a partir de uma perspectiva histórica, o modelo de desenvolvimento que prevalece na zona costeira catarinense, no qual coexistem dinâmicas distintas de desenvolvimento. Aqui, a idéia é caracterizar as peculiaridades e a complexidade do contexto social, político, econômico, cultural e ecológico no qual estão inseridas as iniciativas de gestão participativa e/ou compartilhada da pesca artesanal, e mais especificamente, as propostas de criação de reservas extrativistas (as quais serão abordadas nos capítulos 5 e 6). Realizo algumas reflexões acerca das transformações no cotidiano do pescador artesanal, a substituição dos acordos informais por leis universais, a chegada do turismo, os principais conflitos e a organização sociopolítica dos

pescadores artesanais no território em estudo. A histórica relação de tutela entre o Estado e os pescadores artesanais e a ausência de um programa governamental de desenvolvimento da pesca artesanal ganha relevância para se compreender as relações de troca “no tempo das políticas” que permeiam o cotidiano das comunidades de pescadores artesanais. Esse capítulo mostrou-se fundamental para se compreender os atuais espaços de gestão da pesca artesanal e as possibilidades e limites para o fortalecimento de um estilo de desenvolvimento alternativo que tenha a pesca artesanal como um de seus pilares.

4.1 Breve caracterização do modelo de desenvolvimento do território costeiro catarinense

Esse item da tese foi elaborado principalmente a partir dos resultados do projeto interdisciplinar e interinstitucional *Desenvolvimento Territorial Sustentável na zona costeira de Santa Catarina: Definição de estratégias integradas e baseadas na valorização da identidade cultural das comunidades pesqueiras tradicionais*, envolvendo pesquisadores da UFSC, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e do Centro Latino Americano para el Desarrollo Rural (RIMISP). Integrei a equipe de pesquisadores do projeto no período de 2008 a 2010.⁴⁹

4.1.1. O processo de ocupação e as dinâmicas de uso do território catarinense

A trajetória de desenvolvimento do litoral catarinense apresenta características peculiares, se comparada às outras regiões litorâneas brasileiras. O surgimento dos primeiros povoamentos no litoral catarinense ocorre na segunda metade do século XXII, como fruto das diretrizes da política expansionista levada adiante pelo Governo Português. Como em outras regiões do País, a ocupação se inicia no litoral, o qual era habitado por comunidades indígenas do grupo tupi-guarani – os carijós (POLICARPO, 2009). Nesse sentido, colonizadores oriundos de São Vicente criaram núcleos de defesa militar nas localidades

⁴⁹ Cf. CERDAN, C. et al. (2011; 2010; 2009).

de São Francisco do Sul (1658), Florianópolis (antiga Nossa Senhora do Desterro, em 1662) e Laguna (1682).

Num segundo momento, no período de 1748 a 1756, cerca de 6.000 imigrantes advindos das Ilhas dos Açores e da Madeira vieram juntar-se ao contingente formado pelos colonizadores vicentistas e pela população nativa. O açoriano, embora tenha desenvolvido outras atividades de subsistência, manteve a continuidade da tradição pesqueira. Sua chegada coincidiu com a implantação e o desenvolvimento das “armações” de baleia. Assim, passou a desempenhar aquela atividade em alto-mar e, por conseqüência, surgiu a construção naval. Este novo fluxo colonizador dirigido permitiu que os portugueses consolidassem o domínio de um território que se estendia até a região do Rio da Prata, no sul do continente. Em Laguna o número de ilhéus que desembarcou no local foi bastante significativo, pois além de terem ocupado a região central do município fundaram a Vila Nova de Santana, hoje a cidade de Imbituba (SOCIOAMBIENTAL, 2005). Dentre esses imigrantes, estavam cerca de quarenta casais que povoaram a região do Cabo de Santa Marta e arredores, os quais totalizavam cerca de 40 casais. (MARTINS, 1997 *apud* SOCIOAMBIENTAL, 2005). Segundo o mesmo autor, os pescadores de todo o Complexo Lagunar, Cabo de Santa Marta e arredores são descendentes destas levas de migrantes e colonizadores.

Os primeiros pescadores eram também lavradores e a pesca se configurava como uma atividade importante na complementação de proteína animal na dieta alimentar dessas comunidades. A comercialização do pescador era uma prática eventual, que ocorria principalmente durante a safra da tainha. A pesca era, assim, uma atividade complementar e sazonal, enquanto as atividades agrícolas absorviam a maior parte do tempo durante o ano. As tecnologias desenvolvidas foram fruto da interação com os grupos indígenas, num processo dinâmico de adaptação de técnicas e instrumentos trazidos de Açores e aprendizagem das técnicas utilizadas pelos indígenas. (BECK, 1980; 1983; MARTINS, 1997 *apud* SOCIOAMBIENTAL, 2005).

No transcurso do século XVIII, o processo de colonização continuou norteado pela política de “povoar para conquistar”, num regime de concorrência acirrada com a Coroa Espanhola. Num terceiro momento, a partir da segunda metade do século XIX, uma nova leva de imigrantes (alemães, italianos e, em menor escala, os ucranianos e poloneses) ocupou os vales dos rios da vertente atlântica, contribuindo assim para a formação dos núcleos de Joinville, Blumenau e Araranguá. Essa última etapa da trajetória de ocupação respondeu pela introdução

de inovações sociotécnicas mais sofisticadas relativamente às correntes vicentista e açoriana. Estas colônias apresentavam estrutura socioeconômica bem diferente das de origem açoriana e luso-brasileira, ou das demais existentes em Santa Catarina e no País. As comunidades “eram relativamente homogêneas do ponto de vista da organização sociocultural, compartilhando uma história e uma ética do trabalho marcadas pela valorização da autonomia local e da coesão comunitária, pelo envolvimento familiar e pelas relações de ajuda mútua.” (VIEIRA; CUNHA, 2002, p. 291). Foi inaugurada, assim, a etapa modernizante do processo colonizador, que se estendeu até o período do pós-guerra. (GOVERNO DE SANTA CATARINA).

Na fase inicial do processo colonizador, a socioeconomia da zona costeira catarinense baseava-se na existência de uma estrutura agrária minifundista, de subsistência e, portanto, pouco dinâmica. Os processos produtivos concentravam-se principalmente no binômio pesca artesanal-agricultura familiar. No setor agrícola predominava o cultivo da mandioca (sobretudo para a produção de farinha), do milho, do algodão e da cana-de-açúcar. O processamento dos produtos agrícolas e agropecuários teve início com a construção de engenhos e com a introdução das tecnologias de salgamento, defumação e extração de óleos de origem animal. A captura e o processamento de baleias desempenharam um papel importante nessa época, permitindo a produção não só de carne destinada à alimentação humana, mas também de óleo, utilizado como combustível para iluminação e matéria-prima para a fabricação de lubrificantes, ração animal e fertilizantes.

Os núcleos coloniais interiorizados de imigrantes italianos e alemães desenvolveram-se com autonomia relativamente às áreas de colonização açoriana, transformando-se gradualmente em centros manufatureiros dinâmicos. Os sistemas produtivos desses imigrantes europeus eram baseados na poli-cultura e na poli-manufatura doméstica. O comércio de manufaturas importadas e de produtos coloniais condicionou a formação de poupanças principalmente nos setores metal-mecânico (fabricação de carroças, construção e manutenção de embarcações, construção de uma estrada de ferro etc.), têxtil, alimentício e de moveleiro. Esse perfil agrário-manufatureiro, e não tanto extrativista-vegetal, provocou a degradação acelerada da Mata Atlântica no Estado. Os recursos florestais eram utilizados não só como fonte de alimentos; a extração de madeira desempenhou também um papel de destaque, tendo em vista a produção de energia e a construção de habitações e diversos meios de transporte. A utilização descontrolada

de áreas com fortes declividades concorreu para intensificar ainda mais essa dinâmica ecologicamente predatória.

A partir da década de 1950, os ramos dinamizadores do conjunto da economia catarinense contemporânea (alimentar, metal-mecânico, têxtil, mobiliário, papel-celulose e cerâmico) usufruíram da existência de um contingente de mão-de-obra flexível, qualificada, de baixo custo e de renovado espírito empreendedor. Além disso, emergiu no Estado um grande número de pequenas e médias empresas diversificadas, funcionando ao lado de grandes empresas dinâmicas e dotadas de boa visibilidade e credibilidade nos cenários nacional e internacional. Seria importante salientar também que este padrão de desenvolvimento local endógeno, que caracteriza o “louvado” modelo de desenvolvimento catarinense, assemelha-se bastante àquele associado ao processo de industrialização difusa observado nas regiões nordeste e centro da Itália e que deu margem à elaboração progressiva da chamada teoria do desenvolvimento territorial (VIEIRA; CAZELLA; CERDAN, 2006).

O assim chamado modelo catarinense de desenvolvimento foi enaltecido durante algumas décadas no âmbito do sistema de planejamento governamental em função de uma série de características especiais: (i) a ausência de grandes aglomerações urbanas, configurando um equilíbrio relativo entre os centros urbanos de pequeno, médio e grande porte; (ii) um potencial de geração sustentada de emprego e renda; e (iii) uma área média das propriedades rurais estimada em 15,8 hectares. Colocada em perspectiva face aos demais estados da Federação, Santa Catarina se destaca atualmente pelo montante do seu Produto Interno Bruto per capita, considerado superior à média nacional. Além disso, o forte dinamismo do setor secundário projetou no cenário nacional os setores têxtil-vestuário, agroindustrial (suínos e aves) e de cerâmica de revestimento.

Contudo, este cenário contrasta fortemente com o tecido socioeconômico e sociocultural tradicional formado pelos imigrantes açorianos e madeirenses na zona costeira. Não obstante os esforços governamentais investidos na criação de uma política mais agressiva de desenvolvimento pesqueiro a partir da década de 1960, coexiste ainda atualmente a presença da pesca industrial e da pesca artesanal. Ao longo de toda a faixa litorânea constata-se a presença expressiva de comunidades pesqueiras artesanais com fortes traços da cultura açoriana.

Nesse sentido, coexistem no modelo de desenvolvimento catarinense uma configuração minifundiária no meio rural, uma rede de centros urbanos de médio porte relativamente bem distribuídos no

espaço regional e um tecido cultural diversificado, em função da ocorrência de importantes fluxos migratórios de europeus antes da consolidação da economia de mercado. Há várias décadas as dinâmicas territoriais na região litorânea resultam em grande parte de uma trajetória de desenvolvimento singular do Estado e da presença de comunidades rurais que vêm se mostrando capazes de se adaptar ao processo de modernização mediante a incorporação de novas combinações de atividades de subsistência, a saber: assalariamento temporário, prestação de serviços em diversos setores (turismo, construção civil, indústrias) e comercialização de produtos agrícolas e artesanais.

4.1.2 Transformações recentes no modelo de desenvolvimento da zona costeira catarinense

Desde a década de 1970 a socioeconomia da zona costeira tem sido sensivelmente modificada em consequência da melhoria da infraestrutura de transporte rodoviário. A construção da BR 101, rodovia federal que liga a costa brasileira no sentido norte-sul, teve o seu início em 1953 e término em 1971, desempenhando um papel decisivo nas transformações ocorridas no cenário de abertura indiscriminada do País ao comércio exterior. Ela permitiu a conexão, por via terrestre, da região Sudeste com a região Sul do País (e do continente). Mas não obstante o efeito dinamizador gerado nos setores secundário (carboquímico, no litoral sul) e terciário da economia, o processo de ocupação desordenada do espaço, o baixo dinamismo do binômio pesca artesanal-agricultura familiar e, sobretudo, o boom da especulação imobiliária e do turismo de massa sazonal vêm comprometendo seriamente a legitimidade do modelo de desenvolvimento implantado no litoral e que está sendo potencializado atualmente.

Nesse contexto de expansão do desenvolvimento econômico capitalista e dinamização das atividades turísticas, um número crescente de moradores das cidades próximas ao litoral passaram a freqüentar os vários balneários, promovendo a instalação de estabelecimentos comerciais e serviços. Com isto, começa a crescer o número de construções de casas de veranistas ou segundas-residências, as quais seguiram praticamente o mesmo padrão de ocupação espacial, “ocupando lotes amplos e formando manchas contínuas que revelavam a presença de uma classe social distinta daquela a que pertenciam os

moradores das comunidades locais.” (PEREIRA, 2003, p.118). Essas mudanças sócio-espaciais foram promovidas, na maioria dos casos, por descendentes de imigrantes europeus envolvidos com a pequena produção mercantil, procedentes dos núcleos urbanos mais dinâmicos situados nos vales atlânticos, cujo crescimento econômico e demográfico superava o da fachada atlântica (PEREIRA, 2003).

No litoral sul, dentre os principais pólos turísticos procurados destacam-se as cidades de Laguna, Garopaba, e em menor importância, Imbituba. A primeira, cidade histórica rodeada por belas praias, atrai um significativo fluxo de turistas em busca de seu rico patrimônio histórico e arquitetônico e também de suas belezas naturais. Garopaba, até recentemente uma vila de pescadores artesanais, vivenciou um rápido processo de crescimento do movimento de turistas em busca de suas belezas naturais, e, principalmente, praias propícias à prática do *surf* e pela própria condição pitoresca de comunidade pesqueira. Ganhou notoriedade como um dos melhores pontos do litoral brasileiro para a prática do *surf*, abrigando logo na chegada da cidade, as instalações da empresa Mormaii, principal fabricante nacional de roupas isotérmicas usadas pelos surfistas. (PEREIRA, 2003, p.121).

Nesse contexto, o pescador-lavrador se vê então pressionado a vender suas terras e voltar sua produção para a pesca e recursos marinhos – não obstante os sinais de esgotamento com o significativo avanço da pesca industrial. Beck (1980, p.107) resume este cenário da seguinte forma:

A expansão capitalista na área apresenta uma especificidade cujas características residem na contradição em que o turismo e a expansão urbana empurram essa população, enquanto camponeses para a praia, e a pesca industrial expulsa-a do mar enquanto pescadores artesanais.

Com o parcelamento e venda das terras utilizadas para a agricultura e a diminuição dos estoques de recursos pesqueiros devido às políticas governamentais de fomento à pesca industrial, o pescador artesanal passa a encontrar no turismo uma oportunidade de complemento de renda. O caráter pluriativo dessas famílias, marcado inicialmente pelas atividades de agricultura, pesca, trocas e pequenos comércios, ganha novos contornos com a expansão do desenvolvimento econômico no litoral catarinense. O depoimento de um pescador da

comunidade de Ibiraquera, município de Imbituba, caracteriza com propriedade esse processo de transição:

A pesca, a maioria do pessoal aí diz assim, eu não vivo da pesca, não vivo da lagoa, mas tá todo dia dentro da lagoa. É difícil não tá com a tarrafa na mão pescando. Ah, porque eu só vivo do turismo. Turismo é um bico que se faz. O nativo daqui que trabalha com o turismo, é um bico que ele tá fazendo, e nós dentro d'água, é só aparecer camarão, peixe, tá lá todo dia. Ele vive da pesca e faz um bico com o turismo. A lavoura é uma coisa que tu é obrigado a fazer, não pra dizer assim, a lavoura, uma horta, uma roça é dependente da pesca, mas é o que sustenta. Vamo supor, tu pesca o camarão, pra todas as coisa que tu faz tu precisa fazer pra ter o dinheiro. E a lavoura que hoje em dia se faz é pra gasto de casa. A lavoura tá ficando até pra trás da pesca, bem mais, porque muita pouquinho gente que tá plantando aí pra fazer uma farinha, essas coisa assim. Os terreno tão ficando pouco, e aí, eu também plantava, vai fazer uns ano que eu não planto, tem que plantar no terreno dos outro, tem que ter todo aquele incômodo de fazer as coisa, até chegar lá e fazer tudo. (Informação verbal)⁵⁰

Em síntese, de acordo com Cerdan et al. (2009) pode-se dizer que o mundo rural costeiro passa por uma profunda transformação quando comparado a outras regiões rurais do Estado. De modo geral, três características marcam o litoral catarinense nesse processo de transformações sociais, culturais, ecológicas e econômicas. A primeira característica está ligada à situação geográfica do espaço costeiro, que desde o início da colonização se tornou um espaço econômico conectado com outras regiões. O litoral catarinense foi a porta de entrada de vários imigrantes europeus, que ali desembarcaram por ondas sucessivas de colonização. Pela própria localização geográfica, tornou-se um espaço de interface com o interior, conectado por um conjunto de ferrovias e estradas, e um espaço marítimo aberto ao resto do País (Santos/São Paulo, Rio de Janeiro) – além de outros países europeus ou americanos. A sua posição central na trajetória de desenvolvimento regional fez com

⁵⁰ Entrevista realizada em 27 de outubro de 2011.

que a zona costeira contribuisse e se beneficiasse amplamente do modelo de desenvolvimento catarinense. A construção da rodovia BR-101 em 1970 exerceu também uma influência considerável sobre o território (pois perpassa todo o Estado), podendo ser considerada como um poderoso vetor de polarização dos diversos municípios, articulando os centros mais dinâmicos com aqueles mais fragilizados economicamente. A atual duplicação da BR-101, mesmo não concluída, vem a potencializar esse processo, que, contudo, não tardou a apresentar seus impactos negativos, que se expressam sobretudo na especulação imobiliária e consolidação do turismo de massa.

A segunda característica, fortemente inter-relacionada com a primeira, diz respeito ao fenômeno de “litoralização” da população, ou seja, à urbanização intensiva e à concentração demográfica na zona costeira. A estimativa de crescimento populacional anual que temos para o litoral centro-sul entre os anos de 1991 e 2000 (IBGE) é de 4,47 – no Brasil esta taxa é de 1,64, e em Santa Catarina é de 1,87. Um maior crescimento pode ser verificado nos municípios do litoral centro-norte, e um dos menores encontra-se nos municípios do litoral centro-sul, especialmente em Paulo Lopes. A densidade populacional também é muito variável: vai desde o município de Balneário Camboriú, com uma média de 2.000 hab/km², até Garuva (26,73 hab/km²), Imaruí (21,54 hab/km²) e Paulo Lopes (15,18 hab/km²) – estes últimos vêm contrabalançando a forte concentração demográfica no espaço costeiro catarinense (IBGE, 2000). Esse processo acelerado de ocupação e uso desordenado do litoral está diretamente relacionado às mudanças estruturais nas regiões rurais (êxodo rural) e ao desenvolvimento de uma economia presencial em Santa Catarina (acolhida de residentes aposentados de outros estados, por exemplo), induzindo à emergência de novos atores e novas dinâmicas no espaço rural da zona costeira.

A terceira característica marcante do litoral de Santa Catarina é a forte evolução e a diversificação dos setores produtivos. À imagem do modelo catarinense, manufaturas emergiram de forma precoce, induzindo um progressivo processo de diversificação das atividades econômicas, entre elas as atividades de turismo, sendo que os parques industriais têm grande importância econômica e social, por valorizar os recursos locais e por gerar riquezas e empregos na região. Esses elementos refletem-se na distribuição do PIB (Produto Interno Bruto) referente a cada município: o setor de serviços se mostra como o mais importante, representando 63,42% do PIB, envolvendo apenas em 2006, 70.367 pessoas trabalhando em 17.553 empresas, com uma média de dois salários mínimos por mês (IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2007).

4.1.3 Crise estrutural do modelo de desenvolvimento catarinense

O modelo de desenvolvimento do litoral catarinense possui características ambivalentes. Apesar das particularidades que impediram a implantação total do modelo de desenvolvimento brasileiro, observa-se nas duas últimas décadas uma transição no modelo de desenvolvimento do Estado, o qual passa a convergir de modo mais integral com o modelo de desenvolvimento brasileiro. (ANDION, 2007, p. 169).

Já no início dos anos de 1980, essa dinâmica desenvolvimentista começou a apresentar sinais de esgotamento, provocando uma crise de identidade que se torna cada vez mais visível hoje em dia. A perda progressiva de competitividade dos diferentes setores econômicos vem se tornando mais e mais preocupante. O fenômeno parece decorrer não apenas da presença de fatores relacionados ligados à dinâmica interna de funcionamento das empresas, mas também das coações impostas pelo novo paradigma técnico-econômico e pela abertura indiscriminada da economia nacional às mudanças em curso na economia capitalista globalizada. De um ponto de vista sistêmico, essa perda de competitividade constitui apenas um dos vários aspectos de uma crise estrutural do "modelo" de desenvolvimento internalizado e legitimado pelas elites da sociedade catarinense. Inúmeros impactos socioambientais negativos têm acompanhado essa trajetória ambivalente.

Apesar da existência dos baixos níveis de concentração fundiária e da presença de uma rede urbana bem equilibrada em relação ao contexto nacional, a fragilização do binômio pesca artesanal-agricultura familiar na zona costeira, a intensificação do êxodo rural, a urbanização desordenada e a redução progressiva do nível de oferta de empregos produtivos no meio rural emergem como questões prioritárias a serem enfrentadas nos próximos anos pelo sistema de planejamento governamental.

Do ponto de vista do ordenamento territorial, uma das conseqüências mais visíveis da crise estrutural do "modelo" de desenvolvimento implantado em Santa Catarina diz respeito aos impactos gerados pela urbanização intensiva e pela concentração demográfica - sobretudo na zona costeira. No Plano Catarinense de

Desenvolvimento para 2015⁵¹ foi explicitamente reconhecido pela Secretaria Estadual de Planejamento que “nos últimos anos, as cidades do litoral passaram por um processo acelerado de ocupação e uso desordenado do espaço, sem qualquer preocupação com o meio ambiente ou o planejamento urbano. Nas áreas urbanas, a especulação imobiliária e as ocupações irregulares resultaram em riscos ambientais, devido à poluição causada pelo esgotamento domiciliar e pelos rejeitos, algumas vezes de alta toxicidade. Esse processo, em alguns casos, teve também fortes impactos sociais, contribuindo para o aumento do número de bolsões de pobreza e de criminalidade. O fenômeno da “litoralização” da população é uma tendência que deve continuar nos próximos anos, mesmo que num ritmo menor do que o verificado nos últimos anos.

Essas áreas de adensamento populacional convivem com amplas extensões de povoamento disperso e rarefeito, que têm sido habitadas principalmente pelas comunidades de pescadores artesanais. Tais áreas, pelo seu perfil de áreas ecologicamente protegidas, configuram aquelas consideradas de maior relevância para o planejamento de estratégias alternativas de desenvolvimento ecologicamente responsável e socialmente justo, estimulador do potencial contido no tecido cultural das comunidades locais. Muitas dessas áreas já se encontram amparadas por instrumentos jurídicos que normatizam um padrão menos agressivo de apropriação e uso dos recursos naturais de uso comum. Todavia, a fiscalização efetiva dessas áreas permanece precária. Apesar dos benefícios econômicos imediatos que o turismo proporciona para as comunidades locais, a exploração turística predatória continua sendo um dos principais vetores de uso destrutivo do patrimônio natural e cultural existente na zona costeira. Além disso, a persistência de práticas agrícolas, agroindustriais e industriais fortemente dependentes de insumos químicos de alto risco vem comprometendo, numa proporção alarmante, a qualidade biológica dos recursos hídricos, dos solos e dos alimentos oferecidos à população. Como resultado dessa tendência, confirma-se atualmente uma queda acentuada e persistente dos níveis de produtividade da pesca artesanal e da agricultura familiar. A atividade pesqueira no Complexo Lagunar Catarinense, por exemplo, encontra-se seriamente comprometida devido à rizicultura irrigada (GASPARINI e VIEIRA, 2010) e aos resíduos

⁵¹ Disponível em: www.spg.sc.gov.br/plano_desen.php. Acesso em: 09 de março de 2009.

provenientes da produção de carvão e outras atividades desenvolvidas nas margens dos rios e lagoas que compõem a bacia do Rio Tubarão. Apesar do agravamento tendencial dessas distorções, o Poder Público tem se limitado a um padrão pouco efetivo de controle - quase sempre precário em termos operacionais - de casos pontuais de poluição excessiva e de uso irregular de algumas áreas consideradas ecologicamente frágeis pela legislação em vigor.

4.1.4 As dinâmicas territoriais de desenvolvimento no litoral catarinense

A complexidade e ambigüidades do processo de desenvolvimento na zona costeira catarinense podem ser melhor compreendidas a partir do conceito de dinâmica territorial, entendida como

a evolução e a tradução, em um território dado, das repercussões econômicas, sociais, políticas e ambientais das ações realizadas pelos agentes, e as relações (alianças e conflitos) tecidas entre eles, podendo ditas ações adquirir ou não um perfil coletivo”. (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 60).

As pesquisas realizadas no âmbito o projeto *Desenvolvimento Territorial Sustentável na zona costeira de Santa Catarina* apontam para a coexistência de distintas dinâmicas territoriais de desenvolvimento no litoral catarinense. A sua caracterização passa pela análise rigorosa dos projetos coletivos oriundos do setor governamental, do setor privado e das organizações civis. As interações entre essas dinâmicas podem engendrar situações positivas e sinérgicas (com um reforço recíproco das dinâmicas) ou, pelo contrário, gerar tensões ou conflitos entre os vários grupos de atores sociais implicados.

Os elementos de estruturação do litoral catarinense condicionam a emergência e a consolidação de três dinâmicas territoriais com perfis diferenciados, e ainda, duas dinâmicas sociais em emergência, como pode ser observado na tabela abaixo:

Quadro 05: Dinâmicas Territoriais no Litoral Catarinense

Dinâmicas territoriais (DT)	Principais DT e projetos coletivos	Atividades e elementos determinantes dessas dinâmicas	Atores sociais promotores dessas dinâmicas
DT1	Urbanização e litoralização da população Pólos industriais Promoção do turismo de massa	- Construção de marinas, privatização dos espaços comuns e das praias (condomínios) - Concentração de restaurantes, casas noturnas nas praias, avenidas inter-praias, molhes - Passeios de barco, pesca amadora - Parques e caminhadas ecológicas - Feiras de artesanato, exposições	- Empresas de construção civil externas à região - Agências de turismo - Agências imobiliárias - Casas noturnas, bares e restaurantes - Empresários do setor industrial, porto
DT2	Ecologização do território	- Áreas protegidas (federais, estaduais e municipais) - Parques arqueológicos	- Agências de turismo - Associações ambientalistas - IPHAN - Universidades, escolas - Agências ambientais governamentais Comunidades de famílias tradicionais (de nativos ou descendentes de aorianos - Colônias de pescadores - Agricultores, pescadores - Empresários - Comerciantes (atravessadores) - Órgãos de apoio, universidades - Sistema de crédito (Pronaf)
DT3	Agricultura familiar e pesca artesanal	- Agricultura familiar - Pesca artesanal - Inserção dos pescadores no SPL ⁵² da Pesca industrial	- Empresas de construção civil externas à região - Agências de turismo - Agências imobiliárias - Indústrias, empresários, residentes, turistas
DT4	Intensificação do modelo de desenvolvimento com legitimidade ambiental	- Empreendimentos urbanos e turísticos com novos padrões ambientais - Ampliação das áreas urbanas	- Movimento das mulheres pescadoras - Comissão Pastoral da Pesca - Clube de mães - Comunidades de famílias
DT5	Valorização do modelo <i>agricultura, pesca e artesanato com identidade</i>	- Intercâmbios de proximidade (produtos agrícolas, pesqueiros e artesanais) - Unidades locais de processamento industrial	

⁵² Sistema Produtivo local.

<i>cultural</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de artesãos - Pesca artesanal (ex: pomboca, arrasto de praia) - Ranchos de pesca, artes de pesca - Festas religiosas e culturais (<i>Terno de Reis, Boi de Mamão, corrida de canoa, festa da mandioca</i>) - Engenhos tradicionais de farinha de mandioca - Valorização da Arquitetura típica 	<ul style="list-style-type: none"> tradicionais (de nativos ou descendentes de açorianos) - Dinamização do comércio local - Fundações culturais - Organizações sócio-ambientalistas e pesquisadores - Associações comunitárias - Comunidades quilombolas
-----------------	---	--

Fonte: Adaptado de CERDAN et al. (2009).

A dinâmica predominante (**DT1**) se caracteriza pela expansão e diversificação dos setores industrial e turístico no processo de urbanização desordenada da zona costeira. Além do fenômeno de “litoralização” da população, nas últimas décadas houve um incremento da infraestrutura de hospedagem e de atividades imobiliárias. Segundo dados da SANTUR de 2010 (empresa vinculada à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte do Estado), o movimento estimado de turistas durante a alta estação de verão (janeiro e fevereiro) nos dois últimos anos alcançou mais de quatro milhões de pessoas, gerando uma renda total calculada em mais de R\$ 2,5 milhões (aproximadamente US\$ 1,5 mil milhões). Trata-se de uma atividade estacional, fortemente concentrada no tempo (verão), e que tem se disseminado de forma desigual no espaço. Estamos, contudo, na presença de um dado econômico de importância estratégica, na medida em que oferece uma opção de renda para vários habitantes do espaço rural costeiro, principalmente as comunidades de pescadores artesanais, que complementam sua renda mensal por meio do aluguel de casas para turistas durante a temporada de verão.

A segunda dinâmica (**DT2**) está relacionada com a implementação de unidades de conservação de uso sustentável e de projetos de gestão costeira integrada e compartilhada, como o Programa de Gerenciamento Costeiro, o GERCO. Identificada como processo de ecologização do território, tem como origem as políticas mais recentes que surgem das conquistas alcançadas pelo movimento ambientalista. Tais políticas enfrentam o desafio de tornar compatível a conservação da diversidade biológica e cultural com a promoção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural e urbano, seja por meio de áreas protegidas territorialmente demarcadas ou por um conjunto de

regulamentos que promovem a proteção de espaços por meio de instrumentos legais.

O estado de Santa Catarina possui doze Unidades de Conservação federais, sete estaduais e vinte e duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e inúmeras áreas municipais e privadas. A implementação de UCs no litoral de Santa Catarina se caracteriza pela quantidade de pequenas áreas decretadas por iniciativa do poder público municipal (SCHERER et al., 2006). Poucas áreas dispõem de um limite superior a 10 mil hectares. Uma característica comum a essas UCs, principalmente as de proteção integral, como a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo e Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, diz respeito aos conflitos que têm suscitado com os usuários de seus recursos naturais e/ou moradores (VIVACQUA, 2005; OLIVEIRA, 2005). A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, uma UC de Uso Sustentável, também se destaca nesse contexto, pois é a maior unidade de conservação existente na região. A APA BF foi criada por decreto federal em 14 de setembro de 2000, e os seus 156.100 hectares e 130 quilômetros de extensão adentram 5 milhas no território marinho. Segue abaixo uma lista das unidades de conservação marinho-costeiras em Santa Catarina.

Quadro 06: Unidades de Conservação Marinho-Costeiras criadas e em processo de criação em Santa Catarina

Unidade de Conservação	Localização	Gestão
APA da Baleia Franca	Garopaba, Imbituba, Laguna, Jaguaruna, Içara, Florianópolis, Palhoça e Paulo Lopes	Federal
APA do Anhatomirim	Governador Celso Ramos e Florianópolis	Federal
ESEC Carijós	Florianópolis	Federal
REBIO do Arvoredo	Florianópolis e Governador Celso Ramos	Federal
Reserva de Fauna Baía Babitonga*	São Francisco do Sul, Araquari, Barra do Sul, Joinville, Garuva e Itapoá	Federal
RESEX do Cabo de Santa Marta Grande*	Laguna e Jaguaruna	Federal
RESEX da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba*	Garopaba e Imbituba	Federal
RESEX de Pirajubaé	Florianópolis	Federal
PEST da Serra do Tabuleiro	Águas Mornas, Florianópolis, Garopaba, Imaruí, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz	Estatal
PEST do Acaraí	São Francisco do Sul	Estatal
REBIO Praia do Rosa	Imbituba	Municipal
ARIE Costeira de Zimbros	Bombinhas	Municipal
APA Costa Brava	Balneário Camboriú	Municipal

Fonte: MMA, 2009.

* Em processo de criação

Como observado na tabela acima, na zona costeira centro-sul existem três unidades de conservação: a Rebio Praia do Rosa, A APA da Baleia Franca e o Parque Estadual do Tabuleiro. A APABF, por ser uma UC de uso sustentável, possui um potencial maior de integrar as estratégias de conservação e de desenvolvimento. Já o Parque Estadual do Tabuleiro, apesar de sua importância na preservação da biodiversidade, historicamente tem provocado diversos conflitos com as populações que residem em seu interior ou entorno (OLIVEIRA, 2005). As tensões entre conservação/desenvolvimento, natureza/cultura estão presentes nesse contexto, como abordado no capítulo anterior. As duas Resex, ainda em processo de criação, apesar de integrarem uma categoria de UC de Uso Sustentável, se diferenciam das outras UCs pelo processo histórico de construção social desta política pública, abordado no terceiro capítulo. Contudo, com a apropriação da política pública Resex pelo movimento ambientalista e sua normatização pelo SNUC a dimensão da conservação da biodiversidade tende a prevalecer sobre a

questão do desenvolvimento e da valorização dos modos de vida e saberes das populações tradicionais. No entanto, as Resex dispõem de um expressivo potencial para fortalecer um processo de gestão compartilhada da pesca artesanal, de base comunitária, valorizando e fortalecendo um processo diferenciado de desenvolvimento neste território. Nesse sentido, os processos de implantação e implementação das Resex explicitam uma constante tensão entre as estratégias de desenvolvimento e de conservação da biodiversidade. Sendo assim, na prática, as Resex estão na interface entre a DT2 e a dinâmica emergente DT5, que será explicitada adiante.

A terceira dinâmica **(DT3)** envolve as comunidades de pescadores artesanais, maricultores, agricultores familiares e artesãos, onde persiste, ainda hoje, uma combinação de sistemas de produção pluriativos e práticas de auto-consumo. A partir dos anos de 1970, com a consolidação de outras dinâmicas econômicas, essas atividades têm se fragilizado, tanto em termos de número de pescadores (poucos jovens prosseguem na pesca), como de volume de pescado e de produtos agrícolas disponíveis. Desse modo, a agricultura e a exploração de recursos naturais (enfatizando-se a exploração madeireira), consideradas dominantes na época da colonização do litoral, se transformaram ao longo do tempo em uma atividade de importância secundária pela maioria dos atores sociais locais. Ademais, os pequenos agricultores-pescadores estão vendendo as suas terras às empresas de produção arrozeira irrigada e às iniciativas vinculadas ao turismo de massa, dada a tendência atual de aquecimento do mercado imobiliário nas zonas costeiras.

Duas dinâmicas em emergência refletindo a capacidade de respostas dos atores locais aos novos desafios e oportunidades

Os confrontos e as sinergias entre as dinâmicas favorecem o surgimento de novas coalizões, de iniciativas públicas ou privadas, individuais ou coletivas. Nos últimos anos, através de inter-relações entre as dinâmicas voltadas para o desenvolvimento econômico convencional (DT1) e as iniciativas relacionadas à ecologização do território (DT2) e a preocupação crescente dos moradores locais e dos visitantes com a questão ambiental, provocou a emergência de novos projetos turísticos ou industriais, buscando uma relativa legitimidade ambiental. Pode-se dizer que se trata da emergência de um *modelo de desenvolvimento com legitimidade ambiental* (DT4), no qual a iniciativa privada e o poder público se apropriam do discurso ambientalista para legitimar projetos e políticas públicas com sérios impactos negativos do

ponto de vista socioambiental e sociocultural. Ela apresenta duas grandes vertentes inter-relacionadas.

Por um lado, com o argumento da falta de infraestrutura turística adequada, tem aumentado o número de projetos do tipo *resorts* de luxo em lugares caracterizados como “paradisiacos”. Isolados em paisagens privilegiadas e sensíveis do ponto de vista ecológico, estes projetos buscam incorporar a questão ambiental em suas iniciativas, porém, de maneira pontual, e praticamente não irradiam efeitos benéficos para as comunidades locais, e tampouco para os usuários diretos dos recursos patrimoniais existentes na zona costeira. Em geral, esses projetos se desenvolvem com padrões exóticos de gastronomia, conforto, arquitetura, recreação e cultura, desconhecidos pelas comunidades locais, que se convertem em simples coadjuvantes do processo. Na maioria dos casos, os integrantes das comunidades locais vinculam-se de maneira subalterna a esses projetos por meio de subempregos, como jardinagem, camareiros, limpeza, ajudantes de cozinha, entre outros.

Simultaneamente, a segunda vertente reflete a existência de um processo em curso de flexibilização da legislação ambiental tanto estatal como federal, que busca flexibilizar os limites que ela impõe aos projetos. Exemplos recentes são a nova proposta do Código Florestal e a transformação de parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro em um “Mosaico de APAs”, visando diminuir as restrições ambientais e atender interesses estritamente econômicos do setor imobiliário e turístico de grande porte.

A quinta e última dinâmica, Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), que concentrou o foco das investigações do projeto *Desenvolvimento Territorial Sustentável na zona costeira de Santa Catarina*, se refere às iniciativas de valorização do patrimônio cultural num processo de criação de melhores oportunidades de inclusão socioeconômica e sociopolítica das comunidades tradicionais de pescadores e agricultores familiares de origem açoriana.

Nessa perspectiva, o conceito de *território construído* ganha destaque, sendo entendido como um processo de construção social gradativa e experimental de dinâmicas inovadoras de desenvolvimento. Assim, o conceito de território construído coloca em evidência os processos de governança que mobilizam atores sociais dotados de percepções e interesses diferenciados e geralmente conflituosos na cena do desenvolvimento territorial (VIEIRA; CAZELLA, 2006; CAZELLA, 2006). Essa concepção nos traz elementos fundamentais para superar a visão tradicional que tende a restringir o espaço de gestão ao ordenamento espacial em detrimento da maturação de um

(...) projeto “territorial” construído coletivamente, ao qual podem ser agregados os mais diversos projetos individuais e coletivos, sempre adaptados à realidade concreta da base de recursos naturais e culturais existentes e geridos segundo os princípios de governança democrática. Entretanto, um “território-ideal” não existe: trata-se de um ideal regulativo, concebido à luz de uma epistemologia sistêmica e, portanto, não determinista (...). (TONNEAU; VIEIRA, 2006, p.317).

O processo de gestão e implementação de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável é norteado assim, por uma concepção de *território construído pelos atores locais imbuídos por uma visão de futuro* (TONNEAU; VIEIRA, 2006, p.317). Para tanto, as comunidades locais devem estar verdadeiramente articuladas com o poder público, e ambos devem estar dispostas a mudar práticas convencionais de planejamento e gestão. Uma das características fundamentais desse processo de renovação das práticas usuais de planejamento passa a ser a valorização do potencial de recursos latentes sub-utilizados ou mesmo desvalorizados existentes no território dado selecionado para fins experimentais. Tais recursos podem ser materiais ou imateriais, a exemplo do conhecimento ecológico tradicional ainda presente em certas comunidades locais. Quando um processo de identificação e valorização desses recursos é acionado, eles se tornam *ativos territoriais*. O processo de *especificação* desses ativos⁵³ consiste na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais promovem na busca de enfrentamento de problemas compartilhados no nível local (CAZELLA; CARRIÈRE, 2006, p.34).

Essa dinâmica é resultante de vários projetos coletivos e de iniciativas privadas que buscam re-conectar ou ancorar as atividades

⁵³ Os recursos e ativos podem ser genéricos e específicos. Os primeiros são totalmente transferíveis e independentes da aptidão do lugar e das pessoas onde e por quem são produzidos. Já os segundos são de difícil transferência, pois resultam de um processo de negociação entres atores que dispõem de diferentes percepções dos problemas e diferentes competências funcionais (PEQUEUR, 2004, *apud* CAZELLA; CARRIÈRE, 2006, p.34)

econômicas com o território e reafirmar uma identidade territorial específica. Esse conjunto de iniciativas se configura como uma nova forma de resposta dos atores à evolução das dinâmicas territoriais e às pressões ambientais e sociais. Essas respostas de valorização dos atributos e bens culturais podem ser consideradas como um processo de *especificação* do território, capaz de oferecer uma certa competitividade em relação aos outros territórios, já que as iniciativas levantadas respondem de fato às oportunidades de mercado, que representam o turismo e a economia residencial.

A forte relação de sinergia/dependência/concorrência entre as dinâmicas territoriais, além dos fatores históricos e culturais explicitados acima, parece constituir o fator mais relevante para explicar as peculiaridades da trajetória de desenvolvimento no estado. Estas sinergias se expressam através de várias formas: i) o caráter pluriativo das comunidades rurais; ii) sistemas produtivos flexíveis; iii) sistemas produtivos locais inovadores no meio rural – ex: sistema agroalimentar localizado da pesca industrial/artesanal; iv) interdependência entre as dinâmicas e solidariedade obrigatória; e v) novas coalizões entre atores sociais individuais, coletivos e públicos.

Desde esta perspectiva, apesar da prevalência da DT1 afetar profundamente as comunidades rurais de agricultores-pescadores, esta parece não comprometer a sua existência. Pois tais comunidades geralmente acabam por se adaptar em meio a uma complexa teia de inter-relações entre as dinâmicas territoriais e seus respectivos atores sociais. Um aspecto relevante a ser destacado é a pluriatividade dessas comunidades, entendida como uma prática muito antiga e ainda hoje muito disseminada no litoral catarinense. Atualmente, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), mais de um terço dos estabelecimentos familiares se declara pluriativos. A queda nos estoques pesqueiros, ocasionada principalmente pelo aumento da frota de barcos industriais e poluição dos recursos hídricos, tem acarretado uma conseqüente queda na renda das famílias de pescadores. A fim de garantir sua reprodução sociocultural, eles passam a ampliar a renda advinda de atividades extra-pesca. O fenômeno da pluriatividade é potencializado pelo desenvolvimento do turismo, da pesca industrial e de atividades industriais. No litoral centro-sul são diversas as oportunidades para a ampliação das atividades extra-pesca a partir do final da década de 1970: o Porto, a Indústria Carboquímica Catarinense e a fábrica de Cerâmica, em Imbituba; o boom do turismo em Garopaba; a indústria pesqueira e o turismo em Laguna. Em muitos casos, os pescadores investem a renda proveniente da pluriatividade na própria atividade da

pesca, como é o caso de pescadores artesanais que trabalham na pesca industrial determinado período do ano para poderem comprar um barco e se dedicarem à pesca artesanal, ou aceitam trabalhos no comércio para investirem no conserto de barcos, do motor, etc.

Novos atores sociais coletivos: alianças e conflitos

As décadas de 1980 e 1990 marcam um período de transformação da vocação tradicional dos espaços rurais, em função do desenvolvimento das atividades industriais (agricultura, pesca e outros setores) e da complexificação dos sistemas urbanos e das atividades turísticas. As atividades econômicas relacionadas ao turismo contribuíram para a emergência de novos arranjos produtivos e coalizões econômicas e políticas que reúnem algumas famílias tradicionais dominantes, os agentes governamentais vinculados aos mais diferentes setores (fomento, pesquisa, extensão rural) e também as novas representações de produtores – pescadores, moradores dos bairros e pessoas oriundas da região ou de fora. Novas relações de cooperação, de concorrência e até de conflitos se estabelecem entre os diferentes grupos. Os principais embates dizem respeito ao uso dos espaços (marinho e terrestre), dos recursos naturais e à construção de distintos projetos políticos para o território.

Esse período caracteriza-se também pela transformação das relações entre o Estado e a sociedade civil (ou o Terceiro Setor). Esse fato acabou deflagrando um processo de institucionalização das ONGs, de algumas ações coletivas e de movimentos sociais. Fala-se assim de novos formatos de organização da sociedade civil (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004; ANDION, 2007). No litoral centro-sul esse processo se concretiza com a organização e consolidação de diversas instituições coletivas, como associações comunitárias, conselhos de desenvolvimento, comitês de micro-bacias, Fóruns de Agenda 21, etc. Uma consequência importante dessas transformações recentes diz respeito à emergência e à institucionalização de novos espaços públicos de diálogos e de negociação entre a sociedade civil, o Estado e o setor privado (mercado), constituídos na perspectiva de implementação de políticas públicas e necessitando de uma forte implicação da sociedade civil (conselhos gestores de unidades de conservação, conselhos de desenvolvimento econômico e social, conselhos de segurança alimentar, colegiado territorial, comitês de bacias, planos diretores municipais, etc.).

Não faltam exemplos de inovações nas formas convencionais de negociação e de promoção do diálogo pluralista. Contudo, persistem inúmeros desafios políticos e jurídicos à conquista de uma efetiva

democratização desses espaços e ao empoderamento das comunidades de pescadores artesanais - como já foi elucidado no capítulo anterior. Além disso, se alguns aspectos da organização sociocultural dos pescadores-agricultores parecem favorecer a adaptação a essas novas dinâmicas de desenvolvimento, por outro lado, esse processo de adaptação tem engendrado a inserção desigual e subalterna desses pescadores no processo de desenvolvimento, do ponto de vista econômico e sociocultural. Além disso, a dinâmica de desenvolvimento emergente DTS parece ainda representar iniciativas isoladas de alguns atores sociais, pouco capazes ainda de influenciar o cenário sociopolítico da zona costeira centro-sul. Some-se a isto a constatação de que a dinâmica DT2 de *ecologização do território* reafirma as dualidades meio ambiente/desenvolvimento, trazendo poucos resultados para as comunidades locais de pescadores artesanais. De fato, representa uma dinâmica de resistência ao modelo de desenvolvimento economicista, mas até o momento pouco capaz de integrar em suas ações estratégias de desenvolvimento que tenham como um de seus pilares a garantia da reprodução sociocultural das comunidades de pescadores artesanais.

A seguir, procuro entender melhor o contexto específico da pesca artesanal em uma porção do território sul da zona costeira catarinense. Esta porção concentra o núcleo centro-sul da APA BF e o *Território Litoral Sul Catarinense*, implementado pelo MPA.

4. 2 Entendendo a gestão da pesca artesanal no litoral centro-sul: área de abrangência das propostas de criação das Reservas Extrativistas

As duas propostas de criação das Resex se sobrepõem ao território marinho da APABF. Somente as lagoas e suas respectivas áreas de marinha estão fora dos limites desta UC⁵⁴. A APABF é uma UC de uso sustentável criada em 2000, situada no litoral centro-sul de Santa Catarina, e tem como objetivo principal

(...) proteger, em águas brasileiras, a baleia franca austral *Eubalaena australis*, ordenar e garantir o uso racional dos recursos naturais da região, ordenar a ocupação e utilização do solo e das águas, ordenar o uso turístico e recreativo, as

⁵⁴ Somente a Lagoa de Ibiraquera possui um pequeno trecho - incluindo a sua barra - nos limites da APA BF.

atividades de pesquisa e o tráfico local de embarcações e aeronaves”. (Decreto federal s/nº, 2000: Art.1).

A APA BF dispõe de uma área de 156.100 ha, sendo a sua maior porção marinha.

(...) com cerca de 130 quilômetros de extensão, formando um verdadeiro mosaico de ambientes, incluindo manguezais, áreas de restinga, conjuntos de dunas, florestas de planície quaternárias, praias, promontórios, ambientes lagunares, entre outros. A APA se estende da Ponta Sul da Praia da Lagoinha do Leste da Ilha de Santa Catarina até o Balneário do Rincão, ao sul do Cabo de Santa Marta, abrangendo nove municípios da costa catarinense: Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Tubarão, Jaguaruna e Içara.⁵⁵

Para a gestão deste complexo território a equipe da APABF divide geopoliticamente sua extensão em três núcleos, a saber: (i) Núcleo Norte, que abrange os municípios de Florianópolis, Palhoça e Paulo Lopes; (ii) Núcleo Central, abrangendo os municípios de Garopaba e Imbituba; (iii) Núcleo Sul, abrangendo os municípios de Laguna, Tubarão, Jaguaruna e Içara. É no núcleo Central que fica sua sede administrativa, local onde ocorre maior capilaridade dos seus processos administrativos. Segue abaixo o limite territorial da APA BF:

⁵⁵ Disponível em: <http://br.geocities.com/apadabaleiafranca/index.html>. Acesso em: 18 de outubro de 2008.



Figura 04: Limite Territorial da APA da Baleia Franca

As propostas de criação das Resex abrangem áreas marinhas e lagunar dos municípios de Garopaba, Imbituba, Laguna e Jaguaruna, e por isto, o foco deste estudo está nesta porção do território da APA BF, que por sua vez integra o Território Litoral Sul Catarinense⁵⁶ definido pela Política Territorial de Aquicultura e Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura (SEAP, 2008). Nesse contexto, o município de Laguna destaca-se na atividade da pesca artesanal, concentrando 24,6 % das embarcações artesanais cadastradas em Santa Catarina, o maior número do Estado. Além da forte expressão da pesca artesanal, a pesca industrial também encontra papel de destaque, apesar de ocorrer principalmente por frotas de outras localidades, como Itajaí e Rio Grande do Sul. Já os municípios de Garopaba e Imbituba, juntos concentram 8,8% das embarcações pesqueiras artesanais catarinense, utilizadas para a pesca oceânica e estuarina. Junto à pesca marinha realizada nesses municípios, ocorre a pesca estuarina e lagunar, realizada no Complexo Lagunar Catarinense e nas lagoas, como nas Lagoas de Ibiraquera e Garopaba. (SEAP/PROZEE/IBAMA, 2006 *apud* CAPELESSO, 2010). O município de Jaguaruna, apesar da presença da pesca artesanal, a principal fonte econômica do município é a agropecuária. Dentre os principais cultivos estão: o arroz irrigado, a mandioca, a melancia, o fumo e o leite. No setor industrial a atividade de mineração ocupa posição importante. Em 1997, esta atividade representava 70% da arrecadação do ICMS local no setor, tendo sido uma única empresa, a Cysy Mineradora, responsável por 25% da arrecadação total do tributo no município na mesma data (SOCIOAMBIENTAL, 2005). A mineração de conchas calcárias desenvolvida pela Cysy é uma atividade conflitante com os objetivos da APA da Baleia Franca, e foi alvo de diversos embates entre os atores sociais do território.

O texto a seguir é elaborado a partir de observações de campo, entrevistas e bibliografia secundária.

⁵⁶ Esse território é integrado por 13 municípios pesqueiros (SEAP, 2008)

4.2.1 Os territórios marinho e lagunar da pesca artesanal no núcleo centro-sul da APA da Baleia Franca

4.2.1.1 O contexto do território proposto para a Resex do Cabo de Santa Marta

Apesar da exclusão das lagoas da proposta final para a criação da Resex do Cabo de Santa Marta, todo o processo de mobilização social e diagnóstico socioambiental foi conduzido com base na proposta inicial. Nela foram inseridas as lagoas do Camacho, Santa Marta, Cigana e Garopaba do Sul. Na porção marinha, permaneceram os mesmos limites, incluindo as localidades do Farol de Santa Marta - município de Laguna - Camacho, Arroio Corrente, Campo Bom, Torneiro, situadas no município de Jaguaruna. Não caberia aqui apresentar uma descrição pormenorizada das artes de pesca⁵⁷. A intenção é apenas trazer elementos que nos permitam compreender melhor os principais conflitos vivenciados nesta região. Ou seja, para se elucidar os conflitos existentes e as possibilidades de se fortalecer um processo de gestão compartilhada neste território (seja por meio da Resex, Acordos de Pesca ou outro arranjo institucional), torna-se necessário iluminar o contexto socioeconômico e socioecológico onde ocorrem esses conflitos, assim como as especificidades socioculturais dessas comunidades.

As comunidades da Ilha e seus arredores

A região da Ilha, como é chamada localmente, encontra-se separada do núcleo urbano de Laguna pelas lagoas, formando uma espécie de ilha com uma série de pequenas vilas: Ponta da Barra, Passagem da Barra, Santa Marta, Santa Marta Pequena, Campos Verdes, Cigana, e, finalmente, o Farol de Santa Marta. O acesso a essas comunidades a partir de Laguna é feito pela travessia da Barra da Lagoa de Santo Antônio. A estrada que perpassa as vilas até chegar ao Farol (trecho da SC 100) tem aproximadamente 16 km, e atualmente encontra-se em obras de asfaltamento. A população total da região é de cerca de 4.000 pessoas, das quais, cerca de um quarto vive no Cabo de Santa Marta (LAGUNA, 2003). As vilas do Camacho e Garopaba do Sul também margeiam as lagoas, que recebem, respectivamente, os nomes

⁵⁷ As artes de pesca consideradas neste item da tese foram elucidadas por RODRIGUES (2011) e SOCIOAMBIENTAL (2005).

de tais comunidades. É a Barra da Lagoa do Camacho que demarca o limite sul do território da Ilha. A Lagoa do Camacho encontra-se imediatamente ao sul do Cabo de Santa Marta e possui um estreito canal de maré, o Canal da Barra do Camacho, que liga a lagoa ao mar.

A região da Vila do Camacho compõe um quadro natural de rara beleza e importância potencial quanto à qualidade e quantidade dos recursos naturais ali disponíveis, na forma das lagoas costeiras, banhados, praias e dunas, recursos pesqueiros e importantes jazimentos de conchas calcárias. A beleza cênica da paisagem aliada à produtividade pesqueira das Lagoas Costeiras e ecossistemas associados, representam uma importante fonte de alimento e recursos para o município e a população local, que em sua maioria vive da pesca de camarões e peixes, atividade que aliada ao comércio e prestação de serviços, permitem a sua subsistência. Esta comunidade de pescadores vive dois importantes conflitos em sua atividade profissional, que são a pesca predatória na lagoa, a competição pelas áreas de pesca entre pescadores de Jaguaruna, Camacho e Laguna e as condições de manutenção da abertura da barra do Camacho, que interferem diretamente na qualidade e quantidade disponível dos recursos pesqueiros para o desenvolvimento e sustentação da atividade. (PORTO-FILHO; ELICHER, 2000, p. 46).

É importante pontuar que apesar dessas fronteiras geopolíticas que delimitam os municípios de Laguna e Jaguaruna, os pescadores artesanais dessa região compartilham o mesmo território lagunar - que é uma porção do Complexo Lagunar⁵⁸ - mantendo laços de parentesco e relações cotidianas na atividade pesqueira. Essas relações têm sido permeadas por conflitos e cooperação ao longo de sua história. Além dos conflitos citados acima, que envolvem a abertura da Barra do Camacho e a pesca no território marinho (praia e costa), existem conflitos entre os pescadores da lagoa. Um caso exemplar é o conflito entre os pescadores do Camacho, os “camacheiros”, como muitos se

⁵⁸ O complexo lagunar compreende as lagoas de Santo Antônio dos Anjos (33,85 Km²), Imaruí (86,32 Km²) e Mirim (63,77 Km²).

autodenominam, e os pescadores da Cigana devido ao uso da rede de aviãozinho por esta comunidade, a qual era tradicionalmente proibida pelos pescadores do Camacho. Esse conflito foi “administrado” pelo Acordo de Pesca⁵⁹ do Complexo Lagunar, o qual ordenou a pesca neste território.

Ao atravessar a pequena ponte que perpassa a barra da lagoa do Camacho, a estrada de terra⁶⁰ (e um pequeno trecho de calçamento) que entrecruza as comunidades da Ilha é substituída pelo asfalto - que se estende até o centro da cidade de Jaguaruna. Seguindo em direção ao sul desde o Camacho encontraremos as vilas de Campo Bom, Arroio Corrente e Torneiro, locais onde prevalecem artes de pesca de praia, como o arrasto de praia e as redes fixas. A paisagem mantém-se imutável ao longo do caminho, uma extensa praia “povoada” por casas de turistas, desabitadas durante quase todo o ano, o que aos olhos de um “estrangeiro” imprime a sensação de uma “cidade fantasma” ou um não-lugar. Poucas são as moradias de pescadores. Na Barra do Camacho tais moradias se concentram nas margens da lagoa. O que não parece ocorrer nas outras vilas, nas quais as moradias dos pescadores estão mais dispersas. Nos meses de verão a paisagem se transforma abruptamente devido ao fluxo de turistas que “invadem” as praias em busca de lazer. Para os pescadores artesanais, a praia cumpre ainda outro importante papel: trata-se da via de conexão entre eles e populações litorâneas do litoral sul do Brasil. Os pescadores do Camacho, Arroio Corrente, Campo Bom e Torneiro “circulam” por esta via por meio de caminhões à procura de cardumes de pescado delineando ciclos “intercomunitários” de reprodução sócio-cultural. Segundo os pescadores destas localidades, eles possuem famílias espalhadas em diferentes núcleos pesqueiros do sul do País, tais como a comunidade de pescadores artesanais da Lagoa do Peixe, no município de Mostardas no Rio Grande do Sul e comunidades de pescadores na região do Rio Grande/RS, extremo sul do país. A pesca realizada por meio da parelha do Arrastão de Praia, que possui o elemento “caminhão” em sua fase de terra, é uma arte de pesca realizada por gerações de pescadores desses locais. A pesca é iniciada com sua faina em cima da carroceria do caminhão, no qual tem a dupla função de levar a parelha onde o cardume for identificado/localizado, e

⁵⁹ Tratarei desse acordo nos capítulos 5 e 6.

⁶⁰ Atualmente inicia-se a obra de asfaltamento de todo o trecho. O processo de licenciamento dessa obra foi alvo de intensos conflitos no território, como demonstrarei no quinto capítulo.

ser o observatório do ambiente marinho pelos pescadores mais experientes. (RODRIGUES, 2011, p.67)

Rodrigues (2011) identificou diversos conflitos que permeiam a pesca marítima ao longo desse extenso território. O principal conflito ocorre entre a arte de arrastão de praia e a pesca de rede de espera, fixa por cabo e âncora. Segundo os pescadores, a rede fixa com âncora fica permanente na praia e os peixes que não emalham na rede são afugentados para alto mar. Ademais, a âncora colocada pelos pescadores causa danos e prejuízos ao pescador de arrastão de praia, pois ao fazer o lance nos locais destas âncoras, a rede pode cortar ou rasgar o seu pano. Outra reclamação é a quantidade de âncoras, as quais são colocadas em sua maioria por pescadores amadores, empresários, aposentados ou turistas. Afirmam que do Camacho até o Rio Grande a praia está repleta de âncoras, limitando o território da pesca de arrastão. Recentemente, houve algumas reuniões entre as colônias de pescadores dos municípios de Laguna, Jaguaruna e Içara – Rincão e a Federação das Colônias de Pescadores – em busca de um acordo entre os pescadores. Contudo, os grupos envolvidos ainda não conseguiram negociar o conflito, e o Ministério Público Estadual tem entrado em cena para mediar o processo.

Outro conflito identificado entre os pescadores que utilizam a arte do arrastão de praia envolve os pescadores de “barcos grandes” provenientes da praia do Farol de Santa Marta. No Farol de Santa Marta os pescadores fazem uma divisão entre barcos grandes e barcos pequenos⁶¹. Os “barcos grandes” referem-se àqueles que realizam as artes da caça-de-malha direcionadas à tainha e para a pesca da anchova com rede de deriva, ou caceio. Segundo os pescadores de arrastão de praia, esses barcos invadem o território de pesca do arrastão de praia, como comenta um pescador durante uma reunião realizada na comunidade do Camacho: “Não há fiscalização das embarcações do Farol que vêm a menos de uma milha na costa da praia!”⁶² O pescador está se referindo, sobretudo, à época da safra da tainha.

Após essa breve incursão até o limite sul do território incluído na proposta de criação da Resex do Cabo de Santa Marta, retorno ao

⁶¹ Os pescadores da praia do Cardoso dividem dois tipos de embarcações: (i) Embarcações Grandes - botes e baleeiras de 10, 11,12 podendo chegar até 15 metros de comprimento, com motores potentes de 4 cilindros; (ii) Embarcações Pequenas – botes até 8 metros.

⁶² Reunião realizada em 06 de junho de 2011, coordenada pelo CEADES/MPA, com o objetivo de discutir ordenamento da pesca no litoral sul.

território situado ao norte, no município de Laguna. Ao tomar a balsa em Laguna e atravessar a barra da lagoa de Santo Antônio em direção à Ilha, a primeira comunidade encontrada é a da Ponta da Barra. Juntamente com as comunidades do Farol e do Camacho, a Ponta da Barra se configura como um dos maiores núcleos pesqueiros da região, com cerca de 150 pescadores (SOCIOAMBIENTAL, 2005) atuando em sua maioria na pesca costeira e embarcados em barcos industriais. A pesca realizada pelos patrões de embarcações de pesca da comunidade de Campos Verdes é a mesma pescaria realizada pelos pescadores da comunidade da Passagem da Barra. Elas priorizam a captura da anchova e tainha, em suas respectivas épocas, ou seja, de junho a dezembro e de maio a julho respectivamente. Os conflitos inerentes a estas pescarias decorrem, sobretudo, do uso das redes de espera de fundo para a captura da anchova na Laje do Campo Bom. É interessante ressaltar que muitos pescadores da comunidade de Campos Verdes trabalham como proeiros embarcados em botes e baleeiras dos patrões de pesca do Farol de Santa Marta (RODRIGUES, 2011).

Na comunidade da Passagem da Barra, vizinha à comunidade de Ponta da Barra, prevalece a pesca de camarão com tarrafa na lagoa. A pesca nas lagoas é direcionada sobretudo para a captura do camarão (pescadores da Cigana, Canto, Camacho), e também para a captura de tainhota (pescadores de Garopaba do Sul). Atualmente, a principal arte de pesca utilizada para a captura do camarão, que tem o seu defeso de junho a novembro, é a rede de aviãozinho. Muitos pescadores dessas localidades trabalham como tripulantes das embarcações do Farol de Santa Marta durante o período do defeso do camarão – momento em que ocorre a pesca da tainha e da anchova.

A comunidade do Farol se configura como uma pequena península situada no extremo sul da ilha, vizinha das comunidades da Cigana e do Camacho. Na porção norte da vila está a Prainha, local onde se concentra a maioria das casas e o pequeno comércio (algumas lojas, mercados e restaurantes). Na temporada do verão o dia-a-dia da vida comunitária cede lugar ao trabalho voltado ao grande número de turistas que aportam na comunidade. A Praia do Cardoso, ao sul, é o local da lida da pesca, e também, um dos mais conhecidos “picos” de *surf* da região. Os galpões de pesca, as areias impregnadas de restos de pescarias e as aves marinhas em busca de alimento compartilham o espaço com surfistas que buscam ondas de qualidade. Nesse sentido, a Praia do Cardoso é ao mesmo tempo, o local onde se concentram as atividades cotidianas da pesca e o motivo de atração de grandes levadas

turista, que trazem mudanças significativas no cotidiano dessa comunidade (RODRIGUES, 2011).

Assim como em outras localidades dotadas de atrativos naturais, a exemplo das praias de Garopaba e Imbituba, os turistas começaram a visitá-la no decorrer da década de 1970, no bojo de um movimento que se intensificou nos anos de 1980. Nessa mesma época, ocorre um aumento da frota da pesca industrial em todo o litoral catarinense. Esta tendência foi incentivada pelas políticas públicas desenvolvimentistas promovidas para o setor da pesca. Com as dificuldades impostas aos pescadores da região do Farol pela expansão da pesca industrial, o turismo foi visto como uma alternativa para o complemento de renda, advinda principalmente do aluguel de suas casas durante a alta estação. Os pescadores passaram a construir segundas residências em seus terrenos. Essa nova configuração do espaço acontece de forma desordenada, acarretando também problemas de infraestrutura e saneamento básico, agravados pela ausência de uma rede de tratamento de esgoto (SANTOS, s.d., p.3). A dinâmica de desenvolvimento DT1 começa a ganhar força na região nesta época. Ela coexiste com a DT3, a qual prevalecia até o momento em que ocorre o asfaltamento da BR 101 e as facilidades e incentivos à chegada do turismo de massa.

Além dessas transformações relacionadas ao turismo, a comunidade do Farol vem passando por transformações sócio-culturais relacionadas à pesca, as quais trazem novos contornos à identidade do pescador artesanal local. A princípio, as pescarias eram realizadas na Prainha, apenas com canoas de Garapuvu - de um pau só. Elas eram direcionadas para a captura da tainha e organizadas tradicionalmente pelos padrões de parselhas, compostas pelos remeiros, mestres (em muitos casos o mestre e o patrão eram a mesma pessoa), e o Vigia. Essa pescaria foi dando lugar à outra modalidade, em que os pescadores passam a adquirir barcos maiores e mais apropriados para o enfrentamento do mar grosso, com motores mais potentes (RODRIGUES, 2011). As facilidades advindas dos financiamentos assumidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (modalidade Pronaf Pesca) potencializaram essa transição. A fala de um mestre de pesca do Farol sintetiza esse processo de transição impulsionado pelo acesso a esta linha de fomento:

A pesca voltou, a pesca tá dando, teve esse Pronaf aí que todo mundo comprou (embarcação). O Pronaf foi muito bom, mas muita coisa ele

atrasou, todo mundo botando embarcação na praia. E não é só aqui, começa do Rio Grande do Sul pra cá. O cara lá do Rio Grande tava falando pra nós lá na praia ontem. Lá no Rio Grande tá a mesma coisa, cada pessoa tem uma embarcação e agora não tem mais ninguém pra trabalhar. De vez em quando vai o patrão pra água, junta uns três, quatro e vão lá pescar. Fica dois, três parado, e um vai pescar. Da turma ninguém quer pescar, cada um fez uma embarcação. O Pronaf foi muito bom, mas também atrasou um pouco. (informação verbal)⁶³

Em meio a essas transformações, foram sendo construídos ranchos ou galpões de pesca mais espaçosos para abrigar as embarcações pesqueiras. Os novos galpões e as artes de pesca vêm atribuindo novos significados ao “ser pescador do Farol”. Ao longo dos anos, essa frota foi sendo enriquecida por meio de inovações tecnológicas que permitiram o aumento gradativo da potência dos motores. Hoje em dia, algumas embarcações encontram-se em fase de transição para uma pesca de maior escala - a exemplo de embarcações de até 100 hp de potência, podendo embarcar até 10 toneladas de pescado por dia. De acordo com os pescadores, só na praia do Cardoso existem cerca de 20 embarcações de grande porte. A potência dos motores dessas embarcações varia entre 24, 33 até 100 hp. Elas vêm sendo utilizadas geralmente para a captura da tainha e da anchova no entorno da Laje do Campo Bom, porém, o território desses pescadores vai de Garopaba até Passos de Torres, no Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2011).

Essa transição vem se acentuando e é percebida pelos pescadores há cerca de 10 anos, com a venda de galpões e parelhas completas para turistas e empresários. Segundo os pescadores, a maioria da frota de grandes embarcações é dos de “fora”, ou seja, empresários e turistas. Dessa maneira, a pesca realizada na praia do Cardoso vem se transformando gradativamente em uma pesca mais “agressiva”, com uma tecnologia vinda de fora e empregando os próprios pescadores artesanais em sua frota. Além do GPS para a navegação, guinchos para a tração das redes em algumas pescarias da tainha e anchova, o aparecimento da sonda vem substituindo gradativamente o “saber olhar” o peixe, pela fácil leitura do aparelho.

⁶³ Entrevista realizada em 14 de setembro de 2011.

Os caras tão investindo, fazendo barco cada vez maior, e o barco hoje que eles estão fazendo, as embarcações, já não é mais dentro do limite do pescador artesanal, já passa fora. O barco que eu pesco lá com o Seo Timóteo, chama baleeira, aquela baleeira é feita no máximo pra cinco toneladas, e hoje estão fazendo bote pra nove, pra dez. É o caso do industrial, os caras de fora estão investindo pra isso, eles não estão se conformando com três, quatro toneladas. E aí, como é que fica? E depois, lá na frente? Lá na frente ta ficando como você tá vendo aí no momento, tá chegando aí, a maioria tudo parado aí. (Informação verbal)⁶⁴

A percepção dos pescadores acerca da venda dos galpões para os empresários é diversa. Alguns deles trabalham como encarregados para os empresários, e têm uma percepção positiva em relação a eles. Porém, os patrões de embarcações e parelhas que são proprietários de galpões de pesca na praia do Cardoso, nativos do Farol, não costumam aceitar a presença de empresários. Dotados dos recursos necessários à compra de embarcações de maior porte e de redes mais sofisticadas, os empresários têm aumentado a competição entre os pescadores. Alguns desses pescadores comentam ainda que o interesse desses empresários transcende a pesca, voltando-se para a especulação imobiliária. Acreditam que no futuro, o interesse deles é construir defronte ao mar. Um mestre de pesca dono de embarcação comenta a respeito dos conflitos e mudanças que vêm ocorrendo:

É o seguinte, né, como eu falei pra você ontem, tem vinte galpão de pesca na praia, desses vinte, dez são desses caras industriais, e dez do pescador nativo. Então o que está acontecendo? Hoje os caras tem, e a gente não tem..... Aonde vai chegar o ponto do meu barco estar parado. Eu não tenho condição de investir, e o cara vem e compra, o cara não depende disso, pra ele tanto faz como tanto fez. E a gente acha que hoje eles estão comprando isso aqui, não é pra futuro de pesca, é pra um futuro próximo, lá na frente. Qual que seja

⁶⁴ Pescador do Farol de Santa Marta, entrevista realizada em 14 de setembro de 2011.

ele, a gente não sabe. Então é o seguinte, os tripulantes que pescavam comigo, e outros barcos de pescador nativo, dono, né, eles estão correndo pros caras que tem. (...) Então hoje tem um conflito, os caras vão lá, a pesca da laje, da anchova, aquilo ali a gente chama o banco, só vai buscar o dinheiro, então os encarregados que trabalham pra esses caras, eles não estão nem aí pra mim, que sou dono, ele quer ir lá pescar o dele, o que tem, e isso está nos prejudicando a um bom tempo, não é de agora. (..) Os caras não estão nem aí, e no fim do ano quando parar a pesca a gente vai arrumar a rede, remendar. Os tripulantes que pescam comigo, no fim do ano, a gente pára em dezembro, o tripulante não quer mais fazer isso aí. Antigamente existia isso, quando parava a pesca pegavam a arrumar rede das seis da manhã e ia até às seis da tarde, e hoje não existe mais isso. Então hoje em dia acaba por isso. (Informação verbal)⁶⁵

A maioria do pescado desembarcado no Farol é proveniente das capturas da tainha e da anchova. Dessa forma, alguns pescadores comentam que a pesca se inicia com a abertura da pesca da tainha (IN MMA nº 171/ 2009), e vai até dezembro, quando os pescadores param de pescar para fazer cumprir o período de defeso da anchova. No entanto, a pesca realizada pelas embarcações pequenas é direcionada para outras espécies, como a pescada, o papa-terra e a abrótea, fazendo com que aconteça pesca o ano inteiro. Algumas embarcações saem para a Laje do Campo Bom para a pesca de linha da Garoupa nos meses de verão (RODRIGUES, 2011).

A Laje do Campo Bom é um local de disputa territorial entre os pescadores do Farol e outros pescadores de outras comunidades. Para os pescadores do Farol, que possuem embarcações sem convés e de boca aberta, as embarcações de convés e casario, provenientes principalmente de Campos Verdes, Itapirubá e Garopaba são o principal motivo de conflitos de uso na Laje do Campo Bom. As embarcações de casario realizam a pesca da anchova no período noturno, momento não propício para a pesca da anchova, pois a rede em contato com algas luminescentes produzem fechos de luz que espantam os cardumes. Com

⁶⁵ Entrevista realizada em 14 de setembro de 2011.

a presença dos empresários proprietários de barcos no Farol, esses conflitos têm se adensado, sendo mais recorrentes conflitos entre os próprios pescadores do Farol.

Já houve várias tentativas de implementar um acordo interno entre os pescadores do Farol, normatizando como deve ser realizada a pesca da anchova na Laje do Campo Bom. A principal regra desse acordo diz respeito à fixação do horário de saída das embarcações da praia do Cardoso, rumo à Laje. Sempre quando tem início a temporada da pesca da anchova na laje, os pescadores combinam entre si a saída para às 4:00 horas da manhã e costumam lançar a primeira rede às 6:30 horas ou 7:00 horas, após o sinal de um “coordenador”. Conforme os depoimentos coletados, geralmente esta regra não tem funcionado mais que dois dias. Daí a necessidade de reuniões periódicas, visando reafirmar as regras do referido acordo - que versa também sobre a quantidade de fileiras de rede que cada embarcação pode utilizar, sendo que o número máximo estabelecido é de oito fileiras.

Você sabe que nossa turma aqui só tem a Laje do Campo Bom pra pescar. Aí o que que acontece? Na nossa turma tem uma meia dúzia de rapaz novo que vão pra lá, ficam a noite inteira, não traz a rede, o peixe apodrece lá. Daqui a pouco o cara vai lá e não tem mais nada lá, o peixe sai tudo dali, não pára mais ali. Aí é onde fracassa mais é só por causa disso. Se a nossa turma fosse unida, se juntasse pra botar uma lei pra fundear rede tal hora, né, melhorava, de manhã. Fundeou rede à noite, já sabe, é um trabalho, né, os caras não sabe onde é que tá fundeando. Aí todo mundo chega ali, larga um por cima do outro, aquele outro já passa a mão na minha rede e já corta, solta a dele, e às vezes ela não sai e fica por ali mesmo, e fica aquele peixe apodrecendo, né. Aonde nós não se unimo mais, porque se unisse dava certo. Nós já tivemos uma reunião aí, pra fundear rede só sete horas da manhã. Aí ficou bom, nós saía daqui cinco horas da manhã, quatro e pouco, porque já sabia que só ia fundear rede sete horas da manhã. Mas aí relaxaram, os barcos também avançaram e acabaram com tudo. Não funcionou mais porque nós não se unimo mais, né. Nós não se unimo mais com o outro pra chamar a rapaziada nova pra seguir aquele estilo nosso, assim, fundear rede tal

hora. E você sabe, vem muita gente de fora pra cá né. Aqui mesmo quem tem família aqui, pescador daqui, só tem só umas mais cinco ou seis, o resto é tudo empresário. Pra ele chegar aí e botar uma parelha dele aí, o que que vale? Eu que sou pobre, vou abrir a minha parelha ali com mil braças de rede. Ele ali, mil e quinhentas, não tá nem aí, né. Tá, perdeu. (...) E nós não podemos competir com eles, né, não tem como. Aonde ficou mais ruim é por causa disso. (Informação verbal)⁶⁶

Como veremos adiante, dentre os motivos que levaram os pescadores artesanais do Farol de Santa Marta a pleitear a criação de uma Resex Marinha está a necessidade de fazer valer o acordo referente à pesca na Laje do Campo bom e, principalmente, afastar os barcos industriais da costa. Contudo, esses problemas ganham maior complexidade com a presença dos empresários na pesca, conforme o relato do mestre de pesca.

Por fim, é importante ressaltar ainda as inter-relações que ocorrem entre os pescadores das lagoas e do mar. Durante a safra do camarão muitos pescadores da comunidade do Farol de Santa Marta pescam nas lagoas. E no inverno e primavera, os pescadores das lagoas trabalham como tripulantes nas embarcações do Farol, principalmente durante as safras da tainha e da anchova.

4.2.1.2 O contexto da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba

A história do desenvolvimento das regiões de Imbituba e Garopaba apresenta diversas semelhanças com a trajetória das localidades da Ilha e arredores, as quais têm presenciado transformações significativas com a intensificação das atividades de turismo e pesca industrial a partir da década de 1970. Apesar da atividade pesqueira não se constituir como a principal atividade econômica nos dois municípios, ela contribui para o aumento do Produto Interno Bruto ao gerar as maiores contribuições no Valor Adicionado agropecuário

⁶⁶ Mestre de pesca do Farol de Santa Marta, proprietário de galpão. Entrevista realizada em 14 de setembro de 2011.

(CAPELESSO, 2010, p.76). Contudo, nos dois municípios o setor de serviços é o que apresenta maior importância econômica. Em Garopaba, o destaque está no turismo, e em Imbituba, apesar de ocorrer um equilíbrio maior (turismo, agropecuária, Zona de Processamento de Exportação – em instalação), a presença do terceiro maior porto catarinense contribuiu fortemente para a elevação do VA de serviços e impostos. De fato, o setor pesqueiro não tem sido privilegiado no planejamento e na gestão do território. Decorrem daí vários obstáculos ao processo de criação da Resex e à perspectiva de um ganho de autonomia e poder de co-decisão relativamente à gestão do território marinho e lagunar.

Os limites propostos para a criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba abrangem áreas marinha e lagunar destes municípios. A área marinha coincide com o território marinho da APA BF (cinco milhas marinhas), e o território lagunar inclui o espelho d'água das Lagoas de Garopaba, Ibiraquera e lagoas menores adjacentes, os quais estão quase integralmente fora dos limites da APA BF. A área de estudo para a criação da Resex abrangeu área terrestre, a qual foi toda retirada, ficando somente alguns terrenos de marinha⁶⁷. A área marinha não foi alvo de disputas, pois as cinco milhas delimitadas já se encontram dentro do território da APA da Baleia Franca e os conflitos nesta área se dão entre pescadores artesanais e pescadores industriais, principalmente os barcos atuneiros, que invadem a área para a pesca da sardinha. Desse modo, o embate mais acirrado se concentra nas áreas das Lagoas de Ibiraquera e Garopaba e o entorno, principalmente a área terrestre que corresponderá à zona de amortecimento da Resex - caso a mesma seja criada.

A Lagoa de Ibiraquera está situada entre os municípios de Imbituba e Garopaba, e juntamente com a Lagoa de Garopaba (ou Encantada), integra um complexo sistema lagunar costeiro, que se destaca do ponto de vista da diversidade biológica e cultural. A micro-bacia hidrográfica que engloba a Lagoa de Ibiraquera abriga um conjunto de oito pequenas comunidades - Araçatuba, Alto Arroio, Arroio do Rosa, Barra da Ibiraquera e Ibiraquera, pertencentes ao município de Imbituba- e Limpa, Grama e Campo D'uma, pertencentes ao município de Garopaba - com uma população estimada em sete mil pessoas. A Lagoa de Ibiraquera é formada por um conjunto de quatro

⁶⁷ Área ou terreno de marinha é um bem da União, e abrange a faixa de 33 metros de largura, contada a partir da linha da preamar média de 1831, adjacente ao mar, rios e lagoas, no continente ou em ilhas.

lagoas menores conectadas: Lagoa de cima, Lagoa do Meio, Lagoa de Baixo e Lagoa do Saco. Por sua vez, no entorno da Lagoa de Garopaba vivem aproximadamente quatro mil pessoas, concentradas em cinco comunidades - Ressacada, Areais da Palhocinha, Palhocinha, Encantada e Capão. Com base nos dados de uma pesquisa conduzida pelo coletivo do Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFSC em 2002, estima-se que 11.174 pessoas estejam envolvidas no funcionamento do sistema produtivo pesqueiro local - o que representa aproximadamente 3.192 famílias (NMD, 2003).

O contexto socioecológico das Lagoas de Garopaba e Ibiraquera apresenta muitas similaridades. As lagoas costeiras possuem alta relevância ecológica pelo fato de muitos organismos viverem um período de seus ciclos de vida nesses ambientes, além de serem extremamente sensíveis a qualquer tipo de poluição e intervenção humana (FABIANO, 2004). As Lagoas de Garopaba e Ibiraquera são classificadas como lagunas sufocadas, por possuírem apenas um canal de ligação com o mar, a barra da lagoa, a qual tem sido tradicionalmente aberta pelos pescadores locais cerca de duas vezes ao ano (MIRANDA e OLIVEIRA, 2007). A atividade pesqueira nas lagoas depende do manejo da barra: quando aberta, ela possibilita as trocas de água com o oceano e a entrada de peixes e pós-larvas de camarões, principalmente ao longo dos meses de maio e setembro.

A pesca marinha no território que abrange a proposta da Resex no município de Imbituba possui característica essencialmente praiana, na qual destaca-se a pesca de arrastão da tainha. Existem inclusive ranchos que só funcionam durante a safra da tainha, a exemplo do rancho situado na Praia do Luz. Apesar da praia do Porto ser um dos núcleos pesqueiros de maior relevância no município, ele está fora dos limites da Resex, provavelmente devido à proximidade do Porto⁶⁸.

No contexto da pesca marítima em Garopaba, Filardi (2007) identificou onze núcleos pesqueiros (68): Gamboa, Siriú, Morrinhos, Cancha, Garopaba, Vigia, Silveira, Ferrugem-Barra, Ouvidor, Portinho,

⁶⁸ Atualmente os pescadores e moradores desta praia vivenciam um importante conflito com empresários e o poder público devido ao processo de construção de um terminal portuário privado, adjacente ao porto público de Imbituba. O empreendimento deve provocar a demolição de cerca de 165 casas e ranchos de pesca, além de impactos na atividade pesqueira de cerca de 160 pescadores artesanais profissionais da região. (MARTINS, 2012, p.209).

Vermelha⁶⁹. A praia da Garopaba apresenta características especialmente favoráveis à atividade pesqueira tanto praiana e litorânea (com o uso de canoas e redes de arrasto) quanto costeira e marítima (com embarcações motorizadas), pois é abrigada das ondulações e dos ventos do quadrante sul, facilitando a ancoragem das embarcações, assim como a sua saída e entrada. O nome Garopaba vem do tupi-guarani e significa enseada das canoas, referindo-se à existente na praia da Garopaba. Nesta praia há a presença de três núcleos pesqueiros (Morrinhos, Cancha e Garopaba). O núcleo de Garopaba, com 124 pescadores e 15 ranchos de pesca é o mais expressivo.

Em síntese, Filardi (2007) aponta que cerca de dezenove espécies compõem o conjunto de pescarias realizadas na região, além das cerca de outras quarenta e cinco espécies representativas da diversidade de recursos utilizados. A pesquisa por ela realizada gerou evidências que confirmam que a distribuição dos sistemas de pesca ocorre de forma desigual ao longo da costa, de modo que uma determinada espécie pode ser uma pescaria importante em determinado núcleo e irrelevante em outro (e.g. xerelete e papa-terra). As pescarias da enchova e da tainha são colocadas em primeiro plano. Praticamente todos os núcleos têm rede para a pesca da tainha. A pesca da tainha é uma das mais tradicionais na região, principalmente aquela realizada com o arrastão de praia. Esta arte de pesca tem contribuído para assegurar a base sociocultural da reprodução das práticas de pesca artesanal no litoral catarinense. Contudo, não são todos os núcleos que se envolvem com esta modalidade de pescaria, como é o caso do núcleo de Garopaba. Este núcleo, juntamente com os núcleos do Portinho e da Cancha, possui características geográficas e oceanográficas favoráveis para o desenvolvimento de pescarias marítimas, apresentando grande dinamismo. No núcleo do Portinho a principal pescaria é a enchova, porém, nos meses de maio a junho os pescadores mais tradicionais desse núcleo fecham o rancho e vão pescar na Vermelha. Nos demais prevalece a pesca com características mais praianas e/ou litorâneas.

Ainda de acordo com Filardi (2007), o relativo isolamento das praias provocado sobretudo pelos promontórios rochosos influencia sobremaneira no senso de territorialidade dos pescadores, principalmente daqueles que praticam a pesca praiana.

⁶⁹ A Praia da Vermelha fica logo após a divisa com o município de Imbituba, pertencendo a este município.

Essa divisão fica mais visível durante a pesca da tainha, quando as fronteiras ficam mais claras e, eventualmente, são até defendidas contra “invasores”.

A existência dessas “fronteiras” mais ou menos definidas, associada à dificuldade de ter acesso a outras áreas de pesca pelo mar, parece contribuir para que os pescadores dos núcleos pesqueiros onde a pesca “praiana” é predominante possuam um senso de territorialidade mais forte. Entre os pescadores que saem para o mar e utilizam uma área de pesca maior, a tendência é que esse senso de apropriação do espaço da pesca seja mais fraco. (FILARDI, 2007, pp. 162-163).

O núcleo de Garopaba apresenta algumas similaridades com o núcleo pesqueiro da Praia do Cardoso, no Farol de Santa Marta. Nestes núcleos prevalece a pesca litorânea e oceânica, marcadas pela concentração de embarcações maiores, que armazenam grande quantidade de pescado (em médias 10 toneladas), e utilizam motores mais potentes. Vale a pena mencionar também a questão dos ranchos de pesca, os quais têm sido progressivamente vendidos para empresários, seja do setor da pesca ou do turismo – uma tendência que tem contribuído para fragilizar o sistema da pesca artesanal. Na praia do Cardoso, cerca de metade dos vinte galpões existentes já foram vendidos para empresários que em sua maioria continua investindo no setor pesqueiro⁷⁰. Além disso, existe o caso de um pescador que vendeu seus petrechos de pesca e embarcação, transformando seu rancho num bar que funciona durante a temporada de verão.

No Núcleo de Garopaba o processo de venda dos ranchos parece estar mais avançado se comparado à praia do Cardoso, onde a vida comunitária é permeada fundamentalmente pelas relações socioculturais que ocorrem em função da pesca. Passando a temporada do turismo no verão, o cotidiano dos pescadores volta a girar em torno do sistema da pesca artesanal. Já a praia de Garopaba está situada no “centro” da cidade de Garopaba, e apesar da sazonalidade do turismo, a diversidade do comércio local e a quantidade de pousadas e casas de pessoas “de fora” moldam um cotidiano no qual o setor de serviços ligados ao turismo se faz presente na vida das comunidades locais. A paisagem revela um

⁷⁰ Existem algumas exceções, como por exemplo, um galpão que foi comprado no ano de 2003 por um aposentado que pratica a pesca amadora.

turismo em fase mais avançada, que se configura enquanto o principal vetor do desenvolvimento nas políticas públicas implementadas pelo poder público municipal. Nesse sentido, os ranchos de pesca têm progressivamente dado lugar a casas de moradia e veraneio, peixarias, e operadoras de turismo embarcado para a observação da baleia franca.

Os outros venderam, necessidade. Aqui do meu lado era galpão, já não é mais, o outro era galpão, não é mais, o outro era galpão, não é mais, é casa de moradia. Ali tinha mais quatro galpão, não é mais. Onde é a Baleia Franca⁷¹ era a mesma coisa, não é mais. Na década de sessenta, setenta, tinha umas quarenta lancha, a praia era a coisa mais linda, os pescador que só vivia da pesca. Mas os tempo vão mudando. (Informação verbal)⁷²

A presença de duas operadoras de turismo na beira da praia, locais onde tradicionalmente existiam ranchos de pesca, apresenta um forte simbolismo para os pescadores de Garopaba. Além da presença física dessas operadoras representarem a perda de território para o setor empresarial do turismo, os pescadores ressentem pela quase exclusividade dessas operadoras na realização do turismo embarcado. Costumam mencionar também a ausência de apoio das instituições governamentais visando adequar suas embarcações para a realização desta atividade. Atualmente, há um pescador da praia de Garopaba realizando o turismo embarcado, integrando-se assim a um grupo “seleto”. Tal pescador é uma liderança local que se diferencia da maioria dos pescadores do ponto de vista financeiro, pois além de ser dono de embarcação e casas para alugar, dispõe de um restaurante e de uma câmara fria para armazenar o pescado. Na sua fala, é interessante notar que, diferentemente da percepção da

⁷¹ Neste caso o pescador se refere ao Instituto Baleia Franca (IBF), uma ONG que tem trabalhos voltados para a conservação da baleia e atua em parceria com a operadora de turismo embarcado Vida Sol e Mar. As duas organizações trabalham na mesma sede, situada à beira da praia de Garopaba. Apesar do IBF ter como objetivo a realização de educação ambiental e pesquisas científicas para a conservação da baleia franca, suas atividades de turismo embarcado sobressaem sobre aquelas, de modo que são conhecidos localmente como uma empresa de turismo.

⁷² Pescador do núcleo de Garopaba, proprietário de galpão. Entrevista realizada em 30 de novembro de 2011.

maioria dos pescadores, o Instituto Baleia Franca (IBF) e a própria APA BF são considerados parceiros.

APA da Baleia Franca pra nós é parceira, pra mim sim, que eu faço também avistagem de baleia. A gente, esse ano até fomo parceiro do projeto Baleia⁷³, ali no Littman, ele veio convidar nós porque a lancha deles foram pro fundo, aí deu problema, aí nós fizemos uma parceria, e deu certo, trabalhamos até no final. Querem todo mundo quer, mas é um problema, porque eu hoje em dia pra fazer passeio to tendo problema com a Marinha, não é fácil. Eu até ajudo eles se for pra entrar lá na APA da Baleia com documento, mas eu acho que eles até vão enjoar de tanto documento que é preciso. Eles acham que até é fácil, e acham que é só pra gente, eu até escuto aí, ah, não é todo mundo, tem uns dois, três que faz passeio de baleia. Eu digo, quem tá impedindo que o pescador faça? Ninguém impede, vai procurar os direito. Eu até faço questão que eles levem. (Informação verbal)⁷⁴

Essas transformações ocasionadas pelas sinergias entre as dinâmicas de desenvolvimento presentes no território implicam novas relações de conflito-cooperação no interior das comunidades de pescadores e entre eles as instituições locais, seja do poder público ou empresarial.

Esse processo de desenvolvimento também tem provocado transformações profundas no sistema da pesca nas lagoas. Muitos pescadores do mar pescam nas lagoas, e os pescadores dos núcleos mais próximos das lagoas, como Ferrugem-Barra, em Garopaba, e Barra da Ibiraquera, em Imbituba, compensam as dificuldades na pesca marítima com a pesca nas lagoas. O único petrecho de pesca permitido para a captura do camarão e do peixe nas lagoas de Garopaba e Ibiraquera é a tarrafa. O uso da rede foi proibido nas duas lagoas, e por muito tempo foi motivo de conflito. A capacidade de organização dos pescadores foi um fator importante para possibilitar a proibição da rede.

⁷³ O pescador está se referindo ao IBF, e não ao projeto Baleia Franca, o qual foi protagonista no processo de criação da APA BF. As três instituições são comumente “confundidas” nas falas dos pescadores artesanais, o que por sua vez, gera desentendimentos e conflitos.

⁷⁴ Entrevista realizada em 19 de novembro de 2011.

A Lagoa de Ibiraquera é conhecida pela excelente qualidade do camarão-rosa, localmente conhecido como camarão pata-azul. Contudo, a pesca da tainha na lagoa, apesar de não ter muita importância financeira, mostra-se fundamental para o processo de reprodução sociocultural da pesca artesanal:

Pra conversar mais só na época da tainha, que daí a turma se une mais, que daí tem que botar umas tainha na lagoa. Toda vida é uma tradição que tem muitos anos. Esse pessoal daqui, da redondeza da lagoa, é o que mais se une, não é só nós aqui. Nós aqui somo mais o cabeça, toda vida o cabeça saiu daqui da Ferrugem, do Capão. Quem cuida da rede é a turma daqui, que corta o mourão. Eles ajudam, mas na época pra remendar, fazer rede, é a turma daqui, colocar rede no tapume. Vem muito pouco de fora. Pra perder noite na praia pra fazer a vigia da tainha é a turma daqui. Na época da tainha a turma daqui são bem unido. (Informação verbal)⁷⁵

A abertura da barra para a entrada da tainha costuma acontecer no mês de maio. Tradicionalmente, esse sistema de manejo acontece com base no conhecimento ecológico dos pescadores mais velhos. Se a quadra (vento e maré) estiver boa e a lagoa com quantidade de água suficiente, a barra é aberta. Na Lagoa de Garopaba, sempre houve um pescador responsável por todo o procedimento necessário para a abertura. Depois de aberta a barra, a pescaria na lagoa e na praia fica proibida por cerca de quatro dias, para que o peixe possa entrar. Um grupo de pescadores fica responsável pela vigia da barra. Após esses quatro dias é colocada uma rede de tapume na barra, para que o peixe que entrou não retorne para o mar. Só então a pesca é liberada. Um sábio mestre de pesca do núcleo da Barra-Ferrugem fala sobre o sistema tradicional de manejo desta lagoa:

Na época da vigia da tainha, ou quando tem muito camarão na lagoa, larvinha, se ele crescer, que fique um bom produto, aí nós vê que a lagoa vai estourar, nós corre, bota uma redinha ali mais miudera, numa malha que faça o ponto pro pescador pescar, organizar. Em vez do pessoal andar em cima da larva estragando, porque a larva depende muito de

⁷⁵ Pescador da Lagoa de Garopaba, nativo da comunidade do Capão. Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2011.

ficar no meio da lama da lagoa, então no caso tem um camarão grado e as vezes tem o miúdo também, que fica mais em terra, e o pescador sai no meio dele tarrafeando. A gente bota a rede pro pessoal ficar pescando ali, não pescar no meio da lagoa, que a nossa lagoa é toda baixa. Essa rede é colocada no canal. Quando abre a barra e tem manta de tainha ninguém pesca na boca da barra, muitas vezes é três dias, quatro dia, vai depender da nível da água da lagoa, se a água da lagoa baixar bem, se a quadra for boa, e a água abaixe bem ligeiro, é três dia, quatro. Quando demora mais pra abaixar, com a maré mais gorda lá embaixo, cresce mais o nível do mar. Se a tainha tá menas, tá rala pra entrar, pouco peixe na lagoa ainda, a gente agüenta mais tempo. Já teve ocasião da barra ficar aberta oito dias sem botar rede, ficar na vigia, ninguém pescando na praia. Onde a barra sai, na praia que a boca da barra sai, aquela praia ali é presa pra não pescar, por peixe poder entrar. Depois que bota a rede todo mundo pode pescar na praia e igualmente na lagoa. Isso é um acordo, não é lei, mas é um acordo que no mundo só tem em três ponto. Nós temo no Siriú, na Lagoa da Garopaba e na Lagoa da Ibiraquera. É um acordo que não devia de deixar se acabar, isso é uma historia para o mundo. Depois chega uma época que a gente suspende a rede, quando a barra tapa, e a hora que também dá maré o peixe sai também, o resto que sobra. (Informação verbal)⁷⁶

O mestre de pesca segue o seu relato explicitando a importância do conhecimento ecológico tradicional na abertura da barra na safra da tainha:

A abertura da barra não tem época certa, a nossa barra na safra da tainha ela é aberta pra entrar o peixe. Pra abrir a barra tem que ter água na lagoa, tem que ter época certa, e tem que ter o peixe. Porque se o mar tiver grosso e o peixe tiver ali ele não entra pra barra. E a tainha também tem um tipo de abrição de barra que a tainha gosta, tem jeito que não. Não adianta nada você abrir a barra quando a

⁷⁶ Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2011.

cabeça do peixe já tá lá em Florianópolis, pra abrir a barra assim entra, mas entra na rabera. O peixe no mar é em mareada. A tainha do corso passa em três fase, pai, filho, e espírito santo, são três mareada que passa aqui pra nós, toda vida foi assim, desde quando fui criança até hoje. Agora você tem que pegar a cabeça do peixe, pra abrir a barra. Se a barra tá pra estourar, você tem que esperar que a cabeça do peixe esteja chegando na Laguna, Imbituba, por aqui, pra abrir a barra, que é pra vim a cabeça do peixe. Porque depois de você abrir a barra na cola do peixe, depois da tainha passar pra lá, ela não liga a água doce pra voltar. Ela é criada na água doce, ela não liga pra água doce, ela sai pra passear, ela sai pra fazer o corso dela. Se eu vou sair daqui pro Rio de Janeiro fazer o verão, o que é que eu vou preparado? Eu quero ir lá pro Rio de Janeiro, assim é a tainha. Nós não entendemo a memória da cabeça da tainha, nem entende a memória dela. Mas já sabemos que tem muita tainha que conhece os ponto atrativo dela, e ela traz a outra parceira dela, ou a filha dela, e diz assim: - Lá que a mãe teve, ali que é um bom hotel, ali é boas pessoa. E são igual a nós, ser humano, tudo sabe falar um com o outro. Qual é o bicho que Deus deixou que não sabe? O mosquito fala um com o outro, a mosca fala um com o outro. E tudo, cada um tem a sua voz. O cientista que disser pra mim que o bicho não fala, ele não sabe nada. Todo mundo entende um ao outro.

Contudo, esse sistema informal de manejo com base no conhecimento ecológico tradicional dos pescadores mais velhos encontra-se em crise. O aumento da população em decorrência do turismo, e o conseqüente aumento do número de pescadores nas lagoas e costões são alguns dos fatores que fragilizam a manutenção dos acordos informais. Além disso, tais acordos foram progressivamente cedendo espaço a regras formais, as quais, apesar de muitas vezes serem legítimas, não mais funcionam com base no respeito pelos mais velhos, e sim, com base na legislação. Dependem assim de um eficiente sistema de fiscalização para serem cumpridas. “Acordo é acordo. Quando se fala em acordo não é lei,

se é lei já é vendida. Aí nós que temo acordo, como é que fica a situação dele? Milhões e milhões de leis brasileira é cumprida?”⁷⁷

Na Lagoa de Ibiraquera por muito tempo a abertura da barra também foi fruto da decisão dos pescadores, seja por meio da liderança de um pescador mais velho ou da Colônia de Pescadores de Imbituba. No período de 1988 a 1992 a prefeitura municipal de Imbituba ficou responsável pela por esta operação, fragilizando o sistema de manejo comandado pelos pescadores locais. Nessa época, a decisão sobre a época da abertura da barra passou a levar em conta o problema do esgoto advindo das fossas sépticas das casas construídas no entorno da lagoa. Com o avanço do turismo e o conseqüente aumento no número de construções irregulares, o problema se agravou, de modo que o aumento do nível de água da lagoa passou a dificultar o escoamento dos dejetos, causando mau cheiro no interior das residências. Apesar dos pescadores terem retomado o poder de decisão sobre a época da abertura da barra, as deficiências no sistema de gestão da lagoa (fiscalização, uso de petrechos proibidos, aumento do número de pescadores de fora) acabaram por desestruturar o manejo tradicional de abertura da barra. No final da década de 1990 a abertura da barra passa a ocorrer de forma desordenada, seja por moradores locais ou turistas (SEIXAS, 2002):

Só que de determinado ano pra cá, em torno de uns quinze anos, porque isso de oitenta e dois pra lá se vão vinte e nove anos. Então de uns dez, doze ano pra cá essas abertura de barra, que é uma coisa muito séria, começou a virar uma espécie de uma diversão. Chegava no verão o pessoal queria ver a barra aberta, porque querendo ou não é uma atração a mais. Então o que o pessoal fazia, se juntava nos buteco, de noite e tal, botava dois três litro de cachaça, era turista, era nativos, botava um litro de cachaça embaixo do braço e ia a noite cavar. Cavavam, aí formava aquela bagunça. Aí um fazia uma abertura hoje, outro fazia daqui a quinze, vinte dias, se um via uma tainha ali, se um pescador via uma tainha ali no mar queria fazer uma abertura, o turista fez uma casa lá perto, mas a água tá

⁷⁷ Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2011.

chegando, queria abrir pra não chegar perto. Aí começou essa lenga lenga. (Informação verbal)⁷⁸

Desde a criação da APA BF, em 2000, o processo de abertura da barra ficou condicionado à anuência desta instituição. Foi a partir de um conflito envolvendo a APA BF, a colônia de pescadores de Imbituba e a prefeitura que foi criado um arranjo institucional formal para a abertura da barra, a Comissão de Abertura da Barra da Lagoa de Ibiraquera, em 2010, coordenada pela APA BF. Os pescadores passaram, assim, a compartilhar o poder e a responsabilidade pela abertura da barra com outros atores sociais: representantes do setor turístico, dos moradores, esportes náuticos e do poder público municipal.

É interessante notar que, desde 2002, existe um arranjo institucional de gestão participativa implantado nesta região: trata-se do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera. Este fórum aglutina diversas instituições locais, inclusive a APA BF, e vinha discutindo desde a sua criação o processo de abertura da barra, sem, portanto, encaminhar nenhuma ação (ADRIANO, 2011). Não caberia a este Fórum o papel de protagonista nas ações acerca da abertura da barra da Lagoa de Ibiraquera? Talvez. Contudo, as circunstâncias favoreceram o protagonismo da APA BF, que viu no próprio conflito uma oportunidade para coordenar o processo e formar a Comissão de Abertura da Barra, contando inclusive, com a parceria da Colônia de Pescadores e da prefeitura de Imbituba, que historicamente tem sido uma instituição ausente dos processos de gestão coletiva do território.

Diversos conflitos têm permeado o sistema de gestão da lagoa, e muitos são os interesses envolvidos. O sistema de gestão da pesca artesanal na Lagoa de Ibiraquera já foi tema de tese de doutorado. (SEIXAS, 2002). Segundo Seixas (2002) e Seixas e Berkes (2005) a Lagoa de Ibiraquera tem experimentado mudanças drásticas nas últimas quatro décadas, vivenciando ciclos de colapso e recuperação do estoque pesqueiro. Para os autores, a resiliência desta lagoa dependerá da habilidade de transformar as crises sucessivas experimentadas no manejo dos recursos em oportunidades para um novo ciclo de renovação institucional.

⁷⁸ Pescador de família tradicional, atualmente proprietária de um restaurante na comunidade da Barra da Ibiraquera, em Imbituba. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2011.

Na década de 1960 prevalecia o modo de apropriação comunitária, o qual foi desestruturado na década de 1970, passando a prevalecer o regime de livre acesso. O sistema socioecológico da Lagoa entra em crise na medida em que o respeito pelas regras informais construídas com base no respeito ao saber dos mais velhos deixam de existir ou se fragilizam e a fiscalização não atua de forma eficiente, intensificando o conflito histórico existente entre dois grupos de pescadores, os *tarrafeiros* e os *redeiros*.

O avanço da dinâmica de desenvolvimento DT1 contribui de forma determinante para a eclosão da crise. No período de 1981 a 1994 os pescadores artesanais, principalmente o grupo dos redeiros, respondem a esse processo de crise, elegendo um novo presidente para a colônia de pescadores. Nesse período diversas regras locais foram negociadas e formalizadas por meio de portarias: a portaria N-027/81, que proíbe o uso de redes, e limitou o tamanho mínimo da malha da tarrafa (2,5cm para a pesca de camarões e 5,0cm para a pesca de peixes); portaria N-09/86, que proíbe o uso de liquinho para a iluminação da pescaria do camarão, permitindo somente o uso das pombocas (lâmparas de querosene); portaria N-115/93, a qual aumenta o tamanho mínimo da malha da tarrafa para a pesca do camarão para 3,0cm. Por fim, no período de 1994 a 2000, quando termina a sua pesquisa, a autora considera que o sistema de gestão da lagoa volta a entrar em crise (SEIXAS e BERKES, 2005), situação que permanece e se agrava nos dias atuais. Nesse sentido, Seixas (2002) discute a possibilidade de implementação de uma Reserva Extrativista como uma alternativa política para o sistema de gestão desta lagoa, propondo ainda outros instrumentos políticos para a gestão da Resex. A autora considera que a Resex não é suficiente para assegurar a sustentabilidade da Lagoa, e por isto, recomenda a criação de um Fórum e um sistema de licenciamento. No Fórum seriam tomadas todas as decisões relativas ao uso e apropriação dos recursos da Lagoa.

De fato, nas últimas três décadas a pesca artesanal vem progressivamente perdendo prestígio em relação a outras atividades econômicas, se comparada à crescente importância do turismo para o desenvolvimento econômico da região. Se por um lado, o turismo aumentou a demanda pelos recursos pesqueiros, por outro, a gestão centralizada e a ausência de uma visão sistêmica de longo prazo por parte das agências estatais responsáveis pela gestão da pesca têm desestruturado os sistemas locais de manejo e suas regras informais. Somados a isso, o poder público municipal não dispõe ainda hoje de um programa de gestão da pesca, preferindo concentrar os investimentos nas atividades ligadas ao terceiro setor e ao porto. As ações desenvolvidas na pesca têm sido

pontuais, a exemplo da construção de molhes, disponibilização de guinchos para puxar as embarcações, etc.

Nesse sentido, a consolidação da dinâmica de desenvolvimento convencional (DT1) no litoral sul tem provocado mudanças profundas no sistema da pesca artesanal nos municípios de Garopaba e Imbituba. O binômio pesca artesanal-agricultura, que se desenvolveu primordialmente como atividade de subsistência desde a chegada dos açorianos no século XVIII, começa a ganhar novas configurações principalmente a partir da década de 1970. Com a construção das estradas e a instalação de energia elétrica chegam os turistas. As atividades relacionadas ao turismo possibilitaram o retorno de muitos nativos que haviam migrado para outras regiões em busca de emprego. Nesse momento, a pesca ganha novo *status*, pois passa a ser comercializada no mercado regional e também nas peixarias locais, antes inexistentes, intensificando a exploração dos recursos pesqueiros.

Num sentido inverso, a agricultura familiar gradativamente vai perdendo importância na medida em que o turismo se consolida, principalmente na década de 1980. (SEIXAS e BERKES, 2005). O parcelamento e a venda das terras para a construção de novas moradias, pousadas, restaurantes, casas de veraneio são fatores que contribuíram significativamente para o enfraquecimento da agricultura familiar. Na época, a terra era desprovida de valor financeiro, e costumava ser cedida para quem precisasse construir uma casa ou plantar uma roça. É comum ouvir histórias de moradores locais que deram um “pedaço de terra para *gente de fora* em troca de um rádio a pilha, TV à bateria, ou outros objetos.” (ROSAR, 2007, p. 47).

O turismo é que trouxe o serviço local, aqui era só mato, capoeira, uma casa longe da outra. Depois veio esse pessoal de fora, começou a comprar terreno. A Ibiraquera tá sendo como se fosse uma indústria pras pessoas sobreviver, tem construção, o pessoal de fora veio, foram construindo, e agora tem mais serviço ainda. Antes tinha que ir pra Florianópolis, Criciúma, Joinville, Blumenau, como eu fui pra poder trabalhar, porque da pescaria a gente não sobrevivia. As pessoas que não sair, queriam ficar aqui, eles tinham que plantar roça pra no inverno fazer uma farinha, pro gasto, plantar uma batata, o milho pra tratar das galinha. Era muito difícil. Agora, comparando com aquele tempo, tem muito mais doença, tem um monte de

coisa que é mais ruim, mas pra sobreviver tá bem melhor. (Informação verbal)⁷⁹

Aos poucos a especulação imobiliária foi ganhando espaço, contribuindo para a intensificação de um processo de urbanização sem planejamento. Os impactos negativos desse processo não tardaram a aparecer: poluição dos recursos hídricos por rejeitos domésticos, desmatamento em áreas de preservação e construções irregulares nas encostas de morros, no entorno das lagoas e áreas de dunas.

Nesse sentido, as atividades de pesca e agricultura, que caracterizam a dinâmica de desenvolvimento DT3, a partir da década de 1970 passaram a coexistir com a dinâmica de desenvolvimento DT1, ainda emergente na época, mantendo com esta uma relação de conflito e cooperação. As comunidades locais rapidamente se adaptaram a esse novo contexto, passando a usufruir de diversos benefícios econômicos advindos das atividades relacionadas ao turismo e também da pesca industrial, o que caracteriza o fenômeno da pluriatividade. Esse processo de adaptação foi facilitado pelas características socioculturais dos imigrantes açorianos, como foi elucidado em item anterior. Contudo, mais recentemente, a partir da atuação de atores sociais externos, como as universidades, começam a ocorrer alguns casos de resistência a DT1. A criação do Fórum da Agenda 21 e a proposta de criação da Resex são exemplos representativos da posição de embate entre alguns representantes das comunidades locais e pescadores artesanais, de um lado, e empresários e poder público municipal, de outro.

Essas mudanças têm trazido maior heterogeneidade aos grupos de pescadores, o que por sua vez contribui para intensificar a diversidade de interesses e conflitos entre os grupos de pescadores. De acordo com Filardi (2007), há três perfis de pescadores na região de Garopaba, o que pode ser extrapolado para o município de Imbituba: (i) o pescador que tem na pesca o complemento de renda familiar e/ou alimentar; (ii) o pescador que praticamente só pesca a tainha; e (iii) o pescador que tem na pesca a sua principal ou única fonte de renda, dedicando-se a ela integralmente. O último grupo parece estar mais restrito aos proprietários de paelhas e embarcações motorizadas, e também a uma porção de seus tripulantes. O segundo grupo é constituído principalmente por pescadores aposentados e moradores

⁷⁹ Pescador da Lagoa de Ibiraquera, nativo da comunidade do Campo D'una, em Imbituba. Entrevista realizada em 18 de novembro de 2011.

locais (com ou sem a carteira de pescador) que possuem um emprego mais ou menos fixo. Não são raros os relatos de pescadores donos das parselhas de arrastão de praia sobre a dificuldade atual de compor as equipes de pesca na safra da tainha. O primeiro grupo parece ser o mais representativo, e inclui os pescadores aposentados e pescadores que se dedicam a outras atividades, geralmente relacionadas ao turismo (caseiro, pedreiro), ou, em menor escala atualmente, a atividades relacionadas à lavoura. Contudo, é importante chamar atenção para o fato que mesmo no primeiro grupo existem pescadores aposentados que complementam a renda com o aluguel de casas no verão e alguns pequenos serviços (bicos), e também aqueles (geralmente tripulantes) que passam um período do ano trabalhando embarcados na pesca industrial.

Desse modo, a pluriatividade do pescador artesanal parece ser mais a regra do que a exceção, e deveria ser considerada nos programas de desenvolvimento do sistema da pesca artesanal. Contudo, além da questão socioeconômica, a dimensão sociopolítica mostra-se também fundamental para se compreender a realidade do pescador artesanal. Entre esses três grupos de pescadores identificados a partir de suas características econômicas (atividades), existem subgrupos que se delinham principalmente a partir de afinidades e interesses sociopolíticos.

4.3 Organização sociopolítica dos pescadores artesanais

Para se compreender a atual configuração do setor pesqueiro artesanal na zona costeira sul de Santa Catarina, faz-se necessário um olhar histórico sobre as formas de organização e representação dos pescadores artesanais. A história das colônias de pescadores começa a se esboçar a partir de 1919, com a Missão Villar, na qual o cruzador José Bonifácio percorreu a costa brasileira e rios da Amazônia com o intuito de fundar as Colônias de Pescadores, “órgãos de ação assistencialista, administrativa e militar do Estado junto aos pescadores” (VASCONCELOS et al., p.64) e preparar os pescadores para serem incorporados como força de trabalho no processo de modernização do sistema pesqueiro. Os interesses dessa intervenção promovida pela Marinha eram fundamentalmente militares, uma vez que os pescadores, os quais eram compulsoriamente filiados às colônias, a partir de então passaram a formar um contingente de reserva da Marinha de Guerra. (DIEGUES, 1983; SAMPAIO, 2006).

Nesse sentido, as raízes da atual configuração sociopolítica dos pescadores artesanais, caracterizada pelo distanciamento dos pescadores da direção das Colônias de Pesca, as quais têm sido há décadas dirigidas por pessoas alheias aos interesses da categoria de pescadores, podem ser encontradas já nessa época, em que o Estado, representado pela Marinha, passou a exercer um papel de tutela sobre os pescadores (CALLOU, 2010; DIEGUES, 1983). É importante salientar que os benefícios sociais que resultaram desta fase (escolas primárias, escolas de pesca, atendimento médico, entre outros) assumiram um caráter essencialmente assistencialista, e ocorriam sem o envolvimento e participação dos pescadores. As colônias, juntamente com as Federações e a Confederação Nacional, criadas na mesma época, formam o sistema de “representação” da categoria, o qual ainda vigora em grande parte do País. (CALLOU, 2009).

Na década de 1970 entra em cena um ator social importante para a mobilização social dos pescadores artesanais, a Comissão Pastoral da Pesca - que atuou principalmente no contexto das regiões Norte e Nordeste do País. Contudo, foi somente com o processo de redemocratização do Estado brasileiro nos anos de 1980, que o movimento social dos pescadores artesanais passou a ganhar força política. Congressos e Seminários realizados com a participação de pescadores, representantes da CPP, tinham como um dos temas centrais a necessidade de transformações no sistema de representação dos pescadores artesanais. O movimento da Comissão Nacional da Constituinte da Pesca representou uma vitória histórica em favor da autonomia dos pescadores artesanais, pois logrou o fim da tutela, ao menos legal, das Colônias de Pescadores sobre esta categoria. Com a Constituição Federal de 1988 os pescadores passam a ter o direito de livre associação e não interferência do poder público, adquirindo autonomia para se fazer representar de forma mais legítima, seja por meio de colônias, associações ou sindicatos. (CARDOSO, 2001).

Com o fim do processo da constituinte, o movimento da Constituinte da Pesca dá lugar ao Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), que buscou ampliar o movimento para o restante do País e tem como uma das suas principais lutas a conquista das Colônias pelos pescadores, tornando-as espaços mais democráticos. Em nível nacional, participou inclusive no Conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNPT), o qual discute, entre outros assuntos, a questão das Resex Marinhas. Apesar do MONAPE ter conseguido ampliar a sua atuação para diversos estados brasileiros, encontrou alguns obstáculos para atingir o sul do País, principalmente devido às dificuldades em formar alianças com

outras entidades envolvidas com a questão da pesca artesanal. (CARDOSO, 2001, p.107). De fato, o MONAPE se fortaleceu principalmente nos estados da região norte e nordeste, locais onde a Comissão da Pastoral da Pesca possui expressiva atuação junto aos processos de organização social dos pescadores (SIRY, 2003). Nesse sentido, a organização sociopolítica dos pescadores artesanais no estado de Santa Catarina se dá num contexto distante das lutas pleiteadas pelos movimentos sociais dos pescadores artesanais.

Na área de abrangências das propostas das Reservas Extrativistas no litoral sul de Santa Catarina existem quatro colônias de pescadores: as de Jaguaruna (Z-21), Laguna (Z-14), Garopaba (Z-12) e Imbituba (Z-13). Além delas, existe a presença de diversas associações de pescadores e um sindicato com sede em Laguna.

4.3.1 O contexto da proposta de criação Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba

As colônias de pescadores tiveram exclusividade na representação dos pescadores artesanais de Imbituba e Garopaba até o início dos anos 2000. A direção da Colônia de Garopaba Z 12 tem sido ocupada nos últimos quinze anos por um aposentado, que desempenha um papel com viés fortemente assistencialista. Como a maioria das colônias de pescadores, a atuação da colônia limita-se à concessão não só do seguro defeso - entendido como uma “ajuda” para quem precisa, independente de ser ou não pescador -, mas também de benefícios sociais como atendimento médico-odontológico e cestas básicas, entre outros. Apesar dos pescadores entrevistados expressarem críticas em relação à atuação muitas vezes ilegal do presidente da colônia, o que prevalece nos espaços de negociação é a relação pessoal. Neste sentido, ele usufrui da prerrogativa de ser nativo da área, membro de uma família de pescadores, e familiarizado com a linguagem e o modo de vida tradicional da comunidade local:

Colônia de Pescador nunca fez nada por ninguém (...). Mas a gente chega ali no Jair, o Jair não tem muito estudo, é um analfabeto assim igual eu, mas é uma pessoa que se abre pro pessoal, o que ele sabe ele passa, se é errado ou se é certo. (...) Porque é uma pessoa que tem um relacionamento

mais aberto, sabe lidar com o povo. (Informação verbal)⁸⁰

A colônia de Imbituba já há dois mandatos não tem um pescador em sua presidência. Contudo, a trajetória de evolução desta colônia difere da de Garopaba, que por mais de uma década foi presidida por uma respeitada liderança da pesca artesanal. Como argumenta Seixas (2002), a colônia de pesca de Imbituba teve um papel importante no processo de abertura da barra e também na negociação dos acordos de pesca na lagoa. No ano de 1981 os tarrafeiros se organizaram e conseguiram eleger um sábio e forte líder da pesca para presidência da colônia de pescadores, o qual foi reeleito cinco vezes. No período de 1981 a 1994 vigorou um regime de co-gestão da lagoa, no qual os pescadores, através da colônia, compartilharam uma série de deveres e responsabilidades na gestão da lagoa. Contudo, no final da década de 1990 a colônia de Imbituba parece ter se tornado uma organização muito frágil, centralizadora e incapaz de responder as novas demandas encaminhadas pelos pescadores tendo em vista a resolução dos problemas emergenciais constatados na lagoa (SEIXAS E BERKES, 2005, p. 140). Nesse sentido, indo na contra mão da maioria das colônias de pescadores existentes no Brasil, a colônia de Imbituba foi temporariamente apropriada pelos pescadores artesanais, caracterizando-se como uma instituição realmente representativa da categoria. Esse sentido de pertencimento à colônia ainda pode ser encontrado em diversos pescadores entrevistados, principalmente na área de entorno da lagoa de Ibiraquera - apesar da colônia ter se tornado nos últimos tempos uma instituição voltada essencialmente ao atendimento de interesses político-partidários.

Em resposta ao déficit de representatividade das colônias, na década de 2000 foram criadas duas Associações de pescadores⁸¹ nestes municípios: a Associação de Pescadores da Comunidade de Ibiraquera (ASPECI), criada em 2005, e a Associação de Pescadores de Garopaba (APG), em 2007. A primeira contou com um expressivo apoio de atores sociais externos, sendo criada no âmbito do Grupo de Trabalho da Pesca (GT Pesca) do Fórum da Agenda 21 Local de Ibiraquera. Respeitados

⁸⁰ Pescador da Lagoa de Garopaba, comunidade da Encantada. Entrevista realizada em 21 de dezembro de 2011.

⁸¹ A Associação dos Pescadores Artesanais, Nativos, Profissionais e Amadores (APANPA) atua no sul de Imbituba, fora dos limites da proposta da Resex, e não teve nenhum envolvimento com o processo, e por isso não será abordada.

mestres e patrões de pesca de uma família tradicional da região tiveram protagonismo na criação da ASPECI, que é composta principalmente por pescadores vinculados a esta família, proprietária de ranchos de pesca nas praias do Ouvidor, Vermelha e Porto Novo. Apesar da ASPECI ter sido criada num espaço que funciona conforme as regras da democracia participativa, o funcionamento da ASPECI ocorre numa constante tensão entre as lógicas hierárquica tradicional e igualitária moderna. A primeira eleição da diretoria da ASPECI realizada no espaço do Fórum, relatada por Rosar (2007, p.93) é exemplar:

Quando foi aberta a discussão para compor a diretoria, todos passaram a sugerir nomes, em pouco tempo o debate era generalizado, composto principalmente por conversas paralelas. Também estava sendo decidido quem ocuparia a coordenação do Grupo de Trabalho da Pesca (GT Pesca), do Fórum de Agenda 21. Depois de algum tempo nessa discussão, um velho pescador, dono de parrelha e um dos principais patriarcas ligados à pesca, determinou que seu filho ficasse como presidente da ASPECI e, no GT Pesca ficou o rapaz responsável por iniciar a mobilização entre os pescadores.

Neste episódio, apesar de ser o momento da criação de um campo político para operar nos moldes da participação social, quem exerce a dominação é um patriarca através da dominação tradicional.

Já a APG foi criada no âmbito do processo de mobilização social para a criação da Resex, com base no apoio da ASPECI e do Grupo de Trabalho Resex, do Fórum da Agenda 21. Segundo o relato do atual presidente da Associação, a decisão foi tomada por cerca de dez pescadores de Garopaba (por ele mobilizados) numa das reuniões ordinárias da ASPECI. A maior parte dos associados (num total de 60 aproximadamente) costuma pescar nas praias da Garopaba e Barra-Ferrugem, representando assim, sobretudo, os interesses e demandas dos pescadores do mar.

Contudo, se em Garopaba a APG e a Colônia coexistem sem gerar antagonismos entre os seus membros, em Imbituba a situação é bem diferente. A legitimidade da colônia de Imbituba diante de muitos pescadores parece ser uma das chaves para a compreensão dos conflitos

que existem entre esta última e a ASPECI. Via de regra, a ASPECI é percebida como uma organização criada para atender a interesses específicos de um pequeno grupo de pescadores. A maioria deles não a considera como uma opção alternativa de enfrentamento político dos impasses decorrentes do baixo índice de representatividade da colônia. Nesse sentido, o projeto de criação da Resex, proposto pela ASPECI, confunde-se com a própria trajetória desta associação.

É interessante notar que apesar das divergências, muitos pescadores que participam ou participaram mais ativamente da colônia, seja como associado e/ou integrante da diretoria, expressam visões similares em relação aos representantes da ASPECI, seja em relação aos problemas enfrentados pela pesca artesanal quanto às soluções possíveis. Contudo, os primeiros entendem que somente a colônia, por ser uma entidade mais antiga, dispõe de legitimidade para representar os pescadores. Deste ponto de vista, o funcionamento da associação ameaça a hegemonia do poder exercido pela colônia. Contudo, na prática, a cultura política baseada na troca de favores e no assistencialismo, que ao longo do tempo tem permeado as relações entre pescadores e a Colônia, parece se reproduzir, em alguma medida, nas relações entre a ASPECI e seus associados. Neste sentido, em sua estratégia de ampliação de quadros e afirmação do seu poder perante as colônias, a presidência da ASPECI costuma emitir carteiras para os associados – uma típica moeda de troca tradicionalmente utilizada pelos presidentes de colônias.

É interessante chamar atenção para o fato de que tanto o presidente da ASPECI quanto da APG já ocuparam cargos na diretoria das colônias de Imbituba e Garopaba, respectivamente. Atualmente, em Imbituba alguns pescadores estão se articulando para concorrer à presidência da colônia. Eles cogitam formar uma chapa da qual participam pescadores dos dois grupos (da colônia e da ASPECI), sugerindo assim que as alianças são dinâmicas e contingenciais.

No entorno da Lagoa de Garopaba, está sendo criada desde 2011 a Associação de Tarrafeiros e Amigos da Lagoa de Garopaba. A iniciativa envolve alguns pescadores da comunidade da Ferrugem ou Capão (como é denominada pelos nativos) e da Encantada. Um dos principais motes da criação da associação é a dragagem do canal da lagoa, que se encontra atualmente em fase avançada de assoreamento. Além disso, com a criação da associação a responsabilidade pela abertura da barra deixará de ser uma prerrogativa da diretoria de pesca da Associação de Moradores do Capão De acordo com a fala do atual presidente da Associação de Moradores, um respeitado mestre de pesca

proprietário de parrelha de arrastão de praia, a criação dessa associação de tarrafeiros é uma ação sinérgica com os interesses dos pescadores do capão. Pois vem a fortalecer os acordos informais no processo de abertura da barra da lagoa, que tem tido os pescadores do Capão como protagonistas.

4.3.2 Contexto da proposta de criação da Resex do Cabo de Santa Marta

No território em que ocorre o projeto de criação da Resex do Cabo de Santa Marta as associações de pescadores não nasceram necessariamente de uma posição de embate com a colônia de pescadores. Inclusive, no caso da Associação de Pescadores da Barra do Camacho (APEBARCA), a situação é justamente o inverso, conforme relata do presidente da Colônia de Jaguaruna:

Nós temo tudo junto, a associação e a Colônia.(...) E a nossa Associação, no nosso lugar, a Colônia tá na mão de nós tudo. A Colônia não faz nada se não ser, é pra Associação, e a Associação sempre fala com a gente e nós tentemo levar as outra comunidade com nós ainda, até de Laguna. (...) A associação é muito bom, quem montou a associação aqui foi nós, a associação que ganhou a colônia nossa, é muito bom. Ruim é quando pega uma associação brigar com a outro, que não dá nada certo. (Informação verbal)⁸²

Vale a pena salientar que o presidente desta colônia é nativo do Camacho e já aposentado. Juntamente com o presidente da APEBARCA, também se autodenomina “camacheiro” e “pescador”, ocupando o cargo de vereador no município de Jaguaruna, ambos têm apoiado a luta dos pescadores na abertura da barra da lagoa do Camacho. A APEBARCA é uma organização criada para fazer frente às demandas dos pescadores em relação à abertura da barra. Esta associação é um exemplo de que nem sempre o funcionamento das associações de pescadores representa uma forma de fazer frente à tutela exercida pelas colônias. A criação da

⁸² Presidente da Colônia de Pescadores de Jaguaruna, nativo da Barra do Camacho. Entrevista realizada em 20 de setembro de 2011.

APEBARCA configura-se como uma resposta dos atores locais visando resolver um problema específico: a abertura da barra. Para tanto, nada melhor do que ter como presidente uma pessoa influente, capaz de “pressionar os políticos, o governo, deputados, pra manter a barra aberta”. Pois é assim, por meio da “troca”, que esses pescadores costumam resolver os seus problemas – uma linha de argumentação que será retomada na elucidação do caso da abertura da Barra do Camacho. Trata-se aqui de um caso emblemático na região: na ausência de uma intervenção efetiva do Poder público para resolver o problema do assoreamento da barra, eles trocam conchas calcárias (extraídas da lagoa) por pedras (para fazer o molhe da barra), em parceria com a empresa Cysy Mineração Ltda.

Nas comunidades da Ilha existem cinco associações de pescadores em funcionamento: a Associação de Moradores e Pescadores da Cigana, a Associação de Pescadores do Canto, a Associação de Pescadores da Passagem da Barra, a União das Associações de Pescadores da Ilha (UAPI), no contexto das lagoas; e finalmente a Associação dos Pescadores do Farol de Santa Marta (APAFA), no contexto do mar. É importante pontuar que o processo de organização social dos pescadores artesanais do entorno das lagoas tem o Conselho Pastoral da Pesca como um ator-chave. Desde a década de 1990 o CPP tem atuado na região de Laguna e Jaguaruna, onde conta atualmente com quatro representantes. Na Ilha, o CPP desenvolve um trabalho de organização social e melhoria das condições de vida dos pescadores e pescadoras artesanais, atuando na criação de associações e comissões de pescadores. Ao longo de sua atuação, o CPP construiu uma relação de proximidade e confiança com os pescadores das comunidades da ilha, e também no Camacho, onde também se engajou na luta dos pescadores pela abertura da barra.

O que já foi feito pra que exista a barra do jeito que ta hoje daria pra fazer um livro. Toda a luta do povo ali, de ir a Florianópolis, ameaçar a prender gente (risos), já teve de tudo, porque era fundamental pra vida do povo ali. (Informação verbal)⁸³

No Farol de Santa Marta a Pastoral não conseguiu firmar um trabalho social com os pescadores. A APAFA teve como mentor o presidente da ONG Rasgamar, o qual trouxe a proposta de criação da

⁸³ Padre representante do CPP. Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2011.

Resex para a região. A APAFA não mantém uma relação sinérgica com as outras associações. Suas relações com a UAPI e com a Pastoral dos Pescadores são bastante conflituosas, sobretudo em decorrência do processo de criação da Resex.

De modo geral, as associações de pescadores da Ilha, apesar de tecerem críticas à colônia de Pescadores da Laguna, não expressam uma posição de hostilidade frente à mesma. Inicialmente, a estratégia de trabalho da Pastoral foi firmar parcerias com as colônias, da realidade cotidiana vivida pelos pescadores e tê-las como aliadas. Contudo, os resultados desse trabalho oscilam conforme a “pessoa” que ocupa o cargo de presidente. Mesmo sem embates diretos, a apropriação das colônias pelos pescadores não parece ser um objetivo abandonado pelo CPP. Um representante local do CPP, o qual é pescador da lagoa e nativo de Laguna, concorreu – sem êxito – às últimas eleições da Colônia de Laguna.

A tutela exercida pelo Estado perante os pescadores durante várias décadas demonstra os seus impactos negativos na organização sociopolítica dos pescadores. Apesar de tecerem críticas às colônias e às instituições responsáveis pelo desenvolvimento da pesca, tanto no nível municipal quanto no federal, eles expressam em seus depoimentos o conformismo e o derrotismo de uma classe marginalizada. Com exceção de um pequeno grupo de pescadores que está diretamente envolvido na proposta da Resex, para os quais esta representa uma opção concreta de fortalecimento da classe, os pescadores não vislumbram mudanças no atual sistema de representação. Assim, na histórica ausência de um programa governamental de fomento da pesca artesanal, os pescadores se conformam com “pequenos benefícios”, “favores” por vezes adquiridos no “tempo das políticas” (FERREIRA, 2011), que acabam por contribuir para a manutenção do *status quo*. Na esfera política mesclam-se relações partidárias e pessoais, conversas que ocorrem no espaço privado, nunca público, onde a relação de troca muitas vezes se estabelece. Contudo, para esses pescadores essa prática não parece ser moralmente condenável, pois de certa forma atribui continuidade ao seu sistema de relação hierárquica, no qual sempre resolveram os seus problemas comunitários recorrendo à autoridade, antes representada pelos “mais velhos” - os mestres de pesca detentores de um saber repassado oralmente de geração a geração (ROSAR, 2007).

Contudo, com a progressiva substituição dos acordos informais construídos localmente pelas leis universais, os pescadores passaram a

atribuir outro significado às regras que regem o uso do seu território. A lei é sinônimo do “não pode”, mas um não pode pouco aplicável na realidade concreta, com frequência negociada com os agentes fiscais do Estado nas diversas ocasiões em que são burladas.

Acordo é acordo. Acordo, quando se fala em acordo não é lei, se é lei já é vendida. Aí nós que temo acordo como é que fica a situação dele? Milhões e milhões de leis brasileira é cumprida? Você cumpre, no seu trabalho, mas cumpre mais a lei quem lhe pagar, quem não lhe paga não cumpre. Então eu acho que esse acordo devagar eles tão se sumindo. Porque dentro da lei ninguém já respeita, aí como é que fica a situação do acordo? (Informação verbal)⁸⁴

Os limites entre espaço privado e espaço público, indivíduo e pessoa, torna-se tênue para esses pescadores. O relato de um pescador da comunidade de Ibraquera, em Imbituba, explicita uma face dessas relações que se estabelecem de forma um tanto complexa:

Prefeitura não apóia a Colônia.(...) O presidente da colônia manifestou-se um pouco contra o prefeito. E a reclamação do Beto pra mim é que ele manifestou-se a favor do outro prefeito, o Osni, que era o prefeito antes. E depois o Osni correu a chapa de novo, e é onde parece que o Teixeira manifestou-se a favor do Osni e contra o Beto. Ele disse pra mim assim, você adianta o lado do seu presidente, porque ele foi contra a gente... como é que eu vou apoiar? Aí eu pedi pra ele assim: - Eu lhe peço uma coisa por favor, você cuida da maioria do pescador que nós temo, associado, e deixa o presidente. Nós temo pra te votar são mil e poucos associado, não é o voto do presidente da colônia que vai te eleger. Pode até ser, mas também se tiver mil e poucos associado, que se você favorece eles jamais eles vão negar, eles vão votar em você.

⁸⁴ Mestre de pesca da Comunidade do Capão, em Garopaba. Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2011.

(...) Eu me filiei no PMDB, mas hoje o PMDB nem tem mais aquela..., porque eu nunca fui partidário, jamais, eu não aceito, meu pai era. Cada um pode ser o que for, mas na hora de apoiar o amigo, tem que apoiar, não importa. E se eu tenho que votar, já votei muito contra o PMDB, eu vou pela pessoa. Se eu acho que você vai fazer um favor pra mim, por que eu vou negar o voto? Não vou, me favoreceu! (Informação verbal)⁸⁵

Essa relação de troca no “tempo das políticas” é prática comum, e os entrevistados se referem a ela sem qualquer reserva. É dessa forma que os problemas costumam ser resolvidos, ou “quase resolvidos”, como relata o pescador da comunidade do Capão ao se referir ao problema do assoreamento da lagoa de Garopaba, que tem colocado em risco a atividade pesqueira nesta lagoa.

Nós tamo há dez ano batalhando sobre essa dragagem, o seu Hilário tá há dez anos. Pro cara conseguir, só uma coisa de uma política. A dragagem que teve nós ainda agradecemos o Carlinho, na época de eleição ele que arrumou tudo pra nós lá na Assembléia. Ele, Ricardinho e o Machado, (...) aí o Machado como foi vereador lá em Floripa, tinha conhecimento lá na Assembléia, aí deu uma ajeitada. Mas chegou por fim, aí o Valinho perdeu as eleição, daí chegou no fim a dragagem não tinha nem óleo pra colocar na máquina, tivemos que arrumar dinheiro pra comprar o óleo, deu trabalho. (Informação verbal)⁸⁶

Após algumas tentativas “frustradas” e percebendo a quase impossibilidade de resolver o problema conforme prescreve a lei, o que implicaria sobretudo um conhecimento sobre a legislação e outros conhecimentos técnicos, pouco prováveis de serem acessados pelos pescadores, ele recorrem ao que Roberto Da Matta (1986) caracteriza como sendo o típico “jeitinho” brasileiro.

⁸⁵ Entrevista realizada em 30 de outubro de 2011.

⁸⁶ Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2011.

Apesar da cotidianidade dessas relações moldadas pelo assistencialismo e clientelismo, não me parece propício simplesmente mobilizar os conceitos de troca, favor, ajuda a fim de tentar “explicar” as relações entre esses atores sociais. É preciso, antes de tudo, situar tais conceitos no contexto onde ocorrem, e compreendê-los enquanto relações, e não como elementos estanques e deterministas. Ciente de que uma análise pormenorizada dos meandros da cultura política compartilhada pelos diferentes grupos de pescadores artesanais neste território extrapolaria os limites desta tese, chamo atenção apenas para algumas interações que me foram possíveis apreender durante a pesquisa de campo, as quais representam somente uma faceta de um fenômeno mais complexo.

5 OS ESPAÇOS DE GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA ARTESANAL NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL CATARINENSE E OS CONFLITOS SUBJACENTES

O verdadeiro compromisso é a solidariedade, não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aqueles que, na situação concreta, se encontram convertidos em 'coisas'.

Paulo Freire

Neste capítulo apresento os espaços de gestão participativa e/ou compartilhada da pesca artesanal no território estudado. Procurei elucidar como esses espaços lidam com os desafios de integrar as estratégias de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento da pesca artesanal, quais são os conflitos e as alianças que têm permeado esses espaços, como vem ocorrendo o processo de gestão, sob o prisma da participação e do empoderamento dos pescadores artesanais; e como as dinâmicas de desenvolvimento em curso na região têm influenciado o processo de gestão participativa da pesca artesanal. Os espaços formais de gestão participativa para o desenvolvimento do sistema da pesca artesanal e a conservação dos recursos pesqueiros têm sido o Conselho Gestor da APA BF (CONAPA BF) e o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera.

5.1 A experiência do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera

Os Fóruns de Agenda 21 detêm um expressivo potencial de democratização do espaço público no Brasil, apesar dos desafios recorrentes que bloqueiam a evolução dessas experiências (BIER, 2005). No território central da APA BF foi criado no ano 2002, o *Fórum da Agenda 21 local da Lagoa de Ibiraquera*. Ele resultou de uma parceria firmada entre associações locais sediadas no entorno da Lagoa e o *Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento* da Universidade Federal de Santa Catarina (NMD/UFSC). Desde a sua instituição, configura-se como um espaço público de debates e intervenções

relacionadas à compreensão e ao enfrentamento de problemas e conflitos de apropriação e de gestão dos recursos naturais da lagoa e do seu entorno.

Já final da década de 1990, algumas associações locais, como o Movimento Ambiental do Rosa (MAR) e o Centro Comunitário de Ibiraquera (CCI) vinham discutindo questões relativas à ocupação e à utilização irregulares da lagoa e do seu entorno, enfatizando a intensificação da especulação imobiliária e do turismo de massa (ADRIANO, 2001). Este cenário foi se agravado com o fortalecimento da dinâmica de desenvolvimento convencional (DT1). Nessa época, a pesquisa de doutorado conduzida por Seixas (2002) sobre o sistema de gestão da pesca na área abriu caminho para o envolvimento gradual do NMD/UFSC no projeto de criação do Fórum. O CCI abrigou os primeiros esforços de negociação do projeto com as lideranças locais. A APA da BF foi oficialmente incorporada apenas em 2004, quando uma nova chefia desta Unidade de Conservação foi empossada (ADRIANO, 2011).

Dentre as ações mais relevantes do Fórum ao longo dos dez últimos anos destacam-se o esforço investido na conscientização das lideranças locais, o controle social de processos de degradação da qualidade ambiental da Lagoa, o encaminhamento de ações judiciais em casos de violação ostensiva da legislação vigente, a participação na constituição do CONAPA BF e, mais recentemente, o protagonismo na criação da Reserva Extrativista da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba.

O processo de empoderamento progressivo dos pescadores artesanais tem sido visível na trajetória de evolução do Fórum. Diante da pouca representatividade das colônias de pesca e das omissões do Poder público municipal, alguns pescadores encontraram no Fórum um espaço favorável à apresentação de demandas relativas à dinamização do setor pesqueiro, bem como à discussão dos impactos negativos sobre o meio ambiente e a qualidade de vida das comunidades locais gerados pela dinâmica de crescimento socioeconômico. O Grupo de Trabalho da Pesca tornou-se o principal aglutinador dessas discussões e dos encaminhamentos práticos subsequentes. No processo de construção do projeto da Resex, transformou-se no GT Resex. Além disso, vale a pena ressaltar que o Fórum apoiou, de forma decisiva, a criação da Associação de Pescadores da Comunidade de Ibiraquera (ASPECI) e a Associação de Pescadores de Garopaba (APG).

Em seu estudo sobre o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, Adriano (2011) analisou o papel do Fórum na formação de

um sistema de governança territorial sustentável na zona costeira catarinense. Nesse estudo, a variável sociopolítica foi assumida como uma dimensão essencial na busca de compreensão dos atuais obstáculos e das potencialidades do Fórum. A autora considera a dimensão político-partidária como uma importante chave-explicativa para se elucidar os posicionamentos dos grupos sociais em relação a diversos embates e conflitos que continuam ocorrendo hoje em dia na região. Nessa perspectiva, em síntese existiriam dois grupos de pescadores com diferentes representações acerca do fenômeno do desenvolvimento local atuando na área de entorno da Lagoa de Ibiraquera. Por um lado, os pescadores ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), envolvidos simultaneamente nas atividades do Fórum e no CONAPA BF. E por outro, aqueles vinculados aos partidos políticos cujas lideranças ocupam tradicionalmente os cargos públicos na esfera municipal e estão presentes também na Colônia de Pesca de Imbituba - como o PP, o PMDB e o PSDB.

O primeiro grupo encampou a proposta do Fórum desde o início. Além disso, engajou-se na construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para a região, à luz do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DT5), proposto pelo NMD. Já o segundo grupo está intimamente ligado à dinâmica de desenvolvimento econômico convencional, tendo o fomento do turismo de massa, da especulação imobiliária e da urbanização intensiva como os seus principais vetores.

As análises realizadas por Adriano (2011) desvelam uma dimensão importante para a compreensão dos conflitos e alianças no território. As questões político-partidárias e a reprodução de uma cultura política com viés clientelista mostraram-se dimensões importantes para se compreender os atuais impasses no sistema de gestão. Contudo, a complexidade desse contexto nos desafia a considerar outras nuances. De certa forma, os grupos parecem ser mais fluidos, e em alguns casos a filiação partidária não se mostra uma dimensão determinante da lógica de organização dos grupos sociais diante de situações conflituosas. Nesse sentido, nesta tese a dimensão sócio-cognitiva foi colocada em primeiro plano, pelo fato de revelar, por exemplo, que as representações dos pescadores sobre o perfil de atuação das agências responsáveis pela gestão ambiental condiciona fortemente a tomada de posição dos primeiros em relação a diversos tipos de antagonismos – uma constatação que será aprofundada no item correspondente à análise dos processos de criação das duas Resex.

Apesar da intensidade dos esforços investidos pelo Fórum na promoção da qualidade de vida na área e também no empoderamento das lideranças locais – principalmente de pescadores artesanais -, uma parcela expressiva dos próprios pescadores e da comunidade local conserva uma visão e atitude negativas em relação ao Fórum. Este argumento será desenvolvido mais adiante no item reservado à análise dos conflitos socioambientais onde o Fórum esteve ativamente envolvido.

5.2 O Conselho Gestor da APA da Baleia Franca

Em sintonia com os dispositivos preconizados pelo SNUC e a lei que o regulamenta, a APA BF vem implementando um processo de gestão ambiental pública participativa em seu território, sobretudo com o processo de implementação do seu Conselho Gestor Consultivo. O CONAPA BF foi criado em 2005, por meio de um amplo processo participativo, envolvendo diversos parceiros, entre eles, a universidade e ONGs. O CONAPA BF está estruturado em três setores de modo paritário: governamental, usuários dos recursos naturais e Organizações não governamentais ambientalistas. Desse modo 2/3 das 42 cadeiras disponíveis no conselho são de representantes da Sociedade Civil. Desde a sua criação o Conselho tem passado por um processo contínuo de capacitação de seus conselheiros.

Os conflitos inerentes ao processo de gestão dos recursos de uso comum no território da APA BF, sobretudo aqueles relacionados mais diretamente com os pescadores artesanais, são (ou, ao menos, deveriam ser) geridos de forma participativa por meio do instrumento de gestão participativa da APA BF, o CONAPA. Macedo (2008) realizou um interessante estudo acerca do CONAPA BF privilegiando o resgate do ponto de vista dos seus conselheiros. Sem ignorar os desafios e os obstáculos institucionais e estruturais existentes para o real compartilhamento das ações entre os diversos setores da sociedade civil e o Estado, os resultados desse estudo apontam as potencialidades do instrumento CONAPA para o fortalecimento de um processo consistente de gestão compartilhada do recursos comuns no território da APA BF. Em linhas gerais, o autor considera que os conselhos gestores desempenham um papel determinante na consolidação de uma cultura política democrático-participativa em nosso País.

Sem invalidar os argumentos de Macedo (2008), que analisou o CONAPA sob a perspectiva da gestão ambiental pública, concentro-me aqui na consideração de questões específicas acerca da participação dos

pescadores artesanais nesse espaço público, o que revela um cenário bastante distinto daquele apresentado no seu trabalho em relação aos conselheiros. Nesse sentido, vale a pena iniciar a reflexão a partir de uma breve análise acerca da estrutura do CONAPA BF. Inicialmente compunha a estrutura do Conselho a Câmara Técnica (CT) da Pesca e a de Ordenamento Territorial⁸⁷. A CT de Pesca, criada no final do ano de 2007, contemplava as seguintes linhas de atuação: (i) as relações envolvendo a pesca artesanal e a pesca industrial; (ii) a criação da Resex do Cabo de Santa Marta e da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba; (iii) o estabelecimento de acordos de pesca; (iv) a instalação de recifes artificiais; (v) a carcinicultura; e, finalmente, (vi) os problemas criados pela extração ilegal de mariscos. Em 2008, a partir de uma consultoria externa, foi elaborado um Plano de Ação do Conselho, resultando na criação de mais duas CTs - a de Mineração e a do Turismo. Apesar de todo o processo de construção do Plano de Ação, em 2009 ocorreram mudanças significativas na estrutura do CONAPA BF, caracterizando uma nova fase marcada, sobretudo, por um maior esforço de institucionalização de sua estrutura interna.

A equipe da APA BF passou a entender que as atividades previstas no Plano de Ação são atribuições da administração e que o papel do Conselho Gestor restringe-se ao acompanhamento dessas atividades, além do exercício do controle social das ações propostas pela unidade. Nesse sentido, foi criado um GT para a revisão do Regimento Interno. Como resultado deste processo, em 2010 foi proposto pelo novo Regimento uma reestruturação do arranjo do CONAPA. Entre suas mudanças, destaca-se o funcionamento e a composição das CTs, as quais passaram a ser denominadas de: (i) Conservação da Baleia Franca; (ii) Gestão da Biodiversidade; (iii) Gestão Territorial; (iv) Proteção e Monitoramento; (v) Atividades Econômicas Sustentáveis (Art. 27º do Regimento Interno, 2010). Tendo em vista que o território da APA BF é composto em sua maioria pela porção marinha, local onde se estabelecem as relações socioculturais dos pescadores artesanais, e que o recurso da biodiversidade de maior expressão econômica neste território

⁸⁷ As Câmaras Técnicas - CTs são estruturas permanentes no conselho e tratam de temas estruturantes da UC. Inicialmente eram compostas por integrantes do conselho e outros convidados, a partir da mudança regimental, sua composição ficou limitada apenas aos conselheiros. As CT podem criar Grupos de Trabalho - GTs para a resolução de problemas emergenciais e pontuais da UC (MACEDO, 2008).

é o pescado, irei tecer a seguir algumas considerações a respeito desse novo arranjo.

Os assuntos relativos à gestão da pesca artesanal passam a ser tratados na CT da Biodiversidade, ao lado de vários outros temas. A categoria “biodiversidade” remete somente à dimensão biológica do sistema da pesca artesanal, deixando de lado as suas dimensões social, econômica e cultural, as quais se interconectam integrando um complexo sistema de práticas e saberes. Além disso, o uso do conceito “biodiversidade” permanece distante do universo semântico dos pescadores, o que pode se tornar um empecilho para a participação dos mesmos neste espaço. Essas questões são exemplos contundentes das dificuldades de se integrar as estratégias de desenvolvimento e conservação - natureza/cultura – na dinâmica de governança do sistema da pesca artesanal no território da APA BF.

Para além dessas considerações levantadas, na prática, tem sido limitada a participação e representatividade do setor da pesca na composição do CONAPA. Na Tabela 06 abaixo segue a lista das instituições representativas da pesca em cada gestão do CONAPA BF:

Quadro 07 – Instituições representativas da pesca artesanal no CONAPA BF⁸⁸

Período	Entidade
1ª gestão – 2005-2008	Colônia de Pescadores de Imbituba - Z13
	Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibiraquera – ASPECI
	Associação dos Pescadores da Barra do Camacho – APEBARCA
	Associação dos Pescadores Artesanais do Farol – APAFA
2ª gestão – 2008-2010	Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibiraquera – ASPECI
	Federação dos Maricultores do estado de Santa Catarina – FAMASC
3ª gestão – 2010-2012	Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibiraquera – ASPECI
	Associação dos Pescadores de Garopaba – APG
	Colônia de Pescadores de Içara – Z 33

Atualmente, há duas instituições que representam os pescadores artesanais no CONAPA BF (num universo de quarenta e duas cadeiras disponíveis). A ASPECI e a APG são representantes do núcleo central da APA BF, onde se concentram as ações da APA BF e onde estão os seus maiores parceiros – a exemplo do Fórum da Agenda 21 Local de Ibiraquera, as associações de pescadores, e mais recentemente, a prefeitura de Imbituba. A ASPECI, entidade eleita conselheira em todas as eleições do CONAPA BF, recentemente solicitou desligamento formal do Conselho⁸⁹. Desde a criação do CONAPA BF a ASPECI tem sido uma importante parceira da APA BF. Contudo, os desdobramentos

⁸⁸ A Associação de Moradores da Praia de Naufragados – AMOPRAN, conselheira do CONAPA BF, é considerada uma entidade representativa dos pescadores artesanais pelo analista ambiental da APA BF responsável pela gestão dos recursos pesqueiros (Informação verbal durante entrevista realizada em 26 de março de 2012). Contudo, embora os representantes da AMOPRAN muitas vezes se manifestem em nome dos pescadores que realizam a pesca da tainha (meses maio a junho) nesta localidade, a criação desta entidade foi fruto da reação dos moradores (nativos e veranistas) às ameaças de demolição de casas no processo de implementação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

⁸⁹ Informação oficializada durante a reunião ordinária do CONAPA em 15 de junho de 2012.

do processo da criação da Resex, que serão tratados adiante, e a ausência de resultados palpáveis em relação à gestão da pesca no território da APA BF – principalmente no que tange aos desafios criados pelos déficits de fiscalização - têm provocado o afastamento dessa instituição:

O ICMBio⁹⁰ já foi parceiro. Hoje na nossa área o pescador tá com o pé atrás. (...) Ajudamo a fundar o conselho da APA, fomos um dos fundador. O que eles fizeram foi dá uma mão pra algum pescador fazer algum rancho, nós fizemos dois rancho, mas não adianta fazer rancho se não tem fiscalização, volta tudo a mesma coisa. Foi bom pra um lado e tão prejudicando outro. O que a gente esperava era a fiscalização. Que não tivesse rancho, que as embarcação tivesse no sol, mas a fiscalização era pra tá lá. Hoje o Instituto Chico Mendes, a Polícia Ambiental, o IBAMA tá tão desacreditado, o pescador vai lá, bota rede, nós denunciemo, e eles não vem, tá tudo sucateado. Coloca rede de noite na pedra, o cara liga pra lá não tem viatura. Tinha que vim uma fiscalização forte ali pra dentro do conselho, não adianta vim um fiscal só lá, com a demanda da APA, com a área grande igual da APA, pega da barra de Florianópolis até Rincão. (Informação verbal)⁹¹

O Conselho da APA, eles vieram na época prometendo que os pescadores iam ter voz ativa lá dentro, o poder público ia, ia ser todo mundo igual lá dentro, ninguém ia ser melhor do que ninguém. A observação de baleia ia passar pelos pescador, o turismo de baleia talvez os pescador fizesse alguma coisa pra ajudar, mas nada disso foi feito. O poder público tá forte lá dentro, e a observação de baleia, o turismo de baleia passou pros argentino, e os pescador ficaram a ver navio, ficaram na sombra. Eles ficaram no sol, os pescadores ficaram na sombra, essa é a visão do conselho. O poder público, hoje o Instituto Chico Mendes já tá dando prioridade pro poder público,

⁹⁰ O pescador está se referindo à APA BF, que é a representante local do ICMBio.

⁹¹ Presidente da ASPECI. Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2012.

e os pescador não tem mais prioridade lá dentro. Essa é a visão do conselho da APA, eu falo como pescador e como presidente da associação de pescador. Quando eles dizem que a comunidade não participa, nós participamo, colocamo lá os problema da pesca, desde quando eu to lá dentro, colocamo o problema da pesca, e nada é resolvido. Os cara levam a proposta pra lá, e vai reunião, e vai reunião do conselho, e continua a mesma coisa, nada é resolvido no conselho da APA. (Informação verbal)⁹²

A fiscalização tem sido a maior demanda dos pescadores artesanais locais perante o Estado. Desde que passou a ser uma atribuição do Estado, a fiscalização deixa de ser um dever dos pescadores e se converte portanto em um direito. Com a progressiva desestruturação de seus acordos informais e mecanismos locais de *enforcement*, os pescadores artesanais têm dependido quase que exclusivamente do poder legal do Estado para se fazer cumprir as leis. A grande expectativa dos pescadores, ao participarem do CONAPA BF, parece ser a fiscalização. Desde a sua criação, a APA BF nunca dispôs de uma embarcação e um fiscal para realizar a fiscalização no mar, apesar de seu território ser majoritariamente marinho. Os diversos relatos dos pescadores nas reuniões do Conselho acerca dos problemas vivenciados pela ausência de fiscalização, o envio de ofícios e pedidos orais à chefia da APA BF, em última instância, é uma demanda por ter um direito reconhecido. A constante negação desse direito - que por vezes ocorre explicitamente na fala da Chefia da APA BF no espaço do conselho -, tem gerado ressentimento entre os pescadores, traduzindo-se em um ato de desconsideração (CARDOSO de OLIVEIRA, 2000).

Com o afastamento da ASPECI, a APG atualmente é a única instituição representativa da pesca artesanal no território centro-sul. A APG, que nasceu no âmbito dos pescadores da Praia de Garopaba e da Barra-Ferrugem, tem participação no Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ipiraquera e tem uma relação de parceria com a ASPECI, encampando junto com esta a proposta de criação da Resex. Apesar das suas relações com a APA BF terem sido sempre marcadas pela busca de diálogo e parceria, as entrevistas e conversas informais realizadas com alguns dos associados da APG e membros da diretoria e da presidência

⁹² Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2012.

revelam diversas dificuldades na percepção do papel desempenhado pela APA da BF:

APA da Baleia Franca antigamente ela não atuava muito com os pescadores, mas depois que criou esse Ministério da Pesca, esse Simão⁹³ parece que é meio da área da pesca, e aí tá dando um apoio mais pro pescador. Apesar que tem alguns que acha meio estranho por causa da baleia franca, que ela pegou uma área de terra, e aí dizem, tem comentário que a baleia franca não atua na terra e que a área dela é o mar, porque a baleia não come capim, como diz aqui, mas aí não é bem, as coisa são mal contada. Eu acho que as coisa são mal contada, porque a prefeitura e a baleia franca, as duas, e aí vem APP⁹⁴, vem mais não sei o que, tem horas que a gente não entende. (Informação verbal)⁹⁵

APA da Baleia Franca tá entrando em muito atrito, entrou em muito atrito, mas agora tem uma classe de pescador que tá achando que a APA pode ser parceira. Tão começando a chegar. Porque primeiramente a APA, realmente pela APA vinha administrando, é que a APA não levou para o pescador o que é que era a APA. (...) a gente concorda com a APA, só que do jeito um pouco diferente. Algumas pessoas da APA se dão bem, trabalham para o bem, mas já tem alguns que já pensam um pouco radical. E a classe que não tem dinheiro tem que viver aonde? É na beirada do mar. A sobrevivência, ele vive melhor na beirada do mar do que na beirada da terra, porque no mar ele sempre arruma uma casquinha, todo dia uma coisinha, na beiradinha ali na praia. E o pescador pobre em terra fica aonde? No meio do rico ele não vai viver. A APA tá entendendo essa área. Eu acho que a APA vai ser uma boa parceira do pescador artesanal na zona dela, na

⁹³ Analista Ambiental da APA BF.

⁹⁴ Área de Preservação Permanente.

⁹⁵ Mestre de Pesca da Comunidade do Capão, em Garopaba. Entrevista realizada em 27 de novembro de 2011.

abrangência dela. Porque realmente, o que ela procura fazer é afastar as grandes, a indústria mais pra fora pra deixar o pescador artesanal mais liberto. (Informação Verbal)⁹⁶

Ela realmente tá começando a se organizar pra ajudar nessa parte, a defesa da baleia, né, que a APA foi criada mais pra defesa da baleia, então na realidade, é porque a baleia já é uma lei federal, não carece de ninguém tratar, tomar conta da baleia (...). Só tem um negócio, criaram a APA por causa da baleia, aí eu não sei como é que foi criada a APA, de que maneira que foi criada a APA, não sei, porque nós pescador não sabia da APA. Nós fomos conhecer a APA quando ela apareceu. Agora quem é que formou a APA por causa da baleia? A APA criou-se bem após a lei da baleia, a lei da baleia foi feita em oitenta e cinco, eu acho, a APA é bem mais nova. Então isso aí tem uma maracutaia nesse meio. Tiraram a APA pra que? Baleia não come na terra, come? Não. A APA diz que manda na terra, protege a terra. Tem um negócio nesse meio. Até essa classe, eu já entendi bem o que é, mais ou menos eu entendi bem, mas já mais ou menos de tanta reunião que eu tenho perante a APA, já to entendendo melhor, agora noventa e nove por cento do pescador não acredita na APA, acredita numas pessoas da APA, mas em si na APA não acredita. Porque isso foi uma organização que o governo federal criou através de que? De pesquisa da onde? A baleia o homem não aguenta ela, o homem mata ela, mas aguentar não. Agora depois que tem uma lei que não pode matar baleia, criar uma APA pra que? Se já tem uma lei. Então essa APA foi criada pra tratar de outra coisa, não da baleia, porque a hora que ela encalha a APA não bota ela pra fora. bota? Não. Se a APA tivesse rebocador pra rebocar a baleia até concordava, só que encalha a baleia tem que ter rebocador, e vai ver que é despesa demais pra APA, não é? Não pode cuidar. Porque a baleia quando aparece ela

⁹⁶ Mestre de Pesca II da Comunidade do Capão, em Garopaba. Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2011.

vem do Rio Grande e vai até no norte do Brasil, tem muito bicho, graças a deus, já tem bastante, e agora só que tem que ter mais. Agora, quem vai sofrer com a baleia é pescador artesanal, a redinha, agora se passar a redinha pra anzol, o governo suspender a rede do mar e passar pro anzol, aí não estrova mais a baleia, pode deixar criar baleia. O nosso mar pode ficar só de baleia, tá ótimo demais. Agora se tiver rede e baleia, opa, não vai dar certo, porque um bicho não dá certo com o outro. É igual nós pescar tainha no meio de surfista, não dá certo. Nós temos que dá uma área pro surfista e nós pescar tainha noutra área, não dá certo os dois. É igual a baleia com rede, o que que vai se acabar? A rede, e as baleia também vão dá de morrer. Podemos dizer não, safra da baleia não pode ter rede, temo que pescar com outro tipo. Só que um barco industrial pesca lá fora com rede, e nós aqui dentro de anzol, não vamo ter nada. Tem que haver um meio, tem que haver um ministério que seja preparado, e nós não temo um ministério da pesca preparado, você me desculpe. E eu acredito muito numa pessoa que trabalha na APA, eu sei que você conhece bastante. Eu conheci ele, só porque ele trabalha num sistema que é só a letra que é verdade. E não é só a letra que é a verdade. Antes de criar a letra criou o homem. E eu quero que ele diga pra mim qual é que criou-se primeiro: foi o ovo ou foi a galinha? A hora que ele disser pra mim aí eu acredito nele, porque não é só da letra que vive o homem. Entre eu e você que tamo de frente, a minha mulher que tá aqui do lado, será que não existe mais nada? Nós não tamo vendo mais nada, mas pode ter alguma coisa, não pode? Então como é que só a letra que fala a verdade? Tem um cidadão que trabalha na APA que acha que a verdade é só a letra. Eu adoro ir na APA, na sede da APA, eu adoro o pessoal que representa a APA. Agora muitas coisa nós concorda, muitas coisa não. Muitas coisa nós que vive o dia a dia. Vamo dizer, a APA tá certa, é a lei que o governo deu, só que a lei é feita pela mão do homem, e a natureza é superior, é muito superior. Você atacar o mar com a mão é meio difícil minha querida, é muito difícil. Você atacar

a chuva com a mão também é difícil. Então a APA é uma organização que criou-se, é uma lei, tem as entidade forte, tá trabalhando justo, a gente tem que apoiar. Só que tem que ir devagar, porque até o pescador artesanal curtir o que que é APA, aí a APA vai melhorar bastante, só que tem que ter muitos encontros, tem que chegar muito devagar nessa classe, porque a lei realmente tá no papel e tem que ser cumprida. Agora, espera aí, tem pessoas que não tá preparada, na realidade, porque a lei é uma coisa dificultosa, ela tem furo, tem coisa no meio. Ela existe da maneira dela. Ela é feita pra que? Pra arrumar dinheiro, não tem lei no mundo que faça pra mais nada. A lei, quando é botada no papel é pra arrumar dinheiro, seja ela qual for. Agora quando se fala em lei de papel, tem que ter dinheiro. Sem dinheiro a lei não funciona. Mas como é que você vai ter papel se não tem dinheiro? Papel vem da madeira, mas pra ter a madeira, madeira natural não dá papel (...). (Informação verbal)⁹⁷

Os relatos dos mestres de pesca acima, mais do que revelar incompreensões ou ausência de conhecimentos sobre o papel da APA BF, elucidam, sobretudo, um coerente sistema de cognição acerca da forma como a APA BF foi implantada no território e tem sido gerida. É este um exemplo da forma como os pescadores locais traduzem para o seu universo semântico e simbólico, a lógica burocrática de funcionamento do Estado, que funciona com base no poder legal e é legitimada pelo conhecimento científico.

Do núcleo sul da APA BF participa do conselho somente a Colônia de Pescadores de Içara⁹⁸. As entrevistas realizadas junto aos pescadores do núcleo sul revelam que a maioria dos pescadores (21 pescadores) compartilha uma visão e atitudes críticas em relação à APABF e têm um conhecimento parcial sobre os seus objetivos, o que pode ser um obstáculo para a participação no CONAPA BF, que aliás, é um espaço praticamente desconhecido pelos pescadores destituídos de

⁹⁷ Mestre de Pesca II da comunidade do Capão, em Garopaba. Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2011.

⁹⁸ Na última eleição do CONAPA BF, realizada em 10 de agosto de 2012, somente esta entidade de representação da pesca artesanal se candidatou e foi eleita para a nova gestão deste conselho.

cargos de liderança. Esse cenário de desconhecimento sobre a APA BF também foi constatado na maioria dos pescadores que compartilham uma visão positiva e/ou neutra acerca da APA BF. Nesse caso, eles associam a APA BF especificamente com os imperativos de proteção da baleia franca. Apesar da maioria desses pescadores já terem participado de alguma reunião coordenada pela equipe da APA BF, segundo eles esta entidade funciona à margem das preocupações com a gestão dos problemas relativos à pesca artesanal.

APA da Baleia Franca, a Dete⁹⁹, foi muito boa pra nós, apoiou muito nós, nós não temo o que falar dela, foi bem vinda pra nós. Eles nunca fizeram nenhum trabalho com nós, mas eles fazem... A gente também respeita a lei, não larga rede na frente, nós não trabalhamos com essa rede boiada, que as baleia se raspam, tudo rede à noite. Essa rede boiada que nós chamemo de rede de anchova, que atrapalha a baleia. Quando nós vemo uma baleia puxemo a rede, tiramo da frente. (Informação verbal)¹⁰⁰

APA da Baleia Franca ajudou nós também. Ajuda também porque ela fez esse negócio do costeamento aí sobre onde a Baleia Franca, onde ela migra, então isso tudo ajudou pra tirar os barcos industriais. (Informação verbal)¹⁰¹

Apesar de todo o esforço investido pela equipe da APA BF na mobilização social visando o processo de constituição do CONAPA e após sete anos de funcionamento desse espaço, continua presente na memória dos pescadores o fato da APA BF ter sido criada sem o conhecimento dos pescadores, gerando assim um clima recorrente de ressentimento velado. Mesmo os pescadores que conservam uma imagem positiva da APA BF e a percebem como uma instituição parceira tendem a correlacionar a sua criação com a busca de proteção desta espécie ameaçada de extinção. Desse modo, ressentem o fato do Estado priorizar ações para a proteção da baleia enquanto os pescadores

⁹⁹ Atual chefe da APA BF.

¹⁰⁰ Mestre de Pesca do Farol de Santa Marta, em Laguna. Entrevista realizada em 16 de setembro de 2011.

¹⁰¹ Pescador do Farol de Santa Marta, em Laguna. Entrevista realizada em 15 de setembro de 2011.

artesanais vivenciam uma situação de abandono pelo poder público. Some-se a isto, existe um conflito eminente entre a pesca e a conservação da baleia, uma vez que a migração da baleia franca para o território da APA BF coincide com a safra da anchova, ocasionando prejuízos econômicos para os pescadores em consequência da perda de redes de pesca.

Além disso, apesar do processo de aprendizagem coletiva que o CONAPA BF tem vivenciado desde a sua criação (MACEDO, 2008), é importante considerar o fato de que esta instituição é um espaço público de comunicação bastante heterogêneo, marcado por relações de poder e normas pré-estabelecidas pelo sistema político-jurídico brasileiro. Nesse sentido, vale a pena refletir sobre o perfil dos Conselheiros e sobre a linguagem que prevalece nos processos comunicativos. Formado em sua maioria por engenheiros, advogados e biólogos, a linguagem dominante no Conselho é a científica. Destarte, os debates deixam muitas vezes a minoria “não letrada” – ou detentores de outros saberes - numa posição passiva. *A priori*, o diálogo se dá entre desiguais – uma condição que acaba sendo legitimada nos espaços públicos de gestão participativa. (KANT DE LIMA, 2000).

Levando em conta as reflexões de Kant de Lima (2000) e Kant de Lima, Motta e Pires (2005) para o caso da APA BF, a estrutura do Conselho pode ser visto como o espaço público representado pela figura do paralelepípedo, no qual reconhecidos como mais uma instituição do setor de usuários dos recursos, cidadãos detentores de direitos iguais. As regras que valem nesse espaço são gerais, prevalecendo uma linguagem universal. Ao mesmo tempo, a categoria de pescadores artesanais é reconhecida pelo Estado como População Tradicional, detentoras de saberes e formas diferenciadas de organização social, e dispendo do direito de acessar políticas específicas que assegurem a reprodução do seu modo de vida. Dessa forma, o espaço público do CONAPA inscreve-se num modelo paradoxal: aquilo que, num primeiro momento, parece ser um avanço no sentido do exercício da cidadania tende a legitimar, implicitamente, um cenário de reprodução de desigualdades sociais. Nesse sentido, o espaço público CONAPA BF tem sido identificado pelos pescadores como o “lugar do outro”, o espaço da APA da BF, onde prevalecem as regras do Estado. Esta condição estaria impondo, pelo menos implicitamente, uma série de obstáculos à apropriação deste espaço pelos pescadores.

Da mesma forma, o “lugar” dos pescadores artesanais, território onde se estabelecem suas relações socioculturais, é percebido enquanto

“propriedade particular do governo”, onde prevalecem as regras e as leis gerais do Estado. Nesse sentido,

(...) a desobediência às normas ou às leis e regras que regem a apropriação de usos dos espaços públicos não se colocam como questão de transgressão moral a regulamentos explícitos facilmente acessíveis, mas como resultado de escolha entre a liberdade de agir e o constrangimento externo, entre a implementação do desejo individual e da reprodução social de cada um, por um lado, e a submissão a um interesse geral e difuso, quase certamente manipulado em benefício a reprodução alheia, por outro. (KANT DE LIMA, 2000, p.261).

Em síntese, para os pescadores o território que abrange a APABF é percebido como o espaço do “outro”, do Estado, representado aqui pelas agências governamentais responsáveis pela aplicação da legislação ambiental, portadoras da voz da Lei. Por sua vez, tais leis e normas não refletem os saberes tradicionais das comunidades pesqueiras e tampouco suas práticas de apropriação e uso dos recursos patrimoniais existentes na zona costeira.

Nesse sentido, a construção do plano de gestão participativa dos recursos da APA BF, que está em vias de ser deflagrado, terá que lidar com todos esses desafios inerentes à cultura jurídica e política brasileira – além do reconhecimento das limitações constitutivas do perfil de atuação das agências governamentais atualmente.

5.3 A complexa teia de conflitos e alianças no território centro-sul da APA BF

Os conflitos socioambientais abordados nesse item referem-se àqueles que ocorrem anteriormente ou paralelamente ao processo de criação das Resex, influenciando os posicionamentos dos diversos grupos de pescadores artesanais e comunidades locais em relação ao projeto de criação Resex. São conflitos que exprimem as disputas relativas à gestão dos recursos pesqueiros e/ou a projetos diferenciados de desenvolvimento para o território, envolvendo diretamente as comunidades de pescadores artesanais. Como veremos abaixo, a APA BF e, especificamente no território central, o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibraquera,

são atores sociais que assumem um papel-chave na promoção e nos respectivos desdobramentos dos conflitos existentes.

5.3.1 Os casos emblemáticos da Praia Vermelha e da Fazenda Lagamar no núcleo central

Antes da criação do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibraquera, em 2002, as comunidades não dispunham de um espaço coletivo de debates e negociações para fazer frente aos impactos socioambientais negativos da dinâmica de desenvolvimento econômico convencional. Com a mudança de chefia da APA BF em 2004 e a criação do seu conselho gestor uma grande parceira firma-se entre as duas instituições: o Fórum passa a ter representatividade no CONAPA BF e a APA BF passa a ser uma das instituições a integrar o Fórum. No período de 2002 a 2005 o Fórum representou um dos poucos espaços de resistência e controle social sediados na região. Nesse sentido, a trajetória do Fórum é marcada por diversos conflitos socioambientais. Esses antagonismos, dentre outros resultados, estimularam a participação e a aproximação de grupos sociais até então pouco articulados entre si. Nesse ínterim, seria importante mencionar dois conflitos que envolveram diretamente os pescadores artesanais, a saber: (i) o conflito gerado pela implementação de uma fazenda de espécie exótica de camarão (*Litopenaeus vannamei*) na Lagoa de Ibraquera, e (ii) o conflito gerado pelo fechamento da Praia Vermelha, impedindo assim o acesso dos pescadores e de suas famílias.

O conflito gerado pela implementação da Fazenda Lagamar, um empreendimento privado de cultivo de espécie exótica de camarão nas margens da Lagoa de Cima, configurou-se como a primeira ação coletiva conduzida mediante o envolvimento direto do Fórum. Nesse sentido, é um marco na trajetória de lutas e embates das comunidades locais, especificamente dos grupos envolvidos diretamente no Fórum, contra projetos de desenvolvimento local ecológica e socialmente predatórios acionados pelos setores público e privado. A pedido de um empresário¹⁰² do município de Garopaba, o projeto da fazenda de camarão foi elaborado pelo LCM/UFSC e pela Epagri, instituições parceiras do Programa Estadual de Carcinicultura, que estava em curso na época e tinha o município de Laguna como um dos pólos centrais. Com a licença ambiental em mãos, a obra foi iniciada à revelia das

¹⁰² Proprietário do Grupo de Supermercados Silveira, em Garopaba.

comunidades locais. Estas últimas tomaram conhecimento do empreendimento no momento em que alguns impactos negativos da obra tornaram-se visíveis: supressão de área de preservação e alargamento do canal.

Esse conflito, promovido inicialmente pelo Centro Comunitário de Ibiraquera (CCI), em 2002, com a criação do Fórum o conflito passou a ter essa instituição como um ator-chave nas etapas de intensificação e negociação.

Tentativas de negociação sobre o conflito da carcinicultura foram iniciadas pela diretoria do fórum, e no dia 15/03/2003, a Plenária Ordinária do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera, realizada no Centro Social e Comunitário da Associação dos Moradores da Limpa (AMOLIM), contou com a presença de dezenas de entidades e mais de cem pescadores, após os relatos dos pescadores denunciando na unanimidade dos depoimentos: que após a instalação da fazenda a lagoa não é mais a mesma; que a água está turva e com mau cheiro; que não se enxerga mais o fundo da lagoa; que o pescado diminuiu; que os dejetos da fazenda estão causando micose nos pescadores e banhistas; foi decidido pela totalidade dos presentes, sem voto contrário: *a luta pela cessação imediata do funcionamento do criadouro de camarões*¹⁰³. (FABIANO, 2004, p. 83)

O Fórum moveu uma ação civil pública junto ao Ministério Público contra a Fazenda Lagamar, por meio da qual, em junho de 2003, conseguiu embargar em primeira instância o funcionamento da empresa. Contudo, em janeiro de 2004, a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FATMA) emitiu nova licença ambiental de operação. Nesse momento, um outro ator social entra em cena, a APA BF, solicitando o cancelamento da nova licença e a continuidade da interdição (FABIANO, 2004). A adequação da fazenda às exigências ambientais parece ter minimizado os impactos causados. Porém, o processo judicial envolvendo a Fazenda Lagamar perdura até hoje, e o Fórum continua defendendo o seu fechamento. Um dos principais resultados desse processo, além da minimização dos impactos socioambientais do

¹⁰³ Grifo no original.

empreendimento, foi o aumento da participação e do nível de empoderamento dos pescadores artesanais da região, além do fortalecimento institucional do Fórum. A atuação da APA BF, sob nova chefia naquele momento, pode ser vista como um dos fatores condicionantes dos avanços alcançados nessa etapa. Além disso, com a criação do CONAPA BF, em 2005, foi criado um Grupo de Trabalho para tratar das questões relativas ao fomento da carcinicultura (ADRIANO, 2011).

O outro conflito emblemático que ocorre na região diz respeito ao fechamento de caminhos tradicionais utilizados pelos pescadores artesanais para o acesso à Praia Vermelha, localizada entre os municípios de Garopaba e Imbituba. A partir da década de 1960 a família Gerdau Johannperter, natural de Porto Alegre, e atualmente proprietária da empresa familiar Gerdau¹⁰⁴, começou a adquirir todas as glebas que circundavam a praia Vermelha, até que em 1973 praticamente todo o entorno da praia já estava sob propriedade desta família.

O processo de interdição dos caminhos tradicionais ocorreu progressivamente a partir da década de 1980, conforme crescia a atividade turística e o interesse dos visitantes em conhecer a praia Vermelha. Com a interdição dos caminhos por cerca de uma década, o acesso dos pescadores à praia e aos ranchos de pesca tornou-se possível somente por via marinha ou por caminhos secundários em meio aos costões rochosos. A Gerdau utilizou de várias estratégias para garantir a interdição dos acessos: cercas, seguranças armados, cães, circuito de monitoramento por vídeo. Com a intensificação do conflito, ocorre um caso de violência direta (GALTUNG, 1977), quando um pescador foi ferido por arma de fogo ao desafiar a autoridade dos seguranças da área.

A primeira ação coletiva em prol da abertura dos caminhos ocorre em 1989, quando a comunidade local se mobilizou e redigiu um manifesto com 270 assinaturas, encaminhando ao poder público. Porém, o conflito instaura-se institucionalmente somente em 1993, quando ao visitar a área e ter sido impedido de acessar a praia, um Procurador da

¹⁰⁴ A empresa Praia do Ouvidor Empreendimentos Imobiliários S.A. “integra um holding capitaneado pela Metalúrgica Gerdau, que tem ainda entre suas filiais a Siderúrgica Riograndense S.A., e outras empresas ligadas ao setor de aço, sistema financeiro, leasing, títulos e valores mobiliários, previdência privada, agropecuária, haras, reflorestamento, empreendimentos imobiliários, construção civil, importação e exportação, representações e participações, entre outras.” (ERNANDORENA, 2003, pp. 183-184).

República resolveu instaurar um Processo Administrativo junto ao Ministério Público Federal (ERNANDORENA, 2003, p.187). Inicia-se então um longo processo de negociação, porém, a abertura provisória dos caminhos tradicionais só se concretizou em 2002 - dois anos após a Associação Comunitária Ibiraquera Gramense (ACIG) ter solicitado a reabertura do inquérito civil público. Esse ato ocorre como reação à proibição por parte da Gerdau, da passagem de pescadores tradicionais da região no momento em que rebocavam um pequeno barco para a praia.

Com a recusa da empresa em dialogar, o conflito ganha status judicial a partir da ação civil pública impetrada pela ACIG junto ao Ministério Público Federal de Santa Catarina (MPF-SC). Em junho de 2003 ingressam na ação como litisconsortes diversas entidades comunitárias e representativas dos pescadores artesanais na região: Colônia de Pescadores de Garopaba (Z-12), Colônia de Pescadores de Imbituba (Z-13), Colônia de Pescadores de Laguna (Z-14), Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, Associação de Moradores e Amigos da Praia da Barra da Ibiraquera, o Conselho Comunitário de Ibiraquera e o Clube Coração de Mãe (ERNANDORENA, 2003, p.191).

Paralelamente ao processo judicial, um acordo informal entre um grupo de pescadores e a empresa provoca um desfecho inusitado ao conflito. Em uma reunião entre um pequeno grupo de pescadores representando a ACIG e representantes da Gerdau o seguinte acordo é firmado: em troca de uma quantia em dinheiro e do acesso exclusivo à praia, os pescadores deveriam recuar no encaminhamento do processo judicial. Essa ação polêmica, liderada por um respeitado mestre de pesca e patriarca de uma família tradicional sediada na área, tornou-se conhecida localmente como o “Mensalão da Praia Vermelha”. Apesar da decisão não ter refletido a posição oficial do coletivo da ACIG e tampouco os interesses coletivos dos demais pescadores envolvidos, o acordo foi mantido devido à estrutura hierárquica que prevalece nas relações socioculturais da pesca (ADRIANO, 2011; ROSAR, 2007). O mestre de pesca parece ter distribuído o dinheiro entre os seus familiares e pescadores pertencentes ao seu grupo. O relato de outro mestre de pesca, também proprietário de rancho na praia Vermelha reafirma a polêmica:

Noosso adevogado queria um milhão e meio, queria dois milhão pra vir um milhão e meio, pra dividir entre nós, entre 40 pescador. Como veio esse camarada na frente, que viu que ia ter que

pagar um milhão e meio. Chegou lá e falou pro Seu (Fulano): ‘Seu (Fulano), vamos fazer um acordo’. E o Seu (Fulano) ‘Ah, depende’. E fez a proposta de 500 mil reais. E o Seu Domingos ‘Ah, não. Então me dá um milhão’. ‘Eu dou 700 milhão, e o senhor pega e divide 700 milhão’. O Seu (Fulano) pegou, e 50 ele já embolsou, e depois pegou o resto e saiu dividindo pra família. Pra quem pescava ele, deu 8 mil real. (Informação verbal)¹⁰⁵

A repercussão do desfecho do conflito nas comunidades locais maculou a imagem da família que firmou o acordo com a Gerdau, apesar dessa decisão não ter sido consenso entre todos os integrantes desta família. Em 2005, quando o caso “Mensalão da Praia Vermelha” ainda estava na ordem do dia, a família beneficiada pelo acordo, apoiada pelo Fórum da Agenda 21 Local de Ibiraquera, desempenhou um papel de protagonista na criação da ASPECI. Desse modo, a ASPECI tem sido comumente relacionada aos interesses específicos de um grupo de pescadores.

Porque aí ele já criou essa Aspeci dele, que já é pra lutar contra a Gerdau, o grupo Gerdau. Ele usou essa associação, porque a Colônia de Pesca não apoiou o que ele quis fazer com a Gerdau, porque na verdade eles venderam ponto, venderam canoa, ponto que quero dizer é rancho, venderam tudo, e depois tomaram tudo de volta, e os cara deram mais um monte de dinheiro. E depois de fazer bastante tempo eles inventam outra associação, outra coisa, pra ir lá. (Informação verbal)¹⁰⁶

Para além dos desdobramentos dos conflitos relatados, eles expressam de maneira exemplar as coalizões que fortalecem a DT5 – Desenvolvimento Territorial Sustentável - e os embates com as outras dinâmicas de desenvolvimento no território. O fomento indiscriminado

¹⁰⁵ Pescador proprietário de rancho de pesca na Praia Vermelha. Entrevista realizada em 17 de outubro de 2011.

¹⁰⁶ Pescador de família tradicional da Barra da Ibiraquera, atualmente proprietária de um restaurante. Integrante da diretoria da Colônia de Pescadores de Imbituba. Entrevista realizada em 04 de novembro de 2011.

da carcicultura, bem como a tendência de promoção de um estilo de apropriação privada dos espaços de uso comum são elementos constitutivos da DT1 e um alvo veementemente combatido pelos integrantes do Fórum. Contudo, é interessante notar que os momentos de maior participação comunitária no Fórum ocorreram durante a eclosão e negociação de tais conflitos. Por outro lado, tais conflitos acabaram por demarcar grupos sociais locais bem definidos no interior das comunidades locais. Parte dos moradores, mesmo não tendo uma participação ativa nos conflitos, os acompanhava “de longe”, posicionando-se e formando opinião a respeito das pessoas e instituições envolvidas diretamente, e sobretudo, a respeito do Fórum e suas ações. De fato, esses conflitos contribuíram para dotar o Fórum de visibilidade crescente na região. Contudo, se por um lado o conflito da fazenda Lagamar ajudou a promover o fortalecimento institucional do Fórum, por outro, o conflito da Praia Vermelha parece ter contribuído para gerar uma visão negativa desta instituição junto às comunidades locais. O que em princípio poderia ser caracterizado como uma luta coletiva pelo direito de acesso ao território de uso comum - a praia -, acabou por fim beneficiando somente um grupo restrito de pescadores. Apesar do Fórum ter dado continuidade à ação civil pública, houve boatos na comunidade de que o fórum também teria se beneficiado financeiramente do tal “mensalão” (ADRIANO, 2011). Além disso, é justamente esse grupo de pescadores, representado pela ASPECI, que historicamente tem se envolvido e apoiado o Fórum, participando das plenárias e do GT da Pesca, e pleiteando, posteriormente, a criação da Resex.

Diversos pescadores artesanais e lideranças da pesca no entorno da Lagoa de Ibraquera compartilham uma visão estigmatizada do Fórum, o qual é visto como propriedade de um “grupinho”. Um integrante do Fórum bastante mencionado pelos pescadores é a APA BF, na figura da sua atual chefe, associada ao PT. Como vimos, a ASPECI tem sido uma das grandes parceiras da APA BF, participando do CONAPA desde a sua criação. Por outro lado, as colônias de pesca sempre estiveram ausentes tanto do Fórum quanto do CONAPA BF. Nesse sentido, no olhar dos “outros”, ou seja, aqueles pescadores e lideranças locais que não participam do Fórum, o mesmo não é visto como um espaço público democrático, capaz de fazer jus ao pluralismo de interesses e instituições sediadas na área. Ele tem sido, antes, associado a um agrupamento de pessoas - ou “amigos” - que compartilham interesses comuns. A universidade, representada pelo NMD, apesar de ser uma instituição que desempenha um papel de

protagonista na criação e implementação do Fórum, geralmente não é sequer mencionada.

Em conversa com um respeitado mestre de pesca que tem sido um dos mentores da ASPECI, ele fala a respeito do atual desafio de ampliar a participação no Fórum. Na perspectiva desse pescador, os passos iniciais para a criação do Fórum, e posteriormente da Resex, são acontecimentos cruciais para se compreender o momento atual:

Fórum da Agenda 21 quem participava mais era nós, e por causa desse negócio da reserva ele caiu muito. Hoje quando tem, escuta bem, o Fórum ele foi montado assim uma estrutura meio mal pensada. É iguale o que aconteceu com a reserva. Um time de futebol sem um treinador ele não vai, uma firma sem ter um grande cérebro que leve ela, ela não vai. A Agenda 21 foi isso que tá aí, a experiência tá por aí. Por quê? Eu digo isso porque adispois disso lá, a Agenda 21, o Conselho Comunitário e outras associação de bairro que tem ali, toda elas se afundaram, porque elas não foram bem montada, não foi feito um conjunto se lembrando de amanhã e adispois e adispois, ela não juntou as pessoa adequada. Não é que não tivesse os técnico e as pessoas dando a mão, como tem o professor Paulo, tudo ali. Mas eles não juntaram as pessoa da comunidade. Tá, foi indo. Hoje, tu vai no Conselho Comunitário, chega lá é um, dois, não tem ninguém. (...) Então eles não montaram as coisa, tá compreendendo? Eles juntaram, faltou uma ferramenta. Olha, escuta bem o que esse homem te diz, faltou uma ferramenta principal pra isso aí, que seria umas pessoa da comunidade que tivesse alguns ano vivido, que conhecesse, e essas pessoa, quando montaram o Fórum, essas pessoa tinham que tá. Eles escolheram outras pessoa, e essas pessoa foram ficando. Quando eles tiveram abatido, eles foram convidando essas pessoa. Eu também participei do Fórum, agora não vou participar mais também, já participei agora nuns período, agora no fim. E essas pessoa fazem falta, não vão

mais. E é o que tá pegando, se acharam até ofendido. (Informação verbal)¹⁰⁷

A fala de um pescador da Lagoa de Ibiraquera, que participou do Fórum no momento inicial, e já foi membro da diretoria da Colônia de Pescadores de Imbituba, complementa a fala do mestre de pesca:

Fórum da Agenda 21 é contra a Colônia de Pesca. Eu acompanhei muito, eu era, eles vinham muito aqui na minha casa, conversar comigo, me chamar pra essas coisa assim. Depois eu comecei a ver uma coisa do Fórum, não sei se você faz parte desse Fórum, eu comecei a ver que eles queriam andar mais do que os outros órgão que já tinham aquela, aquele encaminhamento. E aí eu comecei a dar uma suspeitada, comecei a dar uma criticada. – “Vocês não podem ser assim, não pode fazer isso, porque vocês tão fazendo assim, assim, assim.” Aí eles pegaram a Colônia como alvo pra crítica. Todas reuniões que tinha na minha época que eu tava lá na diretoria da Colônia, todas reuniões que tinha, o órgão, a pauta da reunião, tinha que ser feito, criticado a Colônia. Então não são parceiro. O que eles faziam, assim: - Ah, porque a Colônia de Pesca não faz isso, não faz aquilo, não faz aquilo. Mas eles não procuram pra ajudar a fazer. Porque eu acho assim, as Associações que tem, não adianta você ser presidente de uma, outro ser presidente de outra, chegar, botar o microfone, ah, porque eu sou presidente de tal associação. Ele pode ser conhecido como presidente e ser parceiro pra ajudar nisso, naquilo, ajudar naquela outra associação. Mas eles não fazem assim, eles pegam alguma coisa pra ser o alvo aonde eles querem criticar. Aí eu me afastei e não me procuraram mais também. Várias vezes eles vinham aqui, o Paulo, e outros, vinham aqui, conversar comigo, me procuravam pra fazer alguma coisa, pra ir numa reunião. E quando eu comecei a ver que aquilo não tava sendo uma coisa que pudesse vim ajudar outras que já tavam mais, já eram mais

¹⁰⁷ Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2012.

velha. Aí eu comecei a dar uma despertada, uma criticada também, e saíram fora, não me procuraram mais. Então é porque alguma coisa tinha. Tinha que trabalhar junto, ir lá, conversar, chamar, assim, vamo tentar fazer isso. Como é que vocês tão fazendo, qual é a ação da Colônia pra caminhar isso aqui? Não, nós vamo caminhar isso, e....Que a Colônia não faz isso, que a Colônia não faz aquilo, que é mal administrado. Aí não vai nunca chegar num acordo. Eu não sei se tem uns pescadores aí que participam do Fórum, deve ter. Eu acho que os que mais participam é as vez os pescador ali, que tão na associação do Lédio, sei lá. Eu não ouvi falar mais nada do Fórum da Agenda 21, não sei como é que tá. (...) Ali no Fórum tem uma Associação de Pescador, porque a presidente do Fórum e o presidente da Associação chegavam a fazer as coisa junto, mas parece que depois andou saindo até uns tapinha, andaram se brigando. (Informação verbal)¹⁰⁸

Como demonstrado anteriormente, a colônia de pescadores de Imbituba possui um passado de certa forma *sui generis*, principalmente na década de 1980, e a pesquisa de campo demonstrou que ainda hoje essa colônia de pescadores dispõe de certa legitimidade junto aos pescadores - principalmente aqueles que estão no entorno da lagoa. Mesmo fazendo críticas à mesma e cientes dos problemas existentes, muitos pescadores ainda a consideram uma organização de representação do pescador. Inclusive, para a próxima eleição alguns pescadores vêm se mobilizando para retomar a presidência da colônia, que nos últimos dois mandatos tem sido presidida por um taxista. Mesmo o presidente da ASPECI expressa uma visão positiva da colônia em tempos pretéritos:

Colônia de Imbituba já foi boa, nós era sócio da Colônia ali na época, quando o seu Almir era presidente, ela era muito boa pro pescador, tem que tirar o mérito pra ele. Só que não era misturado com política, agora misturaram com política. (...) O seu Almir na época funcionava

¹⁰⁸ Entrevista realizada em 27 de outubro de 2011.

dentista na Colônia, assistente médico, tudo que tu ia lá e pedia pra ele tinha, e era uma pessoa que ajudava na pesca também, qualquer conflito que tinha ele ia nos rancho de pesca conversar com os pescador, fazia reunião, tudo quanto é rancho de pesca ele ia ver o que tava acontecendo pra poder ajudar, enquanto o Teixeira é só pra cuidar do defeso, é dono de taxi, não entende nada de pesca, eu perguntei pra ele qual era o projeto que eles tinham pra pesca, ele disse que ainda iam decidir o que iam fazer pela pesca. Quando ele fez campanha ele dizia que ia abrir uma câmara fria pro pescador colocar o pescado pra levar pra vender e ia abrir uma sala de computação pra dá curso de computação pros filho de pescador, e nunca fez nada. Ele nunca fez nada. Eu vou concorrer a colônia de Imbituba. (Informação verbal)¹⁰⁹

Curiosamente, pescadores pertencentes a dois grupos opositores, ou seja, aqueles que apoiam a colônia e uma das principais lideranças da pesca ligada à ASPECI, cogitam formar uma chapa para concorrer as eleições da colônia de Imbituba. Eles parecem demonstrar assim que os conflitos existentes ultrapassam o nível das questões político-partidárias e do pluralismo de visões sobre as melhores opções de gestão da pesca.

Mesmo que esta pesquisa não tenha por objetivo reconstituir o processo de criação do Fórum, seria importante salientar que o processo de pré-implementação dos arranjos de co-gestão apresenta-se como um passo fundamental para o sucesso posterior de tal arranjo. A clareza acerca dos conflitos e grupos sociais existentes no interior das comunidades pode evitar a eclosão de conflitos futuros e oferecer subsídios para o delineamento de estratégias mais lúcidas de mobilização e articulação das comunidades locais. Se por um lado a atuação desse grupo de pescadores no Fórum, e posteriormente no CONAPA BF, demonstra um processo de empoderamento progressivo de tais pescadores, em busca de autonomia, demarcando um posicionamento de embate perante o poder das colônias de pescadores; por outro, há indícios de que a lógica de organização desse grupo, sob liderança de uma família tradicional de pescadores, pouco tem a ver com os ideários democráticos do Estado de Direito.

¹⁰⁹ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2012.

Uma elucidação dos condicionantes e das implicações desses conflitos e dessas alianças será empreendida com mais profundidade nos próximos capítulos – focalizando o processo de criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba.

5.3.2 Os casos do Acordo de Pesca no Complexo Lagunar e Abertura da Barra do Camacho no núcleo Sul

Antes do início dos preparativos para a criação da Resex do Cabo de Santa Marta, bem como da criação do CONAPA BF, os conflitos vivenciados na região do Cabo de Santa Marta estavam relacionados especificamente ao uso e à apropriação dos recursos pesqueiros. Tais conflitos envolviam, principalmente, as diferentes comunidades de pescadores artesanais, organizações locais e agências ambientais responsáveis pela fiscalização. As disputas relativas ao poder de decisão sobre o uso e apropriação do território se intensificaram com o processo de criação da Resex, que se constituiu o estopim que deflagrou uma série de conflitos que vêm se reproduzindo até os dias atuais. Diferentemente do núcleo central, no qual, como vimos, os conflitos relativos à Resex são o resultado de disputas e processos de empoderamento de pescadores ao longo da participação em espaços públicos de gestão do território, no núcleo sul os conflitos se adensam com o advento do processo da Resex e com o processo de institucionalização da APA BF.

Além dos conflitos relatados anteriormente, dois outros se configuram como elementos-chave para se compreender os posicionamentos dos pescadores artesanais e organizações locais sobre o processo de criação da Resex: (i) O conflito entre pescadores da ilha em relação às regras para a pesca do camarão-rosa (*penaeus paulensis e penaeus brasiliensis*), o qual se desdobra no Acordo de Pesca do Complexo Lagunar; (ii) Os conflitos gerados pela atividade de mineração de conchas calcárias na barra da lagoa do Camacho.

Durante muitos anos os pescadores da Cigana e os pescadores do Camacho e Garopaba do Sul viveram em conflito devido ao uso da rede de aviãozinho¹¹⁰ utilizada para capturar o camarão-rosa. Esta rede foi

¹¹⁰ O “aviãozinho” é uma rede de espera cilíndrica, fixa por estacas em águas rasas (entre 1 e 2 metros de profundidade). No interior do corpo da rede são colocadas duas válvulas (funis) com dois aros de metal de tamanhos diferentes, que servem para manter o corpo da rede totalmente aberto. A parte posterior da rede tem o formato de um funil (saco) e quando vista do alto, o seu contorno em

primeiramente introduzida no estuário da Lagoa dos Patos na década de 1970, quando o governo federal proibiu o uso de todos os tipos de rede de trolha, incluindo a rede de coca¹¹¹, a qual era usada também no complexo lagunar. Com a proibição, o próprio governo federal, representado naquele momento pela SUDEPE, institucionalizou formalmente o uso da rede de aviãozinho, ficando responsável também pela definição dos locais e da quantidade de redes permitidos. O território de pesca dos pescadores da região da Ilha e do Camacho se estende até o Rio Grande do Sul, para onde costumavam migrar em determinadas épocas do ano a fim de realizar a pesca marítima e/ou lagunar. Durante a safra do camarão no verão, o estuário da Lagoa dos Patos¹¹² sempre foi destino certo para muitos pescadores do complexo lagunar, o que possibilitou a aprendizagem da pescaria com a rede de aviãozinho na década de 1970.

Os sérios problemas ambientais no complexo lagunar advindo dos venenos utilizados nas plantações de arroz e outros insumos químicos que chegam por meio do Rio Tubarão, e o conseqüente impacto nos recursos pesqueiros, foram alguns dos fatores que incentivaram a adoção da rede de aviãozinho em parte do complexo lagunar, sobretudo na lagoa da Cigana, onde as condições biofísicas são favoráveis a esta arte de pesca. Contudo, sua apropriação não foi bem vista pela maior parte da comunidade de pescadores. Os pescadores do Camacho reagiram fortemente ao uso do aviãozinho, ocasionando disputas pelo território de pesca. O uso do aviãozinho e do gerival havia sido proibido na Lagoa do Camacho por meio da Portaria IBAMA nº27-N, de 10 de março de 1999. Essa regra encontrava grande legitimidade entre os pescadores do Camacho, principalmente os mais antigos, que continuavam a usar a tarrafa e a coca de puxar para capturar o camarão.

“Y” lembra um avião. A pesca é realizada durante a noite, e no final do saco de cada rede, na superfície, é colocada uma atração luminosa (lâmpião a gás ou bateria, dependendo da região), que tem o intuito de atrair o camarão (DIAS NETO, 2011)

¹¹¹ A coca é uma rede de arrasto puxada por dois homens, com uma abertura no meio e um saco afunilado para prender o camarão. É amplamente utilizada nos baixios (DIAS NETO, 2011).

¹¹² Após a criação do Fórum da Lagoa dos Patos, o direito de acesso à lagoa foi restringido àqueles pescadores artesanais profissionais que moram no entorno da Lagoa dos Patos. Essa regra teve o objetivo de impedir que pescadores de regiões vizinhas tenham acesso aos recursos pesqueiros do estuário, principalmente aqueles advindos de Santa Catarina, conhecidos como “pescador Catarina”. (KALIKOSKI et al., 2002, p.187).

A proximidade que a Lagoa do Camacho tem da barra gera o fluxo de água necessário para realizar uma boa pescaria com a coca de puxar. Os relatos de dois pescadores da Cigana revelam os intensos conflitos vivenciados entre os pescadores e o órgão ambiental responsável pela fiscalização:

A gente lá envolve três comunidades na nossa lagoa, Garopaba do Sul que pertence à Jaguaruna, Camacho Jaguaruna, e Cigana que pertence à Laguna, é tudo uma lagoa só. A gente queria pescar de rede de camarão¹¹³, as duas lá já não queriam. Então por muitos anos a gente começou a perder rede. Então eles traziam a Ambiental porque não era permitido por lei a nossa atividade de pesca, a gente perdeu muita rede, por uns dez anos aí a gente perdeu rede pra caramba. (...) Mas dava briga feia, até tiroteio com a Ambiental e IBAMA rolou na lagoa. Morreu umas duas ou três pessoas por problema de coração, né. Porque a gente botava o que tinha na água. Botava na água e telefonavam, ah, a Ambiental tá na lagoa. Você tava jantando tinha que sair corrido, com estômago cheio, ou tomando banho já tinha que sair só com roupa de baixo. Era assim, bem complicado, igual o pessoal na favela quando chega polícia, aquela correria, igual a bandido. (Informação verbal)¹¹⁴

De primeiro aí não, até tiro nos nosso liquinho eles davam, tiro, botava nego aí no mato, bala prum lado, bala pro outro. Eu já me defendi de bala do IBAMA aí na lagoa também, eu tirando a rede assim, e ele metendo fogo do lado. Aqui já deu até bote furado de pescador, entre o conflito sobre os pescador e o IBAMA. Escapou de dar morte na lagoa, muitas vez. Como de fato aqui antigamente, deu tanto saragaço que já teve três morte de gente na lagoa, três morte de enfarte. Na hora do saragaço até morreu um conhecido, que era muito nosso, nós se dava muito, ele morava ali no Capivari. E na hora que falaram que o IBAMA

¹¹³ O entrevistado está se referindo à rede de aviãozinho.

¹¹⁴ Entrevista realizada em 15 de setembro de 2011.

vinha esse homem saiu correndo pra pegar a batera muito longe, chegou no ponto, ele já chegou morto. Porque nós aqui, eu vou dizer mesmo pra vocês, tinha dia aí, que eu saía de casa pelado, ia até lá e corria porque eu tinha esquecido de vestir a roupa, era um saragaço direto, um saragaço. Não dava tempo nem de botar a cabeça no travesseiro pra dormir, tinha hora da noite que era melhor se levantar. Tem uma turma aí tudo acabada, porque esse trabalho, saía quente da coberta, saía à noite aí. (Informação verbal)¹¹⁵

De acordo com Kalikoski, Vasconcellos e Lavikulich (2002), o uso da rede de aviãozinho gerou inúmeros impactos negativos para o sistema da pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, desestruturando as regras de uso e acesso aos territórios de pesca existentes. Tais impactos podem ser observados também no complexo lagunar. O conhecimento do pescador passa a ter importância secundária, uma vez que a pescaria com o aviãozinho envolve um procedimento extremamente simples, acessível a qualquer pessoa que tenha recurso financeiro para comprar esta rede. Como dizem os pescadores da região da Ilha, “é pescaria de preguiçoso, pois você coloca a rede à noite, vai pra casa, e retira de manhã”. Com o aumento do turismo, facilidade de acesso ao estuário, e ausência de regras capazes de limitar o acesso aos recursos, ocorre um considerável aumento da pressão sobre os estoques de camarão durante o período de safra.

Um pescador do Camacho retrata da seguinte forma os conflitos e problemas causados pelo uso da rede de aviãozinho:

Conflito aqui, ia o IBAMA, os pescador iam junto atrás deles¹¹⁶. Iam junto e tiravam a rede deles. Durou bastante tempo. Eles até hoje eles avisam, uns tem raiva das pessoas daqui. Não é muitos. É um acordo muito antigo, já tem muitos anos. Meus pais, eles eram contra o aviãozinho. O pescador tem que ter consciência do que faz, no avião ele pega muito peixinho, tem que ter consciência de levantar a rede e soltar o peixe

¹¹⁵ Entrevista realizada em 04 de outubro de 2011.

¹¹⁶ O entrevistado está se referindo aos pescadores da Cigana que pescam com a rede de aviãozinho.

vivo, e tem muitos que não tem consciência. Muitos levam pra terra, pra escolher lá em terra. O avião com a luz atrai muitos peixes. O avião deixa a lagoa cheia de madeira, vão juntando esses pau ali e vão deixando, na verdade não devia deixar pau. Quando passar deveria arrancar, mas ninguém respeita, ninguém arranca. O pessoal que vem de fora aqui pescam e quando termina a safra eles vão embora e não querem nem saber. Só sujeira no terreno dos outros. (Informação verbal)¹¹⁷

Diferentemente do estuário da Lagoa dos Patos, a pesca do aviãozinho era considerada ilegal nas Lagoas do Complexo Lagunar. Essa situação começa a mudar quando entra em cena um novo ator social, o Centro de Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos (CEPERG/IBAMA). Este órgão atua no Rio Grande do Sul, e teve um papel fundamental no estabelecimento dos acordos de pesca e na criação do Fórum da Lagoa dos Patos. Inicia-se então um longo processo de mobilização e reuniões nas comunidades de pescadores artesanais de todo o complexo lagunar, com o intuito de discutir os problemas relativos ao manejo da pesca e buscar soluções. O processo se estendeu por cerca de três anos e contou com inúmeras reuniões nas comunidades¹¹⁸ interessadas na gestão compartilhada dos recursos pesqueiros da Lagoa. Outro ator social importante nesse momento foi o Conselho Pastoral da Pesca (CPP). Antes mesmo da chegada do CEPERG na região, a CPP havia liderado, junto com pescadores, associações e colônias de pesca, uma iniciativa para tentar resolver os principais problemas da gestão pesqueira na região, porém, não obtiveram muito êxito. O CPP possui um longo histórico de atuação na área e participou ativamente na construção do Acordo e das negociações posteriores, as quais perduram até hoje.

Em síntese, os principais resultados do referido acordo foram: i) criação do defeso do Camarão no período de 15 de julho a 15 de novembro; ii) normatização do uso da rede de aviãozinho, definido-se a quantidade de redes permitidas para cada pescador (três pontos para

¹¹⁷ Pescador da Lagoa do Camacho. Entrevista realizada em 09 de outubro de 2011.

¹¹⁸ Segundo o relato do representante do CEPERG que conduziu o acordo de pesca, foram contabilizadas 384 reuniões durante todo o processo. Entrevista realizada em 29 de setembro de 2011.

cada pescador, sendo que em cada ponto é permitido o uso de seis redes) e também o zoneamento das áreas de pesca; iii) criação do Conselho de Representantes das Comunidades Pesqueiras, um arranjo institucional de gestão compartilhada para o processo de licenciamento pesqueiro do complexo lagunar¹¹⁹.

Só que graças a Deus depois de muita luta, muita luta, muita luta, conversa, a gente conseguiu fazer a cabeça daquele pessoal lá. Então há união hoje, todo mundo trabalha com o mesmo tipo de rede, né, de camarão. E tá liberado já, tá liberado por acordo, né, não integral, mas acordo entre as comunidades. Nós temos um acordo, a gente foi muitas vezes na sede do IBAMA, na Ambiental e com o tempo a gente conseguiu. De tanta briga até a própria ambiental se cansou de tanto confronto e é até desumano também, a gente quer viver, né. Eu mesmo dava a minha cara a tapa pra eles, era marcado, mas era por uma coisa boa. Na época tinha o pessoal da colônia de Pescadores, algumas pessoas da secretaria de Pesca de Laguna, da Prefeitura, né, tinha a Pastoral da Pesca, representantes da comunidade, todo mundo trabalhando pela mesma coisa, aí deu certo. Então hoje a gente tá pescando tranqüilo, ninguém perde mais nada, vai lá, bota a redinha, fica pescando, volta pra casa. Foi botado uma quantia de rede, tem sempre alguém que é mais olho gordo e bota excesso de rede, mas isso é natural numa comunidade de duas mil famílias. (Informação verbal)¹²⁰

Um dos pontos mais polêmicos do acordo é o arranjo proposto para o processo de licenciamento pesqueiro. O licenciamento sempre foi considerado uma atribuição específica do IBAMA, mas neste caso, a proposta construída na minuta é de que o IBAMA deveria “ouvir” o Conselho antes de conceder a licença, dividindo, assim, o poder e as responsabilidades com os pescadores artesanais. Para o representante do CEPERG que coordenou todo o processo do acordo de pesca, o arranjo

¹¹⁹ Cf. Instrução Normativa IBAMA n°29/2002.

¹²⁰ Pescador da lagoa da Cigana. Entrevista realizada em 15 de setembro de 2011.

proposto para o licenciamento é um dos pontos-chave a ser levado em conta nas avaliações de percurso:

De todo os processos discutidos, que a gente levou tanto tempo pra acordar, eu vejo que o mecanismo de permissionamento, a forma como vai se dar esse permissionamento, o fator organizacional que vai tratar da questão de quem vai usar, como vai usar, é muito mais importante do que você definir pontos de redes de pesca. Porque isso estabelece uma forma de comprometimento. O que a gente quis quando desenhou isso, na verdade, é fazer com que o poder público não se fragilizasse, ele se fortalecesse com a participação popular. Mas que ele não fosse o único indutor de quem deveria pescar, e que nós pudéssemos de alguma forma reduzir esforço pelo contingenciamento de pessoas feito com a sociedade. Quem vai tirar, ou vai botar, ou vai dizer que, são eles. (Informação verbal)¹²¹

Apesar de toda a legitimidade do processo, o acordo ainda não foi institucionalizado, pois mais um conflito se instaurou, contudo, agora também no nível transescalar, envolvendo um complexo jogo de interesses distintos entre o MMA e o MPA. Com a criação do MPA em 2009, a gestão dos recursos pesqueiros passou a ser compartilhada entre os dois ministérios. Porém, o que deveria ter se transformado em um compartilhamento de poder e responsabilidades acabou se configurando como um cenário de disputas adicionais. Os dois ministérios reivindicam para si a prerrogativa do licenciamento da pesca, e não há consenso em relação a diversas normas de uso dos recursos pesqueiros que constam na minuta do acordo. Além disso, esse tema do licenciamento é polêmico no âmbito do próprio IBAMA e do ICMBio. Ambas as instituições resistem em compartilhar o poder com os pescadores artesanais, elucidando a diversidade de interpretações possíveis acerca do conceito de gestão compartilhada. Some-se a isto as controvérsias tradicionais que caracterizam o campo do ambientalismo brasileiro, envolvendo preservacionistas, conservacionistas e socioambientalistas. Nesse sentido, o CEPERG, ao atribuir importância

¹²¹ Entrevista realizada em 29 de setembro de 2011.

fundamental à inclusão do conhecimento tradicional na gestão pesqueira, compartilhando o poder e responsabilidades com o pescador artesanal, posiciona-se na vertente socioambientalista. Considerando a prevalência histórica do ambientalismo preservacionista no País, as vertentes socioambientalista e conservacionista permanecem minoritárias no âmbito do MMA e de suas autarquias.

No nível local, tais controvérsias acabam se materializando-se na frágil relação existente entre a APA BF e o CEPERG. Quando o acordo se iniciou a APA BF encontrava-se ainda numa fase de estruturação interna. Existem indícios de que as duas instituições investiram esforços em busca de diálogo, mas com poucos resultados palpáveis. No dia-a-dia da gestão da pesca artesanal no território lagunar não há ações conjuntas entre as duas instituições, que atuam sem vínculos de sinergia e muitas vezes de forma antagônica. Um dos pontos centrais de discordância diz respeito à composição do Conselho, composto de pescadores e lideranças da pesca artesanal sediadas do entorno do complexo lagunar. No entendimento da Chefia da APA da BF, esse conselho deve ser paritário, contando com a participação do Estado e de outros setores da sociedade civil.

Diante dos impasses assim criados, bem como do bloqueio do Acordo no nível federal, que perdura há cinco anos, os pescadores se encontram desmobilizados e desacreditados. As regras acordadas não têm sido cumpridas e, na ausência de medidas eficazes de fiscalização e monitoramento, prevalece atualmente na área investigada o regime de livre acesso aos recursos pesqueiros.

Considerando a histórica relação conflituosa entre algumas comunidades do entorno do Complexo Lagunar e a APABF, o impasse gerado no Acordo tem intensificado a posição de embate em relação à APA BF. Atualmente, o cenário que prevalece é de conflito. Recentemente, a APA BF vem retomando o processo de construção de um Plano de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros em seu território. Foi realizada uma oficina com os representantes e lideranças da pesca artesanal com o intuito de capacitar e formar multiplicadores para participar do processo de construção deste plano. Apesar de todo o esforço da equipe da APA BF no processo de mobilização e articulação, algumas das principais lideranças e representantes das comunidades no núcleo sul (e também a Colônia de Pesca de Imbituba, situada no núcleo central) - lideradas pelo CPP- se mobilizaram no sentido contrário ao Plano de Gestão, manifestando formalmente a sua recusa em participar da oficina. Dentre os motivos elencados para esta não participação se encontra a falta de apoio da APABF ao processo do Acordo de Pesca.

Outro conflito histórico que envolve os pescadores destas localidades diz respeito à abertura da barra da Lagoa do Camacho. Este caso foi analisado por Albuquerque (2009) sob a perspectiva do direito ambiental. Neste conflito estão envolvidos também a APA BF, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA), Ministério Público Federal, e a Cysy Mineradora Ltda. Autorizada a minerar conchas calcárias na lagoa¹²², a Cysy mantinha, em troca, a barra da lagoa aberta¹²³, atendendo assim a uma antiga demanda dos pescadores (ALBUQUERQUE, 2009).

Mesmo diante dos riscos de contaminação hídrica ocasionada pela atividade de mineração¹²⁴ - colocando em risco a saúde dos pescadores e consumidores do pescado e a própria sustentabilidade da atividade pesqueira – e das controvérsias sobre a legalidade dessa atividade em Área de Proteção Ambiental (MACEDO, 2008), grande parte dos pescadores apóia a presença da empresa mineradora, em troca da abertura da barra – uma atividade que se insere na esfera de competência do Poder Público. Para esses pescadores, a atividade de extração de conchas não representa risco para a saúde da lagoa. Muitos deles costumam pescar nas valas abertas pela mineração, devido à concentração de espécies nessas áreas da lagoa. Além disso, a manutenção da barra aberta garante a melhoria da qualidade ambiental da lagoa, enquanto mantê-la fechada acaba por inviabilizar a atividade pesqueira, colocando assim em risco a subsistência das famílias de pescadores.

Coube à APA BF avaliar a anuência do processo, ficando o licenciamento a cargo da FATMA¹²⁵. A chefia da APA BF e seu Conselho Gestor posicionaram-se contrários a esta atividade, pelos motivos mencionados acima, o que gerou (e cristalizou) uma visão negativa dos pescadores em relação à APA BF. Na ausência do Estado

¹²² Em audiência de conciliação entre as partes, “a CYSY Mineradora obteve a homologação do projeto de execução de um módulo experimental para a exploração de conchas calcárias no interior da Lagoa de Garopaba do Sul, localizada no município de Jaguaruna.” (ALBUQUERQUE, 2009, p.129).

¹²³ Retificação do Rio Tubarão que tem na lagoa um de seus afluentes, mudou toda a dinâmica hidrológica da lagoa.

¹²⁴ O processo de mineração das conchas calcárias, ao remexer o sedimento depositado no fundo da lagoa, tem o risco de provocar contaminação química pela suspensão de metais pesados depositados junto aos sedimentos.

¹²⁵ Posteriormente, por ordem judicial, a APA BF ficou responsável pelo licenciamento da obra.

para realizar a abertura da barra, os pescadores viram na empresa uma preciosa aliada.

(...) a parceria com a empresa foi realizada pois a comunidade conhece como a atividade tem sido desenvolvida há mais de 20 anos na região, sem apoio efetivo do poder público. Os atuais proprietários da mineração estão restaurando a parte que foi assoreada aprofundando a lamina d'água. Diz que a máquina do governo (CIDASC) vai sair e que o governo é lento, sendo esta que esta parceria com a empresa foi mais rápida do que o esperado.¹²⁶

Por algumas vezes, as reuniões do CONAPA BF foram palco de discussão e negociação desse conflito. Em março de 2007, por exemplo, a análise do conflito da barra do Camacho foi exercitada pelos conselheiros durante um curso de capacitação do CONAPA BF. Mas em 25 de março de 2011 os conflitos se acirraram no espaço do Conselho, quando a Câmara Técnica de Atividades Econômicas Sustentáveis emitiu um parecer negativo sobre o Processo de Licenciamento Ambiental para a mineração de conchas na Lagoa do Camacho¹²⁷. Nesta reunião estavam presentes técnicos da mineradora, pescadores e representantes dos pescadores na região. Em determinado momento, os trabalhos tiveram que ser interrompidos e a polícia federal chegou a ser acionada. O ambiente tornou-se excessivamente tenso diante dos posicionamentos antagônicos dos pescadores e representantes

¹²⁶ Fala do presidente da APEBARCA durante reunião do CONAPA BF em 21 de outubro de 2007. Fonte: ATA da reunião do CONAPA BF.

¹²⁷ Trata-se de uma demanda do Comitê Executivo do CONAPA à CT Atividades Econômicas Sustentáveis, referente ao Processo 02026.001634/2005-30, da CYSY Mineração Ltda. Para dar cumprimento a esta tarefa, a CT formou um Grupo de Trabalho para analisar os documentos que compõem o processo, formado por expertises de diferentes áreas do conhecimento. Com base nos resultados dos estudos do Grupo de Trabalho a Câmara Técnica considerou que: 1) os dados apresentados apontam para um grande risco e incertezas em relação à capacidade de recuperação da biota aquática do local minerado; 2) os efeitos negativos da dragagem sobre a biota da lagoa pode vir a afetar, no médio e longo prazos, a reprodução dos recursos pesqueiros pela alteração na base da cadeia alimentar e da biodiversidade. Seguindo o princípio da precaução esta CT recomenda a este Conselho que se manifeste contrariamente ao licenciamento para a lavra de conchas na Lagoa do Camacho. (ATA da reunião do CONAPA BF, em 25 de março de 2011).

da empresa, por um lado, e por outro, da Chefia da APA da BF e dos representantes do *GT Barra do Camacho*, formado no âmbito da *CT Atividades econômicas sustentáveis*.

Contudo, para além dos embates técnico-científicos e jurídicos que foram gerados, vale a pena colocar em foco neste trabalho detalhes do posicionamento dos pescadores locais. Pois como já foi mencionado acima, mesmo diante dos riscos de contaminação evidenciados pela pesquisa científica, a comunidade de pescadores acabou apoiando o projeto de instalação da empresa mineradora. A seguir são sintetizados alguns elementos que ajudam a elucidar esse posicionamento. Por um lado, seria importante levar em conta a relação de desconfiança da comunidade do Camacho frente à Chefia da APA BF. E por outro, o histórico de cooperação envolvendo os pescadores e a empresa no processo de abertura da barra. Além disso, cabe reconhecer que geralmente as comunidades dispõem de um nível de informação muito precário acerca dos trâmites legais que norteiam os processos de licenciamento ambiental no País. Um último aspecto digno de registro diz respeito à ausência de um espaço comunitário de educação relativa ao meio ambiente, no âmbito do qual avaliações de risco socioambiental de projetos de desenvolvimento socioeconômico poderiam ser exercitadas.

As evidências coletadas ao longo do trabalho de campo confirmam que o acirramento dos antagonismos acabou gerando um ambiente desfavorável ao aprendizado dos pescadores artesanais, representados pela APEBARCA e pela Colônia de Pescadores de Jaguaruna (Z-14). Além de outros interesses que possam estar envolvidos¹²⁸, influenciando o posicionamento desses representantes, importa reconhecer a existência de uma trajetória de luta das comunidades locais em prol da abertura da barra. Do ponto de vista dos pescadores, a ação da Chefia da APA BF e do CONAPA, representa a

¹²⁸ As empresas de mineração, assim como as de cerâmica, desempenham um papel importante na economia local de Jaguaruna, empregando muitos pescadores ou filhos de pescadores. Nesse sentido, no apoio à CYSY podem estar envolvidos outros interesses políticos e econômicos alheios à atividade pesqueira. Os dois lados opositores costumam acusar-se mutuamente. Como exemplo, por um lado, existem boatos de que os presidentes da colônia de pescadores e da APEBARCA, além de lideranças da Pastoral da Pesca, teriam recebido dinheiro da mineradora em troca de apoio; e por outro, existem boatos na comunidade local de que a APA BF recebe dinheiro para embargar a mineração.

intromissão de um agente externo, o “outro”, que desconhece as especificidades do lugar e as necessidades reais das famílias ali sediadas. A visão do meio ambiente enquanto um bem difuso, expressa na legislação, conflita com a percepção dos pescadores do Camacho. Eles pescadores possuem um forte senso de identidade e pertencimento ao “seu lugar”. E nesse ser “camacheiro”, como se auto-identificam, está um jeito peculiar, compartilhado pelas outras comunidades vizinhas, de causar polêmica e, por vezes, falar num tom um tanto agressivo para o ouvinte estrangeiro. É assim que se relacionam e resolvem no cotidiano os seus problemas e conflitos intra e intercomunitários.

A meu ver, o CONAPA BF teve um papel importante no sentido de elucidar os problemas e as falhas cometidas no processo de licenciamento ambiental realizado pela FATMA. Coube ao Conselho chamar a atenção para os riscos de degradação socioambiental caso o projeto fosse implementado, buscando assim colocar em prática o chamado *Princípio de Prevenção*. Contudo, os antagonismos não foram adequadamente mediados. Pois de um lado encontravam-se os pescadores e as lideranças que reivindicavam a abertura da barra do Camacho, e de outro, a Chefia da APA da BF e representantes do Conselho, defendendo o embargo das atividades de mineração. Na prática, para os pescadores, o impedimento das atividades da Cysy representava a impossibilidade de abertura da barra e, por implicação, o agravamento do cenário de crise da pesca na lagoa. Não houve nenhuma ação coletiva em prol da construção de outra alternativa para a abertura da barra, visando adequar o princípio de prudência ecológica ao imperativo de dinamização socioeconômica dos pescadores. Se para o CONAPA o caso representou um ganho de aprendizagem no exercício da cidadania ambiental e do controle social, para os pescadores ele ajudou a consolidar a imagem negativa do papel exercido pela Chefia da APA BF na região. O depoimento de um pescador de Garopaba do Sul é enfático nesse sentido:

O que tão matando nós mesmo, não é a pesca, não é nada. O que vai matar três comunidades, Jaguaruna, Laguna e Imbituba, é APA da Baleia Franca. E ninguém fala nada. Por que é que vai matar? A baleia passou lá no mar, se eles se preocupasse com ela lá no mar não daria nada. Mas teve um tempo atrás que eles nem queriam deixar abrir a barra do Camacho por causa da baleia, já pensou? Quantas pessoas vivem em torno da lagoa! (...). Então pra nós o que tá

matando é a APA, né. Tá lá na boca da barra quase formando um.., uma parte muito rasa, aquilo ali aquilo dali teria que ser tirado, e a APA não quer deixar. Por que rola interesse né, vem dinheiro pra eles, então. tudo atravança nós. Nós precisamos botar o molhe pra fora, e pra botar precisamos de pedra, e pra ter pedra, às vezes nós temo que fazer parceria. Nós temo parte da lagoa assoreada, nós temos que desassorear. Aí já dizem que nós queremos vender a lagoa pras firma. Não queremos vender nada! Nós queremos trocar. Eles dão a pedra, dão uma cavada na barra. E pra deixar como eles deixaram, eles pegaram uma área lá ruim, e deixaram boa, botaram aquele lado norte pra nós de pedra e a APA não, a APA toda vida contra. (...) eles pegaram uma parte rasa lá da lagoa, que não fazia nada. deixaram numa fundura boa, até foi pescado dentro, melhorou o pescado, melhorou a qualidade da água. Só que pra APA não. Tem coisa que atravança nós! (Informação verbal)¹²⁹

Deflagrado em 2003, este conflito influenciou decisivamente o posicionamento dos pescadores sobre a definição dos limites da área de abrangência da Resex. Em decorrência, o projeto passou a levar em conta apenas a área marinha, excluindo-se as lagoas. Além disso, quando a proposta de Resex chegou no território, estava em pauta o processo de construção do Acordo de Pesca do Complexo Lagunar, coordenado pelo CEPERG. Ao longo desse processo consolidaram-se laços de confiança entre os pescadores, o CEPERG e o CPP, de modo que os pescadores da lagoa entrevistados atribuem grande legitimidade ao processo. Nesse sentido, esses atores sociais vêm com resistência as ações para a gestão da lagoa posteriores ou paralelas ao Acordo de Pesca - seja o processo Resex ou o Plano de Gestão dos Recursos Pesqueiros da APA BF. O fato do CEPERG não ter apoiado a iniciativa da Resex parece ter contribuído para o posicionamento dos pescadores da lagoa, que, junto com o CPP, decidiram pela exclusão das lagoas da proposta da Resex.

Quando a proposta da Resex chegou nos território, passou a ser mais um elemento em meio a essa complexa teia de conflitos e sinergias no

¹²⁹ Pescador da lagoa, comunidade Garopaba do Sul, em Jaguaruna. Entrevista realizada em 11 de outubro de 2011.

território. E é a partir daí, das relações pré-estabelecidas entre os atores sociais nos diversos níveis de gestão e também nas suas vivências locais cotidianas, que os processos para a criação das Resex se desdobraram e ganharam materialidade.

6 OS PREPARATIVOS PARA A GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA ARTESANAL: COMPREENDENDO AS AÇÕES COLETIVAS RELACIONADAS AOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

*O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons.
Martin Luther King*

Nos capítulos anteriores versei sobre as dinâmicas de desenvolvimento e os espaços de gestão da pesca artesanal existentes, chamando atenção para a heterogeneidade dos grupos de pescadores artesanais. As duas propostas de criação das Resex estudadas ocorrem em um território onde estão em curso dinâmicas de desenvolvimento distintas e diferentes iniciativas de gestão dos recursos naturais, as quais envolvem complexas relações de conflitos e sinergias entre os diversos atores sociais e instituições. Com a chegada das propostas das Resex novos atores sociais e um novo universo semântico aportam no cotidiano das populações locais, as quais, durante o percurso vão, estrategicamente, formando novas alianças e/ou fortalecendo antigas, a fim de posicionarem-se em meio a essa arena de disputas que aos poucos se estabelece.

As discussões realizadas neste capítulo nos remetem a reflexões acerca da política pública Reserva Extrativista, à forma como tem sido conduzida desde os seus passos iniciais, antes mesmo de sua efetiva criação. O interesse deste capítulo volta-se prioritariamente aos preparativos da gestão compartilhada, buscando reconstruir essas trajetórias desde a perspectiva dos atores sociais co-responsáveis pelo processo. Mostrarei como as prescrições contidas no SNUC acerca do passo-a- passo para a criação das reservas extrativistas são apropriadas e vivenciadas pelos atores locais em dois casos específicos. Busco a partir dessas situações concretas trazer alguns elementos para se refletir acerca da trajetória dessa política pública no contexto marinho-costeiro.

Este capítulo se inicia com a descrição do processo de criação das Resex, com base em fontes documentais e entrevistas realizadas.

Conforme o capítulo se desenvolve, a análise ganha maior complexidade, desvelando os conflitos e as sinergias dos *atores em situação*, relacionando os conflitos nos processos das Resex com outros conflitos presentes no território, os quais foram abordados no capítulo anterior.

6.1 Os processos para a criação das Reservas Extrativistas: conflitos e sinergias

6.1.1 A Resex do Cabo de Santa Marta

6.1.1.1 A gênese da proposta, o processo de mobilização comunitária e a audiência pública

A idéia de criar uma Resex na região do Farol de Santa Marta nasceu durante uma visita do presidente da ONG Rasgamar à Resex do Corumbau, na Bahia, na ocasião da festa de comemoração do primeiro aniversário da Resex, em 2001. Foi lá que o presidente desta ONG, com sede no Farol de Santa Marta, tomou contato com uma Resex em processo de implementação e conheceu o então coordenador geral de criação de reservas extrativistas do CNPT, vinculado ao IBAMA. A demanda pela criação da Resex do Cabo de Santa Marta encontrou grande sinergia no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), pois naquela época havia um plano estratégico de ampliação do modelo reserva extrativista para outros contextos socioambientais, incluindo a zona costeira. Na perspectiva do CNPT as áreas prioritárias para se criar Resex Marinhas seriam aquelas em que houvesse conflitos de uso dos recursos por comunidades de pesca artesanal e áreas de ação da pesca industrial, e ao mesmo tempo, houvesse a possibilidade de mobilização ou organização social dos pescadores artesanais. Atendidos esses pré-requisitos, o CNPT prontamente iniciava um processo de sensibilização e organização de estratégias para a criação de reservas extrativistas. Foi o que ocorreu na região do Cabo de Santa Marta, o qual vivenciava já naquela época um conflito pelo acesso e uso dos recursos pesqueiros entre os pescadores locais e a pesca industrial. Nas palavras do presidente da ONG Rasgamar:

Um mês e meio depois o Alexandre¹³⁰ tava aqui, tivemos uma reunião aqui no Farol, e a partir daí começou um vínculo muito forte (...) E aí abrimo, pedimo dinheiro pra SEAP, a SEAP mandou cem mil reais, passou o recurso pra colônia, aí nós formamo uma equipe pra administrar, eu fiz o trabalho de mobilização, mas quem ganhou licitação foi a Socioambiental, que fez os estudos, DRP participativo, coisa e tal, e o processo tá lá hoje. (Informação verbal)¹³¹

A solicitação formal para a criação da Resex foi feita pela ONG Rasgamar e a Associação de Pescadores do Farol de Santa Marta (APAFA) em 25 de outubro de 2002, com a assinatura de 227 pescadores e moradores locais e apoio da Colônia de Pescadores de Laguna Z-14.

É interessante notar que aparecem relatos a respeito de um antigo pleito das comunidades para a criação de uma Resex na lagoa de Santa Marta. Algumas lideranças do CPP, que se posicionam contrárias à Resex, costumam se referir a uma iniciativa anterior. Contudo, não existe um pedido formal para a criação de uma Resex na região antes do ano de 2002. Em uma reunião do CONAPA BF, em sete de maio de 2006, Alexandre Cordeiro, na época Coordenador Geral de Criação de Reservas Extrativistas, esclareceu este assunto ao falar obre o histórico de criação da Resex. Neste relato explicou que os primeiros trabalhos reuniões foram realizados no Camacho e em Santa Marta, com a participação da SEAP/PR. As reuniões realizadas nestas localidades tinham o objetivo de discutir as soluções para os principais conflitos regionais, que incluíam o uso excessivo da rede de aviãozinho, a pesca industrial da tainha e anchova, os rizicultores, carcinicultores e captura de peixes de linha. Nesta ocasião, elucidou também que grupo do Farol de Santa Marta passou a participar do processo de discussão da Resex a partir de então. Sendo assim, a iniciativa vinda do Farol ocorreu em um momento em que os pescadores das lagoas já estavam discutindo os problemas e conflitos na gestão dos recursos da lagoa, mas sem, contudo, vislumbrar a Resex como o arranjo institucional mais adequado para lidar com esses conflitos.

¹³⁰ Alexandre Cordeiro, coordenador geral de Criação de Reservas Extrativistas do CNPT na época do processo de criação da Resex.

¹³¹ Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2012.

Destarte, a proposta inicial de criação da Resex, em 2002, abrangia 10 comunidades pesqueiras da região do Cabo de Santa Marta, compreendendo as áreas de pesca nos ambientes marinhos e lagunares (lagoas do Camacho, Cigana, Santa Marta, e Garopaba do Sul) entre os municípios de Laguna e Jaguaruna. O processo foi conduzido conforme os regulamentos legais dispostos no SNUC, desde a mobilização dos pescadores, a qual foi realizada pela ONG Rasgamar, até a consolidação dos limites poligonais da “futura” UC na consulta pública.

Os processos de mobilização social, divulgação e levantamento socioeconômico foram realizados durante os meses de fevereiro a julho de 2005. Ocorreram visitas nas comunidades de Ponta da Barra, Passagem da Barra, Campos Verdes, Casqueiro, Santa Marta, Canto da Lagoa, Cigana e Farol de Santa Marta, município de Laguna, SC, e nas comunidades de Torneiro, Campo Bom, Arroio Corrente, Garopaba do Sul e Camacho, município de Jaguaruna.

Foram realizados em média três reuniões comunitárias em cada localidade, duas reuniões gerais, entrevistas, aplicação de questionários, DRP e outros encontros alternados para ciência dos líderes e da comunidade, da situação atual dos levantamentos. Os encontros alternados serviram também para esclarecer as dúvidas que surgiam no decorrer do processo e intensificar os conhecimentos dos locais, fato que contribuiu positivamente para o resultado final do trabalho realizado. (FUNDAÇÃO RASGAMAR, 2005, p.1)

Ainda segundo relatório de mobilização, foram realizadas no total cerca de setenta visitas na área de abrangência da proposta. As visitas incluíam encontros informais, reuniões comunitárias e técnicas, além da distribuição de *folders* e cartazes.

A área de abrangência da proposta tem como limite norte a Ponta do Gí, município de Laguna, SC, e como limite sul, a Barra do Rio Urussanga, município de Jaguaruna, SC, seguindo as linhas limítrofes da APA da Baleia Franca, aproximadamente cinco milhas, incluindo ainda as Lagoas do Camacho e de Santa Marta. A área proposta para criação da RESEX envolve exclusivamente áreas aquáticas, dunas e sítios arqueológicos para não incorrer em desapropriação. (SOCIOAMBIENTAL, 2005).

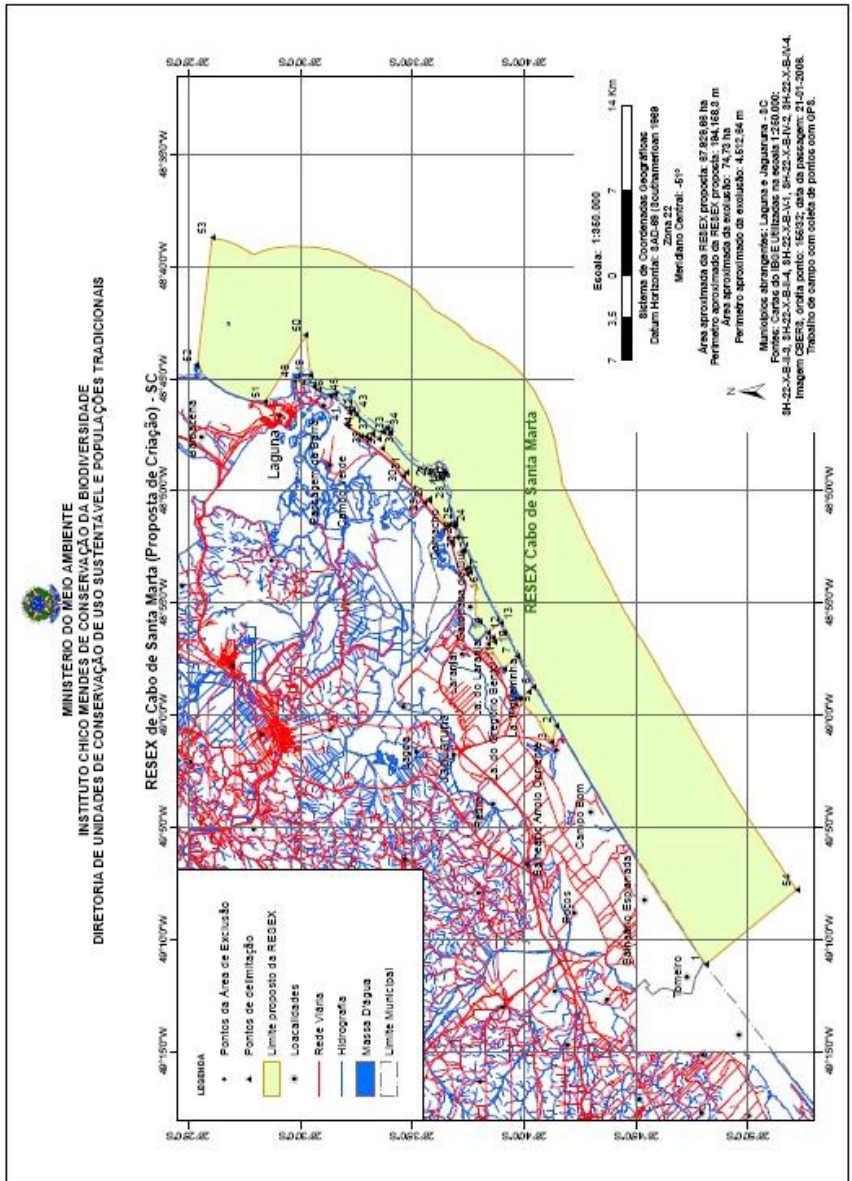


Figura 05: Mapa da proposta da Resex do Cabo de Santa Marta

É interessante notar que, durante as reuniões de mobilização eram tratados outros temas que envolvem a gestão do território, como por exemplo, a relevância e urgência da abertura da barra do Camacho para os pescadores. Na reunião de 11 de fevereiro de 2005 em Garopaba do Sul, com cinquenta participantes, a abertura da barra do Camacho foi o principal assunto discutido. Nessa ocasião, se formou uma comissão para discutir a viabilidade da abertura da barra do Camacho.

De acordo com o relatório de mobilização social, ao longo do processo, a comunidade de Passagem da Barra mostrou-se otimista com o processo de “criação da Resex e à disciplina da pesca”, e houve o apoio de uma importante liderança dos pescadores. Inclusive, foram apontadas as sinergias entre o processo Resex e a organização e os trabalhos de “disciplina na Lagoa da Passagem, onde só é permitido pescar camarão de tarrafa, e a maioria dos pescadores defende a disciplina para o uso dos recursos pesqueiros”. (FUNDAÇÃO RASGAMAR, 2005, p.22)

São vários os relatos sobre o otimismo e a credibilidade dos pescadores em relação ao projeto Resex. Durante as reuniões, um assunto bastante mencionado é a proposta de tombamento do patrimônio natural e arqueológico da região, que é um pleito da ONG Rasgamar.

Em 04 março de 2005, na reunião realizada na comunidade de Passagem da Barra, com a presença de representantes do Conselho Pastoral dos Pescadores e da Colônia de Pescadores Z-14, aparecem os primeiros indícios - ao menos explícitos publicamente - acerca de posicionamentos contrários a respeito da Resex:

Durante a reunião percebemos que a Comunidade estava dividida e preocupada com a veracidade dos projetos. Muitos confundiam tombamento histórico, com tombamento do Patrimônio Natural e Arqueológico e Reserva Extrativista com Reserva de Proteção Integral. Todas as dúvidas foram esclarecidas. Foram citados exemplos de organização que deram certo, como a própria comunidade da Passagem da Barra, que pesca somente de tarrafa em sua lagoa e o pessoal do Farol de Santa Marta, o qual possui Plano de Gestão Marinho. Ambas têm o parecer positivo sobre mobilização e crêem em melhoras com a criação da RESEX. Reivindicaram também a inclusão da Lagoa da Passagem da Barra dentro

da área de abrangência da Reserva Extrativista.
(FUNDAÇÃO RASGAMAR, 2005, p.41)

Contudo, na reunião que ocorreu em 19 de março de 2005, na comunidade do Canto da Lagoa, parece não ter havido oposição dos participantes em relação à Resex. Nesta ocasião, um representante da Pastoral da Pesca falou da criação da Associação dos Pescadores da Ilha (UAPI), uma importante iniciativa para a organização dos pescadores locais. Essa associação viria a ser uma das principais opositoras da Resex posteriormente.

Em 15 de abril ocorreu uma reunião geral no Farol de Santa Marta, na qual estiveram presentes 100 pescadores das comunidades da região, além de pescadores e lideranças de Ibiraquera, município de Imbituba, e o representante do CNPT. Nessa reunião

Os pescadores da área marinha mostraram que estão preparados para a nova fase o que não aconteceu com os pescadores das Lagoas do Camacho e de Santa Marta que pediram mais uma reunião para esclarecimento em locais a ser negociado até o fim dos estudos marcado para o dia 30 de junho de 2005. (FUNDAÇÃO RASGAMAR, 2005, p.50)

Após essa reunião geral, atendendo à demanda dos pescadores do Camacho e Santa Marta, ocorreram sete reuniões nas comunidades com o objetivo de esclarecimentos sobre a Resex. Não havia um entendimento comum a respeito da inclusão das lagoas do Camacho e da Santa Marta. Além disso, os pescadores demonstravam dúvidas em relação à própria política pública Resex, a qual era confundida com UC de Proteção Integral. Apareceu, nesta ocasião, outro assunto polêmico: a abertura da barra da lagoa do Camacho e a mineração nesta lagoa. Os pescadores e lideranças mostraram receio de que não poderiam realizar a abertura da barra se a Resex fosse criada. A urgência que os pescadores tinham em abrir a barra do Camacho, que estava fechada naquele momento - comprometendo a atividade pesqueira nas lagoas - fazia com que este fosse o maior pleito dos pescadores. O processo para a criação da Resex não parecia ser uma prioridade, configurando-se como uma demanda que vinha “de fora”.

Em uma reunião em 6 de junho, na comunidade de Santa Marta, a Pastoral da Pesca se manifestou colocando a necessidade de esclarecimentos “para o melhor entendimento do pescador e que deveria

ser realizadas mais algumas reuniões para afinar o tema e avançar com o apoio da maioria”. (FUNDAÇÃO RASGAMAR, 2005, p.57). A próxima reunião que ocorreu em Santa Marta, três dias depois, para discutir a inclusão da lagoa de Santa Marta, com a participação da Colônia de Pescadores, a Pastoral da Pesca e algumas lideranças, não relatou o posicionamento desses pescadores em relação à Resex. O relato desta reunião se ateve a descrever a ação de demolição da casa de um pescador pelo Ministério Público, fato que causou indignação por parte dos pescadores, que estavam exigindo a demolição de outras casas situadas em área de preservação permanente.

Em 16 de junho, em uma reunião realizada na prefeitura de Laguna, a Pastoral volta a pedir esclarecimentos sobre a Resex. O presidente da ONG Rasgamar, mediador de todo o processo, relata a reunião:

Falei que sobre a área marinha já temos convicção. Sobre as lagoas já existe processo mais antigo no CNPT e achamos que a inclusão é agora, até por que já realizamos o estudo sócio-econômico, existe um plano de pesca sendo elaborado pelo CEPERG/IBAMA e o pessoal do Cabo acha que é essencial para o ambiente de mar aberto e só acarretará em benefícios para as populações de pescadores nativos da região. A grande polêmica com relação à lagoa do camacho é sobre a mineração de conchas que será proibida. A abertura da Barra do Camacho é prioridade da RESEX em todas as reuniões realizadas na região e já foi enviado projeto à Brasília para viabilização de recursos. O prefeito de Laguna, Célio Antônio, elogiou o material de publicidade da RESEX e defendeu a inclusão das lagoas, inclusive a da manteiga. Falou que a RESEX já é projeto antigo e que agora seria implantado com o apoio da SEAP/PR que liberou recursos para o estudo Sócio-Econômico. Ângelo da Pastoral pediu maior esclarecimento para o pessoal das lagoas e não se mostrou satisfeito com a reunião. (FUNDAÇÃO RASGAMAR, 2005, p. 60)

A reunião que ocorreu na comunidade do Canto da Lagoa, em 16 de julho de 2005, com 15 participantes, visava definir o desenho final da área de abrangência das lagoas do Camacho e de Santa Marta. Durante a

reunião ainda houve o esclarecimento de dúvidas, destacando-se as dúvidas que persistiam em relação à Resex e as áreas de Proteção Integral. Paralelamente ao processo de criação da Resex, ocorriam reuniões do Conselho de Gestão do Complexo Lagunar, onde se discutiam os acordos de pesca para a lagoa. Não consta no relatório de mobilização a participação de representantes deste conselho e do CEPERG nas reuniões ou encontros informais. A ausência de diálogo entre os dois processos gerou um ambiente propício para desacordos, mal entendidos e conflitos institucionais. Pescadores de Campos Verdes e Casqueiro, representantes do Conselho de Pescadores do Complexo Lagunar, expressaram as controvérsias sobre a Resex que vieram à tona durante uma reunião com o CEPERG.

Os boatos que saíram de uma reunião do CEPERG, que faz o manejo do Complexo Lagunar, é que metade das lagoas seriam reservadas e não poderiam ser desenvolvidas quaisquer modalidades de pesca, fato que confundiu os pescadores que solicitaram esclarecimentos. (FUNDAÇÃO RASGAMAR, 2005, p. 64)

Apesar dessas controvérsias, o relatório de mobilização elucida que os pescadores do Canto e de Santa Marta presentes nesta reunião se mostraram “convictos do projeto Resex”. E então, encerrou-se aí, nesta reunião repleta de controvérsias, a etapa formal de mobilização social. O que num primeiro momento se configurou como dúvidas, pedidos de esclarecimentos por parte de algumas lideranças e representantes da Pastoral da Pesca, aos poucos assumiu o contorno de uma relação conflituosa, com embates acirrados.

A primeira manifestação formal da UAPI em relação ao processo Resex ocorreu em 24 de junho de 2005, por meio de um ofício enviado à colônia de Pescadores Z-14:

As lideranças da Cigana, Canto, Santa Marta, Casqueiro, Campos Verdes e Passagem da Barra e Ponta da Barra, preocupadas com a discussão realizada em torno da resex, patrocinada pela Colônia z14;

Percebendo que não existe clareza a respeito de uma série de questões ligadas à implementação da resex (limites, abrangência, conseqüências positiva e

negativas para os pescadores, quem de fato pode participar o que se pode fazer em uma reserva, como será a fiscalização, a resex pode ser extinta, entre outras); Entendendo que é de suma importância que a decisão de assumir ou não a resex seja uma decisão consciente e madura de todos os envolvidos. Sabendo que a colônia de pescadores z14 está interessada em que a reserva marinha seja estendida também as lagoas adjacentes a resex marinha e que entende que tem que ser um processo discutido e assumido pelos pescadores envolvidos, Solicitam que esta colônia, a quem reconhecem como seu órgão de classe e com quem querem trabalhar sempre em parceria, gestione com urgência junto a direção do CNPT a presença de uma equipe técnica que possa responder, com segurança, as dúvidas existentes entre os pescadores.¹³²

Em resposta à demanda levantada pela UAPI, a colônia enviou um ofício pedindo que o CNPT tomasse as devidas providências necessárias para sanar as dúvidas levantadas.

Foi na audiência pública, realizada em 09 de junho de 2006, que esse processo ganhou maior publicidade. Contudo o único registro da audiência pública se resume a uma ata de apenas duas páginas, o que torna inviável uma análise aprofundada dos diversos posicionamentos e argumentos utilizados pelos diversos atores sociais neste momento privilegiado de interação social. Além dos pescadores, lideranças e instituições diretamente envolvidos nos processos, havia a presença também de uma liderança e um mestre de pesca da região de Ibiraquera, que viriam a ser os principais “defensores” da Resex de Imbituba e Garopaba. Contudo, alguns fatos chamam atenção. Por um lado, o apoio público do prefeito de Laguna, do PT e, por outro, os questionamentos de lideranças das lagoas e de representantes da Pastoral da Pesca. A Colônia de Pescadores de Laguna também solicitou esclarecimentos, mas se posicionou a favor da Resex na parte marinha. Houve também uma manifestação, de um representante da Rasgamar

¹³² Ofício nº 2/05, 24 de junho de 2005, enviado pela UAPI ao CNPT.

que se envolveu diretamente no processo em algumas reuniões, solicitando maior presença do CNPT.

As falas de lideranças da Pastoral da Pesca apontando a falta de esclarecimentos aos pescadores da lagoa foram respondidas pelo representante do CNPT, o qual argumentou que a participação no processo foi demonstrada pelos estudos para a criação da Resex. O fato desses estudos elucidarem a existência de trinta e oito pontos de pesca identificados, sendo metade na lagoa, indica a participação dos pescadores.

O prefeito de Laguna, argumentando a favor da Resex, chamou atenção para o fato de que com a Resex o governo dá a posse do território para a população tradicional, e que se o método foi falho, isso não deveria inviabilizar a reserva. O clima na audiência se exasperou quando no final de sua fala, o prefeito acusou lideranças de estarem agindo de má fé. Nesse momento, a audiência caminhou para o fim, quando os representantes da comunidade do Camacho e da Pastoral dos Pescadores reagiram à consideração do prefeito, retirando-se da audiência. Em seguida, o presidente da Rasgamar se posiciona dizendo que se as comunidades da lagoa não aceitassem a Resex na Lagoa, a Resex marinha seria realizada de forma independente. O representante do CNPT também se manifestou dizendo que iria tentar dialogar com as comunidades em outro momento, argumentando ainda que houve esclarecimentos e a Resex seria criada. A consulta pública foi então finalizada com clima de vitória.

Se por um lado, a consulta pública encerrou uma etapa do processo para a criação da Resex, por outro, deflagrou um movimento de organização comunitária local. A partir de então começou a se delinear um coeso grupo contrário à Resex, conforme relata a representante da Pastoral da Pesca:

Mas a gente era um grupo de pessoas forte também, o Camacho tava junto com a gente, eu acho que foi ali (na audiência) o nosso ponto forte, as nossas força, que a gente se uniu. Depois a gente teve essa batalha de asfalto. O nosso ponto forte mesmo, a gente conseguiu uma união foi ali onde a gente viu que nós todos estávamos com a mesma idéia. Nós se criamos mesmo, o nosso fortalecimento mesmo, foi naquela reunião que o Alexandre veio fazer pra Resex e que a gente viu que nos tínhamos que ter uma união muito forte nossa, porque de repente alguém ia conseguir

colocar coisas na nossa região que a gente não estava preparado. Então no momento ali, não é que a gente não queria, o momento daquela reunião foi que não tinha esclarecimento pro povo. (Informação verbal)¹³³

Selada esta etapa, a proposta de criação da Resex foi formalmente encaminhada ao ICMBio em Brasília, seguindo, posteriormente para o Ministério do Meio Ambiente.

6.1.1.2 Entre ofícios, reuniões e prováveis telefonemas: o locus da decisão é Brasília!

Concluídos os estudos técnicos e realizada a audiência pública, são poucos os indícios formais de ações coletivas, seja em prol ou contra à Resex. Em resposta aos acontecimentos da audiência pública, ocorreu uma reunião em 08/08/2006, da qual participaram o CEPERG, a APA BF, o Núcleo de Educação Ambiental (NEA/IBAMA), as Colônias Z-13 (Imbituba) e Z-21 (Jaguaruna), a Pastoral da Pesca e outras associações de pescadores. Essa reunião teve como objetivos reiniciar o diálogo com as comunidades do complexo Lagunar, discutir a Resex na região e nivelar o conhecimento entre todas as comunidades. Os principais encaminhamentos deste encontro foram: (i) Promover esclarecimentos à comunidade em relação às implicações da criação de uma Resex; (ii) Estabelecer cronograma de reuniões com pescadores artesanais com o intuito de apresentar estudos sobre os questionamentos levantados produzindo blocos de pontos para pautar a discussão; (iii) Conhecer as questões a serem apresentadas pelas lideranças de pesca do complexo lagunar; (iv) Sugerir a mudança dos interlocutores da Resex (afastar o então representante do CNPT e também a ONG Rasgamar do processo de mobilização social);

Outro encaminhamento importante foi a decisão de enviar uma carta solicitando a não inclusão das lagoas na Resex até que a mobilização no âmbito das comunidades fosse concluída – o que acarretaria uma possível paralisação do processo. Contudo, esse encaminhamento parece não ter ocorrido, pois este documento não está anexado ao processo de criação da Resex.

¹³³ Representante da Pastoral da Pesca e presidente da UAPI. Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2012.

Após esta reunião, a APA BF enviou um ofício para o CNPT, na data de 25/08/2006, no qual condicionou o seu apoio ao processo de criação da Resex à realização de um trabalho mais intenso de divulgação e esclarecimento comunitário na região do complexo lagunar do Camacho. Neste mesmo documento a chefe da APA BF esclareceu que esse trabalho já estava sendo realizado pela equipe do NEA/APA BF juntamente com o CNPT.

Um pouco mais de um ano após essa manifestação da APA BF, em novembro de 2007, o IBAMA iniciou as ações de consulta aos diversos órgãos da administração pública estaduais e federais, a fim obter o posicionamento oficial dessas instituições em relação à Resex.

O processo foi encaminhado até a data de 08/08/2008, já com a minuta de decreto e despacho do ministro do MMA. Porém, nesta data, o então Diretor da Diretoria de Áreas Protegidas (DAP/MMA), chamou atenção para a necessidade de consultar o Ministério de Minas e Energia (MME). Foi enviado então um ofício a este Ministério, solicitando o seu parecer. O MME se posicionou favorável à criação da Resex desde que constasse em seu decreto as seguintes modificações: exclusão de áreas de carvão mineral coqueificável do perímetro da Resex e permissão para atividades minerárias e empreendimento eólicos/termelétricos na zona de amortecimento da Unidade (ofício nº 626/2010/SE-MME). Na nota técnica do MME o mesmo mencionou os seguintes empreendimentos na zona de amortecimento: Usinas eólicas Laguna e Santa Marta - a menos de 1 Km da UC – em fase de outorga; UTE Frigorífico D'Tália a menos de 30 Km da Unidade; UTE Jorge Lacerda I e II localizados no município de Capivari de baixo a 18 Km da UC.

Após todos os pareceres favoráveis, na data de 11/11/2008, consta um aviso nº 277/GM/MMA para o então governador Henrique da Silveira para que o mesmo se manifestasse a respeito da criação da Resex. Apesar de não haver nenhum documento explicitando o posicionamento do governo do estado, o MMA justifica a atual paralisação do processo devido à oposição do governador.

Oficialmente, encerram-se aí as manifestações formais a respeito do processo de criação da Resex. Os conflitos permaneceram pouco visíveis durante todo o processo e aos poucos, as solicitações de esclarecimentos e os questionamentos foram assumindo a configuração de um embate mais acirrado.

6.1.1.3 O “lugar” dos conflitos no Diagnóstico para a criação da Resex

Paralelamente ao processo de mobilização social estavam sendo realizados pela empresa Socioambiental Consultores Associados Ltda os estudos técnicos para avaliar a viabilidade da criação da Resex. Na apresentação estudo realizado, consta uma síntese dos principais elementos que justificariam a criação de uma resex na região do Cabo de Santa Marta, na perspectiva dos técnicos da empresa:

(...) o histórico da pesca na área, que inclui um dos casos mais antigos de extrativismo marinho por populações pré-históricas e seus testemunhos, grandes sítios arqueológicos denominados Sambaquis; a riqueza cultural da pesca artesanal existente na região e seus três ambientes pesqueiros (com diferentes artes e petrechos); o grande número de famílias que conseguem viver, e manter uma boa qualidade de vida, através da extração de recursos marinhos; os conflitos existentes na pesca artesanal, tanto dentro da atividade, quanto com outras atividades (como a pesca industrial); e o estado de sobreexploração dos principais recursos pesqueiros sendo explorados.

Certamente, este cenário é propício para iniciativas de manejo e gestão destes recursos pesqueiros. (SOCIOAMBIENTAL, 2005, p.3)

A etapa final deste estudo consistiu em uma oficina de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), no dia 24 de junho de 2005, com a participação de pescadores, colônia de pescadores e outras organizações locais. Essa oficina teve como objetivos principais obter informações que pudessem embasar o futuro plano de manejo da Unidade, caso a mesma seja criada, aliando conservação e extrativismo. As perguntas norteadoras da oficina foram: 1) *Conservar o que? Onde conservar? Quais as ameaças à conservação;* 2) *Usar o que? Onde usar? Quais as ameaças destes usos?*

O DRP revelou questões interessantes, como por exemplo, a prioridade de abertura da barra do camacho diante de todas as outras medidas de manejo, e também a preocupação dos pescadores em relação à venda dos galpões de pesca a empresários, o que ocorre

principalmente na Praia do Cardoso. Contudo, é interessante notar a invisibilidade no diagnóstico, e no próprio DRP, dos conflitos intercomunitários que ocorriam no processo para a criação da Resex. No diagnóstico, os conflitos tratados diziam respeito aos conflitos relativos ao uso dos recursos pesqueiros e também das atividades de pesca artesanal com outras atividades econômicas, como a pesca industrial e o turismo. Apesar de no formulário utilizado pela empresa para realizar as entrevistas com os pescadores artesanais haver um item que questiona a existência de conflitos nas comunidades, no Diagnóstico não há uma análise dessa questão, de modo que os conflitos intra e intergrupais nas diversas comunidades permaneceram invisíveis. Além disso, as respostas dos pescadores à pergunta “Você sabe o que é uma Resex?”, também não encontrou referência durante todo o diagnóstico, não sendo possível avaliar por meio dos estudos técnicos, o conhecimento que tais comunidades pesqueiras apreenderam a respeito da política pública reserva extrativista durante o processo de mobilização social e sensibilização. Este ponto teria sido extremamente importante, tendo em vista as constantes demandas de algumas lideranças e pescadores por maiores esclarecimentos.

Os conflitos permanecem em segundo plano, e não foram tratados nem pela agência governamental responsável pela condução do processo, nem pela ONG responsável pelo processo de mobilização social. E tampouco foram elucidados pelos técnicos responsáveis pela realização do diagnóstico socioambiental.

6.1.1.4 Os atores sociais em movimento: as alianças e os conflitos no processo para a criação da Resex

Mesmo finalizado o processo formal para a criação, o tema reserva extrativista permanece presente nas comunidades locais. O conflito começou a ganhar vulto no final do processo para a criação, foi deflagrado durante a audiência pública e se entende até os dias atuais. Aos poucos, foram se cristalizando no interior dessas comunidades dois grupos com posicionamentos antagônicos: os pescadores “a favor” (pescadores do mar da comunidade do Farol de Santa Marta, liderados pela ONG Rasgamar) e os pescadores “contra” (pescadores da lagoa, Comunidades do Camacho, Santa Marta, Cigana e Garopaba do Sul) à criação da Reserva Extrativista. O segundo grupo tem sido liderado pela Pastoral da Pesca, que tem uma atuação no território, principalmente junto a algumas comunidades do entorno das lagoas. Na mesma época

do processo de criação da Resex a Pastoral apoiou a criação da União das Associações de Pescadores da Ilha (UAPI), que juntamente com a Colônia de Pescadores de Jaguaruna e a Associação de Pescadores da Barra do Camacho (APEBARCA)¹³⁴ lideram o grupo contrário à Resex.

Contudo, apesar de terem o mesmo posicionamento, os discursos destes atores sociais são distintos. Entrevistas realizadas com os representantes da Pastoral da Pesca¹³⁵ revelaram que o posicionamento deles não é contrário à política pública Reserva Extrativista, e sim, ao modo como o processo de criação da Resex foi conduzido e às incertezas relativas à criação da Resex na região. Já os presidentes da Colônia de Pescadores de Jaguaruna e da APEBARCA mostram-se explicitamente contra a Resex. Muitos de seus argumentos são compartilhados pelos pescadores locais, o que indica o importante papel que desempenham na disseminação de informações.

As discussões posteriores oriundas do processo da Resex revelaram diferentes compreensões acerca da política pública Resex e posicionamentos antagônicos entre os grupos de pescadores, sobretudo em relação à inclusão ou não das lagoas¹³⁶ nos limites da Resex. Estes antagonismos podem ser percebidos nas diversas falas de pescadores abaixo:

Por que essa reserva extrativista, eu até não tenho muito entendimento disso aí, eles falam é uma reserva extrativista, mas eu não sei o que vai acontecer dali pra frente, isso feito. (...) Pra mim é uma, pra mim é uma moda nova, eu não sei se pode ser boa ou não. Eu sei que, o fim disso aí eu não sei, se vai ser bom, ou ruim. Eu sei que nós fomo contra, a associação aqui foi contra, deu até conflito. Na verdade eu não sei o poder que isso vai ter contra os pessoal, as criança que vai nascer

¹³⁴ A APEBARCA foi criada no intuito de reivindicar o processo de abertura da Barra do Camacho, segundo relato de seu presidente. Do mesmo modo, em conversa informal com a presidente da UAPI, a mesma revelou que um dos objetivos de criação da UAPI foi organizar os pescadores para que pudessem se posicionar em relação à Resex.

¹³⁵ Foram realizadas entrevistas com três representantes locais da Pastoral da Pesca, nas seguintes datas: 20 de dezembro de 2011, 07 de fevereiro de 2012 e 11 de fevereiro de 2012.

¹³⁶ Essas lagoas estão associadas ao sistema de drenagem da vertente atlântica, situado na bacia hidrográfica do rio Tubarão, que na sua foz se encontra com as águas do complexo lagunar.

pescador, o pescador, eu não sei, na verdade eu não tenho entendimento nenhum disso aí. Os que tavam ali que entendiam mais opinaram pra ser contra e nós fomo contra. O próprio, a própria colônia foi contra. (...) Eu não sei futuramente se ia ser bom ou ruim, um passarinho na mão é melhor do que dois avoando. Aqui não fechou. (Informação verbal)¹³⁷

Quem veio trazer essa proposta aqui pra nós foi o (...) ¹³⁸, que veio com essa reserva extrativista, com a APA da Baleia Franca. Tão proibindo muita coisa, aí nós que somo pescador nós entendemos que essa reserva ia prejudicar nós porque ia acabar com a nossa lagoa. (Informação verbal)¹³⁹

Essa reserva pra nós é não, pra nós é não, porque nós já tamo cheio de reserva, e aonde tem reserva só tem complicação. Aonde tem reserva a fiscalização vem, e aí vem com a autoridade dela, não é nada daqui que combina com a gente, o problema é esse. Então reserva extrativista pra nós aqui não, ninguém aceita. Aqui todo mundo é contra, o pescador que tiver aí, eu te garanto que todo mundo é contra, reserva extrativista, isso aí é complicado, reserva é complicado. E nós já fazemos pouquinho praia, né, a praia toda cercada, e fazer uma reserva complica. (Informação verbal)¹⁴⁰

Quem saiu com isso aí foi o (...) ¹⁴¹, só que uma reserva extrativista pra nós, a gente fica com medo de daqui a pouco nós não poder mais usar, tá entendendo? De eles proibir nós de usar também, então a gente não chega num acordo, porque não é bem detalhado pra nós como é que é. Porque assim ó, de repente faz uma reserva extrativista como foi feita no Arvoredo. No

¹³⁷ Pescador da Comunidade do Canto da Lagoa, em Laguna. Entrevista realizada em 06 de outubro de 2011.

¹³⁸ Nome do Presidente da ONG Rasgamar.

¹³⁹ Pescador da comunidade da Cigana, em Laguna.

¹⁴⁰ Pescador da comunidade de Arroio Corrente, em Jaguaruna. Entrevista realizada em 15 de setembro de 2011.

¹⁴¹ Nome do Presidente da ONG Rasgamar.

Arvoredo tem uma, só que não pode pescar lá dentro, e nós temo medo disso aí, porque o nosso bem de fazer é a pescaria, e se depois disso aí, como diz o outro, o feitiço volta contra o feiteiro? A gente tem medo. Eles vem só que não chegam a explicar pra nós como é a associação da reserva extrativista, sabe, e ela nunca sai do papel, a gente tem medo também, porque vai que a gente faz e não consegue mais trabalhar. Depois de feito não adianta mais, né, e a gente fica com receio. Eu até sou a favor, mas desde que deixe nós trabalhar toda vida, né, que faça as coisa certinho pra nós trabalhar toda vida, porque uma reserva pra nós era bom, porque aí não ia poder mais entrar barco industrial, muita gente não ia poder usar, é mais pra nós que é pescador artesanal, mas tem que ver direitinho, se depois eles não vão complicar o nosso lado, né. (Informação verbal)¹⁴²

A proposta (de criação da Resex) é da APA. É pra comandar nós mais ainda. (Informação verbal)¹⁴³

A maioria dos pescador que mora aqui conhece bem a região de Mostarda, ele sabe o que eles passaram. Aí quando fala, pô, se é pra passar o que eles passaram, então não, tamo fora. Porque vieram com o mesmo papo, o pai conta, o seu Domingos¹⁴⁴ conta, os tios contam, o mesmo papo que vieram aqui foi lá, e eles viram que não deu certo. Então deixa do jeito que tá. Eu acho que noventa e cinco por cento é contra. (Informação verbal)¹⁴⁵

Essas vozes nos revelam o desconhecimento sobre a política pública Resex e as visões negativas sobre os atores sociais envolvidos

¹⁴² Pescador da comunidade do Farol de Santa Marta, em Laguna. Entrevista realizada em 15 de setembro de 2011.

¹⁴³ Pescador da comunidade de Garopaba do Sul, em Laguna. Entrevista realizada em 11 de outubro de 2011.

¹⁴⁴ Presidente da Colônia de Pescadores de Jaguaruna.

¹⁴⁵ Pescador da comunidade do Camacho, em Jaguaruna. Entrevista realizada em 04 de outubro de 2011.

nas estratégias de “ecologização” do território, sobretudo a APABF e a ONG Rasgamar. Além disso, muitos pescadores conhecem os conflitos relacionados à atividade pesqueira no interior de UCs, como, por exemplo, no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, Rio Grande do Sul, município de Mostarda, e na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, em Santa Catarina (VIVACQUA, 2003). O presidente da colônia de Jaguaruna, morador da comunidade do Camacho, tem sido um dos grandes divulgadores dessa visão.

As ações coletivas dos pescadores artesanais da localidade do Farol de Santa Marta, que reivindicaram a Resex, têm sido fortemente influenciadas pela liderança que preside a ONG Rasgamar, ao que parece, carente de legitimidade junto às demais comunidades pesqueiras sediadas na região. Para o presidente da ONG, a Resex

É bem uma coisa da defesa do território. Eu sempre tive um fascínio muito grande pelas duna, pela beleza natural do Farol, pelo sambaqui, e se você ver hoje, o desenho da reserva, o desenho da nossa reserva ela protege o pescador, que é a nossa fonte de renda, e ela protege áreas da união, dunas, sítios arqueológicos, pra também, além de fortalecer o turismo, evitar grilagem de terras da união, que também trazem benefícios pra esses povos. A gente vê ali em Jaguaruna, uns campo de duna muito bonito que a gente botou dentro da reserva, eu acho que proteger aquilo ali pro Estado, pro município, pra população, a qualidade de vida. E a disciplina da pesca, nessa região tem muito pescador. A gente vê que se a gente guardar aqui na faixa marinha, nas lagoas também cuidar, fazer um controle. Tanto o mar quanto a lagoa eles tem que trabalhar em conjunto. Isso ainda não acontece, existe um conflito, mas eu creio que o conflito ele vai existir até o momento desses dois grupos sentar na mesa. Na realidade os dois grupos tão querendo a mesma coisa, só que um grupo tem ciúme do outro. Um quer a lagoa só pra ele e um quer o mar só pra ele. A hora que a gente sentar pra conversar pode se construir um modelo de gestão mais eficiente. Mas o objetivo é justo esse, proteger o território do pescador na área marinha e proteger o turismo, que é a beleza natural e cultural da região costeira. (Informação

verbal)¹⁴⁶

Apesar do presidente da ONG ressaltar a importância das dunas, sambaquis e sítios arqueológicos, para os pescadores do Farol os limites propostos para a Resex envolvem somente área marinha. Além disso, muitos desconhecem a proposta enviada ao CNPT, a exemplo do mestre de pesca presidente da APAFA na época da iniciativa para a criação da Resex: “Ela vem da Barra do Araranguá até aqui, não sei se Floripa, Ibiraquera, daquela costeira ali, vem embora até ali, essa área aqui só pro artesanal”.¹⁴⁷

A inclusão das dunas e sítios arqueológicos parece ser fruto da demanda da ONG ambientalista, que é também a autora da proposta de criação de um Parque Natural e Ecológico Municipal para proteger as dunas, nascentes e sítios arqueológicos da região do Farol. O presidente da ONG justifica o limite da proposta na área marinha da seguinte forma:

A questão do Torneiro, por causa de uma questão histórica, que é a laje do Campo Bom, uma das primeiras áreas que eles queriam proteger. E depois aqui, depois da barra de Laguna, é porque o pessoal da Ponta da Barra eles pediram pra que levasse mais ao norte, na ponta do Gi, porque pegava a ilha dos Lobos, que é um ponto de pesca do pessoal da Ponta da Barra. O limite foi um acordo, onde eles mais usavam. E o nome Cabo de Santa Marta Grande é porque o Cabo é o centro dessa reserva. É como no Corumbau, a história do Corumbau ali, Corumbau foi uma das reserva que nos inspiraram pra trazer o mesmo modelo pra cá, né. (Informação verbal)¹⁴⁸

O processo de definição dos limites da Resex não é elucidado nos documentos formais para a criação da Resex. Durante a pesquisa de campo nenhum pescador se referiu à inclusão de terras, área de marinha e área de preservação permanente. As discussões parecem ter ficado polarizadas em torno da inclusão ou não das lagoas.

Sob o ponto de vista de muitos pescadores, esta ONG atuou de

¹⁴⁶ Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2012.

¹⁴⁷ Entrevista realizada em 13 de setembro de 2011.

¹⁴⁸ Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2012.

maneira pouco transparente durante o processo para a criação da Resex, suscitando diversos conflitos, como fica explícito na fala de um mestre de pesca da comunidade de Passagem da Barra, Laguna:

O (...) ¹⁴⁹ é um cara meio perigoso. Até um dia ele veio aqui, ele fez um rolo aqui comigo. Isso já faz uns dez anos, ele com uma guria aí. Trouxe uma papelama aí, e eu não sabia do rolo que ele tava fazendo, eu, mais uns dez pescador aqui da Barra, tudo pescador bem profissional. E ele me conversou aí, me enrolou, me mostrou uns papel aí, que a gente não assina sem ler. Eu li direitinho, olhei, e ele se dá muito comigo, porque ele é irmão do Janjão, o Janjão é muito meu amigo, eu peguei e assinei. E depois era tudo uma sujeira que ele tava fazendo. (...) Ele trabalha com esse negócio da APA aí, aí fica ruim. Aí nunca mais vi ele em reunião. Esse papel era sobre a reserva que nós queria fazer, tá. Que nós queria fazer a reserva das pedra branca pra fora, em várias lagoa, nós ia fazer. Nós não, vários pescador queria fazer, queriam fazer na cigana, queriam fazer no Camacho, queriam fazer na Garopaba, que tinha os local pra fazer, e no papel dele, nos papel que ele tava, ele era contra a reserva. Só que esse papel o ingrato não mostrou pra gente, entendesse? A gente assinou, como eu assinei, vários cara que tinham embarcação aí, dono de parrelha, assinaram. Quando nós fomo saber, fazia um ano e pouco, era tudo contra nós. Até hoje ele passa por mim, ele não fala. Depois nós fiquemo sabendo, veio um cara aí e conversou com nós numa reunião aí. Tudo o que vocês fizeram foi contra vocês, vocês assinaram contra. Contra como? Ah, teve um cara aí que conversou com vocês e assinou contra. Nós queria a reserva, e ele era contra. Aí eu digo, brigar não adianta. (Informação verbal) ¹⁵⁰

A confusão estava feita! O desconhecimento do pescador sobre o processo de criação da Resex demonstra as falhas no processo de

¹⁴⁹ Nome do presidente da ONG Rasgamar.

¹⁵⁰ Entrevista realizada em 10 de outubro de 2012.

mobilização, comunicação e as controvérsias geradas. É importante sublinhar que a ONG Rasgamar compunha o quadro de conselheiros do CONAPA BF, durante a vigência entre os anos 2008-2010, e mostrava-se como uma importante parceira e aliada no processo de gestão da APABF, sobretudo no papel de interlocução com os pescadores artesanais e instituições locais (Associação de Pescadores do Farol de Santa Marta-APAFA). Inclusive eram parceiras em um trabalho de intercâmbio entre pescadores de Ibiraquera e do Farol de Santa Marta, antes mesmo da criação do CONAPA BF (FUNDAÇÃO RASGAMAR, 2005, p. 54). Essa parceria entre a APA BF e a ONG Rasgamar se sustentou por muito tempo¹⁵¹ devido ao compartilhamento de interesses comuns, sendo uma relação de mão dupla: por um lado, a ONG tinha a APA BF como aliada no sentido de fortalecer institucionalmente as suas ações e pleitos locais (ex: criação do Parque e da Resex), e por outro, a APA BF tinha a ONG como grande parceira para alcançar seus objetivos no núcleo sul, mais especificamente no Farol de Santa Marta, importante núcleo pesqueiro. Aos olhos dos conselheiros (distantes da realidade do núcleo sul), as demandas e posicionamentos da ONG no contexto do CONAPA BF representavam a voz e os anseios das comunidades locais. No entanto, muitos pescadores e moradores locais não têm clareza em relação ao papel desta ONG enquanto conselheira (e tampouco sabem da existência do Conselho), de modo que é comum referirem-se ao presidente da ONG como representante institucional da APA BF. Nesse sentido, as ações da ONG ambientalista são “confundidas” com as ações da APA BF, o que gera muitos mal-entendidos e conflitos. Em outras palavras, o presidente da ONG é visto como o porta-voz da APA BF, a qual também é alvo de controvérsias.

Essa APA da Baleia Franca, na verdade, aqui tem o cara, não sei se ele é presidente ou, eu não sei o que ele é dessa baleia franca, que é um rapaz lá do Farol, o (...)¹⁵². Eu acho que essa Baleia Franca na verdade, acho que ela tem que manejar esse negócio lá na água onde tá a baleia. Eu acho que aqui em terra, eu acho que não tem um lado pra eles organizar as coisa aqui em terra. Eu acho que

¹⁵¹ Essa parceria era mais forte no período em que a ONG Rasgamar era uma instituição conselheira no CONAPA BF. Nas eleições do Conselho em 2010, a ONG não concorreu a uma das vagas para o setor das ONGs, evidenciando a fragilização dos laços institucionais com a APA BF.

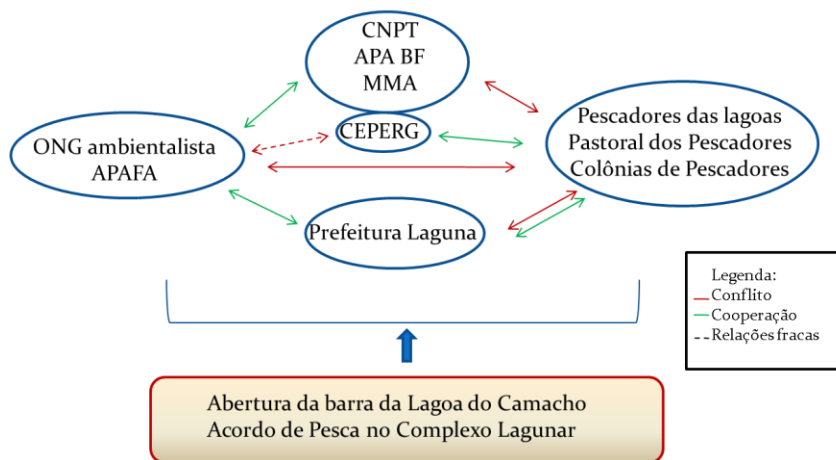
¹⁵² Nome do presidente da ONG Rasgamar.

a baleia tem que ser lá na água. Essa estrada tá embargada pela Baleia Franca, por esses órgão da Baleia Franca, então até atrapalha. Eu acho que o trabalho deles é praticamente inútil, pelo meu conhecimento, né. Eu não sei o que é que tem a baleia franca lá na água com, passar uma estrada aqui, ou, não sei. Eu acho que não tem utilidade, eu acho que é pouca coisa. (Informação verbal)¹⁵³

Essa reserva deu conflito aqui. Quem tava comandando isso aí é um cara da Baleia Franca. (Informação verbal)¹⁵⁴

Diante desta perspectiva, os conflitos suscitados durante o processo de criação da Resex do Cabo de Santa Marta estão inter-relacionados com outros conflitos presentes no território, como o caso do Acordo de Pesca no Complexo Lagunar e a abertura da barra da lagoa do Camacho, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 06: Síntese das relações de conflito e sinergia no processo para a criação da Resex do Cabo de Santa Marta



¹⁵³ Pescador da lagoa, Comunidade de Garopaba do Sul, em Jaguaruna. Entrevista realizada em 08 de outubro de 2011.

¹⁵⁴ Pescador da lagoa, Comunidade do Canto, em Laguna. Entrevista realizada em 06 de outubro de 2011.

O conflito da barra do Camacho se iniciou paralelamente ao processo da Resex, e teve grande influência no posicionamento dos pescadores em relação à definição dos limites de abrangência da proposta para a criação da Resex. Um dos resultados desse conflito foi a retirada da lagoa na proposta de delimitação da área de abrangência da Resex, a qual passou a incorporar somente área marinha.

Paralelamente a esses embates relatados, ocorreu mais recentemente o processo de licenciamento da rodovia estadual SC 100. Mais um conflito instaura-se no território: o posicionamento da ONG Rasgamar contrário ao asfaltamento da porção da estrada que liga as comunidades locais à cidade de Laguna provocou inimizades com a comunidade local. A APA BF, por sua vez, nesse íterim de ausência de clareza acerca dos papéis desempenhados por cada ator social, era responsabilizada pelas comunidades locais por todos os entraves relacionados ao processo de licenciamento da estrada¹⁵⁵. É praticamente unânime o apoio dos pescadores ao asfaltamento da estrada, de modo que o ativismo da ONG com o intuito de barrar a estrada enfraqueceu o seu papel de liderança junto a um grupo de pescadores do Farol de Santa, perdendo, inclusive, apoio no processo para a criação da Resex. Além disso, as atitudes negativas em relação à APA BF no núcleo sul se cristalizaram.

Quem era mais por nós aqui era o (...) ¹⁵⁶, mas a turma abandonaram mais o (...) ¹⁵⁷, sei lá, ele começou a fazer umas coisa aí que a turma não se agradaram, aí, deixaram mais. Hoje ele convoca uma reunião não vai ninguém. Diz uma coisa e faz outra, né, a turma não querem saber. Aonde que não deu mais nada, não tem conflito, não tem nada, porque ninguém se importa mais. O (...) ¹⁵⁸ trabalhava junto com nós, vamos fazer tal coisa, cortar a estrada ali, vamos lá em tal lugar, na Prefeitura da Laguna, vão lotar uns dois ônibus e vamos lá. E ia, ia bastante gente. Mas começou a puxar pra um lado aí e não deu mais. Nós fizemos

¹⁵⁵ A Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA) é a responsável pelo licenciamento, cabendo à APABF a manifestação em relação à anuência do processo.

¹⁵⁶ Nome do presidente da ONG Rasgamar.

¹⁵⁷ Nome do presidente da ONG Rasgamar.

¹⁵⁸ Nome do presidente da ONG Rasgamar.

aí, tentar fazer uma reserva aqui pra nós e botou lá a lagoa no meio, aí não deu mais nada certo, porque a turma da lagoa não aceita. (Informação verbal)¹⁵⁹

APA da Baleia Franca e agora? O que é que eu vou falar? Eu acho que traz problema, todas as liberação é com eles, né. Eu já fui a uma reunião lá em Imbituba, na APA da Baleia Franca. Até saiu uma votação lá, e nenhum pescador votou pra baleia franca, era sobre pesca. Não acho parceira não. Eles já prejudicaram o pescador, eles tão envolvido no asfalto, o (...) ¹⁶⁰, você conhece o (...) ¹⁶¹, do Farol. Esse é contra o asfalto, porque mexe na areia, por causa da baleia franca, mas eu acho que não tem nada haver. Quiseram fazer uma reserva aí, mas ia ser prejudicado o pescador, foi tudo votado contra. (Informação verbal)¹⁶²

Apesar da visão negativa que essas comunidades expressam a respeito da APA BF, durante um período houve um processo de aproximação da APA BF com as comunidades do entorno do complexo lagunar. Essa aproximação foi possível devido à interlocução da Pastoral da Pesca ¹⁶³.

Por fim, vale a pena ainda mencionar o caso do Acordo de Pesca no Complexo Lagunar, que apesar das sinergias com a Resex, os dois processos foram conduzidos de forma paralela. Na fala de muitas

¹⁵⁹ Mestre de pesca da comunidade do Farol de Santa Marta, em Laguna. Entrevista realizada em 14 de setembro de 2011.

¹⁶⁰ Nome do presidente da ONG Rasgamar.

¹⁶¹ Nome do presidente da ONG Rasgamar.

¹⁶² Pescador da lagoa, comunidade da Cigana, em Laguna. Entrevista realizada em 04 de outubro de 2011.

¹⁶³ Esse processo foi mediado por um consultor da APA BF durante os anos de 2009 a 2010, o que possibilitou a construção de laços de confiança entre representantes de pescadores locais do setor sul da APA BF e o próprio consultor. No entanto, os laços de confiança estabelecidos apontam para uma relação personalizada entre o consultor e estas instituições, os quais foram construídos nos espaços informais dos grupos de pescadores. Nesse sentido, após a finalização do contrato, a administração da APA BF vem encontrando obstáculos para o estabelecimento de parcerias com os mesmos representantes, sobretudo na construção de uma agenda comum para o setor da pesca na constituição de um arranjo de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros.

lideranças e pescadores, a criação da Resex representaria uma intervenção de outros atores externos, como a APA BF e a ONG Rasgamar, na gestão do complexo lagunar, deslegitimando o que foi construído durante o Acordo de Pesca. Além disso, como explicitado anteriormente, apesar da legitimidade do processo, ainda não existe uma formalização do Acordo. O defeso do camarão tem sido instituído por meio de portarias publicadas anualmente. Como mencionado acima, os principais pontos conflitantes são relativos ao desenho do arranjo de co-gestão, o qual não possui o caráter de paridade entre instituições governamentais e não-governamentais – e ao compartilhamento do processo de licenciamento, que é exclusividade do governo. Essa situação ganhou maior complexidade com a criação do MPA, que passou a compartilhar o poder de gestão dos recursos pesqueiros com o MMA¹⁶⁴.

Diante complexo cenário apresentado, permanecem as seguintes indagações: qual o papel do Estado nesses conflitos? A APA BF é mais um ator envolvido ou possui o papel de mediá-los, enquanto representante local do Estado? A quem caberia o papel de mediação dos conflitos no processo para a criação da Resex?

6.1.2 A Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba

6.1.2.1 A gênese da proposta, os espaços de diálogo e os grupos sociais envolvidos

Foi no Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera que nasceu a idéia de se criar uma Resex da Pesca Artesanal na região. As interações interinstitucionais transescalares neste Fórum possibilitaram o contato dos pescadores artesanais com a temática das unidades de conservação, que, segundo Adriano (2011) estava presente nas discussões do Fórum desde 2003. Um ator social que se destaca na gênese da proposta da Resex, é uma professora de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, que tem as reservas extrativistas como tema de pesquisa. Esta pesquisadora trouxe seus conhecimentos sobre as Resex na ocasião em que participou de uma reunião do Fórum, fato que é comumente lembrado por integrantes do Fórum. As reservas extrativistas

¹⁶⁴ Decreto 6981, de 13 de outubro de 2009. Dispõe sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.

foram constantemente discutidas e aprofundadas durante os encontros do Grupo de Trabalho da Pesca no ano de 2005, quando o Fórum e a ASPECI solicitaram a Resex formalmente ao CNPT/IBAMA. Cumprindo as exigências legais, à solicitação da Resex foi anexado um abaixo assinado das comunidades e instituições locais. O GT Pesca transformou-se então em GT Resex, que em reuniões semanais ou quinzenais passou a ter a Resex como um dos principais temas a serem discutidos, juntamente com outras questões relativas à pesca artesanal. O contato de algumas lideranças e pescadores da região de Ibiraquera com pescadores que estavam reivindicando a criação da Resex do Cabo de Santa Marta foi também um grande motivador para os pescadores se engajarem na luta para reivindicar uma Resex. Eram relativamente comuns as interações entre o presidente da ONG RASGAMAR e alguns integrantes do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera. Inclusive, a convite do presidente da ONG, alguns pescadores e lideranças de Ibiraquera participaram da audiência pública para delinear os limites da Resex do Cabo de Santa Marta.

A vistoria da área pelos técnicos do IBAMA foi realizada em 2006, quando foi referendada a legitimidade da solicitação da Resex com base em dois critérios: a existência de população tradicional organizada e a relevância ecológica da área. Cumprida esta etapa, foi dado início aos estudos técnicos e ao processo de mobilização social para a criação da Resex. O processo de mobilização foi coordenado pelo Grupo de Trabalho Resex (GT Resex), o qual teve grande protagonismo de uma liderança local feminina, moradora nativa de Ibiraquera. Esta liderança participa ativamente do Centro Comunitário de Ibiraquera (CCI) e do Fórum, assumindo por diversas vezes cargos em sua diretoria. A sua atuação na mobilização local e articulações institucionais, promovidas pelo seu fácil trânsito junto ao ICMBio, IBAMA e MMA em Brasília - onde mantinha um constante diálogo com os responsáveis pela criação de UCs de Uso Sustentável -, assim como sua participação como representante do estado de Santa Catarina na Comissão Nacional de Reservas Extrativistas Marinhas¹⁶⁵, são exemplos que elucidam o papel chave desta liderança durante todo o processo.

Por sua vez, os estudos biológicos foram realizados por técnicos do ICMBio, e os diagnósticos socioeconômico e fundiário foram elaborados por consultores contratados pelo MMA - dois cientistas sociais

¹⁶⁵ A Comissão Nacional de Reservas Extrativistas Marinhas foi criada no final do I Encontro de Resex Marinhas e Costeiras, realizado em Bragança, estado do Pará, em 2009.

e um economista, integrantes do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Catarina (NMD/UFSC). Esses pesquisadores já participavam das dinâmicas sociais da região, pois atuavam junto ao NMD, que tem realizado pesquisa-ação na área desde o ano de 2000 e foi um dos mentores do Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera¹⁶⁶. Desse modo, a atuação desses pesquisadores não se ateve apenas à dimensão técnica dos diagnósticos, foram atores sociais importantes nos processos de mobilização e articulação social para a criação da Resex, integrando, assim, o grupo Pró-Resex.

O GT Resex foi o principal espaço de diálogo, mobilização e articulação para a criação da Resex. Dele participavam representantes das associações de pescadores e moradores, lideranças locais, e órgãos do poder público, como a APA BF, o MMA (por meio de seus consultores) e a UFSC. A maioria das reuniões do GT Resex era realizada no CCI. Contudo, algumas reuniões aconteciam na casa do presidente da ASPECI, na praia do Rosa, em Imbituba, ou na casa de um mestre de pesca da comunidade do Capão em Garopaba, o qual posteriormente foi um dos fundadores da APG. Algumas reuniões eram mais amplas e tinham o intuito de levar a proposta da Resex e esclarecer dúvidas nas diferentes comunidades. No total foram 53 reuniões abertas. Este processo de mobilização foi “considerado pelo IBAMA/ICMBio como referência nacional”¹⁶⁷. Contudo, a análise das atas de reuniões possibilita tecer algumas considerações a respeito do processo de mobilização e participação social. Apesar da ampla divulgação das reuniões por meio de carros de som nas diversas comunidades e ofícios enviados às instituições públicas e privadas, a ampliação da participação foi um desafio constante

¹⁶⁶ No ano de 2000 o NMD/UFSC conduziu o primeiro projeto na área *Avaliação local participativa de sistemas de suporte da vida voltada para a criação de uma Agenda 21 Local na área de entorno da lagoa de Ibiraquera*. A criação e implantação do Fórum ocorreu no período de realização de um projeto de pesquisa financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MA). Este projeto tinha como objetivo a criação de um sistema de co-gestão de recursos pesqueiros na área e foi realizado no período de 2003 a 2006. Progressivamente, a região centro-sul do litoral catarinense foi sendo transformada em uma *região laboratório de ecodesenvolvimento*. (ADRIANO, 2011, p.114). Diversas monografias, dissertações e teses de doutorado têm sido realizadas na área pelos integrantes do referido núcleo de pesquisa.

¹⁶⁷ Fala do Analista Ambiental do ICMBio, registrada na ata da audiência pública para Criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, realizada no dia 19 de dezembro de 2007.

enfrentado pelo GT Resex. Por outro lado, percebe-se a participação ativa e assídua das instituições e pescadores envolvidos diretamente com o Fórum. Inclusive, incentivados pelo GT Resex e com o apoio da ASPECI, mestres de pesca da comunidade do Capão, em Garopaba, se articularam com pescadores da Praia de Garopaba para criar a APG no final do ano de 2007. O incentivo do GT Resex fica explícito quando em uma reunião se falou da importância dos “pescadores do Capão formarem uma associação com vistas a ocuparem mais uma cadeira no conselho gestor”, sugestão que foi aceita pelo mestre de pesca do Capão que costumava participar das reuniões e mantinha uma relação sinérgica com o grupo.

O II Evento da Pesca Artesanal promovido pelo Fórum em dezembro de 2006 se configurou como um importante momento para o amadurecimento da proposta da Resex junto às comunidades. A presença de representantes do CNPT, da SEAP, pesquisadores e lideranças da pesca gerou um ambiente propício para aprofundar os conhecimentos sobre Reserva Extrativista. Durante todo o ano de 2007 os trabalhos de mobilização foram adensados, contudo, o poder público municipal e as Colônias de Pescadores de Imbituba e Garopaba permaneciam ausentes dos espaços coletivos de diálogo - apesar dos constantes convites devidamente protocolados.

Em 16 de abril de 2007, em uma reunião do GT Resex se colocou a existência de uma proposta de mudança de categoria para Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Esta proposta veio à tona pelo fato de paralelamente ao processo da Resex, a Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI) estar pleiteando a criação de uma RDS nos Areais da Ribanceira¹⁶⁸, no município de Imbituba. Em 31 de março de 2007, na ocasião de uma reunião ordinária do CONAPA BF, foram apresentadas as propostas de criação da Resex e da RDS, por suas respectivas lideranças, a fim do Conselho Gestor votar uma moção de apoio a essas iniciativas¹⁶⁹. Nesta ocasião estava presente um representante da Diretoria de Áreas Protegidas (DAP/MMA) que comentou sobre a possibilidade de unir os dois processos, já que estavam em áreas adjacentes. Contudo, consta na

¹⁶⁸ Cf. BARBOSA, A. M. **Agricultores e pescadores dos Areais da Ribanceira, Imbituba – Santa Catarina: uso comum da terra e território tradicional.** Bacharelado em Geografia, Departamento de Geociências, UFSC: Florianópolis, 2011.

¹⁶⁹ Como os estudos técnicos ainda estavam em curso e por isto, ainda era necessário consolidar os limites das UCs, o Conselho decidiu por não encaminhar uma moção de apoio às UCs, mas expressou seu apoio à continuidade dos estudos.

ata da reunião do GT Resex que a idéia não foi bem vista pelos pescadores. Apesar de não estarem explícitos os motivos, o fato da proposta da RDS incluir terras e a ausência de diálogo entre os dois grupos, os quais possuem lideranças pouco sinérgicas, são alguns elementos que podem ter contribuído para esse posicionamento.

Entre os meses de maio e agosto de 2007 a definição dos limites da Resex parece ter sido o assunto mais relevante tratado pelo GT Resex. Em 8 de maio de 2007 ocorreu uma reunião no CCI, na qual estavam presentes somente sete pescadores de Garopaba e Imbituba, com o intuito de definir as diretrizes norteadoras para demarcação do polígono da Resex. Nesta ocasião, dois consultores do MMA apresentaram uma síntese de algumas diretrizes que já tinham sido discutidas anteriormente. Esta reunião nos oferece subsídios para refletir sobre a forma como foi construído o conceito de Resex junto com os pescadores locais que participavam do processo. Primeiramente, foram colocados os principais objetivos da Resex: “a diversidade biológica, pensando todo ecossistema que contribui para dar vida a lagoa e assim proporcionar o pescado, e a diversidade sociocultural – a permanência das populações tradicionais com seu modo de vida e manejo tradicional”¹⁷⁰, destacando-se a condição de livre acesso como o principal problema. Para se pensar os limites, foram trazidos alguns conhecimentos sobre a legislação ambiental, como as definições de APP, bens da União, terrenos de marinha. Foi debatido, ponto por ponto, a inclusão de APP, áreas de preservação para a pesca (caminhos, nascentes, costões, banhados..), área de marinha, patrimônios naturais e histórico culturais (sambaquis, ranchos, oficinas líticas, entre outros). Após esse momento de discussões mais conceituais e gerais, chama atenção a maneira como foi trazida para a realidade local a delimitação do território da Resex. Irei reproduzir parte do texto na íntegra:

Foi colocado¹⁷¹ que não é aconselhável pensar os limites de acordo com os possíveis conflitos que poderão vir a causar perturbações na fase final para a decretação da reserva, mas sim a importância de pensar os limites com a preocupação na futura gestão da reserva, não entrando em conflitos com a população nativa que em toda a sua história usa os

¹⁷⁰ IBAMA/MMA. Processo n 02001.007320/2005-25, p. 223-224. Criação de Reserva Extrativista do Ibraquera nos municípios de Imbituba e Garopaba – SC.

¹⁷¹ No documento não foi especificado o sujeito da fala, mas como a reunião foi conduzida pelos consultores, atribuo a autoria da fala aos mesmos.

banhados, que em grande parte do ano permanece seco, para a criação de animais e construção de casas para a família – portanto a questão do banhado foi pensado estrategicamente não entrar toda sua abrangência, isto quando o banhado for muito grande e ultrapassar os 33 metros do curso d'água. Portanto foi acordado, pela importância para uma dinâmica socioeconômica local, a permanência de parte do banhado fora da reserva *exclusivamente para uso das populações tradicionais*, ligados a construção de moradias familiares, para assegurar a permanência das populações tradicionais; estes banhados serão demarcados junto com a comunidade.¹⁷²

Sendo a pastagem e a moradia usos tradicionais da população nativa, segundo o relato acima, não deveria o banhado ser incluído na Resex? Não é este um dos objetivos da Resex, assegurar o território das populações tradicionais? Excluir essas áreas dos limites da Resex não fragiliza essas áreas, que continuariam expostas aos interesses imobiliários? As tensões entre conservação da biodiversidade e conservação da cultura parecem estar presentes na maneira como foi conduzida a delimitação do território da Resex. Permanece subjacente uma visão das Resex Mar enquanto uma categoria de UC que tem como prioridade a conservação da biodiversidade e o manejo do recurso pesqueiro. A diversidade cultural e o direito de reprodução sociocultural das comunidades parecem estar sujeitos hierarquicamente a um princípio maior, a conservação da biodiversidade, que é construído de acordo com o conhecimento técnico e científico da biologia da conservação. Desse modo, o que mostra-se num primeiro momento uma contradição - excluir áreas de banhado dos limites da Resex para assegurar um uso tradicional da área (não seria esse um dos objetivos da Resex?), mostra-se uma estratégia para se assegurar o seu uso frente às possíveis restrições ambientais. Afinal, a criação de gado e a construção de casas para familiares podem não ser considerados usos sustentáveis nem tampouco tradicionais, do ponto de vista dos técnicos do ICMBio. E as comunidades locais não desejam ficar a mercê dessa avaliação.

Outro acordo decorrente desta reunião foi a não inclusão de propriedade particular, a não ser que tais propriedades estivessem situadas em áreas protegidas pela legislação (APP, bens da união e patrimônio

¹⁷² Ata da reunião do GT Resex, realizada em 08 de maio de 2007.

histórico e natural). Segue abaixo uma síntese dos critérios para nortear os limites da Resex:

-Incluir área de marinha (as construções que estão ficam, mas não será permitido construir mais).

- Incluir áreas de restingas, dunas, matas ciliares de relevante interesse ecológico, que estão além dos 33 metros da marinha.

- Incluir 33 metros de cada margem dos rios e nascentes.

- Incluir todos os ranchos de pesca e sambaquis, oficinas líticas, artes rupestre, patrimônios naturais.

- Os caminhos utilizados pelos pescadores serão preservados, mas por problemas técnicos não serão inclusos no polígono da reserva, devendo ser tratado no plano diretor municipal.

Se por um lado, foi fácil definir os limites das áreas exclusivamente marinhas e lagunares, a definição dos limites terrestres se configura um assunto que transpassa todo o processo. Os pescadores que reivindicam a Resex têm se posicionado veementemente contra a inclusão de propriedade particular nos limites da Resex. Com a valorização da terra, os terrenos que ainda são de propriedade dos nativos têm assumido um novo significado, perdendo progressivamente o seu papel de meio de produção e passando a se constituir enquanto uma espécie de reserva financeira ou poupança, que pode ser usada de acordo com a necessidade (ROSAR, 2007, p. 55). A população tradicional utiliza as terras para lavoura e criação de animais de pequeno. Ocorre, porém que, desde a década de 1970, com a intensificação do turismo, um novo uso tem sido atribuído à terra: construção de casas e pousadas para alugar no verão. Durante as reuniões do GT Resex eram comuns os questionamentos a respeito dos limites da Resex para além da lâmina d'água. Incluir propriedade particular na área da Resex, e mesmo os terrenos de marinha, tem uma conotação de perda de território para o Estado e conseqüentes restrições de uso - e não, uma oportunidade de se instaurar um regime de apropriação comunitária dos recursos naturais e do território.

Em reunião realizada em 12 de junho de 2007 o tema da delimitação da Resex voltou à tona. Nesta ocasião colocou-se em questão a real necessidade de se incluir APP e áreas de marinha. As controvérsias envolvidas na inclusão de área terrestre tornaram-se mais explícitas quando o representante da Fundação Gaia¹⁷³ se posicionou dizendo que

¹⁷³ Criada em 1987, pelo ambientalista José Lutzenberger, a Fundação Gaia, com sede em Porto Alegre, é mentora do projeto ambiental Gaia Village, desenvolvido em uma fazenda na cidade de Garopaba, a qual é propriedade de dois irmãos da família Werlang – também integrantes da Fundação Gaia - e de sua empresa G.A.

apoiava a Resex somente para lâmina d'água. Argumentou também que o projeto da Resex deveria seguir separado do processo da RDS, uma vez que a inclusão de áreas de terra poderia complicar e dificultar o processo burocrático de criação e fortalecer ainda mais o movimento contrário à criação da Resex. O posicionamento deste ator social se torna mais explícito no decorrer do processo.

Importantes debates e decisões sobre os limites da Resex ocorreram durante as reuniões do GT Resex, e em alguns momentos pontuava-se a necessidade de informar os pescadores sobre os limites exatos propostos e as regras que iriam regulamentar esse território. Esporadicamente, principalmente nas reuniões comunitárias itinerantes, pescadores se posicionavam contrários à Resex, argumentando ausência de conhecimento sobre a proposta ou terem acessado informações controversas provenientes de outros atores sociais, como por exemplo, a Colônia de Pescadores. Esta reunião que ocorreu em 12 de junho oferece algumas pistas para se compreender as dificuldades encontradas para ampliar a participação no GT Resex e o movimento Pró-Resex. A principal liderança do movimento Pró-Resex, integrante da coordenação do GT Resex, se expressou dizendo que iria “acompanhar o movimento mais na retaguarda, deixando a liderança com os pescadores”¹⁷⁴. Esta intenção de se afastar do processo parece ter tido o intuito de “despersonalizar” o movimento, abrindo a possibilidade de se atingir outras pessoas que ainda não tinham sido sensibilizadas. A liderança em questão é filiada ao PT¹⁷⁵ e conquistou grande notoriedade na comunidade por sua atuação no Fórum, de modo que a sua imagem e a do Fórum, e posteriormente, da proposta da Resex, são estreitamente associadas. Contudo, a imagem coesa dos integrantes do GT Resex enquanto um

Werlang – Gestão e Ambiente Ltda. O projeto “ambiciona criar um exemplo de assentamento humano sustentável, ambiente amigável para a interação entre a espécie humana e o todo - o Sistema Vivo – Gaia. Para isto, desenvolve várias ações ambientais, como preservação e restauração de ecossistemas, tecnologias ambientalmente amigáveis, produção rural sustentável, desenvolvimento humano, sensibilização ambiental, saúde sustentável, edificações sustentáveis. Disponível em <http://www.gaia.org.br/>. Acesso em 05 de outubro de 2012.

¹⁷⁴ Ata da reunião do GT Resex, realizada em 12 de junho de 2007.

¹⁷⁵ Foi candidata à vereadora pelo PT, e apesar de não ter sido eleita (o PT não elegeu nenhum vereador naquela eleição), foi a segunda vereadora mais votada. Esse prestígio conquistado rendeu a ela um segundo convite do PT nas eleições de 2007. Porém, negou o convite por entender que a sua candidatura poderia prejudicar o processo de criação da Resex.

grupo restrito de apoiadores da Resex foi mobilizada pelo grupo contrário, inclusive por pescadores nativos:

Essa proposta começou com a Dete do Lama¹⁷⁶, que hoje ela trabalha no Instituto Chico Mendes. Ela, a Cidinha, veio Alexandre Cordeiro que vinha de Brasília, trabalhava lá com a área de conservação também. Que aí eles conseguiram uns dez pescador aqui em Ibiraquera, dois no Capão, e uns cinco no Campo Duna, fazia as reunião com eles. (Informação verbal)¹⁷⁷

Paralelamente ao processo coletivo de construção da proposta da Resex no âmbito do GT Resex, o poder público municipal de Imbituba e Garopaba começou a se pronunciar de modo contrário à Resex. Em maio e junho de 2007 a Câmara de Vereadores de Imbituba e também a de Garopaba realizaram duas audiências públicas com o intuito de se discutir a proposta da Resex. Após as audiências os posicionamentos contrários transpuseram o âmbito privado e passaram a abranger os espaços públicos, seja por meio uso de adesivos contra a Resex, entrevistas nas rádios e jornais locais, ou moções de repúdio à Resex - como a que foi feita pela Câmara de Vereadores de Garopaba.

Os conflitos e as controvérsias a respeito da Resex acabavam por pressionar o grupo Pró-Resex, que por algumas vezes tentou dialogar com o poder público municipal. Nesse ínterim, o consultor do MMA reiterou por algumas vezes que a Resex tem o intuito de apontar as potencialidades da comunidade e não sanar conflitos existentes. Conforme o processo caminhava, as dúvidas e receios dos pescadores a respeito das possíveis restrições que a Resex poderia trazer para suas terras se intensificavam. Na reunião do GT Resex em 10 de julho de 2007 ocorreu uma discussão sobre os limites propostos e os questionamentos que surgiram nas audiências públicas na câmara de vereadores sobre criação de animais de pequeno porte na Resex. Não parecia haver um entendimento comum entre os pescadores participantes do GT Resex sobre os limites da Resex. Um pescador representante da comunidade do Campo D'una lembrou que

¹⁷⁶ O pescador refere-se aqui à atual chefe da APA BF, viúva de Olívio Lamas, jornalista e fotógrafo reconhecido nacionalmente, fundador do Partido dos Trabalhadores em Garopaba e integrante da equipe oficial de fotógrafos da campanha do Lula à presidência da república, em 2006 (MARTINS, 2012).

¹⁷⁷ Pescador da Lagoa de Ibiraquera, integrante da diretoria da Colônia de Pescadores de Imbituba. Entrevista realizada em 24 de outubro de 2011.

“a Resex é de água e que não se pode criar boi dentro d’água”. Contudo, o representante da ASPECI esclareceu que alguns banhados de Ibiraquera entrariam nos limites da Resex, além da lâmina d’água e área de marinha.

A questão do banhado era bastante polêmica, pois havia rumores na comunidade de que a Resex era a responsável pelo embargo de uma obra em parte do banhado da Palhocinha, em Garopaba. Seriam os banhados áreas de uso comum ou áreas de preservação permanente? Posteriormente, este banhado foi excluído dos limites da Resex, e está em fase de licenciamento a construção de um condomínio de luxo em uma porção desta área. Apesar de um dos principais conflitos elencados pelos próprios pescadores ser decorrente do loteamento de áreas de uso comum, a forma de resolução estava longe de ser um consenso. O medo de perder as terras para o Estado e o direito de uso das áreas de marinha permeava as falas dos pescadores, inclusive daqueles que se mostravam favoráveis à inclusão dos terrenos de marinha. A saída para esses entraves foi privilegiar a conservação dos recursos pesqueiros - que são os principais recursos ambientais mobilizados pelos pescadores - e manter as áreas terrestres fora da Resex, como veremos adiante.

Na reunião de 31 de julho de 2007 o principal tema tratado pelo GT Resex foi a necessidade de definir e demarcar os limites da Resex. A principal liderança da Resex se expressou em nome dos pescadores, dizendo que a intenção inicial dos pescadores era incluir área de marinha, mas que eles já estavam cientes que área de marinha é maior que os 33 metros, abrangendo área de muitas pessoas. Diante dessa questão, um analista ambiental da APA BF instruiu o grupo a dizer que estava pleiteando lamina d’água mais 33 metros, e não, área de marinha. Os pescadores reiteraram que ainda assim iria abranger área de muitas pessoas e que ninguém poderia ser privilegiado.

A demarcação dos limites foi realizada por uma equipe de analistas ambientais da APA BF, que junto com alguns pescadores, percorreram as áreas em terra para demarcar os pontos a serem incluídos na Resex. Quando convidados a participar do processo de demarcação dos limites, alguns pescadores expressaram preocupação diante da “delicada” situação de chegar em uma propriedade e informar que aquela área seria transformada em Resex. Em conversa com um patriarca da pesca fundador da ASPECI, ele atribuiu grande peso a este acontecimento, interpretado por ele como o propulsor dos conflitos posteriores:

O que aconteceu? Houve uma estratégia mal montada, e eles mesmo querendo fazer o bem, vamo supor, pra reserva, uma raiz sustentável pra reserva,

eles destruíram tudo que foi feito. Saíram, tá, saíram com técnico, professor, tudo isso, e foram varando. De ida pegaram aqui, eu cheguei ali e disse: -Isso não vai dá certo, eu não vou entrar aí. E tal e tal, fazendo todas as nascente, de tudo ao redor dessa lagoa e da lagoa de Garopaba. Lá no Siriú, do Macacu pra lá, eles foram barrado, lá eles correram atrás. Vendo aonde era, como é que se diz, onde é o, aonde nascia as vertente que vinha pra lagoa, pegou quase todo o município de Garopaba todo. Eles quando viram isso aí: - Ó, a reserva vai pegar tudo! E não ia pegar, tais compreendendo? Aí ó, agora vão partir pra cima. Será que eles não tavam esperando? Eles estudaram tudo isso. Eles acabaram com nós aqui, coisa que não podia fazer. Eu dizia: - Por favor_e, a guerra que vai dá! E deu a guerra, ta aí, acabaram com isso tudo. Não souberam fazer. Aí nasceu o cúme, aí os outro partiram pra cima. A Mormaii, ela tem mais de vinte hectare dentro da nascente da lagoa. Tu sabe o que é a Mormaii, né!? Ela não manobra só dentro do nosso país, ela manobra dentro de outros países também. E mais e mais, saiu todos os grande, se alevantaram, prefeito, e aí eles fizeram tipo de uma política, colheram a comunidade, e deu no que deu. Hoje o cara que fez isso, eu avisei ele, ele se arrepende. (Informação verbal)¹⁷⁸

Em meio a essas controvérsias, em algumas reuniões o grupo levantava a necessidade de ampliar a participação, sugerindo-se realizar reuniões em outros locais – a maioria foi realizada no CCI - para evitar esvaziamento. Em 07 de agosto de 2007, em resposta a um questionamento de um participante em relação à participação dos pescadores, a principal liderança do grupo se posicionou dizendo que “embora hajam poucos pescadores reunidos, (...) este grupo representa um grande número de pescadores de diferentes artes de pesca.”¹⁷⁹ Essa fala é relevante para se refletir acerca da representatividade do grupo de pescadores que compunha o GT Resex, e o seu papel na condução do processo. O GT Resex era o espaço criado pelos pescadores e lideranças que reivindicaram e apoiaram a Resex, e estava intimamente relacionado com

¹⁷⁸ Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2012.

¹⁷⁹ Ata da reunião do GT Resex, em 07 de agosto de 2007.

a ASPECI e o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera. Nesse sentido, é um espaço privilegiado para se analisar como o processo da Resex foi construído, assim como as relações entre os membros desse grupo, sua coesão e possíveis disputas internas.

Contudo, para se compreender os impasses enfrentados no processo de criação da Resex, faz-se necessário situar este grupo no interior das comunidades. Qual a representatividade dos mestres e patrões de pesca participantes do GT Resex? Sem dúvida, havia no GT Resex a presença de importantes mestres e patrões de pesca, detentores de um respeitável saber e prestígio junto aos pescadores. Contudo, o que de fato representa a ASPECI no território mais amplo da proposta da Resex? Como os diferentes pescadores se posicionavam em relação à Resex, quais argumentos mobilizavam e quais conhecimentos compartilhavam? Como se estabelecem as relações socioculturais no dia a dia do pescador, tanto do mar quanto das lagoas? Como delineado nos questionários aplicados junto aos pescadores durante o processo de mobilização social, um dos costumes do local é: “Respeita-se o patrão, senão vai embora.” Ficariam, então, os pescadores subordinados ao posicionamento assumido pelos seus patrões em relação à Resex? Contudo, se esta consideração encontra materialidade no contexto marinho, em que os ranchos de pesca são os locais onde se estabelecem as relações hierárquicas entre os pescadores, no contexto das lagoas a situação é distinta, pois não existe a figura do “patrão”. Para além dessas especificidades, é preciso considerar ainda que

Os *nativos*, atualmente, resultam do encontro entre a cultura dos nativos originais e a modernidade, sendo esta constantemente reforçada pelas ações do Estado. A partir dessa situação eles precisam achar uma forma de viver e se reproduzir socialmente. Conseguem isso se associando aos processos econômicos desencadeados na região, sem abrir mão completamente de seus valores e costumes. (ROSAR, 2007, p.54).

De acordo com Freitas (2005), os principais impactos negativos da fase de exploração turística percebidos pelos pescadores-agricultores idosos de Ibiraquera são: (i) aumento da desigualdade social e estratificação das comunidades; (ii) enfraquecimento da coesão social e do respeito existente nas comunidades; e (iii) o livre acesso aos recursos pesqueiros na lagoa e no mar. Nesse sentido, é preciso relativizar os valores e as práticas tradicionais, tentando compreender esse híbrido que

se estabelece com as transformações socioeconômicas que vêm ocorrendo desde a década de 1970.

O Estado, representado pelos técnicos do ICMBio, ao dialogar somente com o grupo envolvido no GT Resex, acaba por interferir no convívio comunitário. As relações baseadas na família¹⁸⁰, por exemplo, parecem ter sido menosprezadas durante todo o processo, já que se privilegiou e se empoderou praticamente uma única família tradicional, sem conhecer as relações interfamiliares e intercomunitárias na região. Os únicos espaços coletivos em que o Estado dialogou com os outros pescadores e grupos sociais foram as oitivas nos ranchos de pescadores e as audiências públicas, os quais irei considerar a seguir.

6.1.2.2 Definindo os limites da Resex: as oitivas em foco!

Seguindo os preceitos do SNUC, os estudos técnicos e o processo de mobilização social foram finalizados com cinco oitivas em diferentes ranchos de pesca e duas audiências públicas, a fim de se fazer os ajustes dos limites propostos para a Resex. Nas oitivas, o objetivo principal é discutir os limites exclusivamente com os pescadores artesanais envolvidos com a proposta. Quatro dos ranchos escolhidos para as oitivas são território dos mestres de pesca e pescadores que apóiam a Resex (Praia Vermelha, Praia do Ouvidor, Praia de Garopaba e Praia da Barra-Ferrugem). O rancho da praia do Luz, por sua vez, é território dos pescadores da praia da Barra de Ibraquera e de Ibraquera, principalmente durante a pescaria do arrasto de praia na safra da tainha, os quais não participaram das discussões e/ou se posicionam contrários à Resex.

As propostas de limites para a Resex que foram explicitadas nas oitivas podem ser sintetizadas da seguinte forma: (i) inclusão da lâmina d'água e área de marinha; (ii) inclusão de lâmina d'água, área de marinha e permissão da concessão de usos de terras para aqueles que

¹⁸⁰ A região de Ibraquera, por exemplo, se estruturou com base em alguns núcleos familiares, dos quais se destacam as famílias Teixeira e Souza. Na praia do Rosa, as famílias Marques e Rosa foram as primeiras moradoras. (AVELLAR, 1993). Rosar (2007) destaca também a importância da família Silveira na praia do Ouvidor, a qual ainda hoje é respeitada por sua tradição na pesca, sendo proprietária da maioria dos ranchos de pesca nesta porção do território costeiro. Aos poucos, esses grupos familiares foram criando fortes laços de parentesco entre si.

ajudam a conservar a área, não ocupando irregularmente; (iii) inclusão da lâmina d'água, área de marinha e banhados; (iv) inclusão somente de lâmina d'água. A primeira proposta foi defendida durante todo o processo pela ASPECI, e durante as oitavas seus representantes foram firmes em defendê-la. A terceira proposta não teve um único proponente, configurando-se, na realidade, enquanto um tema polêmico, com diferentes entendimentos sobre o assunto. Para a equipe técnica do ICMBio, os banhados são uma extensão da própria lagoa; para um pescador presente, o banhado é área de gado, graxaim e coleta de lenha; e para um agricultor orgânico da região que também se manifestou a respeito, os banhados são uma área fundamental para a conservação da lagoa. Em meio aos diferentes significados atribuídos aos banhados, fala-se então de se incluir somente as áreas de banhado sem ocupação.

A segunda e a quarta propostas estão intimamente relacionadas. A sugestão de se incluir apenas lâmina d'água foi feita por um representante da Fundação Gaia - proprietário da fazenda onde é desenvolvido o projeto Gaia Village -, e encontrou apoio da Secretaria de Pesca e Agricultura de Garopaba e da APG¹⁸¹. Os técnicos do ICMBio, com o intuito de mediar o processo, trouxeram uma proposta que acreditavam ser aglutinadora, ou seja, incluir os 33 metros, porém, excluindo-se as áreas legalmente instituídas e com caráter eminente de conservação dos recursos naturais. Contudo, no entendimento do empresário da família Werlang, as áreas legalmente ocupadas que não estivessem sendo alvo de irregularidades deveriam ser mantidas sob responsabilidade e confiança privada. Posicionou-se então requerendo que as áreas de marinha ficassem fora, pedindo confiança no sentido de que estas áreas, mesmo excluídas da Resex, seriam preservadas.

Os pescadores, porém, não tardaram a se manifestar de forma contrária a esta proposta. Em nome da recuperação e preservação ambiental, o projeto Gaia Village tem mantido uma cerca em sua

¹⁸¹ Esse posicionamento assumido pelo então vice-presidente da APG não parece expressar a opinião de seus associados, uma vez que mostra-se contraditório ao posicionamento do presidente desta Associação e outros mestres de pesca do Capão, que estavam ausentes nesta reunião, realizada na praia de Garopaba. O vice-presidente da APG foi convidado a se posicionar pelo então Secretário de Agricultura e Pesca de Garopaba, que defendia a proposta da lamina d'água. Além de ter se posicionado sob pressão, o que pode ter influenciado sua opinião, o representante da APG expressou em algumas ocasiões seu receio em incluir área de marinha, o que pode ser explicado pelo fato de sua moradia, seus apartamentos para alugar e seu restaurante estarem localizados em frente à beira do mar.

propriedade, que se inicia na área de marinha da praia do Ouvidor e se estende até a estrada principal de Garopaba, impondo restrições ao uso dos caminhos e do rancho de pesca que se encontra na área de marinha¹⁸² (ROSAR, 2007). Os pescadores argumentam que o cercamento das áreas de marinha tem prejudicado a pesca, e que a retirada das cercas não significa o desrespeito às áreas que estão sendo preservadas pelos proprietários.

Após dois dias imersos em oitivas, os técnicos do ICMBio e os integrantes do GT Resex tiveram apenas uma prévia do que haveria de ser os embates acalorados das audiências públicas. A ausência estratégica das colônias de pesca nas oitivas, os folhetos e adesivos contra a Resex que circulavam nos dois municípios, e os carros de som que incitavam as pessoas a comparecer nas audiências para votar contra a Resex, anunciavam a batalha eminente.

6.1.2.3 Os atores sociais em movimento: as alianças e os conflitos no processo para a criação da Resex

Um verdadeiro campo de batalha foi o que se transformou o salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Imbituba, e a sede do Campinense Esporte Clube, em Garopaba, durante as noites em que foram realizadas as consultas públicas, nos dias 19 e 20 de dezembro de 2007. De um lado, via-se uma numerosa massa incitada, que vestia a camiseta “Natureza Sim, Resex Não”, distribuída na entrada da audiência pública por políticos e empresários da região. Em ônibus lotados, fretados por empresários locais, desembarcavam moradores, agricultores e pescadores de diversas localidades da região, em sua maioria temerosos em perder suas terras e também alarmados com os impactos que a Resex poderia trazer para o desenvolvimento econômico dos municípios atingidos. Do outro lado encontrava-se um grupo mais modesto de pessoas que apoiavam a Resex, que estavam ali para defendê-la e refinar os limites da área a ser proposta oficialmente. Procuravam informar as pessoas que chegavam distribuindo um jornal, que elucidava os passos para a criação da Resex. Apesar de menos numeroso, esse grupo tinha a seu lado o governo federal, representado pelo ICMBio e MMA.

¹⁸² De acordo com Rosar (2007, p. 48), existe “uma disputa de terra envolvida nessa situação, que já foi levada e decidida pelo Poder Judiciário em favor da família Werlang”.

Alguns integrantes do grupo de empresários que patrocinou as camisetas e os ônibus são revelados na fala de um proprietário de pousada, nativo de Ibiraquera, nomeado pelo grupo Pró-Resex como um dos atores-chave no processo de “desinformação” das comunidades em relação à Resex:

Aí tivemos apoio de empresários. Eu acho que empresas, eu não participei, não era eu que corria atrás dessa parte, doaram camisetas como o Nivaldo. A Mormaii¹⁸³ deu ônibus, mas no caso eles não davam dinheiro, mas contratavam. Por exemplo, pessoal foi lá, falou com a Mormaii, a Mormaii pagou dois ônibus; o Nivaldo¹⁸⁴, camisetas, mandou fazer camisetas; o Renato, dois ônibus da empresa dele, através da CERPAULO [Cooperativa de Eletrificação Rural de Paulo Lopes], como a empresa era prejudicada, a cooperativa. Todos participaram. A CERPAULO era contra porque foi levado ao Nilson e o Nilson é formado eu acho em Direito ou Administração. Ele leu a lei e disse: — “Não, isso vai pegar nós também, para fazer uma rede elétrica, se passar em cima da ponte não pode.” Mesmo que a Ibiraquera não ficasse, mas na ponte é Resex, cruza o espelho d’água, entendeu? Então aí houve quem colaborasse. Eu acho que o Litman¹⁸⁵ deu uma topique da pousada. Aí foi mais ou menos assim, as pessoas se juntaram. (Fala de um empresário nativo da comunidade de Ibiraquera, presidente da Associação dos Moradores de Ibiraquera, candidato a vereador pelo Partido Progressista *apud* DAMASCENO, 2011, pp. 45 e 46)

¹⁸³ O proprietário da Mormaii é dono de uma grande propriedade nas margens da lagoa de Garopaba.

¹⁸⁴ Proprietário das lojas Ferju, uma rede de lojas.

¹⁸⁵ Proprietário de uma das mais famosas pousadas da praia do Rosa, a Vida Sol e Mar e também presidente do Instituto Baleia Franca (IBF). Na temporada das baleias, oferece pacotes turísticos que inclui o turismo embarcado de observação de baleia como um atrativo. Disponível em: <http://www.vidasolemar.com.br/turismo/promocoes.php>. Acesso em 06 de outubro de 2012.

Movidos por interesses estritamente econômicos, esses empresários se articularam e realizaram uma eficiente mobilização social para a participação nas audiências. O desconhecimento dos moradores locais a respeito da proposta os deixou ainda mais vulneráveis às informações trazidas pelos empresários e outros integrantes do grupo contrário à Resex, dentre os quais se encontravam vereadores e outros representantes do poder público municipal.

Os argumentos que as prefeituras mobilizavam para justificar seu posicionamento contrário à Resex eram elucidados em uníssono nas audiências, e guarda sintonia com os interesses dos empresários locais: a Resex irá frear o desenvolvimento econômico dos municípios e expressa a vontade de uma minoria, não representando, assim, os interesses da maioria da população. O trecho de um documento lido pelo representante da prefeitura de Garopaba na ocasião da consulta pública do dia 19 de dezembro sintetiza os principais argumentos mobilizados:

(...) a proposta de criação da reserva Extrativista não atende aos interesses da população de Garopaba como um todo, e está sendo proposta por interesses escusos de uma minoria, haja vista que esta sendo criada contra a vontade da maioria esmagadora da nossa população e sua efetiva criação trará ao nosso município um atraso econômico de proporções alarmantes que não estão sendo consideradas.¹⁸⁶

Amparados pelo conceito de democracia, os prefeitos reivindicavam um plebiscito e colocavam-se como porta-vozes dos direitos e da vontade da maioria da população, conquistando assim, o carisma do expressivo grupo contrário à Resex. Na plenária também eram comuns as manifestações reivindicando o direito de decisão que a maioria tem na democracia, de modo que o direito de se defender a cultura da pesca artesanal não dá ao Estado e aos pescadores “o direito de tirar o direito dos outros”¹⁸⁷. Nessa perspectiva, ao privilegiar uma minoria, o governo federal estaria assim, ferindo um princípio fundamental do Estado democrático de direito, no qual todos são iguais. Os direitos dos

¹⁸⁶ Ata da consulta pública para a criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, realizada em 19 de dezembro de 2007.

¹⁸⁷ Manifestação de um integrante da plenária na audiência pública realizada no dia 20 de dezembro de 2007, em Imbituba.

pescadores artesanais assegurados pelo decreto nº 6040/2007, que institui a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, são reduzidos a interesses particulares de uma minoria pouco representativa.

As falas dos técnicos do ICMBio e MMA e das pessoas favoráveis à Resex eram comumente interrompidas por vaias, manifestações ruidosas, e gestos de protesto, como por exemplo, manter-se de costas para a mesa. Entre os posicionamentos favoráveis e contrários em relação à Resex, que delimitaram nitidamente dois grupos antagônicos, pode-se identificar um grupo de ONGs ambientalistas, que se posicionou a favor da Resex desde que suas reivindicações fossem atendidas. Ou seja, o seu apoio à Resex era condicionado a determinados ajustes na proposta. Na consulta pública do dia 20 de dezembro, o representante do Projeto Ambiental Gaia Village, proprietário de uma das maiores propriedades da região, proferiu um discurso elaborado previamente:

(...) inicia dizendo que a área de sua família é a mais respeitada da região, abrigando o Projeto Ambiental Gaia Village. Ressalta que a propriedade é mantida com carinho e cuidado e diz que seus 33 metros de terreno de marinha estão bem preservados há quase quarenta anos, fato que os legitima a dizer que existe lei que limita o uso destas áreas. Neste sentido, reforça que aqueles que cuidam devem ter prioridade na gestão destes espaços, devem ser priorizados e não perder o trabalho mantido por tanto tempo. Diz que ele e sua família não comungam com a forma da proposta de limite da RESEX como ela está apresentada, mas afirma que este projeto pode ser reconduzido da forma melhor pra todos. Ressalta que acompanhou e sabe que a RESEX tem sido conduzida como um processo de negociação e pede a não inclusão de áreas continentais na RESEX. Afirma que não comunga com esta idéia de incluir estas áreas presente no processo. (...) Franco diz ser a favor da legitimidade da gestão compartilhada do território da RESEX com os pescadores. Finaliza sua fala dizendo ser a favor da RESEX.¹⁸⁸

Em conversa com os representantes do ICMBio no próprio Gaia Village, na época das consultas públicas, o empresário já havia colocado a

¹⁸⁸ Ata da Consulta pública, realizada em 20 de dezembro de 2007.

sua proposta, que abrangia somente lâmina d'água marinha e lagunar e a zona de amortecimento seria 33 metros das áreas adjacentes. Esta negociação ocorreu posteriormente entre o Gaia e o ICMBio, e não entre os pescadores e o Gaia.

A área proposta para a Resex foi definida previamente durante um Seminário de Avaliação e elaboração da proposta de limites, nos dias 08 e 09 de outubro de 2007, o qual contou com a participação de 19 pesquisadores, gestores e lideranças comunitárias. A proposta firmada neste seminário foi apresentada no início de cada consulta realizada, e abrangia lâmina d'água, área de marinha e banhados.

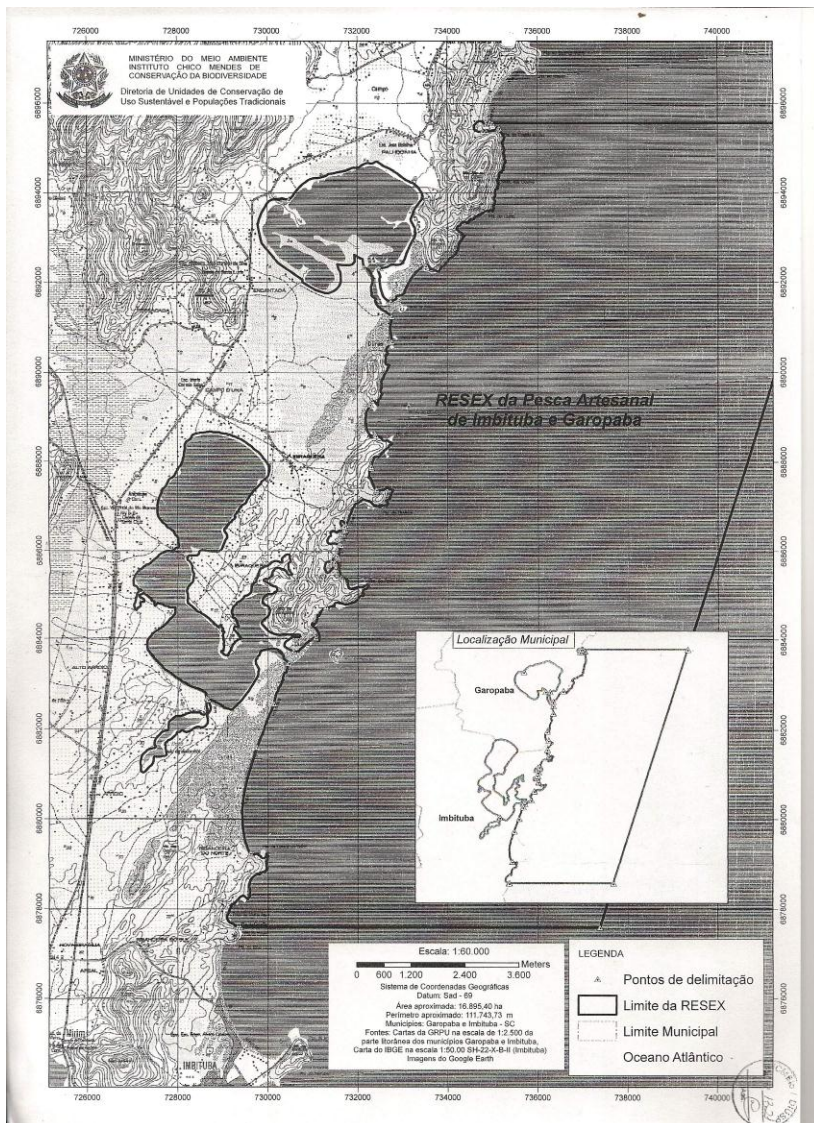


Figura 07: Mapa da proposta inicial dos limites da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Imbituba

Essa informação oficial era colocada em xeque por lideranças do grupo contrário à Resex, que apresentavam o mapa da área de estudo para a criação da Resex, que envolvia uma ampla área de terra, como se fosse o mapa dos limites da Resex. A APA BF também era comumente evocada para se questionar o compromisso do ICMBio e do MMA em manter o limite proposto, uma vez que esta UC se configura um exemplo da forma arbitrária com que o Estado cria as UCS, com limites “incompreensíveis”. O exemplo da Resex de Canavieiras, na Bahia, também foi mobilizado pelo prefeito de Imbituba. Ele apresentou um documento que expressava o posicionamento da prefeitura de Canavieiras contra a Resex, assim como outras ações judiciais contra a Resex movidas pelo setor hoteleiro e proprietários das fazendas de camarão¹⁸⁹. O conhecimento do prefeito em relação ao processo de criação da Resex de Canavieiras e o próprio mote de mobilização do movimento contra a Resex “Natureza Sim, Resex Não”, evidenciam as articulações realizadas entre estas prefeituras. Em Canavieiras, a campanha contra a Resex tinha esta mesma frase como lema, e envolvia um complexo jogo de interesses.

Após as consultas públicas no início de 2008 iniciam-se as consultas às instituições para que manifestassem formalmente em relação à Resex. As prefeituras municipais de Imbituba e Garopaba, a Câmara de Vereadores dos dois municípios reafirmaram o seu posicionamento. Este grupo ganhou maior poder político quando o governo do Estado, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e pelo próprio governador, manifesta-se formalmente contra a Resex. Em 25 de janeiro de 2008 (Ofício GABGOV nº025/2008), o então governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, justificou seu posicionamento contrário devido aos impactos negativos na economia dos municípios. Para o governador a Resex afastaria “o turismo de massa da região, atraindo um indefinível turismo ecológico”. Ressaltou ainda que o

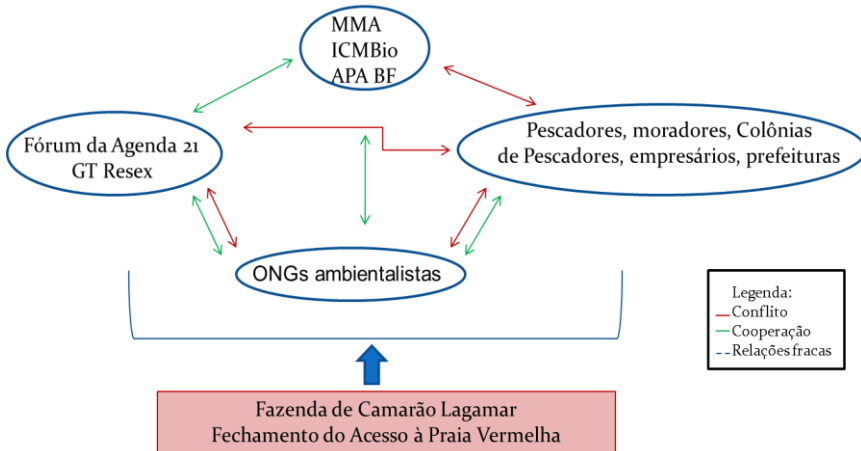
¹⁸⁹ Após a fala do prefeito o representante do ICMBio, Alexandre Cordeiro, esclarece o fato, dizendo que “ a proposta lá é diferente desta proposta de Imbituba e Garopaba. Alexandre ressalta que todos os processo impetrados pelo Prefeito daquele município foram derrubados pela Advocacia Geral da União – AGU e pelo Tribunal Regional Federal. Alexandre relata ainda que o Prefeito de Canavieiras está sendo indiciado por grilagem de terras da União e uso indevido de recursos públicos. Em resumo, a ação jurídica da prefeitura contra a criação da UC foi derrubada e outra ação foi gerada contra os proponentes. Finalmente diz que a RESEX de Canavieiras foi criada.” (Ata da consulta pública para a criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, em 20 de dezembro de 2007)

estudo apresentado reconhece que só o extrativismo não garante o sustento das “populações extrativistas”. Solicitou então a suspensão do projeto Resex, segundo ele, um desejo expresso pela quase totalidade da população tradicional quando da realização as audiências públicas. Em 7 de abril enviou outro ofício (GABGOV nº085/2008) ao MMA afirmando que as lagoas de Ibiraquera e Garopaba, inclusas na proposta da Resex, são de propriedade do Estado, anexando o parecer da procuradoria geral do Estado. Pediu novamente que fosse sustado o processo, uma vez que a sua implantação afetaria as atividades turísticas e o desenvolvimento econômico dos municípios atingidos. Essa forte aliança entre o poder público municipal e estadual acabaram por inviabilizar a própria criação da Resex, como veremos adiante.

O grupo favorável à Resex manteve-se coeso diante do clima tenso e de ameaças que se estabeleceu no cotidiano das principais lideranças. O posicionamento das ONGs ambientalistas sediadas na região foi reafirmado nos ofícios enviados ao ICMBio e ao MMA. O Projeto Baleia Franca, o Instituto Sea Shepherd Brasil¹⁹⁰ e o Projeto Ambiental Gaia Village formaram um grupo coeso, que apesar de serem favoráveis à Resex, o fizeram na medida em que a Resex não ameaçasse os objetivos de conservação da biodiversidade. Sendo uma UC de Uso Sustentável, as Resex parecem ser menos “nobres” do ponto de vista da conservação, ou como se referiu o coordenador do Projeto Baleia Franca/IWC, a Resex se configura uma UC de produção. Segue abaixo uma síntese das interações entre os grupos e atores sociais. Como foi pontuado anteriormente, as ações coletivas envolvendo a fazenda de camarão Lagamar e o fechamento do acesso à praia Vermelha exerceram grande influência na configuração dos padrões de interação durante o processo para a criação da Resex.

¹⁹⁰ O Instituto Sea Shepherd Brasil – Guardiões do Mar integra a Sea Shepherd Conservation Society, – SCS, fundada em 1977, nos Estados Unidos, pelos fundadores do Greenpeace. Todas as ações do Instituto Sea Shepherd Brasil, sediado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, desde 1999, fazem parte do Programa de Estudo e Conservação da Vida Marinha, que é composto de quatro áreas: fiscalização e denúncia, educação ambiental, treinamento e suporte técnico. Desde 2002 o Instituto Sea Shepherd Brasil também trabalha diretamente para apoiar as campanhas internacionais do Capitão Paul Watson – um de seus fundadores - e da Sea Shepherd Conservation Society, em especial as campanhas da Antártica cujo objetivo é de acabar com a caça ilegal às baleias. Disponível em: <http://seashepherd.org.br/>. Acesso em: 08 de outubro de 2012.

Figura 08: Síntese das relações de conflito e sinergia no processo para a criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba



O processo de revisão dos limites propostos que ocorreu após a audiência pública e as oitivas tornaram mais explícitos os posicionamentos, argumentos mobilizados e o jogo de interesses. Foram cinco as principais demandas apresentadas durante as oitivas, audiências públicas e documentos enviados: i) uma solicitação de ampliação de limites (ampliar o limite norte até a praia da Guarda do Embaú, município de Palhoça); ii) três pedidos de exclusão de área: exclusão da área marinha em frente às praias D'Água e Ribanceira, exclusão da área do banhado da Palhocinha¹⁹¹, em Garopaba, e exclusão da faixa de terrenos de marinha – 33 metros a partir da linha de preamar; e por fim, iii) uma demanda em relação à zona de amortecimento, solicitando que a mesma seja definida no decreto de criação.

Foram realizadas três reuniões técnicas em fevereiro de 2008 a fim de avaliar as propostas em fevereiro de 2008, considerando-se as implicações ambientais, sociais e fundiárias, e tomando-se por base os estudos técnicos realizados e os conhecimentos dos servidores que atuam

¹⁹¹ Apesar do compromisso assumido pela prefeitura de Garopaba com a conservação da área e transformação em uma área protegida municipal, está em fase de licenciamento a construção de um condomínio de luxo nesta área. Para um estudo aprofundado sobre os conflitos envolvidos no processo de licenciamento deste condomínio, cf. JACOMEL (2012).

na área. As duas primeiras demandas não foram atendidas. A primeira demanda foi feita pela APG, mas pelo fato dos estudos para a Resex não abrangerem a Guarda do Embaú e pela ausência de mobilização dos pescadores de lá, não foi incorporada à proposta. A segunda demanda teve como principal requerente o Projeto Baleia Franca (PBF/IWC), que aponta a área marinha das Praias da Ribanceira e D'água como sendo de grande concentração de baleia em período reprodutivo e pós-reprodutivo, merecendo um tratamento especial no plano de manejo da APA BF. Segundo o Projeto, excluída a caça direta, o emalramento em artefatos de pesca constitui uma das maiores ameaças potenciais para as baleias francas e outros crustáceos. Contudo, os técnicos que avaliaram esta demanda entenderam que os objetivos da Resex não são incompatíveis com a preservação da baleia, e que esta mesma área é de grande relevância para a pesca artesanal.

Apesar dessa área ter sido mantida nos limites da Resex, posteriormente, em 04 de junho de 2008, a ASPECI enviou um ofício à DIUSP solicitando a retirada da praia da Ribanceira dos limites marinhos sul da proposta de criação da Resex. Esta decisão foi tomada pelo GT Resex, que decidiu pela exclusão dessa área devido ao não envolvimento dos pescadores daquela praia no processo de construção coletiva da proposta¹⁹². Compartilhando os interesses com o Projeto Baleia Franca, a APA BF também solicitou a exclusão da praia da Ribanceira, explicitando motivos similares ao do Projeto Baleia Franca. Por fim, na ocasião da visita do representante da Coordenação Geral de Reservas Extrativistas (CGREX/ DIUSP/ICMBio) à região sul para esclarecimentos acerca das Resex em processo de criação em Santa Catarina, em setembro de 2008¹⁹³, o mesmo informou que o limite sul da Resex havia sido alterado, com exclusão da área da Ribanceira devido à solicitação de uma RDS.

As três últimas demandas foram incorporadas à proposta da Resex. A questão do banhado da Palhocinha vinha sendo discutida desde as reuniões do GT Resex, e sempre foi alvo de polêmicas, dividindo opiniões. Desse modo, não causa surpresa a sua exclusão. Já a exclusão das áreas de marinha e a solicitação de definição da zona de amortecimento no decreto de criação da Resex representam, sobretudo, os interesses das ONGs ambientalistas, que lideradas pelo Projeto Gaia Village, formaram uma coalizão em prol da retirada das áreas de marinha dos limites da Resex. O que parece, num primeiro momento, contraditório

¹⁹² Refere-se aqui ao processo de criação da RDS dos Areais da Ribanceira.

¹⁹³ Reunião realizada no CCI, em 09 de setembro de 2008, com a presença de lideranças e pescadores do Farol de Santa Marta e da Resex de Pirajubaé.

aos objetivos do ambientalismo, pode ser melhor entendido a partir dos argumentos mobilizados pelos representantes do Projeto Gaia Village, receosos com os possíveis impactos que a Resex poderá ter sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Projeto e a incapacidade do governo de preservar as áreas de marinha. Esse posicionamento do Gaia Village encontrou sinergias com o Conselho do Meio Ambiente de Garopaba/COMDEMA, também favorável somente à inclusão da lâmina d'água.

O Instituto Sea Shepherd Brasil e o Projeto Baleia Franca foram parceiros-chave nesse pleito. Para as instituições que representaram esse grupo, a transferência da responsabilidade da área de marinha utilizada pelo Projeto Gaia Village ao Estado e ao futuro Conselho Gestor significa uma ameaça à preservação da área. Composto por pescadores e demais atores, consideram que o Conselho irá atender prioritariamente outras demandas, interesses e dinâmicas que não as ambientais. Argumentando que poucos são os pescadores que vivem exclusivamente da pesca, exercendo atividades ligadas à construção civil e ao turismo (tendência que deve crescer), para os ambientalistas em questão, o Conselho Gestor tende a ser, cada vez mais, ocupado por pessoas que tenham outras atividades profissionais principais que não a pesca, assumindo a pesca posição de atividade profissional acessória ou secundária.

Entendemos que o conselho gestor a ser formado há de se caracterizar por uma não especialização quando se trata de meio-ambiente, razão pela qual não deve ter sob sua guarda e gestão qualquer das áreas da família Werlang. O rompimento previsto no atual traçado de limites, que inclui as áreas ditas de marinha na Resex a ser criada, traz riscos desnecessários ao meio ambiente, aos trabalhos em andamento, e ao conjunto do Projeto Ambiental Gaia Village.¹⁹⁴

Desse modo, os proprietários da área onde funciona o projeto Gaia Village demandaram um “tratamento diferenciado, não inclusão dos terrenos regulares de áreas de marinha que evidenciem o cuidado e preservação ambiental”. Focando sobre a sustentabilidade de suas ações, o Gaia mantém velado o conflito territorial existente com os pescadores pela apropriação da área de marinha sob sua concessão. O Gaia e alguns

¹⁹⁴ IBAMA/MMA. Processo 02001.007320/2005-29 referente à criação da Resex da Pesca Artesanal de Imituba e Garopaba.

de seus apoiadores sustentavam a sua solicitação na afirmação de que a proposta original da Resex incluía somente a lâmina d'água, e que a inclusão de terras não correspondia aos interesses dos pescadores. A importância do conflito territorial existente é minimizada pelo representante do Gaia:

É falso o possível dilema entre pescadores e ambientalista. É de interesse dos ambientalistas justamente lutar pela implantação de reservas como a que se discute, que busca garantir a sustentabilidade de populações tradicionais. O ambientalista empodera o processo.¹⁹⁵

Em apoio à demanda do Gaia, e com o foco na sustentabilidade das suas ações, o representante do Projeto Baleia Franca e Presidente da Coalização Internacional da Vida Silvestre - IWC/Brasil também se pronunciou:

Surpreende e revolta tomar conhecimento de propostas para a desapropriação desta área tão bem (e a tanto custo) preservada para supostas “finalidades sociais” inventadas em gabinetes de Brasília, tão distantes das realidades de quem FAZ conservação da Natureza neste país.¹⁹⁶

Na impossibilidade de comparecer presencialmente nas consultas públicas e na reunião extraordinária do CONAPA - que tinha como pauta a Resex - o Projeto Baleia Franca enviou uma carta à APA BF, em 17 de dezembro de 2007, a fim de explicitar o seu posicionamento em relação à Resex. Nesta mesma carta expressa a preocupação com a situação dos limites na área da propriedade da família Werlang, onde atividades de produção sustentável e conservação do patrimônio natural vêm sendo desenvolvidas há muito anos.

Nos parece despropositado pensar em fracionar esta propriedade para constituir uma unidade de

¹⁹⁵ IBAMA/MMA. Processo 02001.007320/2005-29 referente à criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba.

¹⁹⁶ Carta de apoio ao Projeto Ambiental Gaia Village em 12 de dezembro de 2007.

conservação de produção, quando a sua integridade é geradora de benefícios ambientais diretos que por sua vez são essenciais para assegurar a própria produtividade dos sistemas aquícolas da região que a nova resex pretende abranger.¹⁹⁷

A APA BF, conselheira do COMDEMA, ao assinar a proposta deste Conselho para incluir somente lâmina d'água, evidencia o seu apoio a esta proposta. Apesar de não se expressar explicitamente a respeito dos limites da Resex, pois não seria este o seu papel como representante local do ICMBio, emitiu uma carta declarando a relação de parceira com o Projeto. Ressaltou neste documento a efetiva participação do Gaia “como membro do CONAPA BF, em todas as frentes de trabalho e na gestão dos conflitos inerentes à Unidades, assim como a excelência dos trabalhos desta instituição na recuperação e preservação ambiental”¹⁹⁸. Esta parceria se efetiva, por exemplo, na cessão do espaço do Gaia para realizar as reuniões do CONAPA BF. Desde a criação do CONAPA BF, a maioria das reuniões tem sido realizada no Gaia Village.

À carta enviada pelo Projeto Gaia Village à DIUSP/ICMBio em 19 de dezembro, foram anexadas diversas declarações de apoio às ações do Projeto, referendando o Projeto como um exemplo de excelência na preservação e recuperação ambiental. Dentre as instituições estão importantes ONGs no cenário do ambientalismo nacional e internacional, assim como instituições locais¹⁹⁹. A proposta do Gaia mostrou-se, assim, extremamente aglutinadora, pois mobilizava não somente ambientalistas, mas também o setor empresarial ligado ao turismo e à especulação imobiliária. Diante dessa poderosa coalizão, não causa estranhamento que a proposta da Resex tenha sido encaminhada sem a área de marinha.

¹⁹⁷ IBAMA/MMA. Processo 02001.007320/2005-29 referente à criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba.

¹⁹⁸ Carta de apoio da APA BF ao Projeto Gaia Village, em 11 de dezembro de 2011.

¹⁹⁹ COMDEMA, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNESC), AMA – Associação Comunitária Amigos do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação de Garopaba, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Gaia Education, Coalizão internacional da vida Silvestre, Associação de Apicultores do vale do Rio D'uma – APIVALI, ONG Amigos da Terra, APA da Baleia Franca.

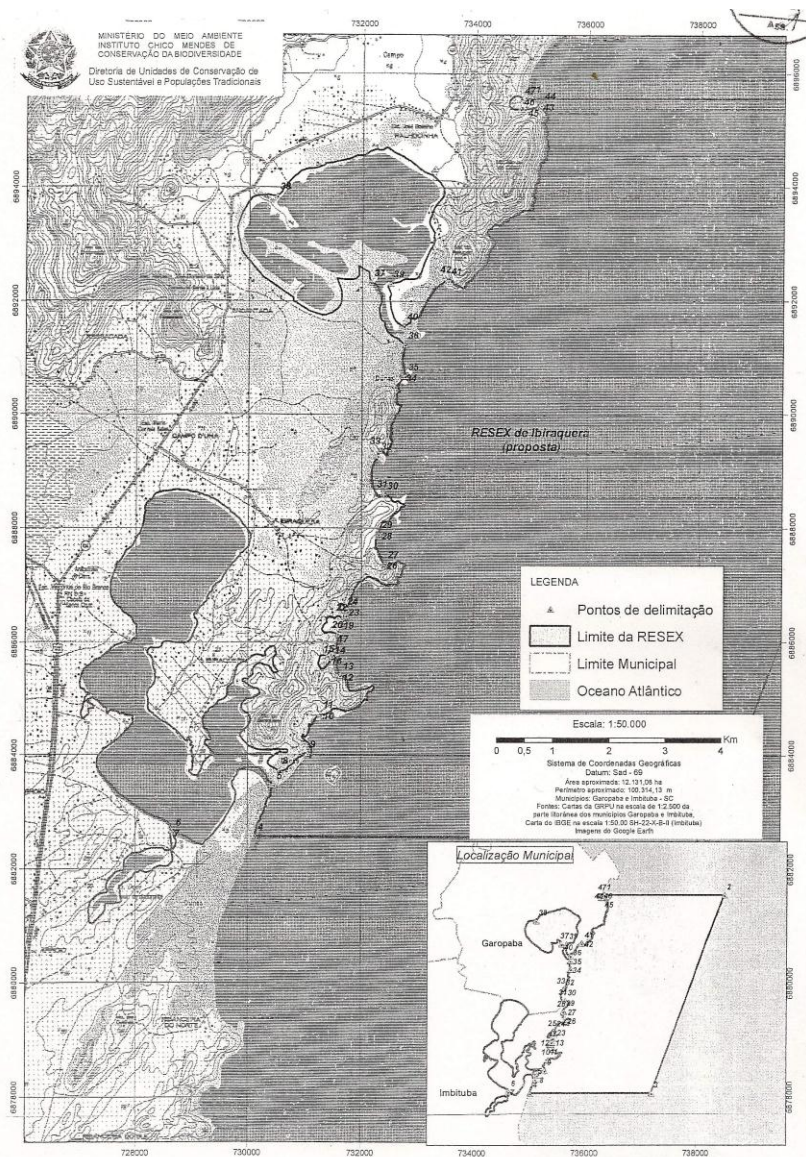


Figura 09: Mapa da proposta final da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba

6.1.2.4 Um capítulo inusitado: a quase Resex que quase virou APA

Passados quatro anos desde a consulta pública e sem qualquer decisão acerca da Resex, no final do ano de 2011 ocorreu um evento inusitado em relação ao processo. Os pescadores e lideranças integrantes do GT Resex foram convidados por um analista ambiental da APA BF e uma representante regional do CNPT em Santa Catarina a participar de uma reunião, a qual tinha como pauta um assunto um tanto improvável: ampliação da APA BF, englobando o território lagunar proposto para a Resex.

De acordo com o relato do analista ambiental da APA BF, o presidente do ICMBio entrou em contato via telefone e email, solicitando que ele e a representante do CNPT respondessem uma questão formulada pela ministra do Meio Ambiente: “É possível uma APA bem implementada substituir a Resex naquilo que seriam os seus objetivos fundamentais?” Respondendo de forma afirmativa a essa pergunta, os analistas se empenharam na elaboração do “como” isto seria possível, o que pode ser sintetizado da seguinte forma: (i) Ampliação da APA envolvendo as lagoas e suas áreas de drenagem; (ii) Plano de Ação Emergencial para as lagoas: constituído de três pontos: a) Plano Diretor Municipal, aplicando o plano diretor de Imbituba e reformulando o de Garopaba, b) plano de saneamento básico específico para as lagoas dentro dos planos de saneamento básico dos municípios que estão sendo construídos; c) Projeto de recomposição da mata ciliar a ser elaborado pelos municípios. Além disso, haveria a adoção imediata das regras de pesca discutidas no plano da Resex. “Ou seja, aqui nós satisfaríamos os pescadores na outra ponta da história. Numa ponta da historia saúde ambiental da lagoa, a outra ponta deles é uma pesca bem regulada, com aquele conjunto de normas que eles imaginam ser.”²⁰⁰ Por fim, o item (iii) aumento da capacidade física de atuação da APA com a lotação de dois analistas.

Elaborada a proposta, a mesma foi apresentada, ou “testada”, como menciona o analista durante a entrevista, junto às prefeituras, que num primeiro momento não apresentaram objeções, e posteriormente, com os pescadores no GT Resex, que também não expressaram - ao menos explicitamente -, nenhuma objeção. Na perspectiva do analista ambiental da APA BF a reação dos pescadores foi

²⁰⁰ Entrevista realizada em 26 de março de 2012.

(..) um misto de surpresa e possibilidades. Na reunião, eu vi que primeiro foi uma surpresa, né, opa! Segundo uma discussão que apontou pra possibilidades, entendendo que existe alguma perda, principalmente a perda de poder, tava claro que era perda de poder. Mas que existiam possibilidades na fala de alguns líderes, que eu achei muito lúcidas. Não se ganha cem, mas também não se perde cem. Ou seja, não se tem a Resex, mas também não se tem a lagoa jogada ao léu aí. Ou seja, se dá um status de proteção maior à lagoa. Isso foi o que eu apreendi daquela belíssima discussão que foi, foi uma noite de discussão. (...) apresentamos a proposta e depois abrimos um debate franco, aberto. E a conclusão que nós chegamos foi essa: pelo grupo de pescadores dá pra se avançar na negociação da proposta, porque eles entendem que não ganham tudo, porque o tudo pra eles seria a Resex, mas também não perdem tudo. A lagoa ganha no status de proteção suficiente a produzir aquilo que eles mais imaginavam. Porque eu acredito realmente que a imagem que eles têm não era de ter como grupo social o controle do poder absoluto sobre a lagoa. Era gerar condições ambientais pra que a lagoa voltasse a ser produtiva como era antes. E eu acredito que eles perceberam que existem outros caminhos possíveis, que não necessariamente levem ao céu, mas cheguem próximo dele. Até porque o outro eu não sei se chegaria ao céu. Explicitamente, naquela reunião, naquele espaço de três ou quatro horas de discussão, não houve uma voz assim, - Olha, nós não queremos esta proposta. (Informação verbal)²⁰¹

Não tive a oportunidade de acompanhar esta fatídica reunião, mas posso imaginar este grupo de pescadores a ouvir todos os argumentos técnicos em defesa dessa proposta. O que estava em pauta não era a discussão sobre como responder à pergunta colocada pela ministra do MMA. A mesma já havia sido respondida, e, tratava-se naquele momento, de defendê-la diante daquele grupo de pescadores, e assim, tentar argumentar de modo a tê-los como possíveis aliados. Naquele momento, teriam os pescadores clareza acerca das implicações do que se estava

²⁰¹ Entrevista realizada em 26 de março de 2012.

propondo? Por que não se posicionaram em defesa da Resex, se é este o grupo que a demanda? O relativo silêncio, trocas de olhares - que de certo ocorreram - e os posicionamentos tímidos diante de uma proposta que afronta toda a luta pela Resex, podem ser melhor compreendidos a partir da fala do sábio mestre de pesca:

Estranho, eu fiquei neutro, não quis errar. Porque vocês estudam e eu tenho que pensar. Vocês vão pro livro e eu tenho que ficar pensando, e normalizando tudo isso. Eu, francamente, eu acho que fica elas por elas, como está. Porque aquilo que eu te digo, meus filho, eles não vão ter uma voz ativa dentro desse grupo, então fica na mesma coisa. Hoje quero que vocês jovem alcancem isso com os olhos de vocês, a APA é uma área de preservação, né. Cadê? Eu só vejo besteira, e eles fazendo coisa que tu não acredita. Ela atua, atua, atua, mas fica tudo a mesma coisa. A APA veio, a APA foi, a APA tá, mas toda vida a mesma coisa. Então vai acontecer a mesma coisa. Se fosse reserva extrativista não. A APA vem lá de perto de Araranguá e vai até Florianópolis, mas a reserva era daqui de menos da metade do município de Imbituba, e menos da metade do município de Garopaba. Então esse grupo gestor da reserva, esse grupo tem conhecimento do lugar, dessa pequena área, tem uns três ou quatro naquele meio que vai opinar, e por ali vai ser diferente. Nós temo aí o nosso conselho, aí ele ia fazer, nós ia ter algum direito, que a Resex ela traz o campo pra você jogar, é o que eu penso. E nesse campo vai ter o técnico, o treinador, e aí vai ter o jogador, que serão os conselho. Eu acho que essa proposta da APA tá parada, eu não sei. Isso é muito bom, não é uma coisa que vem pra ruim, mas fica na mesma coisa que era, fica jogando sem fazer gol. Não vou dizer que é ruim, se jogasse e fizesse o gol era outra coisa, eu acho que nem joga, mas se jogar, gol não vão fazer. Ficou todo mundo neutro, não vai dá certo. Sim, ninguém disse. O que apoiou foi nenhum, eu

fiquei neutro, outros saíram até bombardeado, quiseram explodir, enfim. (Informação verbal)²⁰²

A neutralidade dos pescadores ou seu posicionamento ponderado, visto pelo analista ambiental como o posicionamento “lúcido de quem não ganha tudo, mas também não perde tudo”, parece ser, na realidade, uma pausa, um silêncio contido diante de uma situação irremediável, na medida em que os pescadores têm pouco poder para transformar o cenário que se apresenta. Ou seja, a APA é apresentada como uma possibilidade de resguardar a “saúde ambiental das lagoas”, garantindo assim, a oferta de recursos pesqueiros perante uma provável realidade: a não criação da Resex. Contudo, não é na formalidade de uma reunião, com suas regras de comunicação pré-estabelecidas, na qual o maestro é o representante do ICMBio, que os pescadores parecem sentir-se seguros para expressar suas opiniões, dúvidas e posicionamentos. É no espaço informal, em conversa com “os seus” iguais, que os posicionamentos dos pescadores afloram com maior autenticidade.

A dimensão cognitiva apresenta-se como uma dimensão importante para se compreender a reação dos pescadores. Um mestre de pesca da comunidade do Capão, representante da APG, que em primeiro momento se declara favorável à ampliação do território da APA BF, conforme proposta apresentada na reunião, no decorrer de nossa conversa seu posicionamento e seus argumentos tornam-se mais claros:

O pescador aceita o aumento da APA, não na terra, eu sou contra aumento de APA na terra, não concordo, de maneira nenhuma, nem na lagoa, nem pensar, porque aí vai tomar terra dos outro. Eu moro dentro da APA, eu moro dentro dessa lagoa, eu nasci aqui, eu moro aqui. E eu vou levar meus filhos pra onde? A APA vai ter que me expulsar, e eu vou pra onde, se eu tenho o meu patrimônio aqui, como eu vou ficar? Onde vou levar minha mulher e meus filho? Eu sou muito pronto da reserva extrativista, muito pronto, não mexer com ninguém, também deixar casa no meio da lagoa não concordo, que tenha APA ou não. Agora também não concordo, a APA, a baleia comer capim. Você concorda? Você vê que as

²⁰² Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2012.

coisa são mal criada. Me desculpa, mal criada é a língua que diz. (Informação verbal)²⁰³

O que estava em pauta na reunião era justamente a ampliação da APA para as lagoas e áreas de terra, contudo, não parece ter sido este o entendimento do pescador. Outro pescador, representante da ASPECI, traduz a proposta da seguinte maneira: a Resex estaria passando para o controle do Instituto Chico Mendes, representado pela APA BF, que juntamente com o poder municipal, iriam comandar a Resex. O fato da proposta ter sido apresentada primeiramente para os prefeitos, é recebido por alguns pescadores como uma “traição” do ICMBio, uma mudança de atitude da APA BF diante da luta dos pescadores pela Resex.

É importante salientar que as opiniões divergentes em relação à ampliação da APA BF para o território proposto para a Resex não ocorrem somente no âmbito das lideranças do GT Resex. O representante do CNPT responsável pelo processo de criação da Resex posiciona-se contrário à estratégia de ampliação da APA BF, pois não considera a APA um instrumento de gestão de exclusão da pesca artesanal adequado, uma vez que não empodera as comunidades de pescadores artesanais²⁰⁴. O próprio entendimento acerca da política pública Resex é controverso no ICMBio, refletindo as progressivas transformações conceituais e de significados que as Resex vêm vivenciando, principalmente com a promulgação do SNUC. Na opinião do analista ambiental da APA BF em questão, por exemplo, o conceito de Resex não se adéqua à realidade socioeconômica dos municípios de Imbituba e Garopaba:

Resex, num determinado momento, foi dado como panacéia para todos os problemas das populações tradicionais, enquanto em determinados ambientes uma Resex pode trazer mais problemas do que aqueles que pode resolver. Eu acho, pessoalmente, eu acho que uma Resex na lagoa de Ibraquera vai trazer mais problema para os pescadores do que os problemas que pretende resolver. Porque Resex é um conceito de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo em que inclui um conjunto de beneficiários da Resex, aqueles que vão ter o direito de explorar por decisão da União, ou seja, pelo conjunto da sociedade que lhe dá exclusividade para explorar,

²⁰³ Entrevista realizada em 01 de dezembro de 2011.

²⁰⁴ Informação obtida por meio de entrevista realizada em 11 de julho de 2012.

exclui os outros. Como se tem uma região em extremo dinamismo econômico, onde você tem um conjunto de múltiplos usuários muito grande, possivelmente você vai trazer mais conflitos do que o conflito do que você quer resolver. Essa é uma visão minha, não testada, não científica, apenas uma visão política. Que outros instrumentos de gestão podem satisfazer exatamente aquilo que o grupo de pescadores quer? O que que o grupo de pescadores quer, no meu entender? Um ambiente saudável ambientalmente pra que tenha uma boa base de recursos, e um bom conjunto de regras de uso, que sejam pesqueiras e que sejam outras regras de uso. As regras pesqueiras eles estabelecem e as outras regras de uso da lagoa vêm no plano de manejo. Agora, isso serve pra esse ambiente, pra essa situação socioambiental e política. Não serve pra vizinha. (Informação verbal)²⁰⁵

Será que a manutenção da saúde ambiental da lagoa e o regramento do uso dos recursos pesqueiros garantem a reprodução sociocultural dos pescadores artesanais desta porção do litoral catarinense? Por que, originalmente, tais pescadores demandaram uma Resex e não a ampliação da APA BF? De fato, o que querem esses pescadores ao reivindicar uma Resex? E por outro lado, o que não querem os pescadores que se posicionam contrários à Resex?

Com a mudança da presidência do ICMBio e o não atendimento do conjunto de demandas apresentadas pelos técnicos do ICMBio, a proposta de ampliação da APA BF não avançou. E a Resex permanece bloqueada pelas pressões políticas do governo do Estado, que atualmente também parece impedir a criação da Resex do Cabo de Santa Marta. Enquanto isso, para os pescadores a Resex, mesmo antes de sua criação, se aproxima cada vez mais do que Lobão (2006, p.1) denominou de política do ressentimento, “uma vez que os grupos locais envolvidos com a política vêm-se alvos de atos de desconsideração de várias ordens.”

²⁰⁵ Entrevista realizada em 26 de março de 2012.

6.2 Algumas Considerações

As experiências de Resex Mar têm sido permeadas por diversos conflitos já em seu estágio pré-implantação. Os conflitos envolvendo empresários, poder público municipal e estadual, ONGs ambientalistas, agências estatais ambientais, moradores e pescadores locais não são exclusivos dos processos em Santa Catarina. No litoral sul da Bahia, por exemplo, a coalizão entre a prefeitura de Caravelas e uma empresa de carcinicultura tentou barrar a criação da Resex Marinha de Cassurubá, utilizando, inclusive, da estratégia de “desinformação” da população. Na consulta pública realizada em Caravelas, cartazes utilizavam-se de frases de impacto: “Você confia no IBAMA local?” Ou “Na Resex você não poderá criar boi”. Prevaleceu nesta ocasião, o silêncio dos ribeirinhos, que confusos e mal informados, assistiam aos discursos dos políticos locais e empresários contrários à Resex. (NICOLAU, 2006).

Os dois casos de criação de Resex Mar estudados revelam a complexidade envolvida nessas iniciativas. Procurei demonstrar como as prescrições formais sobre o passo a passo para a criação das Resex contidas no SNUC são apropriadas pelos diversos *atores em situação*. As propostas aportam em territórios construídos historicamente, no qual os diferentes atores sociais mantêm relações pré-estabelecidas, configurando uma complexa teia de conflitos e alianças. A Resex do Cabo de Santa Marta, com o apoio das prefeituras e sem contraposição, ao menos explícita, dos empresários locais, encontra na própria comunidade de pescadores uma forte oposição. Já a Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, a diversidade de atores sociais e interesses envolvidos atribui maior complexidade ao processo. Com a chegada do tema Resex nas comunidades, os moradores e pescadores locais passaram a construir o seu posicionamento em relação ao processo e a formar suas alianças, algumas vezes, contingenciais. A capacidade limitada do Estado em dialogar com todos os grupos sociais envolvidos mostrou-se um grande indutor da polarização dos conflitos previamente existentes, além de suscitar também novos conflitos. Ao privilegiar o diálogo com o grupo social que demanda a Resex, homogeneizando categorias como “população tradicional” e “comunidade”, o Estado, representado pelos funcionários do ICMBio e MMA, acaba por “desempoderar” os outros grupos sociais integrantes destas categorias. Com a intensificação desses antagonismos, os grupos sociais passaram a se cristalizar, e o conflito atua como uma força centrípeta, garantindo a unidade de cada grupo social (SIMMEL, 1983). Sem encontrar espaços de negociação e mediadores

legítimos, as propostas de Resex se fragilizam, pois passam a ser alvo de intensa oposição por parte dos pescadores artesanais locais. Com a finalização do processo de mobilização local, o cenário de negociação se transpõe para o nível federal, e as fortes alianças locais e os intensos conflitos aos poucos se dispersam.

Como uma política pública que vem a contrapor o modelo de desenvolvimento econômico vigente e a forma centralizada de se fazer gestão, os conflitos entre o grupo denominado população tradicional e os representantes das elites empresariais são esperados, uma vez que estão em jogo visões antagônicas sobre desenvolvimento. Contudo, ao longo desta tese tenho procurado ultrapassar a constatação desses antagonismos pautados em interesses, demonstrando a complexidade das alianças firmadas, assim como a dimensão sócio-cognitiva envolvida sobretudo na compreensão dos conflitos que ocorrem nos níveis intra e inter comunitário. Receptores ativos das informações veiculadas sobre as Resex, em suas relações cotidianas os pescadores artesanais estão constantemente re-significando as informações recebidas. Mais do que posicionarem-se em relação à criação de um sistema de gestão compartilhada da pesca, o que está em pauta é o projeto de desenvolvimento que se almeja para o território, o histórico embate entre estratégias de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento econômico. Como ressalta Bucci (2009), referindo-se ao caso da Resex Marinha de Corumbau, na Bahia, a população nativa encontra-se entre os diversos conflitos de interesses e compreender os seus posicionamentos exige uma imersão na realidade local. É a busca do aprofundamento dessa compreensão que impulsiona o próximo passo desse estudo.

7 CONFLITO, REPRESENTAÇÃO SOCIAL E APRENDIZAGEM SOCIAL: UMA ABORDAGEM RELACIONAL

Os descobridor do mundo são assim, eles vão descobrindo e vão deixando papel, e tem muita coisa pra descobrir. Até onde nós vamo? Qual é o destino nosso? Pra onde é que nós vamo? Onde é que nós temo? Como é que nascemo? Isso são umas coisa que eu queria que algum professor dissesse pra mim. (...) Eu queria que ele dissesse pra mim, eu faço água disso aqui, mostrasse como ele fez a água. Eu queria que ele dissesse pra mim do que é feito a terra. Eu na minha experiência a terra é feita do mato, na minha experiência de Hilário, que não estudei, só terceiro ano primário, a terra é feita de mato. A natureza faz a terra do mato. Agora como é que ela criou o mato é que eu não sei. E como é que fez a água? Eu quero saber quem no mundo diz pra mim, a água é feita de tal material. Nenhum de nós, ser bicho no mundo, vive sem água. É uma coisa que Deus deixou, a claridade, ninguém vive sem água, mas do fogo a gente vive sem. A claridade ninguém vive sem. Agora eu queria um professor que dissesse pra mim, a água foi feita disso aqui e o ar foi feito disso aqui. Eu, opa, esse é um grande cientista! Dizer é fácil, agora, fazer minha filha ... (Seu Hilário, pescador da comunidade do Capão).

Nos processos de criação de Resex estudados, chama atenção o fato de existirem posicionamentos bem demarcados em relação à Resex, no interior dos grupos de pescadores das diferentes localidades. Quais fatores estariam influenciando no posicionamento desses pescadores? Por que tantos pescadores se posicionam radicalmente contrários à criação da Resex? Em tese, a Resex, ao enquadrá-los na categoria de população tradicional, traria “benefícios” a todos os pescadores artesanais locais. Foi a partir da teoria das representações sociais que procurei aprofundar as respostas para essas perguntas, buscando apreender o conhecimento compartilhado por esses diferentes grupos de pescadores. O que querem? Quais conhecimentos mobilizam para se posicionar em relação à Resex? O conhecimento compartilhado por esses pescadores acerca do desenvolvimento, da crise da pesca artesanal e sobre a política pública de reserva extrativista mostrou-se fundamental para se compreender os conflitos e as alianças firmadas. A hipótese subjacente é que os dois

grupos antagônicos, os “contra” e os “a favor” à criação da Resex, teriam visões distintas acerca dessas questões. Contudo, como veremos, apesar das representações sociais sobre desenvolvimento e crise da pesca artesanal apontarem elementos importantes na discussão das potencialidades e dos obstáculos para o fortalecimento de um processo de gestão compartilhada do território, não se configuram como elementos importantes para delinear os posicionamentos antagônicos entre os pescadores. Tanto os pescadores contra quanto os pescadores a favor da Resex compartilham a mesma representação social sobre desenvolvimento e crise da pesca. Por outro lado, é com base na representação social sobre a reserva extrativista que os principais antagonismos foram revelados.

Diante de uma perspectiva multidimensional, em que relaciono conceitos e categorias de análise diferenciados, no presente capítulo mobilizo o conceito de aprendizagem social, o qual foi elucidado no capítulo 2. Por fim, delinee os principais obstáculos e potencialidades para o fortalecimento de um sistema de gestão compartilhada da pesca artesanal no território estudado.

7.1. Desvendando as representações sociais: as vozes dos invisíveis nos processos de gestão da pesca artesanal

O estudo das representações sociais é uma dimensão importante para a compreensão das ações coletivas relacionadas aos processos para a criação das Resex no litoral sul de Santa Catarina. Assumo o pressuposto de que as ações e as atitudes dos pescadores artesanais podem ser melhor compreendidas ao elucidarmos a dimensão sócio-cognitiva presente no estudo das representações sociais. De acordo com a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 1982; JODELET, 2001), desvendar as representações sociais é acessar o conhecimento do senso comum relativo a objetos cotidianos, o qual é produzido nas interações e processos comunicativos no interior dos grupos sociais. Diferentemente do processo de produção do conhecimento científico ou reificado, no qual o pesquisador deve “estranhar” algo que lhe é familiar, a produção da representação social ocorre no movimento de tornar familiar e prático algo que lhe é estranho.

Nesse sentido, busco apreender a representação social sobre três temas inter-relacionados: crise da pesca artesanal, desenvolvimento e reserva extrativista. Qual o conhecimento compartilhado pelos pescadores

artesanais acerca desses temas? Existem diferentes representações sociais sobre cada um deles? Sendo a Resex uma política pública que desafia o estilo de desenvolvimento econômico vigente, busco compreender a visão que os pescadores compartilham sobre “desenvolvimento”, o que eles querem e vislumbram para o desenvolvimento do “seu lugar”. Teriam os pescadores artesanais que estão pleiteando a Resex, uma visão diferenciada de desenvolvimento? Ou ainda, em relação à crise da pesca artesanal: Os pescadores que apoiam a Resex a veem como uma alternativa para minimizar a crise da pesca artesanal? E por outro lado, o grupo contrário à Resex não compartilharia uma visão sobre crise, e por isso, não vê a necessidade de se criar um arranjo de gestão compartilhada? Essas questões permeiam todo o estudo das representações sociais, como veremos a seguir.

Métodos e participantes

No total foram entrevistados 60 pescadores, dos quais 30 são pescadores do contexto da proposta da Resex do Cabo de Santa Marta Grande e 30 são usuários dos recursos da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba. A seleção dos entrevistados foi feita de modo que no total, se configurassem dois grupos: 50% a favor e 50% contra à Resex, em cada contexto. Ou seja, em cada contexto foram entrevistados 15 pescadores a favor da Resex e 15 pescadores contra. Foram feitas entrevistas abertas, a fim de garantir que o material seja monotemático, facilitando a análise pelo software Alceste – Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Seguintes de Texto. As seguintes perguntas foram feitas:

1. Representação social sobre Reserva Extrativista:

Para você, o que é uma reserva extrativista? Por que uma Resex na região?

2. Representação social sobre o desenvolvimento da região:

A região tem se desenvolvido? O que precisa para se desenvolver mais?

3. Representação social sobre a crise da pesca artesanal:

A pesca artesanal está em crise? Por quê?

Desse modo, as 60 respostas a cada pergunta foram divididas em três *corpus* de análise, sendo que cada *corpus* é constituído pelo conjunto de respostas a cada pergunta.

A análise de cada *corpus* é realizada pelo Software Alceste em quatro etapas. Na primeira etapa o *corpus* é preparado para os procedimentos posteriores, de modo que o programa faz o reconhecimento das unidades de contexto iniciais (UCI), que em geral

coincidem com cada entrevista, para em seguida, realizar a divisão de cada UCI em segmentos de texto de tamanho similar, ou unidades de contexto elementar (UCE). Nessa etapa o programa agrupa as ocorrências das palavras em função de suas raízes e realiza o cálculo de frequência dessas formas reduzidas. A etapa seguinte consiste da classificação das UCE em função de seus respectivos vocabulários e a repartição do conjunto das UCE em função da frequência das formas reduzidas que elas apresentam. Em seguida, a partir do cruzamento das formas reduzidas e das UCE, aplica-se o método de análise hierárquica descendente, do qual se obtém uma classificação definitiva. O resultado dessa etapa é a formação das classes de UCE, que, ao mesmo tempo em que compartilham vocabulário semelhante entre si, apresentam vocabulário diferente das UCE constituintes das outras classes. (CAMARGO, 2005; TEIXEIRA; SCHULZE; CAMARGO, 2002).

A análise hierárquica descendente oferece ao pesquisador classes léxico-semânticas compostas de conjuntos de palavras associadas significativamente à determinada classe (usa-se a prova do qui-quadrado de associação), bem como a de conjuntos de segmentos de texto típicos de cada classe. (TEIXEIRA, SCHULZE e CAMARGO, 2002, p.353).

Os resultados mais importantes são apresentados na terceira etapa, na qual o programa elabora o dendograma da classificação hierárquica descendente (CHD), que ilustra as relações entre as classes. No nível interpretativo, essas classes podem indicar representações sociais ou campos de imagem sobre um dado objeto, ou somente aspectos de uma mesma representação social. São raras as correspondências entre o número de classes e o número de representações sociais. O contexto sociocultural, geralmente expresso em cada pesquisa por meio da afiliação grupal dos participantes e também por suas práticas sociais, assim como o conteúdo de cada classe, são elementos importantes para ajudar o pesquisador a definir se as classes indicam diferentes representações sociais ou apenas uma representação social.

Em alguns casos, estas classes podem estar associadas a características dos entrevistados, pois o programa reconhece as UCI - no caso desta pesquisa cada entrevista é uma UCI - e suas características (variáveis associadas). As variáveis descritivas utilizadas são: a Resex que cada pescador está envolvido (Resex do Cabo de Santa Marta ou Resex da

Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba), o ambiente no qual exerce a maior parte de sua pescaria (lagunar ou marinho) e o posicionamento em relação à Resex (contra ou a favor).

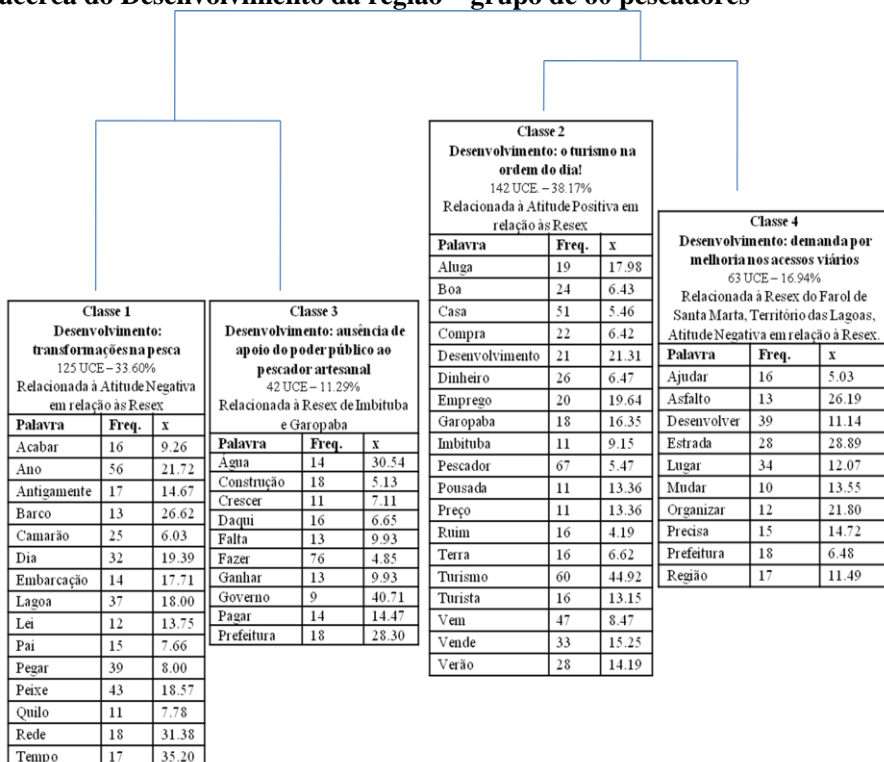
As representações sociais sobre o desenvolvimento do território, crise da pesca artesanal e reserva extrativista são relativas ao total de pescadores, não havendo diferenciação por contexto de cada Resex. Os resultados foram obtidos por meio da análise padrão, na qual o software realiza todas as etapas descritas acima. Com exceção da análise da representação social sobre as Resex, a qual foi feita pelo método de contraste com base na variável atitude, ou seja, o software separou as respostas de todos os pescadores em dois grupos: os pescadores a favor e os pescadores contrários às Resex, de modo a apreender os vocabulários e as UCE características de cada grupo. Neste caso o programa não realiza a análise hierárquica descendente.

7.1.1. Apresentação e análise dos resultados encontrados

7.1.1.1 Representação Social sobre Desenvolvimento

O *corpus* analisado é composto de 60 UCI, as quais foram divididas em 485 unidades de contexto elementar. A análise hierárquica apreendeu 391 UCE, o que representa 76,70 % do total das UCE do *corpus* - organizado em quatro classes. De acordo com o dendograma abaixo, houve uma primeira partição separando o *corpus* original em dois *corpora* derivados: um que gerou depois as classes 1 e 3, em oposição a outro que originou as classes 2 e 4. Depois houve uma segunda partição que separou as classes 1 e 3, e uma terceira partição que separou as classes 2 e 4. As classes 1 e 2 são as que possuem maior representatividade, somando 71,77% do total das UCE classificadas no *corpus*.

Figura 10: Dendograma de classes sobre a representação social acerca do Desenvolvimento da região – grupo de 60 pescadores



Desenvolvimento: transformações na pesca

Os pescadores artesanais que expressam uma atitude negativa em relação à Resex, em sua maioria pescadores das lagoas, contribuirão significativamente para a composição da classe 1. No discurso desses pescadores ganha relevância a própria atividade pesqueira, demonstrando que ao falarem sobre desenvolvimento expressam a sua própria condição de ser pescador. O universo semântico mobilizado por esses pescadores remete, assim, às suas vivências cotidianas na atividade pesqueira: *barco, camarão, embarcação, lagoa, peixe, quilo, rede*.

(...) essa lagoa aí é rica, siri, camarão. Morre vinte, trinta tonelada de camarão por ano nessa lagoa, todo dia, todo dia, a noite todinha na coroa,

o pessoal que tem canoa, morre duzentos quilos de camarão toda noite.

Na lagoa você só ia buscar o peixe, buscar o camarão. Agora hoje foram fazendo casa na beira da lagoa e foram destruindo tudo. Essas poluição que eles tão botando na lagoa, e vão acabando (...).

Apesar dos pescadores que se posicionam contrários à criação da Resex apresentarem grande importância na constituição dessa classe, alguns pescadores do mar - favoráveis à Resex, principalmente da região do Farol de Santa Marta- também contribuíram na composição desta classe, o que pode ser observado abaixo nas UCE de maior relevância:

(...) nós saímos de manhã e voltamos à tarde. Eles ficam o dia inteiro e a noite inteira, vinte dias direto, noite e dia, e à noite acaba tudo. A gente anda com uma milha de rede, eles andam com vinte. Eles começam a botar rede aqui e vão terminar lá no sul da laje do Campo Bom pra lá.

(...) antigamente aqui nós só tinha esses botes aqui e aquelas baleeira ali. Hoje não, de uns cinco anos pra cá já começou a crescer, tem mais uns seis ou sete botes grandes.

Ah, vai entrar tainha, vai dar uma turbinada esse ano, clima bom, tempo bom! Não deu. Só nordeste, só nordeste, o que que a tainha fez? Passou por fora, foi dá tainha lá no Arvoredo. Então, o peixe veio, igual a anchova, pegaram na Barra da Lagoa, mais pro norte, quase mil toneladas de malha.

Esses botes grandes começaram a vim desses anos pra cá. Se fosse como antigamente, uma safra de tainha a gente matava duas, três toneladas, só. Um bote grande o que que ia fazer com três toneladas de peixe? Os barcos traineira vinham na costa e cercavam tudo. Por um lado tá tendo sucesso esses barcos grandes, por causa dessa lei.

(...) mil braça, mil e poucas braça, pra cem braça, tem muita diferença. E aí tem um porém, eu acho que a lei, essa proibição aí, de barco na costa, é o que vai dá mais apoio. Porque a quantidade de rede, a quantidade de embarcação dessa que tem agora, e os barco que pescasse antes, antigamente, que não tinha muitos barco (...).

O avanço tecnológico, que se expressa no aumento da quantidade e do tamanho das embarcações e das redes, é o vetor de desenvolvimento da pesca para esses pescadores. E esse avanço ocorre não somente na pesca industrial, mas também na pesca artesanal.

Há também uma dimensão temporal nesta classe, anunciada por meio das palavras *antigamente, ano, tempo, pais e dia*. Quando falam sobre o desenvolvimento da região, comparam a atividade pesqueira na atualidade com a pesca no tempo dos seus pais e avós. Em tempos pretéritos havia respeito pela autoridade dos pescadores ‘mais velhos’, maior volume de captura de pescado e embarcações menores.

(...) tinha ordem. Hoje em dia esse negócio de robá camarão, se era no tempo dele, ninguém robava, ele pegava a tarrafa. No nosso tempo nessa lagoa aqui dava peixe, tainha, tudo, e nós não podia botar rede.

(...) o lado ruim é porque a gente não pega mais o peixe que pegava. Eu preferia há trinta anos atrás. Se pudesse voltar naquele tempo...

Em síntese, nesta classe os pescadores enfatizam as mudanças que têm ocorrido no processo de desenvolvimento do sistema da pesca, tanto nas lagoas quanto no mar. Nas lagoas essas mudanças dizem respeito, sobretudo, à poluição, ao desrespeito pelas regras e à diminuição da quantidade de pescado. Já no contexto marinho, as mudanças estão relacionadas sobretudo ao avanço tecnológico, ao aumento do poder de captura na pesca, tanto na pesca artesanal quanto na industrial.

Desenvolvimento: ausência de apoio do poder público ao pescador artesanal

A classe 3 é pouco representativa, abrangendo somente 11% do total das UCE, e representa principalmente os pescadores implicados no processo de criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba. Esta classe refere-se à falta de apoio do governo, às promessas não

cumpridas, à falta de fiscalização e às incongruências no cumprimento da legislação, que por vezes mostra-se muito restritiva, e por outras, muito permissiva.

(...) quantas coisa que já veio pra pesca que a prefeitura vem e fica. O prefeito tinha pedido um trator grande pra tirar as embarcação da água, ele disse que ia vim dois trator, um era pra nós, e os dois trator veio, mas não veio pra nós.

(...) agora do jeito que tá a gente tá proibido até de molhar os pés. Eu logo à noite, se disser assim: - “Eu vou dá uma pescada, tem umas corvina”, eu tenho os meus aparelho, mas se eu for pegar esse pescado o IBAMA vai me pegar.

Em relação pra desenvolver do lado da pesca, um pouco mais de atenção também, no caso, fiscalização. Sei lá, no período, no caso se o camarão tá pequeno, fazer uma espécie de um defeso pra deixar crescer, o governo tirar um salário ou dois ou três.

(...) eu tive numa reunião que tinha o ministro da pesca em Laguna, o seu Hilário falou nisso. O rapaz disse isso aí, que não sei se tem, mas eu vou ver, eu sei que tem um dinheiro lá de vocês, uns cem mil, mas faltou a prefeitura mandar o orçamento da instalação de luz do estaleiro, que eles não mandaram.

O desconhecimento dos pescadores acerca da máquina burocrática e a falta de informação a respeito da legislação contribuem para os mal-entendidos e desconfianças em relação ao poder público.

Desenvolvimento: o turismo na ordem do dia!

A classe 2 é a mais representativa do *corpus*, compreendendo 142 UCE, ou seja, 38,17% do total das UCE classificadas. Os pescadores favoráveis às Resex têm grande importância na composição desta classe.

Tabela 01- Palavras associadas significativamente à Classe 2

Palavra	Freq.	χ^2
Aluga	19	17.98
Boa	24	6.43
Casa	51	5.46
Compra	22	6.42
Desenvolvimento	21	21.31
Dinheiro	26	6.47
Emprego	20	19.64
Garopaba	18	16.35
Imbituba	11	9.15
Pescador	67	5.47
Pousada	11	13.36
Preço	11	13.36
Terra	16	6.62
Turismo	60	44.92
Turista	16	13.15
Vem	47	8.47
Vende	33	15.25
Verão	28	14.19

A visão de desenvolvimento expressa nessa classe está associada às mudanças que vêm ocorrendo com a chegada do turismo, principalmente na temporada do verão, tais como, melhoria da oferta de emprego, aluguel de casas, venda do pescado a preço melhor, trazendo mais dinheiro para os municípios. Contudo, a fala dos pescadores expressa uma percepção acerca da ambivalência do turismo, que, se por um lado traz benefícios, por outro, já tem mostrado sinais de esgotamento. No entanto, os impactos negativos do turismo parecem ser minimizados diante dos seus benefícios econômicos.

(...) que tem muitos lugares hoje aqui que pela quantidade de pessoas que vem, não tem estrutura, então, não tá organizado, pra turismo não tá, não tem estrutura. A quantidade de pessoas que vem hoje pra Garopaba, Ibiraquera, Imbituba, tá faltando um pouco de estrutura pra isso, mas gera muito emprego, traz dinheiro, é muito bom.

A vida do pessoal aqui do município melhorou muito, já vem gente de fora pra se empregar aqui, que já falta mão de obra já, falta gente pra trabalhar. Já tá vindo até gente de fora pra trabalhar, tem muita gente de fora já morando aqui na Garopaba.

Então tem muita gente que não enxerga, se o desenvolvimento vim eles acham que vai ficar pior. Não é, não fica pior, fica melhor. Desenvolveu, o pescado eles vão guardar e vender pro particular, não vão vender pro atravessador.

As palavras Imbituba e Garopaba indicam que esse processo de desenvolvimento com destaque para o turismo apresenta maior relevância nesses municípios, onde os pescadores artesanais parecem depender mais das atividades extra pesca - seja das atividades diretamente ligadas ao turismo, seja de outros serviços. Nesse sentido, a pluriatividade tem uma importância econômica menor na região do Farol de Santa Marta, onde os pescadores artesanais, com exceção da temporada do verão, dedicam o seu tempo quase que exclusivamente às atividades pesqueiras. Os problemas relacionados à falta de infraestrutura, como precariedade das estradas e saneamento básico, e também a questão do uso de drogas, são citados por alguns pescadores. A visão compartilhada entre os pescadores oscila entre uma visão amplamente positiva em relação ao turismo e uma visão um pouco mais crítica, que apesar de reconhecer os seus benefícios, chama atenção para os prejuízos causados pela forma com que esse turismo vem sendo desenvolvido.

O nível de dependência econômica do pescador em relação ao turismo parece ser uma questão relevante para o seu posicionamento em relação à atividade turística. O aumento do número de pousadas, pertencentes a pessoas “de fora”, mostra-se como uma questão relevante, pois tem reduzido a oportunidade dos pescadores alugarem as suas casas.

Eu acho que tá se desenvolvendo, e bem, em tudo. Tem consequência também, como vai vim a coisa boa vai vim a coisa ruim. Se vem o turista pra cá, vai vim o ladrão junto. Se vim, tudo gira, um acompanha o outro.

(...) o próprio turismo, o turismo bom, o turismo de massa, vai perder muito turista. Vai vim mais o veranista. Aí tem que classificar, tem o turista e o veranista.

O turismo, a especulação imobiliária, é bom pro município, que traz emprego. Pra nós pescador não mexeu em nada. Eu não dependo do turismo, eu dependo da pesca. O pescador hoje, o turismo é bom pra quem tem apartamento, pra quem tem casa, que aluga. Hoje é pouco pescador que aluga casa, porque tem muita pousada, muito apartamento.

O desenvolvimento aqui é o negócio do turismo. Foi bom, né, o pescador aluga uma casa, outro arruma um serviço, um emprego, e vai levando assim, foi bom. Chega no verão vende o peixe mais caro um pouquinho, tão pegando a três, três real e cinquenta a pescadinha. Senão era um real, um e vinte.

(...) tem muita gente concentrado na época de temporada, e é o que ganha o dinheiro suficiente pra sobreviver. E tem muita casa de aluguel também, o próprio pescador tem casa de aluguel.

Mesmo aqueles que expressam um posicionamento mais crítico em relação ao desenvolvimento da região reconhecem os benefícios do turismo:

O desenvolvimento tem, mas não pro lado certo, tá tudo errado. Mas uma coisa puxa a outra, vem muita gente, vem pra Garopaba comprar peixe, no verão tem filé de pescada.

Por fim, vale a pena ressaltar que a estrada é uma infraestrutura bastante demandada pelo pescador, pois beneficia tanto o turismo quanto a atividade pesqueira:

(..) primeiro de tudo pra nós é a estrada, a estrada é a primeira coisa pra nós ter o desenvolvimento aqui. Um motivo pra nós que pesquemo, tanto pro pescador tanto pro comerciante, pra tudo, a estrada tando boa o pessoal vem e volta, e gasta. Eles gastam, o pescado fica outro preço, não é de graça pro atravessador.

Essa estrada aqui é uma visão de desenvolvimento pra nós. O pessoal que vem de fora e passa aqui, se vier hoje não vem mais. Então a gente perde o pessoal do turismo, são eles que trazem dinheiro pro pessoal nativo.

Desenvolvimento: melhoria dos acessos viários

A classe 4, apesar de ter menor relevância, representando 16,94% do total das UCE, merece ser mencionada, pois revela as principais demandas para que a região possa se desenvolver mais. A melhoria dos acessos viários, representada pelas palavras *estrada* e *asfalto*, se configura enquanto a principal demanda dos pescadores envolvidos no contexto da Resex do Cabo de Santa Marta, principalmente os pescadores das lagoas. Como vimos, a melhoria dos acessos viários também está presente na classe 2, apesar de não ser uma dimensão central.

Tabela 02- Palavras associadas significativamente à Classe 4

Palavra	Freq.	χ^2
Asfalto	13	26.19
Causa	15	14.72
Desenvolver	39	11.14
Estrada	28	28.89
Mudar	10	13.55
Organizar	12	21.80
Precisa	15	14.72
Prefeitura	18	6.48
Região	17	11.49

A questão do asfaltamento das estradas é um tema que implica fortemente as comunidades da Ilha. Após uma série de embates envolvendo as comunidades locais, a ONG Rasgamar e representantes do poder público municipal e estadual, atualmente a principal via de acesso a essas comunidades está sendo asfaltada. Apesar dessa demanda estar presente também na fala de pescadores do Farol de Santa Marta, que em sua maioria apoiam o asfaltamento da estrada, encontra maior representatividade no âmbito dos pescadores das lagoas. Inclusive, em entrevista realizada com a presidente da UAPI, a mesma revelou que a primeira ação coletiva mais significativa da associação está relacionada com a luta pelo asfaltamento da principal via de acesso das comunidades da Ilha, a rodovia estadual SC 100. Diversas foram as ações coletivas dessas comunidades em prol do asfaltamento, como passeatas,

participação nas consultas públicas, com o intuito de solicitar o apoio dos órgãos públicos.

A estrada, para esse grupo, seria um dos grandes motores de mudança para o desenvolvimento. Os pescadores ressaltam a necessidade de uma “boa estrada” para facilitar a vinda dos turistas e, conseqüentemente, a venda do pescado. Além disso, um argumento mobilizado pelas lideranças locais é que ter uma “boa estrada” significa assegurar o direito de ir e vir com dignidade das comunidades - um direito de todo cidadão. E nesse contexto, a prefeitura é vista como o principal ator social local que poderia dar apoio a essas demandas.

Como você vê, o nosso Farol tá abandonado, precisando de estrada, se organizar, a nossa estrada aí. A gente tá tentando entrar num consenso com a prefeitura, os órgãos ambientais. Então que a gente lutasse junto, não entrasse em conflito como tá havendo esse conflito aí, entre o pescador e o industrial.

A gente quer o Farol como é, só um acesso aí. Aqui no Farol mesmo mudança quase não teve. A única mudança que teve foi nos últimos anos, foi a Prainha, o calçamento que mudou um pouquinho, deu uma melhoradinha.

Até tem desenvolvido, não muito rápido, mas tem desenvolvido, mais ainda pelo asfalto de Tubarão a Camacho, porque o pessoal de fora começou a investir mais no nosso lugar. Não é por causa do nosso lugar e do pessoal daqui que desenvolveu, tem desenvolvido por causa da estrada, da melhoria da estrada.

(...) pra gente o que tá precisando é a estrada. A gente vê poucas mudanças em tudo, pra gente continua do mesmo jeito. Cada ano, em termos de pescado, tá diminuindo um pouco o pescado.

A reivindicação por melhorias nas estradas é uma reivindicação bastante comum nas associações locais e centros comunitários. O Centro Comunitário de Ibiraquera, em Imbituba, por exemplo, criado em 1993, foi reestruturado e retomou as suas atividades em 1998 em função da

reivindicação pelo calçamento da principal via de acesso à comunidade de Ibiraquera (ADRIANO, 2011, p.118).

As classes destacam dimensões de uma mesma representação social sobre o desenvolvimento, na qual os pescadores artesanais compartilham uma visão que enfatiza as relações de sinergia entre a pesca artesanal e o turismo. Nesse sentido, apesar da classe 1 ser composta principalmente pelos pescadores que estão contra a Resex e a classe 2 representar a visão dos pescadores favoráveis à Resex, estas não apresentam conteúdos opostos, ou seja, não expressam representações sociais distintas sobre o desenvolvimento.

O avanço do turismo nas últimas três décadas tem sido um dos principais vetores do desenvolvimento na região, provocando mudanças significativas no modo de vida dos pescadores artesanais, como foi elucidado no capítulo 4. Nesse sentido, os pescadores estão integrados à dinâmica de desenvolvimento econômico vigente na zona costeira, e usufruem dos benefícios econômicos ocasionados, principalmente, pelo advento do turismo. Nesse sentido, não apresentam um posicionamento de embate e resistência em relação ao processo de desenvolvimento. O pescador não é mais o pescador-lavrador, e sim, o pescador que já não possui terras para plantar, que loteou seus terrenos e vendeu aos turistas e/ou construiu casas para alugar na temporada de verão. Assim sendo, a inclusão de área terrestre nos limites das Resex foi fortemente combatida pelos pescadores, incluindo os pescadores que pleitearam a Resex.

É relevante pontuar que essas mudanças não vêm ocorrendo de forma homogênea ao longo do litoral. Os pescadores da região do Farol de Santa Marta e arredores vivenciam um relativo isolamento fora da temporada de verão, e o turismo parece estar em um estágio menos avançado se comparado a outras regiões. A própria composição da paisagem revela um turismo ainda com características mais comunitárias, caracterizado pela prevalência das casas para alugar e restaurantes que pertencem aos nativos. Por outro lado, no núcleo pesqueiro de Garopaba, por exemplo, apesar das semelhanças em relação ao Farol quanto ao poder de captura da pesca, a cidade está voltada quase que exclusivamente para o turismo. Os pescadores encontram-se assim mais integrados ao turismo de massa, o qual é o principal vetor de desenvolvimento da cidade.

Nesse sentido, a representação social sobre desenvolvimento indica que os grupos de pescadores – os “contra” e os “a favor” da Resex – não

se delineiam em função de compartilharem visões opostas acerca do desenvolvimento da região. Tanto o grupo de pescadores que são favoráveis à Resex quanto o grupo que se posiciona contra expressam uma visão que evidencia os efeitos benéficos do desenvolvimento em detrimento de seus impactos negativos, sejam eles sociais ou ambientais. Isso não quer dizer que no interior desses grupos não haja pescadores e lideranças que tenham percepções e discursos diferenciados. No caso da Resex da Pesca de Imbituba e Garopaba, existem lideranças da pesca que há cerca de uma década participam de espaços públicos de gestão ambiental - como é o caso do Fórum da Agenda 21 e o Conselho Gestor da APA BF - e incorporaram em seus discursos a questão ambiental.

Enfim, os pescadores que estão favoráveis à Resex não parecem reivindicar a construção de um outro estilo de desenvolvimento para a região. As representações sociais sobre a crise da pesca artesanal e sobre a Reserva Extrativista mostraram-se valiosas para compor a compreensão desse cenário.

7.1.1.2 Representação social sobre a crise da pesca artesanal

Este *corpus* foi dividido em 608 UCE, das quais 472 foram analisadas, ou seja, 77, 63% do total das UCE. Houve uma primeira partição separando o *corpus* original em dois *corpora* derivados: o que gerou depois as classes 1, em oposição a outro que originou as classes 2, 3 e 4. Depois houve uma segunda partição que separou as classes 2 e 3, e uma terceira partição que separou as classes 3 e 4.

Figura 11: Dendograma de classes sobre a representação social acerca da Crise da Pesca Artesanal – grupo de 60 pescadores

Crise da pesca: se expressa na atual condição do pescador da lagoa

A classe 1 é a mais representativa do *corpus*, compondo 312 UCE, o que representa 66,10% do total das UCE do *corpus*. Os pescadores artesanais que exercem suas atividades principalmente em território lagunar são os maiores responsáveis pela composição dessa classe. Como há uma correspondência quase total entre território e posicionamento em relação à Resex, logo, essa classe também está associada aos pescadores que se posicionam contrários às Resex.

Tabela 03- Palavras associadas significativamente à Classe 1

Palavra	Freq.	χ^2
Camacho	10	5.24
Camarão	48	13.5
Carteira	11	5.78
Dinheiro	18	9.60
Família	13	6.86
Governo	23	9.42
Lagoa	69	25.62
Nativo	11	5.78
Pescador	116	27.74
Problema	19	4.83
Serviço	10	5.24
Sobreviver	10	5.24
Trabalho (ar)	62	4.08
Vive	26	11.09

Essa classe se organiza em torno das palavras *pescador* e *lagoa*. Nela a crise da pesca artesanal está diretamente relacionada a alguns *problemas* vivenciados pelo *pescador* no contexto das *lagoas*. É interessante notar que a crise se caracteriza pela grande quantidade de pescadores “só de *carteirinha*”, no desrespeito às normas tanto pelos pescadores *nativos* quanto pelos pescadores “de fora”, e na conseqüente “depredação” da *lagoa* e seu principal recurso pesqueiro - o *camarão*. Essa situação tem colocado em risco a *sobrevivência* do pescador artesanal da lagoa, que em sua maioria não *vive* só da pesca, precisa *trabalhar* em outro *serviço*. O *governo*, por sua vez, configura-se como um dos grandes responsáveis, pois não cumpre o seu papel referente à fiscalização, sendo conivente com essas irregularidades.

As UCE mais representativas dessa classe tornam mais claras as relações entre as palavras:

Hoje depender de pesca no complexo lagunar, olha, se disser eu vivo, e vivo bem, eu chamo ele de mentiroso, porque não vévi. Você corre a lagoa hoje, quantos pescador tem? Pescador profissional são pouco, existe o pescador só de *carteirinha*. Isso aí é cada um, se o governo não fiscaliza, não sou eu que vou fiscalizar.

Que botem a lei certa, pune quem não é pescador e que tão tirando o seu seguro, pegando o dinheiro do governo. Pune e faz a coisa correta.

O que que esse povo vai fazer? Porque a maioria, por exemplo, eu trabalho hoje, dentro da nossa relação de serviço. Se for colocar eu, eu me considero pescador nativo. Mas desde o momento que eu tiver a minha carteira assinada não sou mais pescador nativo (...).

Eu sou pescador profissional industrial e sou pescador profissional artesanal, porque quando eu vou pra industrial eu dou baixa na minha carteira artesanal e vou trabalhar na industrial, que aí é um trabalho fichado. Quando eu saio de lá o que eu tenho que fazer? Dá baixa na minha carteira pra alterar a minha industrial, para depois de um ano, seis meses, agora um ano e seis meses, eu começar a recolher o meu defeso.

Na época, há um bom tempo atrás, o casal tinha quinze filhos, doze, dez, tudo criado aí de dentro. Hoje, com essas condições que a lagoa tá sendo depredada, como é que essa pessoa vai sobreviver?

Não tá em crise, só tá em crise o desaforo, que tem o desrespeito, o próprio pescador profissional do lugar também. Se nós temos trinta por cento de pescador profissional, setenta por cento é coisa que já tá irregular, ou quarenta ou cinquenta por cento. Mas tem vinte ou trinta por cento que são pessoal nativo, são pescador profissional.

Ao olharmos a trajetória de desenvolvimento da região constatamos que o pescador artesanal nunca viveu só da pesca. Nesse sentido, a legislação que condiciona a concessão da carteira de pescador profissional à exclusividade da atividade pesqueira não considera a questão da pluriatividade dessas comunidades. Assim, o fato do pescador ter ou não a carteira de pescador profissional não parece ser o critério mais relevante utilizado por esses pescadores para limitar o acesso aos recursos da lagoa. Contudo, a pesquisa revelou diferenças entre as percepções dos pescadores das lagoas de Ibiraquera e Garopaba, e os pescadores do Complexo Lagunar. Na lagoa de Ibiraquera, apesar de haver grande número de pescadores “de fora” e pescadores amadores, o principal pleito não é a exclusão desses pescadores, e sim, que esses

pescadores cumpram as regras estabelecidas, que de modo geral, são consideradas legítimas perante os pescadores locais. A fala de um pescador nativo de Ibiraquera explicita essa questão:

Então a gente queria assim, se nós tivesse maneira de colocar um policiamento com nós, fiscalização permanente, essa pessoa com certeza ia voltar ao normal. Ele até poderia fazer o trabalho dele, exercer a profissão dele, que não seja uma carteira assinada. Mas pegar o camarão no nosso limite, até pra ajudar a rendinha dele. Que tem fase do ano, passa o ano todo, e a gente não pega uma profissão pra fazer.

Muitos pescadores das lagoas de Ibiraquera e Garopaba realizam a pesca para a complementação de renda, alimentação e/ou como forma de manter uma tradição. O fato dessas lagoas não abrangerem grande extensão territorial e a própria sensibilidade ambiental desses ambientes faz da pescaria nas lagoas uma atividade incerta. Esses pescadores sempre exerceram outras atividades, seja a lavoura, ou o turismo e a pesca nos barcos industriais, mais recentemente. Com o desenvolvimento do turismo, esses pescadores cada vez mais têm dividido o seu território de pesca com os turistas e pescadores de outras regiões, que praticam a pesca como uma atividade de lazer. Adaptados à presença constante dos turistas, os quais, como revela a representação social sobre o desenvolvimento, “trazem dinheiro para o nativo”, esses pescadores não demandam a exclusão dos pescadores de fora, e sim, que haja o respeito pelas regras construídas pelo pescador.

Já no complexo lagunar, existe um posicionamento mais claro no sentido de excluir os pescadores que exercem outras profissões, em geral turistas. A alta produtividade das lagoas e sua grande extensão geram condições mais propícias para que muitos pescadores sobrevivam da pesca, apesar do alto nível de degradação ambiental constatado atualmente. Desse modo, a presença de pescadores de fora implica no aumento da competição pelo recurso. Além disso, nessa região, a pluriatividade parece ter importância menor. Os imigrantes que povoaram a região da Ilha o fizeram com o interesse principal na atividade pesqueira, de modo que a pesca é uma atividade que ainda é priorizada até mesmo diante do turismo. No entanto, o turismo tem crescido também nesta região. No verão - período da safra do camarão -, os pescadores dividem o território de pesca com os turistas. Cientes que muitos turistas são atraídos para a região devido à possibilidade de

exerceram a atividade pesqueira, os pescadores, mesmo expressando fortes críticas em relação à presença dessas pessoas, na prática, são coniventes com essa situação.

Outra questão relevante nesta classe é relativa aos problemas com a abertura da barra do Camacho, que aparecem como um forte condicionante da crise da pesca nesta lagoa e demais lagoas próximas.

Essa barra do Camacho já foi uma pendenga com a APA da Baleia Franca pra fazer isso aí. A APA da Baleia Franca existe, eu não vou dizer que não, eu até concordo muito. Eu também sou ambientalista, gosto muito do meio ambiente, mas não demais.

Os conflitos que envolveram a abertura da barra do Camacho estão presentes na representação social sobre crise da pesca artesanal. Como elucidado anteriormente, em um lado encontra-se a APA BF e seu Conselho defendendo a questão estritamente ambiental. Na outro extremo estão os pescadores tentando assegurar a sua sobrevivência. Na região do Camacho muitas famílias de pescadores dependem da pesca na lagoa para sobreviver, e a abertura da barra garante a entrada dos recursos pesqueiros e também a renovação do fluxo de água - comprometida pelo diversos produtos químicos advindos principalmente da extração do carvão e das plantações de arroz. A poluição das lagoas é amplamente percebida pelos pescadores entrevistados, o que vem a reforçar a necessidade da abertura da barra.

Crise da pesca: invasão dos barcos industriais no território do pescador artesanal

A classe 2 é formada de 64 UCE, 13,56% de todo o *corpus*. Esta classe é oposta à classe 1, representando a visão compartilhada pelos pescadores do mar no contexto da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, os quais em sua maioria são favoráveis à criação da Resex. Diferentemente do conteúdo da classe 1, a crise da pesca artesanal não se expressa na condição socioeconômica do pescador artesanal, e sim, na redução do estoque pesqueiro. Nesse sentido, o foco desta classe não encontra no pescador, e sim, no peixe.

Tabela 04- Palavras associadas significativamente à Classe 2

Palavra	Freq.	χ^2
Arrasto	24	8.44
Barco	51	15.48
Corvina	18	6.24
Costa	18	10.24
Dia	61	9.59
Hora	14	6.04
Malha	22	40.82
Mar	27	23.31
Pegar	87	35.58
Peixe	111	14.35
Quilo	19	33.20
Rede	58	49.24
Tainha	20	4.82
Tarrafa	15	5.17
Tonelada	17	39.36

A crise está associada ao histórico conflito territorial entre a pesca artesanal e a pesca industrial. De um lado, os barcos de arrasto e as traineiras com seu alto poder de captura, extraíndo toneladas de peixe do mar e, de outro, o pescador artesanal com sua territorialidade e petrechos limitados, atribuindo a ele condições desiguais de *pegar* o peixe. Os recursos pesqueiros que se destacam são a tainha e a corvina, por serem umas das pescarias de maior relevância sociocultural e/ou econômica para as comunidades de pescadores.

A parelha e o camaroeiro pegam tudo. Pra uma parelha trazer cinquenta tonelada de peixe, eles jogam duzentas fora, o tamanho que eles vão pegar futuramente, aí não dá. E rede treze de arrasto, ela puxa uma parede, pega tudo, eles vão pegando e só querem o que é bom e vão jogando fora.

Tiveram uma semana toda arrastando, vão lá na outra ponta, começaram com dois barco, e em dois dia tinha oito barco, eu vi eles pescando. Então se eles pegar a nossa costa marinha e limpar tudo com esses barco de arrastão, nós não vamo ter pescado. Se pegarem as matrizes tudo não vai sobrar nada.

Eu me lembro, a Garopaba botava duzentos anzol, levava duzentos peixe na lancha pra terra, a remo naquela época. Agora Garopaba viaja três horas de mar afora pra trazer uma caixa de peixe. você já pensou viajar três horas motor aberto pra fora!? E aonde eles vão não vê nem o morro mais, e muitas vezes vem com uma caixinha de peixe, com dez, doze quilo de peixe.

A tendência de pescar é a rede mínima, malha mínima, malha que já dá sombra. Quando você vê uma malha tipo guarda chuva, sente que não vai sobrar nada.

O avanço tecnológico na atividade pesqueira, promovido principalmente a partir da década de 1970, aparece como um dos principais fatores da eclosão da crise na perspectiva desses pescadores. O relato acima de um pescador fez referência, inclusive, ao aumento do esforço de pesca.

Essa classe revela também a visão de crise dos pescadores artesanais da praia, que pescam de anzol e tarrafa nos costões, e que são proprietários de parelhas de arrasto e picaré. A visão desses pescadores, em sua maioria mestres de pesca, delineia um processo avançado de crise, que tem provocado a extinção de muitas espécies de pescado:

(...) que muita qualidade de peixe que entrava dentro de casa, que a gente trazia pra cá, não existe mais, é uma invasão total. A garopa terminou, o pampo também, os outro peixe também, então o que é que a gente vai fazer lá no costão? Largar um anzol com um pedaço de isca lá não adianta, porque não tem.

Então o peixe de anzol, você vai lá e bota o anzol, pega só aquele que quer pegar. Mas uma rede não, aonde ela passa ela vai limpando.

A gente vai falar e ele não vai acreditar, porque já tem alguns tipo de peixe que a gente diz, ah, eu pegava um pampo, pegava uma garopa de vinte, trinta quilo. Agora vai ter peixe de vinte quilo? Eles vão dizer que é mentira, mas é verdade.

Crise da pesca artesanal: oscila conforme as condições climáticas

A classe 3 possui representatividade similar à classe 2, representando 13,68% das UCE do *corpus*. Ela foi produzida principalmente pelos pescadores do mar da região do Farol de Santa Marta.

Tabela 05- Palavras associadas significativamente à Classe 3

Palavra	Freq.	χ^2
Anchova	18	29.51
Ano	80	27.70
Antigamente	18	6.69
Boa	14	11.17
Corvina	18	37.75
Dava	16	19.73
Dia	61	5.91
Farol	12	8.78
Mar	27	6.83
Matar	29	27.20
Melhorar	25	16.70
Mês	30	5.14
Peixe	111	5.68
Rio (Grande)	21	17.02
Ruim	21	17.02
Safra	14	66.61
Tainha	20	18.58
Tempo	31	14.67
Tonelada	17	4.09
Traineira	11	5.33
Vento	15	60.70
Bastante	25	8.23

As falas abaixo confirmam a importância das condições climáticas (vento, corrente marítima, temperatura da água) como uma dimensão chave para explicar a oscilação da captura de peixe nas diferentes safras.

O clima prejudicou muito nós. Esse ano a gente esperava de dá uma safra de corvina boa no inverno e não deu. Esperamo uma safra boa de tainha e não deu, uns dois ou três que pegaram, aí depois veio a pesca da abrótea, que foi a melhor.

Tá, tá, tá um pouco, né. Quando eu comecei a pescar também a gente falava que antigamente dava mais peixe. Mas depende da época também, né, depende muito do tempo, porque as vezes tem ano aí que não dá peixe nenhum, daqui a pouco chega o ano que vem dá, depende muito do clima.

(...) mas depois veio a corvina de setembro, outubro e novembro, a gente sempre foi acostumado a pegar antes da anchova e não deu. E a anchova que a gente esperava dar uma safra boa, foi um caos.

E outra também, o peixe, não sei, vai se acabando, a gente não sabe explicar o porque. Tem muito pouco peixe, esse ano não se matou corvina, não deu, a anchova aqui pra nós, teve região que deu bastante, mas aqui pra nós já não deu. A safra foi bem pouca anchova, mas o motivo da pouca anchova aqui foi a água, água muito gelada (...).

(...) temperatura pra nós aqui é de vinte e quatro graus, vinte e oito. No caso da corvina, tem bastante corvina aí, não dá o vento bom. A anchova agora que vai aparecer bastante mas não pode mais trabalhar, tem o defeso. Mudou tudo, nessa época agora não tinha mais safra da anchova, já tinha acabado.

(...) corvina tinha época que não matava nada, e agora tá, de uns anos pra cá tá dando todo ano bastante corvina. Então depende do tempo e muita, no começo o que atrapalhava muito era as traineira, nós não, todo mundo, né.

(...) tem época que aparece peixe, daqui a pouco some. Afinal quanto tempo ficamos sem matar peixe, agora de repente apareceu aquela mareada de peixe ali?! Uma porção deles se safou, deram lance de peixe como nunca ninguém viu aqui no Farol. Então é assim, né, hoje tem muitos aparelho, tá muito modificado, quando aparece mata, né.

É que não da certo dela (tainha) vir aqui, né. Então o ano retrasado deu uma lestada, ela não veio, esse ano deu muito vento, ela foi até o Rio de Janeiro.

A gente não pode dizer que tem (crise), porque tem época que tá ruim tá, mas daqui a pouco melhora. Ela teve uns tempo aí muito ruim, mas agora de uns três, quatro anos pra cá melhorou.

Esta classe revela também a especificidade da pesca de arrastão de praia, principalmente da tainha, muito comum nas comunidades de Torneiro, Campo Bom e Arroio Corrente. Essa pescaria envolve um amplo território pesqueiro, que se estende até o Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Contudo, com as restrições de acesso a esse território impostas pela legislação, esses pescadores vêm reduzindo o seu território pesqueiro ao estado de Santa Catarina. Este fato parece ter consequências negativas, uma vez que esses pescadores permanecem mais vulneráveis à disponibilidade de peixe pescado nesse território mais restrito:

(...) tem que pegar trinta, quarenta, e aí, e isso não tem acontecido. Antes pegava, né, antes dava bastante peixe. Eu acho que ainda tem dado peixe. O que tem atrapalhado nós é que nós pescava no Rio Grande, então esperava, ia pro Arroio do Silva, ia pro Rio Grande.

(...) mas pescador que pesca porque precisa não tem nenhum. O pessoal foi se afastando da praia, foi ficando ruim, teve uns anos que deu muito ruim. (...).

Crise da pesca artesanal: invasão da pesca industrial no território do pescador artesanal

A classe 4 foi gerada pelos pescadores do território marinho, porém não é representativa de um conhecimento compartilhado (34 UCE, 7,20% do total do *corpus*). Essa classe reafirma a importância da atuação da pesca industrial na promoção da crise da pesca artesanal. São evidenciadas as disputas territoriais nas cinco milhas da costa, envolvendo, por um lado, os barcos de arrasto e as traineiras, e por outro, a pesca artesanal.

Tabela 06- Palavras associadas significativamente à Classe 4

Palavra	Freq.	χ^2
Arrasto	24	7.03
Aumento	13	5.04
Barco	51	49.97
Causa	14	27.44
Costa	18	28.11
Crise	44	5.50
Embarcação	13	30.34
Entra	13	19.54
Hora	14	17.55
Industrial	26	16.01
Milha	13	144.85
Rede	58	4.30
Traineira	11	37.34
Cinco	24	18.25

Para esses pescadores, a proibição de algumas artes de pesca utilizadas pela indústria pesqueira e também da pesca da tainha nas cinco milhas da costa²⁰⁶, apesar dos problemas relativos à falta de fiscalização, já apresenta resultados positivos.

Tá em crise por causa da indústria pesqueira, porque a linha de ação deles não é na costa, parece que é três ou cinco milha pra fora. Se eles respeitar as três ou cinco milha, não sei qual é a lei deles lá, se eles respeitar e deixar a costa pra nós resolve o problema de todo pescador artesanal.

(...) melhorou bastante por causa do barco industrial que se afastaram. Aí melhorou bastante pra nós. Foi o Ibama, a Ambiental que veio com essa lei aí pra nós. Se você pegar um barco desse, tem algum que ainda consegue entrar escondido, mas se pegar eles nas três milhas são proibido, tem uma multa. Aí eles não arriscam tanto mais como eles arriscavam antes.

²⁰⁶ Os pescadores costumam se referir à existência de uma norma que proíbe a pesca industrial nas cinco ou três milhas da costa. Contudo, a única normativa relativa à proibição da pesca industrial é relativa à pesca da tainha (IN MMA nº 171/ 2009).

Eu acho que tem época que tá, tem época que os barco industrial entra aí e deixa nós na crise. O pouco que tem eles vem nesse espacinho que nós temo, né.

Os resultados do estudo das representações sociais elucidam duas representações acerca da crise da pesca artesanal, as quais se diferenciam pelo território de pesca. A Classe 1 elucidada a representação social dos pescadores do território lagunar, que é uma representação da crise que se materializa na condição do “ser pescador”, diante da dinâmica de desenvolvimento econômico que prevalece na zona costeira catarinense. Um pescador de tempo parcial, que se dedica a outras atividades econômicas, e compartilha o território de pesca com outros pescadores que exercem a atividade por lazer. Esse pescador nativo, ao mesmo tempo em que vivencia uma situação de competição pelos recursos pesqueiros com os pescadores “de fora”, caracterizados por eles como, aposentados, turistas ou veranistas, tem uma relação de dependência econômica em relação a esses mesmos atores sociais em função do turismo. A dimensão sociocultural, na qual esses pescadores reafirmam seus saberes e territorialidade na pesca, auto identificando-se como pescadores nativos, fica em grande medida subsumida pela dimensão socioeconômica, que ganha maior relevância a partir das décadas de 1970 e 1980, com a intensificação do turismo na região.

As classes 2, 3 e 4 referem-se a uma única representação social, que é compartilhada pelos pescadores do território marinho. A crise está associada à invasão dos barcos industriais no território do pescador artesanal. A condição climática se configura como um fator importante para se compreender a crise, principalmente para os pescadores da região do Farol de Santa Marta e alguns pescadores do núcleo de Garopaba, reafirmando a imprevisibilidade da atividade pesqueira. Ser pescador é lidar com o risco, as intempéries climáticas e incertezas. Aí estaria uma dimensão da crise que não pode ser minimizada e ou resolvida pelo manejo da pesca.

Se para os pescadores do mar a crise se manifesta primordialmente no território “líquido”, para os pescadores das lagoas a crise ocorre nos interstícios dos territórios líquido e terrestre, ficando a atividade pesqueira nas lagoas muito mais vulnerável ao processo de desenvolvimento que acontece “em terra”. Nesse sentido, as diferenças de representações sociais ocorrem em função do território de pesca.

Compartilhando representações sobre a crise da pesca artesanal que não são opostas em termos de conteúdo, mas que revelam sobretudo especificidades de cada território de pesca, como compreender os posicionamentos antagônicos em relação à criação das Resex? A seguir, o estudo das representações sociais dos pescadores sobre a reserva extrativista desvenda um componente fundamental deste quebra-cabeça.

7.1.1.3. Representação social sobre Reserva Extrativista

Os resultados do estudo das representações sobre Reserva Extrativista foram obtidos por meio da análise por contraste, utilizando-se a variável atitude, a fim de delimitar os dois grupos com posicionamentos distintos em relação à Resex: os pescadores contra e os pescadores favor.

1. Grupo de pescadores favoráveis à criação das Resex

Para os pescadores favoráveis à criação das Resex, em sua maioria pescadores do território marinho, a mesma é um mecanismo para afastar o barco industrial para fora das cinco milhas da costa, reservando essa área exclusivamente para os barcos artesanais.

Tabela 07- Palavras associadas significativamente ao grupo de pescadores favoráveis às Resex

Palavra	Freq.	X²
Área	43	4.62
Artesanal	26	21.10
Barco	28	10.89
Costa	17	7.09
Governo	11	6.19
Industrial	23	21.04
Milha	32	10.08
Pedra	15	5.05
Peixe	47	9.35
Rede	42	5.37
Respeitar	10	5.07
Tirar	28	6.32

Seguem abaixo algumas UCE representativas desse grupo:

(...) então eles respeitando cinco milha ou, eu acho que é cinco milha, eles respeitando, resolve todo o problema do pescador artesanal no Brasil. Porque se eles respeitar o peixe fica na costa pro pescador artesanal pescar. Vamo fazer uma festa no dia que o presidente liberar, vai ter uma festa no farol. Eu sou o primeiro a soltar foguete, pra nós festejar, se Deus quiser.

Essa reserva é pras indústria pesqueira respeitar o nosso, a nossa costa, né, pra eles pescar mais afastado, deixar a costa pra nós. Não nós deixar a costa pra eles, porque nós não temo embarcação pra ir muito longe.

E reserva no nosso entendimento é isso aí, vai ser botado o que? Malha de rede, quantia de rede, área que pode pescar, limitada, né, outras já não pode. O meu entendimento é assim, pelo menos foi o que a gente entendeu nas reunião que teve.

Os conflitos e problemas que ocorrem nas pescarias na laje do Campo Bom, importante pesqueiro no contexto da Resex do Cabo de Santa Marta, também ganham destaque nas falas dos pescadores, que veem a Resex como uma possibilidade de fazer valer os acordos prévios relativos ao uso da laje do Campo Bom:

Esse ano não deu peixe lá na laje. Eu quase não fui lá, e aquela turma que tem um monte de rede, de gente rica, eles chegam lá e jogam em cima da pedra, o peixe vai malhando, vai apodrecendo.

(...) quem pode mais chora menos. Esses barco de rico, que eles que dão a rede, eles vão lá e jogam tudo na pedra. “O que eu pegar tá bom, o que eu perder a rede é deles mesmo, pra mim é lucro.”

As UCE abaixo demonstram que o conhecimento adquirido e o posicionamento em relação às Resex foram tecidos em meio a controvérsias, dúvidas, medos e receios. Dois grupos defendendo os seus interesses e posicionamentos, e nessas relações cotidianas comunitárias, os pescadores artesanais foram construindo os seus respectivos posicionamentos, com base nas relações de confiança que cada um estabelece com quem comunica a informação.

Depois de feito não adianta mais, né, e a gente fica com receio. Eu até sou a favor, mas desde que deixe nós trabalhar toda vida, né, que faça as coisa certinho pra nós trabalhar toda vida. Porque uma reserva pra nós era bom, porque aí não ia poder mais entrar barco industrial, muita gente não ia poder usar.

Eu não sei, pra mim justificaram que a reserva deles não ia prejudicar nós em nada, quem pescava não ia ser prejudicado. Mas a gente já tá dando a entender que já tá mexendo com alguma coisa (...).

E o nosso medo era isso aí também, a reserva extrativista que podia daqui a pouco eles não deixar nós pescar aí também, muita gente falando isso. Mas falavam pra nós que não, que era só ter uma área deles ali pra proteger, que a embarcação com mais de dez tonelada não podia pescar ali na costa, os barco industrial tinha que ser cinco milha pra fora.

(...) bastante gente era contra. Não era contra, ficavam em dúvida, muita gente dizia: - Ah, não deixa fazer isso aí, tu vai ter que tirar tua casa daqui, vai ficar numa área de preservação e vais perder o terreno, depois tu fica na mão dos outro!

Em síntese, a representação social dos pescadores a favor da Resex revela que esses pescadores acreditam que a Resex é uma política pública que irá empoderá-los diante do conflito com a pesca industrial, afastando os barcos industriais dos territórios da pesca artesanal. Nesse contexto, ganharam destaque os problemas vivenciados na pescaria da laje do Campo Bom, que tem se agravado com a venda dos ranchos de pesca para empresários no Farol de Santa Marta.

Apesar desse grupo se posicionar favorável à Resex, o estudo das representações sociais revelou a presença de pescadores que, mesmo apoiando a Resex, têm receios em relação às possíveis restrições que ela poderá impor ao uso dos recursos pesqueiros.

2. Grupo de Pescadores que se posicionam contra a criação das Resex

A tabela abaixo elucida as palavras mais representativas do grupo de pescadores que têm uma atitude contrária às Resex, com suas respectivas frequências e valor no teste do qui-quadrado.

Tabela 08- Palavras associadas significativamente ao grupo de pescadores contrários às Resex

Palavra	Freq.	χ^2
Baleia Franca	14	8.36
Baleia	12	10.08
Camarão	22	6.71
Fizeram	19	6.83
Quilos	12	6.69
Vive	20	5.27

Reserva Extrativista: é coisa da APA Baleia Franca!

Os termos *baleia franca* e *baleia* possuem centralidade na representação social sobre a Reserva Extrativista. Contudo, o primeiro não se refere à espécie baleia franca (*eubalaena australis*), e sim, à Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Aos serem indagados sobre a Resex, os pescadores buscam referências em seu conhecimento prévio, em suas experiências práticas, associando a Resex à APA BF. A visão negativa que os pescadores expressam sobre a APA BF assume grande relevância para o posicionamento em relação à Resex. A UCE abaixo é representativa:

O que hoje você viu de resultado da Baleia Franca no estado de Santa Catarina? Se você fazer uma pesquisa dentro dos dois município aonde é a abrangência deles, não deu resultado em nada, em nenhum ponto.

Apesar da APA BF ser uma UC de Uso Sustentável, a mesma é compreendida pelos pescadores como um território delimitado para a conservação da *baleia*. Portanto, a incompreensão acerca dos objetivos da conservação gera desconfiança em relação à própria existência da APA BF. Além disso, são diversos os relatos em que pescadores denunciam os prejuízos ocasionados pela perda de redes de pesca devido ao contato com a baleia, que tem o seu período de visita ao litoral justamente durante a safra da anchova. Somados a isto, há uma

confusão, na região de Garopaba e Imbituba, da APA BF com outras instituições que também levam o nome da baleia franca: o Projeto Baleia Franca e o Instituto Baleia Franca. A primeira, coordenada pela ONG Coalização Internacional da Vida Silvestre (IWC/Brasil), tem sede na praia de Itapirubá, em Imbituba, e foi a instituição proponente da criação da APABF; a segunda é uma ONG com sede na praia de Garopaba, que trabalha com educação ambiental e turismo embarcado de observação de baleia. Esta última não é “bem vista” pela maioria dos pescadores, que ressentem ainda o fato de não terem incentivos governamentais para realizar o turismo embarcado.

Aí é diferente, vamos preservar o animal, mas já temos uma lei pra baleia. Ninguém trata da baleia, ninguém manda ela embora que ela vai mesmo, ninguém manda ela vim que ela vem mesmo.

Só que a Baleia Franca usa a baleia pra ganhar dinheiro, que ela bota vinte, trinta fotógrafo dentro de um bote e vai bater foto da baleia, mais cinquenta pila cada um.

Quando os pescadores associam a Resex à APA BF, não o fazem somente no sentido de associar as duas categorias de UCs, mas principalmente como forma de justificar o posicionamento contrário à Resex. As relações de conflito e embates que esses pescadores artesanais sustentam com a APA BF, o conhecimento parcial acerca dos objetivos e papéis desempenhados por esta UC no território são alguns fatores que contribuem para esse posicionamento. A UCE abaixo retrata a fala de um pescador da lagoa de Garopaba, na qual relata uma reunião com a APA BF em que foi discutida a questão da dragagem desta lagoa.

Que papel vocês fazem pra sociedade? Aí alguém disse assim, “E aqueles terreno em Garopaba, vocês não interferiram lá? - Ah não, lá não tá nos nossos plano. E a área de abrangência da Baleia Franca vai até onde? - Ah não, mas lá não cabe pra nós.” Engraçado, né, se fosse um pobre que fosse aterrar vocês iam embargar porque não ia ter dinheiro pra pagar.

Que apoio vocês dão pro pescador? Se vocês tão puxando os pescador pro meio de vocês, que tá caindo o pescado e vocês querem ajudar o

pescador, e vocês tão prejudicando uma obra que o pescador vai se beneficiar dela.

A visão que compartilham sobre a APA BF enquanto uma instituição criada para a defesa do meio ambiente, seja por meio da proteção à baleia ou ao ordenamento do uso do solo, distante da realidade e necessidades concretas do pescador artesanal, é um argumento mobilizado para se posicionarem contra a Resex. Quando indagados acerca das diferenças entre a APA e a Resex, tais pescadores mobilizam diferentes discursos, oscilando entre uma fala que demonstra total desconhecimento e um discurso que conceitua a Resex como uma UC ainda mais restritiva do que uma APA, ou ainda, um território gerido pelos interesses da APA BF.

Na região do Camacho, os pescadores associam a Resex a outras UCs, como é o caso do Parque da Lagoa dos Peixes, no Rio Grande do Sul.

Se você fizer uma reserva que pega isso tudo aqui, aí cada um faz uma reserva, aí vamo fazer uma reserva pra nossa lagoa só pra nós. Tem uma lagoa lá no Rio Grande que não pode pescar, não pode nem mexer, e nós vivia. O que pesquemo de camarão lá quando era novo...

Reserva Extrativista: defesa de um modo de vida do passado

Para o grupo de pescadores que se posicionam contra à criação da Resex, ela significa a defesa de um modo de vida baseado no extrativismo, o qual já não representa a realidade do pescador artesanal da região. Desde a década de 1970, a pluriatividade baseada na pesca e agricultura vem progressivamente sendo substituída pelo binômio pescaturismo, trazendo transformações na organização do espaço e nas relações socioculturais e econômicas nas comunidades.

A Resex é uma reserva extrativista, é o lugar que vive só do extrativismo, de agricultura e pesca. Mas aqui na nossa região hoje a maioria, nós pesquemo e tudo, mas vivemo um pouco do aluguel de casa no verão.

(...) tudo quanto é casa tinha doze, treze filho, morreu e dividiram, não da mais pra plantar isso tudo. Porque cada um trocou um lote ou dois de

terra, já diminuiu. E foi trocado pelas casinha de aluguel. De oitenta pra cá, um fez uma casinha, outro fez outra, fez outra, se você vê por aí, quase todos eles tem uma casinha, duas, de aluguel.

(...) tem algum ainda que tem uma rocinha, mas a gente vive de aluguel de casa e pesca. O que mais dá o dinheiro é o camarão, mas chega mês de maio, junho, tem a tainha, dá pouco dinheiro, mas pesca.

(...) hoje já não plantemo mais, não temo mais nem onde plantar. E pra plantar, pra uma família sobreviver, o espaço não pode ser pequeno, tem que ter ao menos quatro hectares de terra.

A Resex significa um retorno ao passado, representado pela presença predominante do pescador-lavrador, e por isso, uma ameaça ao atual modo de vida dos pescadores artesanais, no qual os benefícios econômicos adquiridos com o turismo ganham importância crescente. Contudo, esse retorno ao passado se daria em nome da preservação ambiental, atendendo aos interesses das agências ambientais, que iriam impor limites ao uso e acesso aos recursos naturais.

Reserva Extrativista: perda de autonomia dos pescadores artesanais na gestão de seu território

Todo esse processo elucidado acima deságua na perda de autonomia dos pescadores artesanais, que ficariam à mercê dos interesses das agências ambientais:

Era uma das pior coisa. Se você vai fazer uma reserva extrativista o que é que vai acontecer? Se eu tiver errado você me corrija. Eu vou fazer uma reserva de Garopaba e Imbituba, o que que vai acontecer? Vai vim meia dúzia de gente mandar tudo isso aqui, e Garopaba e Imbituba tá sendo dois município em desenvolvimento.

(...) então tem que ser contra, tá entendendo? Eu sou contra um negócio pros de fora, mas pros nativo não sou contra.

E assim, ia ser pior pra nós, ia ser pior. Eu acho que ia piorar muito isso aí, até a pescaria ia ficar mais difícil, que aí eles embargam muita coisa também, na lagoa, uma abertura de barra iam proibir, um rio, eles não iam deixar fazer nada disso aí.

Os pescadores não costumam associar a atuação das agências ambientais ao cumprimento da legislação, e sim, com o atendimento a interesses diversos, pouco confiáveis e coerentes entre si. Os processos de manejo das barras das lagoas de Garopaba, Ibiraquera e do Camacho são emblemáticos nesse sentido, pois estão situadas nos limites da APA BF. A perda de poder dos pescadores e instituições locais para fazer o manejo das barras, que é atribuição dos órgãos ambientais (estadual e federal) tem sido alvo de embates e conflitos na região. Além disso, os pescadores artesanais têm vivido a constante ameaça de perda de suas terras e casas. Historicamente, boa parte dos pescadores sempre tiveram as suas casas construídas à beira da lagoa, território que com a legislação ambiental passou a ser considerado Área de Preservação Permanente. Os diversos casos recentes de embargo de construções nessas áreas e/ou áreas de marinha povoam o imaginário desses pescadores, que em sua maioria tem como único comprovante de propriedade uma escritura de posse. Desse modo, figura entre eles o medo de perder suas terras, moradias e respectivas casas de aluguel. Sem conhecer os meandros da legislação, a Resex vem a exacerbar esse medo, colocando-o na ordem do dia!

Se for fazer uma reserva você não pode mais fazer uma casa que é uma reserva, não pode mais instalar uma luz que ali é uma reserva, não pode mais pescar na lagoa porque é uma reserva, você não pode mais vender um pedaço de terra porque é uma reserva.

Essas três dimensões sintetizam a representação social dos pescadores artesanais entrevistados sobre a reserva extrativista. Uma proposta vinda “de fora”, com interesse na preservação ambiental e na manutenção de um modo de vida que já foi ressignificado, implicando em regras restritivas ao uso do território impostas pelos órgãos ambientais - representado aqui principalmente pela APA BF. As experiências negativas que esses pescadores têm vivenciado em outras unidades de conservação possuem um papel fundamental para se

compreender os posicionamentos contrários à Resex. Além disso, nos dois contextos os pescadores atribuem à APA BF o papel de protagonista no processo para a criação da Resex. Criar a Resex significa assim “entregar” a gestão do território à APA BF e seus parceiros locais envolvidos diretamente no pleito pelas Resex - seja a ASPECI e o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, no caso da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, ou a ONG Rasgamar, no caso da Resex do Cabo de Santa Marta.

7.1.2 Síntese das Representações Sociais sobre desenvolvimento, crise da pesca artesanal e reserva extrativista

As representações sociais colocam em evidência a complexidade envolvida em qualquer iniciativa de gestão compartilhada da pesca artesanal no território centro-sul da zona costeira catarinense. Ao estudar as representações dos pescadores artesanais sobre a crise da pesca artesanal, desenvolvimento e reserva extrativista busquei entender como esses pescadores compreendem seus problemas e posicionam-se em meio às transformações que vêm ocorrendo em seus lugares, seja em relação à gestão da pesca ou em relação a questões mais amplas que envolvem o desenvolvimento da região. Os processos para a criação das Resex são o fio condutor desse estudo e permeiam as reflexões levantadas, uma vez que representam uma proposta de gestão compartilhada da pesca artesanal que tem encontrado forte oposição mesmo no interior dos grupos de pescadores artesanais, os quais, em tese, deveriam ser os “sujeitos” desta política pública.

Os grupos de pescadores contrários e a favor das Resex não se posicionam em função de visões diferenciadas em relação ao desenvolvimento da região e à crise da pesca artesanal. Em outras palavras, não foram encontradas representações sociais de conteúdos opostos, que demarquem grupos sociais antagônicos. Para os pescadores favoráveis à criação da Resex, nos dois contextos, a Resex é uma forma de resolver os problemas relacionados à crise da pesca artesanal. Para esses pescadores a crise da pesca artesanal está relacionada principalmente com a invasão dos barcos industriais no território do pescador artesanal, e a Resex é vista como uma política para afastar os barcos industriais da costa. Por outro lado, os pescadores que se posicionam contra a Resex, apesar de também compartilharem uma visão de crise relacionada ao seu território de pesca lagunar, não veem a

Resex como uma forma de resolver e/ou minimizar os problemas decorrentes da crise da pesca artesanal. Para esses, a Resex viria a se constituir em um espaço do Estado, gerido pelos interesses das agências ambientais e seus parceiros locais.

Contudo, apesar dos pescadores compartilharem a mesma representação social acerca do desenvolvimento, o histórico de criação das Resex revela que eles formam alianças com atores sociais que marcam posições antagônicas no cenário do desenvolvimento local. Os grupos de pescadores que se posicionam contrários à Resex expressam uma visão negativa das organizações governamentais e não-governamentais ligadas à conservação ambiental. Aliam-se assim a atores sociais dos setores governamental e privado que dão suporte à atual dinâmica de desenvolvimento econômico convencional, a exemplo das prefeituras municipais e empresários locais. Por outro lado, os grupos de pescadores artesanais favoráveis às Resex representam um grupo mais restrito, que em sua maioria percebe as agências ambientais, sobretudo o ICMBio e a APA BF, como possíveis aliadas.

Essas alianças, contudo, muitas vezes são contingenciais. Na percepção da maioria dos pescadores entrevistados, as prefeituras e as colônias de pesca, por exemplo, não têm sido instituições parceiras da pesca artesanal, mas, no caso da criação da Resex de Imbituba e Garopaba, os pescadores formam com estas um grupo coeso de aliados com um objetivo comum: impedir a criação da Resex. Por outro lado, pescadores que outrora também integravam um coeso grupo com a APA BF e o Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera, atualmente mantêm frágeis relações com estas instituições.

O estudo das representações sociais sobre reserva extrativista revela que os posicionamentos em relação às Resex estão relacionados à forma como esta política pública aponta no território, às alianças e aos conflitos em seu estágio pré-implementação. Para os pescadores que pleiteiam a Resex, a mesma se configura como uma resposta à crise da pesca artesanal, mas não ao estilo de desenvolvimento que tem sido fomentado no território. Mesmo os pescadores que lideraram o processo posicionaram-se nitidamente contra a inclusão de terras, com exceção dos terrenos de marinha, no território das Resex. Esse discurso focado na gestão do recurso, limitando o território da Resex à lâmina d'água, mais do que expressar uma demanda original dos pescadores artesanais, é fruto de uma construção e negociação social. A criação de reservas extrativistas estritamente marinhas tem sido o resultado de uma ação estratégica do órgão ambiental responsável pela criação e gestão das

Resex, como revela o Coordenador Geral das Resex (CGREX/ICMBio), atualmente chefe da Floresta Nacional de Ipanema:

Isso foi uma decisão estratégica tomada pra garantir a decretação o mais rápido possível. Porque todos os processos que se incluiu alguma parte de moradia os conflitos com os veranistas, as comunidades não locais, atingiam tal complexidade que acabavam inviabilizando a criação das unidades. Aí passamos a utilizar o conceito de criação do espaço de mobilização do bem ambiental, a partir dos terrenos de marinha, pra tentar acelerar esses processos e remover esses empecilhos. Obviamente que essa medida tem um efeito colateral bastante pesado também, que é você não garantir o espaço de moradia e reprodução social de onde o pescador está. A gente teria condição de no conceito de terreno de marinha a gente garante o rancho, mas a casa onde ele mora, na cidade ou beira de lagoa, ele tá suscetível à especulação imobiliária. Que é bem cruel, colocar na mão do pescador valores a que o pescador nunca imaginou, e o cara compra a casa dele por preço de banana. Foi uma questão estratégica pra se garantir a criação do espaço de mobilização do bem ambiental que eles usam. Esse é um efeito colateral bastante complexo de você garantir uma criação rápida e aumentar o número mais rápido e garantir essa mobilização. A nossa idéia era que esse grupo tendo o seu espaço de mobilização do bem ambiental garantido, pudesse se fortalecer e poder retomar sua área de moradia, etc, mas nem sempre isso se deu. (Informação verbal)²⁰⁷

Se para os pescadores favoráveis à Resex, a mesma representa uma resposta possível à crise da pesca artesanal, em sintonia com a visão do órgão ambiental, por outro lado, para o grupo de pescadores contrários à Resex, ela representa perda de autonomia de gestão do território. Este passaria a ser gerido por interesses estritamente ambientais, impondo aos pescadores um modo de vida “extrativista”, que não condiz com a realidade socioeconômica do pescador artesanal

²⁰⁷ Entrevista realizada em 11 de julho de 2012.

da região. Esse grupo ancora a sua representação social sobre a Resex na imagem que compartilham sobre as práticas dos principais atores sociais locais da conservação ambiental. Nesse sentido, a APA BF e suas práticas de conservação da biodiversidade ganha centralidade nesta representação social. Em última instância, o que está em jogo, é a questão da distribuição de poder na gestão dos recursos do território, onde estão em disputa diferentes interesses e representações dos atores sociais, que se posicionam de maneira diferenciada no histórico embate entre a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico.

7.2. Pensando as ações coletivas relativas à gestão da pesca artesanal à luz do conceito de aprendizagem social

Boa parte dos estudos sobre aprendizagem social, seja no campo do desenvolvimento territorial ou da governança e gestão dos recursos naturais, tem focado em experiências locais bem delimitadas com o intuito de se avaliar o processo e os resultados de tais experiências em termos de aprendizagem e inovação. (TONNEAU; SILVA, s.d; COUDEL, 2009; CUNDILL, 2010; PAHL-WOSTL, 2007). Nesta tese, considero a aprendizagem social como um conceito transversal, que permeia em níveis diferenciados as diversas experiências e espaços de gestão participativa da pesca artesanal, elucidados ao longo deste trabalho. Nesse sentido, de modo mais amplo, o conceito de aprendizagem torna-se importante para se compreender o estado atual do sistema de gestão da pesca artesanal, assim como os bloqueios e potencialidades para o fortalecimento de uma gestão compartilhada, de base comunitária. Presta-se, ainda, a auxiliar na compreensão das ações coletivas relativas aos processos de criação das Resex. Parto da perspectiva que conflito e aprendizagem mantêm entre si uma relação dialógica: o conflito tem diversas implicações para a aprendizagem, assim como os processos de aprendizagem influenciam os desdobramentos possíveis dos conflitos. Os processos de aprendizagem considerados ocorrem em meio a controvérsias e antagonismos, de modo que o próprio conflito tem o potencial de criar oportunidades ou bloquear a aprendizagem social. Por outro lado, a aprendizagem potencializa a colaboração e a criação de espaços de diálogo entre os grupos sociais, descortinando espaços alternativos para que “as pessoas, as organizações e as comunidades assumam o controle de seus próprios assuntos, de sua

própria vida e tomem consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir”. (TONNEAU; VIEIRA, 2006, p. 318).

Retomo a seguir, o esquema elaborado para sintetizar a abordagem que permeia a elaboração desta tese, que tem nos conceitos de representação social e aprendizagem social um de seus fios condutores:

Fonte: Adaptado de PAHL-WOSTL et al. (2007)

O contexto onde ocorrem as iniciativas de co-gestão foi elucidado nos capítulos 3 e 4, em que abordo as estruturas de governança dos sistemas da pesca artesanal, as dinâmicas de desenvolvimento no território de estudo, a organização sociopolítica dos pescadores e os sistemas socioecológicos da pesca artesanal. Os processos sociais relacionados às propostas de criação de reservas extrativistas foram tratados nos capítulos 5 e 6. No capítulo 6, especificamente, aprofundi a análise nos preparativos para a co-gestão da pesca artesanal, focando no processo pré-implementação das Resex e as relações de conflito e colaboração subjacentes. Neste capítulo, com base no estudo das representações sociais, busquei subsídios para aprofundar a compreensão das ações coletivas e dos diferentes posicionamentos dos pescadores. Por fim, mobilizo o conceito de aprendizagem social, entendido como processo e resultado, que junto com o conceito de representação social, mostra-se fundamental para se compreender a arquitetura e os desdobramentos dos conflitos existentes. Algumas reflexões sobre aprendizagem social estiveram presentes de

maneira pontual ao longo da tese, trazendo subsídios para se compreender os processos participativos nos espaços de gestão da pesca artesanal. A análise da aprendizagem social, por si só, poderia ser o tema de uma tese. Sem ter o intuito de aprofundar, faço uma análise ampla da aprendizagem nos principais espaços de gestão da pesca artesanal, elencados durante a tese e, também, nos processos de criação das Resex.

7.2.1 Aprendizagem social nos espaços de gestão participativa da pesca artesanal

Considerando que todo processo de aprendizagem ocorre de forma dinâmica e não linear, a idéia aqui é trazer alguns elementos e processos de aprendizagem que auxiliem na compreensão dos conflitos e dos principais obstáculos e potencialidades para o fortalecimento de um sistema de gestão compartilhada da pesca artesanal, em que os pescadores artesanais sejam de fato protagonistas. No núcleo sul da APA BF, o processo do Acordo de Pesca do Complexo Lagunar, coordenado pelo CEPERG, mostra-se um exemplo interessante do ponto de vista da aprendizagem para a gestão compartilhada. A colaboração entre diversos grupos de pescadores e o CEPERG gerou oportunidade para a mediação de importantes conflitos no uso dos recursos pesqueiros. Ciclos de aprendizagem social (*simple-loop* e *double-loop*) envolveram: identificação de problemas e erros e a construção de estratégias alternativas para resolver tais problemas e melhorar os resultados; geração de conhecimento técnico e troca de saberes, culminando na elaboração de normas e um arranjo institucional que tem o intuito de limitar o acesso aos recursos do complexo lagunar. Apesar da disposição do CEPERG em assumir riscos para ampliar oportunidades de aprendizagem, num esforço por construir confiança, estimulando o engajamento ativo dos pescadores, o bloqueio da formalização do acordo no nível federal demonstra uma ausência de aprendizagem do setor governamental, ainda pouco disposto em compartilhar o poder de decisão. Este impasse gerou um *feedback* negativo na gestão da pesca, impedindo o *triple-loop*. Atualmente, os pescadores das comunidades da Ilha estão desacreditados e pouco dispostos a se envolver em uma nova iniciativa de gestão compartilhada da pesca artesanal.

O CONAPA BF, por sua vez, diante da limitada participação dos pescadores artesanais, tem gerado poucas oportunidades para um processo de aprendizagem social na gestão da pesca artesanal. A visão negativa que a maioria dos pescadores compartilha sobre a APA BF e os parques conhecimentos que possuem acerca de seus objetivos têm sido alguns dos empecilhos sócio-cognitivos para um processo de aprendizagem. Além disso, a própria estrutura do CONAPA não facilita a participação dos pescadores, praticamente ausentes desse espaço público de gestão ambiental. O plano de manejo que está prestes a se iniciar, o qual terá um capítulo que delineará o Plano de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, pode gerar oportunidades para uma nova fase de interação entre a equipe da APA BF e os pescadores artesanais. Contudo, reverter a visão estigmatizada que muito pescadores compartilham sobre a APA BF exige um amplo processo de mobilização e diálogo horizontal com os pescadores artesanais do território. Este processo, provavelmente, não terá lugar no processo burocrático de construção do plano de manejo, moldado pelo tempo, também burocrático, das instituições governamentais. A reação de alguns pescadores e lideranças do núcleo sul, que se opuseram a participar do primeiro módulo de capacitação para o Plano de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros oferecem indícios da necessidade de negociação e aprendizagem mútua. Esse processo ainda está em aberto, e vai depender em grande medida da capacidade de aprendizagem institucional da APA BF.

No entanto, a Comissão da Abertura da Barra da Lagoa de Ibraquera, coordenada pela APA BF, pode ser vista como uma experiência que tem tido resultados positivos para a gestão da lagoa. A situação de desregramento na abertura da barra desta lagoa foi substituída por um processo compartilhado de decisão, envolvendo os diferentes *stakeholders*. Contudo, com exceção dos quatro pescadores que integram a referida Comissão, os demais pescadores do entorno da lagoa entrevistados estão alheios a esse processo, e alguns costumam realçar o processo de perda de poder na abertura da barra, que foi transferido para a APA BF.

No contexto específico da proposta da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, o Fórum da Agenda 21 Local de Ibraquera configura-se como o principal espaço de gestão participativa da pesca artesanal. Com a iniciativa de se criar o Fórum, que teve o NMD/UFSC como o principal indutor, foi se fortalecendo um grupo no interior das comunidades locais, formado por nativos e pessoas de fora, ganhando protagonismo progressivo um grupo de pescadores de uma importante família tradicional. Ao longo dos dez anos de existência deste Fórum,

ocorre um processo de aprendizagem social que fortaleceu os laços de confiança entre os participantes desse grupo, que juntos, foram protagonistas de ações coletivas de controle social em prol da conservação ambiental, tais como, o fechamento da Fazenda de Camarão Lagamar, abertura de caminhos de pesca, retirada de cercas da beira da lagoa e, por fim, a proposta de criação da Resex. Essas ações refletem a capacidade do Fórum identificar problemas coletivos e propor soluções. As reuniões do Fórum e principalmente do GT Resex são lembrados pelos pescadores como uma oportunidade para encontrar os amigos, conversar, debater sobre assuntos relevantes para a comunidade, obter novos conhecimentos sobre a legislação ambiental, configurando-se como um importante espaço de socialização e aprendizagem grupal.

Pode-se dizer que o tipo de aprendizagem que ocorre no Fórum está nos interstícios da aprendizagem social e da aprendizagem do tipo transformativa. A principal liderança comunitária do Fórum se destaca nesse íterim. Apesar de ser uma liderança dos pescadores artesanais ligados ao Fórum, a sua linguagem se diferencia do restante dos pescadores locais. Ao longo de sua participação no Fórum e interação em outros espaços institucionais, como MMA e ICMBio, foi incorporando em seu vocabulário novos conceitos e significados, como, por exemplo, desenvolvimento sustentável e unidades de conservação. No histórico de atuação desta liderança, ressalta-se a sua capacidade de reflexão e engajamento, com capacidade de mover-se de um exame crítico de suas ações para a ação. A aquisição de novos conhecimentos e o acesso privilegiado às informações, obtidas nas constantes viagens que realiza como representante dos pescadores artesanais e das Resex Marinhas, potencializam a sua capacidade de articulação local e indução de novas ações. Essa liderança, que tem uma estreita relação de proximidade com um dos patriarcas da pesca mais respeitados da região, criador da ASPECI, em muitas situações faz o papel de “tradutora” - nos espaços informais -, dos debates e discussões que ocorrem no âmbito formal do Fórum. É esta liderança um elo fundamental entre os pescadores e os outros integrantes do Fórum detentores dos saberes científico, legal e jurídico. Entre esses atores sociais externos destacam-se, o coordenador do NMD, o consultor jurídico do Fórum e a chefe da APA BF. Na fala desta liderança sobre a aprendizagem no Fórum, o conceito de desenvolvimento sustentável é mobilizado:

O que que isso fez diferença pra gente? Vamos supor que hoje viesse a proposta do tal desenvolvimento de Ibiraquera, como temos,

porque ainda continua se desenvolvendo, não parou. Bom, desenvolvimento antes não se sabia o que era a linha, o conceito do desenvolvimento sustentável. O Fórum fez essa discussão de um desenvolvimento sustentável. Tudo que aconteceu de desenvolvimento até uns pouco tempos atrás foi de forma desordenada, com o Fórum veio uma proposta da gente pensar de outra forma. (...) foi muito importante a proposta do Fórum da Agenda 21 pra gente porque fez a gente conhecer várias liderança, se unirem no mesmo caminho, nós só tínhamos organizações comunitárias de bairro (...). Com o Fórum tudo isso ficou junto, pra mim essa é a maior riqueza do Fórum, ter conseguido no entorno da lagoa unir várias associações, construir vários pensamentos juntos, a própria luta da Resex, ela era consenso entre os participantes do Fórum. Por quê? Porque todo mundo falava a mesma linguagem. O Fórum deixou claro quem é quem. É uma gestão, é uma gestão pública bem interessante, principalmente a questão ambiental, a questão da educação, uma nova forma de educação (...). (Informação verbal)²⁰⁸

Se por um lado, esses elementos indicam um ganho de conhecimento e autonomia desta liderança, configurando o que se tem denominado *aprendizagem transformativa* (ARMITAGE; MARSCHKE; PLUMMER, 2008), por outro lado, oferece indícios da frágil aprendizagem social dos outros integrantes do Fórum. A própria criação da ASPECI e sua representatividade perante os pescadores locais é permeada por diversas ambiguidades, como demonstrei nos capítulos anteriores.

Diante da forte coesão desse grupo, aos poucos ele se diferencia do restante da comunidade, que progressivamente, constrói uma visão de desconfiança em relação ao Fórum e seus participantes. A ausência das Colônias de Pescadores, representantes do poder público municipal e do setor empresarial contribuem para esse processo. Nesse sentido, um dos resultados desse processo de aprendizagem social e empoderamento grupal é a eclosão de diversos conflitos, tendo a Resex como o conflito mais representativo da trajetória do Fórum. A pouca habilidade do Fórum em mediar esses conflitos, uma vez que em muitos casos é ele o promotor

²⁰⁸ Entrevista realizada em 13 de fevereiro de 2012.

do conflito, contribui para a polarização dos grupos sociais. Na medida em que os conflitos ocorrem, intensifica-se a coesão do grupo, unidos por fortes laços de confiança e aprendizagem mútua. Um pescador da comunidade de Ibiraquera, importante liderança do Fórum, reflete sobre os efeitos contra-intuitivos desse processo:

Ele cumpriu o papel, mas em todo andamento que um grupo participa, por exemplo, o Fórum participou de um grupo, e um grupo da universidade também participou, desenvolveu, foi um aprendizado muito grande, e ele foi muito fiel através do professor Paulo, que foi uma pessoa que administrou muito fiel. (...) A maioria se tornou amigo da gente, trouxe conhecimento, fez amizade, aprendeu com a gente, a gente aprendeu com eles, foi troca de conhecimento. Pra mim foi um prazer trabalhar com o grupo, conhecer essas pessoas, ensinar e aprender. O que aconteceu foi às vezes uma coisa nossa, foi o projeto, aquele projeto²⁰⁹, como as pessoas foram muito contra, ele acabou atingindo a nós, comunitário, a nossa, e atingindo também o Fórum, ele meio que barrou o Fórum. Hoje se diz assim, eu sou uma pessoa aberta: - (...) vamo trazer as associação tudo pra trabalhar junto, só o Fórum não, a Agenda 21 não, tira a Agenda 21 fora! E é justamente, ela veio justamente pra fazer esse trabalho, e ela só acata a decisão das entidade. (Informação verbal)²¹⁰

O mesmo entrevistado continua a sua fala, reafirmando, por um lado, a coesão e o fortalecimento do grupo que participava do Fórum, e por outro, a existência de um grupo que passa a se mobilizar contra o Fórum.

O Fórum orientou pessoas, encorajou pessoas, deu amparo pras pessoas que não acreditavam em si, no seu potencial, ir pra disputa. Por exemplo, a Resex não foi uma coisa querida, mas deu coragem pra alguém enfrentar. Sem ela ninguém enfrentaria, não existia nem a palavra, ninguém

²⁰⁹ O pescador refere-se aqui ao projeto Resex.

²¹⁰ Pescador da lagoa de Ibiraquera, liderança do Fórum. Entrevista realizada em 19 de março de 2012.

não sabia nem o que era a palavra, e ela deu coragem pra alguns lutar, arriscando vida, querendo apanhar, ser linchado, mas tavam lá, um grupo forte. Então foi importante, muito importante. (...)E eu até acredito que esse grupo hoje pequeno, massacrado, tipo o projeto Resex, com o tempo, ele vai ser o grupo grande, só que tem que ser com o tempo.

A fala deste pescador e seu aprendizado diante da trajetória de luta do Fórum representam, contudo, uma exceção em relação aos outros pescadores entrevistados. A ausência de resultados palpáveis e as experiências mal sucedidas acabaram por gerar um *feedback* negativo, afastando os pescadores do espaço coletivo do Fórum.

7.2.2 Aprendizagem no estágio pré-implantação das Resex

As ações coletivas no processo das Resex, a forma como foram concebidas, os atores envolvidos, os processos de mobilização, encontros, reuniões, discussões e os desdobramentos dos conflitos, também podem ser vistos a partir do conceito de aprendizagem social.

7.2.2.1 O processo para a criação da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba

A trajetória para a criação da Resex está significativamente imbricada com a história do Fórum. Nesse sentido, a proposta da Resex pode ser interpretada como sendo o resultado de um processo de aprendizagem social do grupo integrante do Fórum, que compartilhando o objetivo de fortalecimento da pesca artesanal, propõe a Resex como um instrumento de gestão compartilhada capaz de lidar com os problemas e conflitos relativos à pesca artesanal. Contudo, apesar da proposta da Resex ser liderada por um grupo que possui fortes relações de confiança entre si, essas relações não conseguiram ser ampliadas. O GT Resex, por ser um ator coletivo, em tese teria boas condições de mediar o processo, conduzindo de forma a negociar os diferentes interesses, ao menos dos pescadores artesanais locais. Contudo, não foi isso que aconteceu. A maioria dos pescadores locais não participava do

Fórum nem do GT Resex, mantendo com este uma relação de desconfiança.

Iniciado o processo formal de mobilização social, a este grupo coube a tarefa de “convencer” os outros a respeito da importância da proposta da Resex. Contudo, se na época da assinatura do abaixo assinado os pescadores e moradores locais pareciam compartilhar o entendimento acerca da necessidade de fortalecimento da pesca artesanal, a chegada da palavra Resex passou a sofrer forte oposição. Como apresentar o conceito de Resex aos pescadores locais, que aprendem a partir da prática cotidiana, da observação e do aprender-fazendo? Esta questão me parece desafiadora. Nesse sentido, como demonstrado no estudo das representações sociais, a compreensão sobre a política pública Resex acaba se ancorando nos conhecimentos e experiências prévias com outras UCs, uma vez que a Resex é uma categoria de UC. A apresentação de vídeos sobre reservas extrativistas em outros contextos foi um forte elemento para compor a imagem dos pescadores sobre a Resex. As realidades vivenciadas pelas populações tradicionais em outros contextos, como por exemplo, as quebradeiras de coco babaçu e seringueiros, mostradas nesses vídeos, foram o ponto de referência de muitos pescadores para compreender a proposta da Resex. Ao não identificarem-se com a realidade apresentada nos vídeos, “casas de pau-a-pique, falta de energia elétrica, extrativismo só pra subsistência” esses pescadores não tardaram a se opor. Diferentes interesses e atores sociais passaram a interferir no processo, antagonizando os grupos. Os espaços de diálogo do GT Resex, enquanto o espaço do grupo do Fórum, com grande visibilidade da chefia da APA BF, não se mostrou um espaço legítimo para os outros pescadores, que ficaram ausentes do processo de construção coletiva da proposta. O não envolvimento desses pescadores no início das discussões, quando estava em pauta a definição do arranjo institucional mais adequado para a gestão da pesca artesanal, parece ser um fator fundamental para o posicionamento de resistência e conseqüente eclosão e cristalização dos conflitos. A ausência de confiança nas instituições governamentais ligadas ao meio ambiente mostrou-se também um fator determinante para a atitude de resistência diante da proposta da Resex. Para eles, os pescadores engajados no processo ou haviam sido enganados pelas instituições governamentais proponentes da Resex ou o faziam com base na relação de troca, visando obter ganhos pessoais, como por exemplo, emprego para familiares.

Nesse sentido, o processo de aprendizagem que ocorre é intragrupal. Os conflitos intergrupais que decorrem daí não encontram

espaços para diálogo e mediação, de modo que não geram novas oportunidades de aprendizagem social. Passados cinco anos desde a consulta pública, por um lado, os conflitos intergrupais parecem estar mais amenos, e por outro, as relações de confiança intragrupal encontram-se fragilizadas. O GT Resex não se reúne há mais de um ano, e os pescadores já não participam do Fórum e do CONAPA BF. A fala de uma das principais lideranças do movimento Pró Resex, ex-presidente da ASPECI, sintetiza o momento atual, que é de fragilização das relações de confiança com os atores externos e ressentimento:

O que serviu de experiência pra mim é que a gente não deve confiar em muita gente que vem de fora e trazer proposta pra nossa comunidade. Isso foi um aprendizado muito bom, que vai servir de exemplo pra mim pelo resto da minha vida. Vieram com uma proposta, e não foi essa. Do Fórum, o processo, talvez eles explicaram errado também, do Fórum. A primeira coisa que explicaram é que não ia ter que passar por político. Isso pra mim foi um banho de água fria. Passou por político, dependia do governo do Estado. Porque se falasse que ia depender de político nós não tinha entrado, eu jamais teria entrado. Não, não vai passar por política, é negócio pra pescador, pra extrativista mesmo. - Ah, se é assim, então vamo participar! Mas não foi isso, começou uma politicagem em cima, fazendo trabalho em cima. Todos os órgão era mais federal, não ia passar por prefeito, vereador, governo, nada. E tinha que passar por tudo, não explicaram direito. O Alexandre Cordeiro disse assim, que o governo já tinha decidido, que ia fazer uma reserva, que órgão nenhum, nem municipal nem estadual, que ia barrar, que já tava decidido. O governo federal já tinha decidido, não adiantava querer barrar que já tava decidido. Uma pessoa que estudou, né. Não, vai acontecer! Isso que ele falou eu lembro até hoje, é um absurdo. Vinha aquele pessoal todo aqui em casa, hospedava todo mundo, eu servia café, o Lédio andava de carro. Gastamo muito dinheiro, não construía mais nada, ficou tudo parado, passamo dificuldade mesmo, não tinha dinheiro de pagar

luz, telefone, cortaram tudo. Isso fica marcado pro resto da vida, né. (Informação verbal)²¹¹

7.2.2.2 O processo para a criação da Resex do Farol de Santa Marta Grande

No contexto da proposta de criação da Resex do Cabo de Santa Marta, o processo de aprendizagem apresenta-se ainda mais limitado. Induzida pelo presidente da ONG ambientalista Rasgamar, com um histórico de conflitos na região por conta das lutas ambientais, a proposta foi apresentada como um instrumento para afastar os barcos industriais do território de pesca, num momento de crise da pesca artesanal no Farol de Santa Marta. Morador nativo do Farol, integrante de uma família tradicional de pescadores, que contudo se diferencia da maioria dos moradores nativos por ter saído da comunidade para cursar a faculdade de administração, o presidente da ONG aos poucos foi ganhando o apoio dos pescadores da praia do Cardoso. Mediante esse processo, a APAFA foi criada e seu primeiro presidente tinha grande legitimidade entre os pescadores. Contudo, o processo para a criação da Resex e a implementação da APAFA não parecem ter gerado conhecimento e autonomia para os pescadores locais. O presidente da ONG exerce grande influência nos processos decisórios acerca da APAFA, inclusive nas eleições, e é o único detentor de diversas informações sobre o processo da Resex. Como indutor da proposta, muitos pescadores atribuem a ele, inclusive, a decisão de se incluir as lagoas no limite da Resex. Com exceção de um mestre de pesca da praia do Cardoso, os outros pescadores desconhecem os limites territoriais da proposta da Resex, principalmente o limite norte. Quando indagados sobre a Resex, tais pescadores rapidamente remetem-se ao presidente da ONG:

A gente não entende, é leigo nesse assunto aí, porque o cara aqui que entende mais de lei ambiental é esse da Rasgamar e da APA da Baleia Franca também, porque vive disso, né, de lei ambiental, embarga tudo o que quer. Até hoje a gente não entende bem, fica complicado até de dizer alguma coisa, porque não entende, não

²¹¹ Entrevista realizada em 05 de fevereiro de 2012.

entende nada de reserva extrativista. (Informação verbal)²¹²

A associação dos pescadores, a gente formou a associação, agora ficou nessa reserva extrativista, o presidente da ONG ali, ficou conosco pra trabalharmos juntos, mas como o cara só vinha mostrar papel e não explicava nada, e não dizia pra nós ah, vai ser resolvido isso, vai ser resolvido aquilo, vai assim assado. A gente se posicionou e dali ficou, mas depois ficou por aquilo mesmo. (...) A gente não pode falar se traz ou não traz (proibições) porque a gente não conhece, desconhece o projeto, o que tem de benefício, a favor ou contra. De alguma forma alguma coisa pra nós vai entrar contra, mas acredito que nada que prejudique. Se fosse acontecer o projeto, concretizasse o projeto só vem a somar. (Informação verbal)²¹³

No começo a gente era mais unido, porque queria que saísse, né. Quando chegou de uns tempo pra cá que a turma achou que, ah, não vai sair nada, isso é conversa do Batista. (informação verbal)²¹⁴

As reuniões sobre a reserva extrativista deu uma parada, tá pela mão do Batista, né, se o Batista se mexer de novo vai ter de novo. A gente deixou tudo pelo Batista, o Batista ficou de arrumar pra nós, e tamo esperando por ele. (Informação verbal)²¹⁵

A relação de tutela e dependência que tem prevalecido entre o Estado e os pescadores artesanais parece se reproduzir nas relações entre pescadores e ONG. A ausência de auto-organização em prol da Resex é

²¹² Pescador da lagoa da Cigana, em Laguna, e tripulante em embarcação do Farol de Santa Marta. Entrevista realizada em 15 de setembro de 2011.

²¹³ Pescador do Farol de Santa Marta, em Laguna, proprietário de embarcação. Entrevista realizada em 14 de setembro de 2011.

²¹⁴ Um dos mais antigos e respeitados mestre de pesca do Farol de Santa Marta. Entrevista realizada em 14 de setembro de 2011.

²¹⁵ Mestre de pesca do Farol de Santa Marta, proprietário de rancho e de embarcação. Entrevista realizada em 16 de setembro de 2011.

um indício da ausência de aprendizagem social. Após a consulta pública, as ações locais se limitaram a ações administrativas, a ofícios redigidos e assinados pela ONG juntamente com a APAFA.

As reuniões realizadas no processo de mobilização não foram capazes de gerar processos colaborativos entre os pescadores das diferentes comunidades. As dúvidas e os questionamentos que surgiram durante a mobilização social se transformaram progressivamente em resistência à proposta. Os conflitos ficaram, então, polarizados nas disputas em torno de duas lideranças: o presidente da ONG e representantes da Pastoral dos Pescadores.

O parco conhecimento dos pescadores sobre as implicações da criação da Resex indica a limitação do processo de aprendizagem social. Mesmo na Resex de Imbituba e Garopaba, após diversas reuniões do GT Resex, e toda a polêmica da definição dos limites, os pescadores não têm um entendimento comum acerca da proposta aprovada.

7.3 Algumas considerações

Ostrom e Ahn (2007, p.20), ao refletirem acerca dos desafios que permeiam as ações coletivas, tecem algumas considerações que ilustram a conjuntura dos casos estudados:

Part of learning through experience is what happens when things go wrong. In all practical affairs, many things can go wrong. Everyone may not have received the same information about joint objectives, processes to be followed, and how one process feeds into another. Some may do their part while others fail to perform. Some may want to interpret a rule in a way that is harmful to the interests of others. There may not be fair and objective conflict-resolution processes available. Conflict may destroy prior lessons about how to work together and may reinforce prior doubts about the reliability and trustworthiness of some participants. (OSTROM; AHN, 2007, p.20)

Em alguma medida, as iniciativas de gestão participativa da pesca artesanal elencadas neste trabalho são permeadas por tais empecilhos e problemas. No caso específico das Resex, a condução dos processos por

mediadores comunitários que não eram reconhecidos como liderança por muitos pescadores locais, contribuiu para a polarização dos conflitos. Afinal, quais critérios teriam sido considerados para a escolha desses mediadores? Além disso, os representantes do ICMBio e MMA, ao manterem um diálogo privilegiado com o grupo que pleiteou a Resex - por meio dos responsáveis pela mobilização social e reuniões esporádicas - legitimam os antagonismos existentes. Como observam Zaltman e Duncan (1977), quando o antagonismo ou o faccionalismo existem dentro de uma organização ou sociedade, qualquer mudança que um grupo envolvido no conflito adota ou apoia pode automaticamente ser rejeitada por outros grupos. Nesse sentido, a mudança ou inovação é alvo de resistência por associação.

Apesar dos pescadores compartilharem a representação social sobre a crise da pesca artesanal, não construíram coletivamente a percepção dos problemas e as formas de solucioná-los. Nesse sentido, para o grupo contrário à Resex, a mesma significa uma ameaça, que envolve possíveis perdas às satisfações presentes. O estímulo e a indução das organizações-ponte, como universidades e ONGs, por vezes mais interessados nos resultados do processo - a criação da Resex e a conservação da biodiversidade - do que na aprendizagem social que o processo de colaboração pode gerar, acabam por dificultar o fortalecimento de relações de confiança intra e intercomunitárias. Deflagrado o processo, com o aval do governo, que considera o pedido legítimo, o que passa a entrar em jogo é a capacidade dos atores envolvidos de convencer os outros de que a Resex é uma política pública que trará “benefícios” para o conjunto de pescadores artesanais. A partir daí, já não está em pauta qual a melhor forma de gestão. Os outros, não envolvidos, sentem-se desrespeitados em sua autonomia de decisão. No caso do Farol, essa questão é bastante visível, pois os pescadores e lideranças da lagoa não aceitaram a liderança do presidente da ONG ambientalista e a inclusão de seus territórios de pesca lagunar nos limites da Resex. As vindas periódicas de representantes do Estado vinham a legitimar as interações sociais locais estabelecidas, uma vez que as informações obtidas e as estratégias de ação eram construídas, ou com a ONG Rasgamar, ou com as lideranças do GT Resex.

A pesquisa revelou ainda que, de modo geral, os pescadores desconhecem os instrumentos de gestão de uma Resex. As principais lideranças favoráveis à Resex, contudo, referem-se ao Conselho Gestor Deliberativo da Resex como o grande diferencial desta em relação às outras categorias de UCs, uma vez que em sua composição os pescadores terão “um voto a mais”, ou seja, a Resex foi apresentada a

eles como uma política pública que garante a participação majoritária da população tradicional no Conselho, cinquenta por cento mais um. Do ponto de vista desses pescadores, o arranjo institucional do Conselho de uma Resex asseguraria maior poder de decisão aos pescadores, privilegiando o seu conhecimento local. No contexto da Resex de Imbituba, o GT Resex foi considerado por seus participantes, e reconhecido no âmbito do ICMBio, como um conselho embrionário. Para esses pescadores, seria esse o modelo de gestão de uma Resex, muito distinto das realidades concretas de diversos Conselhos de Resex, permeadas por decisões que são fruto de forças que ultrapassam o campo cognitivo dos extrativistas.

Atualmente, a indecisão sobre a criação das Resex e a ausência de expectativas e ações coletivas dos pescadores locais têm minimizado os conflitos intergrupais e, por implicação, as alianças firmadas entre os grupos de pescadores locais e os atores sociais externos estão menos coesas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A este capítulo cabe o papel de síntese, um retorno às questões primordiais que impulsionaram esta tese, reunindo os principais achados com o intuito tecer algumas respostas. Não tenho a intenção de apresentar respostas prontas e acabadas, e sim, apontar os principais achados durante o caminho trilhado, ciente de que outras relações são possíveis.

Compartilhando o pressuposto de que os conflitos são intrínsecos à vida em sociedade, uma forma de *sociação* (SIMMEL, 1986), esta tese buscou compreender as diversas dimensões dos conflitos socioambientais vivenciados nos processos de criação de reservas extrativistas marinhas no litoral centro-sul catarinense. Nesse sentido, as Resex são abordadas enquanto um arranjo institucional com grande potencial para o fortalecimento de um estilo de desenvolvimento endógeno, em que as “populações tradicionais”, no caso, pescadores artesanais, sejam protagonistas da criação e implementação de um sistema de gestão compartilhada da pesca artesanal. A abordagem histórica dos conflitos e das alianças envolvendo pescadores artesanais no território em estudo possibilitou descortinar uma ampla teia de atores sociais, interesses e percepções divergentes. Quando as propostas das Resex aportaram no território, os padrões de interação entre os atores sociais ganharam novas configurações, fortalecendo-se antigas relações e estabelecendo-se outras. O estudo realizado demonstrou como a persistência dos conflitos, nos diversos níveis do sistema de gestão, tem minado o potencial contido nas interações conflituosas em gerar oportunidades para a aprendizagem social.

Procurei mostrar que, se por um lado, os avanços na legislação ambiental e nas políticas públicas de gestão da pesca artesanal têm descortinado novos caminhos para a participação social e práticas de gestão compartilhada, tais oportunidades ainda encontram-se muito aquém do desafio de integrar as estratégias de conservação e desenvolvimento. Questões como hierarquia entre os grupos sociais locais, o aparato estatal e o conhecimento científico mostraram-se relevantes para se compreender os obstáculos existentes.

Elucidei como as Resex, ao longo de sua trajetória, vêm se institucionalizando e se transformando gradualmente em uma política do governo. Considerando que os processos de co-gestão podem ser

iniciados de formas distintas e penderam mais para o Estado ou para comunidade, as Resex, inicialmente, se configuravam como uma iniciativa endógena, em sintonia com um modelo de gestão de base comunitária – similarmente aos territórios indígenas. Quando torna-se uma política pública e os seus instrumentos de gestão são institucionalizados, o modelo de gestão das Resex se aproxima mais da gestão compartilhada e o conceito de Resex passa a ser aplicado em diversas regiões. Na zona costeira, os pescadores artesanais passam então a serem identificados como populações tradicionais. Para demandarem as Resex, precisam atender alguns critérios e diretrizes norteadoras dos processos de criação das Resex, a fim de assegurar, em alguma medida, os princípios desta política pública. Mostrei como tais diretrizes são apropriadas localmente, em interação com diversos atores sociais.

As prescrições formais contidas no SNUC, que procuram assegurar os mecanismos para a participação e o protagonismo da “população tradicional” durante o estágio pré-implementação das Resex mostraram-se aquém do desafio proposto. A relação de hierarquia entre conservação da biodiversidade e direito multicultural, com privilégio ao primeiro, elucida as limitações do Estado, representado pelo MMA e suas autarquias, em lidar com a complexidade embutida na problemática socioambiental. Impulsionado pelo interesse de conservar a biodiversidade a partir da criação de UCs, o Estado “empodera” uma parcela da população tradicional que, ao pleitear a Resex, demonstra interesses alinhados com os princípios da sustentabilidade. Desconhecendo os “outros” e as relações socioculturais entre os grupos locais, o diálogo dos representantes das agências ambientais ocorre exclusivamente com os representantes dos pescadores locais que estão demandando a Resex, através de suas respectivas associações. A própria criação das associações visa, de alguma forma, dar legitimidade às demandas dos pescadores diante do Estado burocrático, que vê nas associações formalizadas uma demonstração de organização social dos pescadores. O desinteresse ou a incapacidade do Estado e seus parceiros locais em dialogar com os outros grupos de pescadores, também futuros beneficiários das Resex, mostrou-se um elemento fundamental para se compreender os antagonismos locais que rapidamente se instalam no estágio pré-implementação das Resex. Nesse sentido, os processos para a criação das Resex foram pouco capazes de gerar informações, conhecimentos, percepções e atitudes compartilhadas entre os pescadores artesanais.

Considerando a complexidade envolvida nas ações coletivas estudadas, a compreensão das mesmas exigiu a adoção de uma abordagem multidimensional. Ao dar visibilidade às vozes dos pescadores artesanais - vozes essas muitas vezes dissonantes -, procurei, primeiramente, honrar um compromisso assumido no sentido de elucidar a perspectiva daqueles que deveriam ser os sujeitos de todo o processo social para a criação das Resex, e, por implicação, viabilizar uma compreensão mais ampla dos conflitos, trazendo à tona perspectivas que tendem a ser invisibilizadas nos processos formais. Em relação ao estudo das representações sociais – e de forma contra intuitiva – este estudo revelou que o fato dos pescadores perceberem ou não a existência de um cenário de crise da pesca artesanal não implica necessariamente a formação de atitudes diferenciadas relativamente à criação de um sistema alternativo de gestão (visto como estratégia de enfrentamento da crise). Por outro lado, foi observado que os diversos posicionamentos em relação à criação das Resex estão diretamente relacionados com questões relativas à distribuição do poder na gestão do território. Os pescadores artesanais contrários à sua implantação consideram que poderiam “perder poder” na dinâmica de gestão do território. Desta perspectiva, este poder seria transferido para os agentes externos ao território, aos de fora, ao “meio ambiente” e seus parceiros locais – representados principalmente pela APA da Baleia Franca e/ou pelas ONGs ambientalistas. Por outro lado, os pescadores que se posicionam favoráveis consideram que a criação das Resex lhes permitiria “ganhar poder”, pois passariam a dispor do apoio das instituições ambientais para, principalmente, fazer valer o ordenamento pesqueiro já existente e afastar os barcos industriais do território do pescador artesanal.

Por sua vez, esses posicionamentos foram correlacionados com as percepções e experiências dos pescadores locais em relação às UCs existentes na região. Os grupos de pescadores contrários à criação das Resex conservam uma visão negativa das organizações governamentais e não-governamentais ligadas à conservação ambiental. Aliam-se, assim, aos atores sociais (governamentais e privados) que dão suporte à atual dinâmica de promoção do desenvolvimento econômico no estado. Por outro lado, aqueles pescadores que se mostram favoráveis representam um grupo mais restrito. Em sua maioria, eles percebem as agências responsáveis pela implementação das políticas ambientais como possíveis aliadas nas arenas de tomada de decisão.

No entanto, a maioria dos pescadores – tanto aqueles que se mostram favoráveis quanto aqueles que recusam a criação de reservas

extrativistas – apesar de tecerem algumas críticas ao processo de desenvolvimento que tem sido conduzido na área, o fazem com ressalvas, pois estão inseridos nesse processo e usufruem dos seus benefícios – principalmente no setor do turismo de massa. Algumas exceções foram observadas, principalmente no caso da Resex de Imbituba e Garopaba, onde foi possível identificar um processo de aprendizagem social – ainda incerto e repleto de obstáculos - decorrente da participação de lideranças do setor em outros espaços de gestão. Nesse sentido, observou-se a existência de grupos sociais bem delimitados no interior das comunidades de pescadores. Nesse ínterim, as comunidades locais se posicionam em meio a “verdades” divergentes sobre os significados da Resex.

O trabalho corrobora a hipótese segundo a qual os conflitos têm sido potencializados pela forma de atuação do setor governamental, que mostra pouca disposição em compartilhar o poder de gestão, nos diversos níveis escalares e setores governamentais. Vimos que o Estado não é monolítico, diferentes agências têm diferentes papéis e abordagens, e o impacto das políticas públicas no nível local pode ser significativo. Em um lado, encontram-se os setores produtivistas do Estado, sustentando uma relação de fomento à produção pesqueira, e em outro extremo, estão os setores ligados à gestão ambiental com foco na conservação da biodiversidade, e por isto, focam suas ações nas normas de uso e restrições de acesso aos recursos pesqueiros. Além disso, a histórica relação de tutela diante dos pescadores, que por sua vez, se “sentem” tutelados pelo Estado, mostra-se também um grande empecilho para o fortalecimento progressivo de um sistema de gestão ao mesmo tempo compartilhada e integrada da pesca artesanal.

As prescrições formais dispostas no SNUC para a criação de reservas extrativistas tendem a potencializar e cristalizar os conflitos intra e intercomunitários existentes. O Estado, ao atribuir legitimidade à solicitação, a partir de um laudo técnico que reconhece a existência de população tradicional na área e a relevância ecológica do ecossistema, o faz sem conhecer quem é a população tradicional da Resex proposta. A população tradicional é definida de modo amplo, até mesmo abstrato, englobando o conjunto de pescadores artesanais. Os processos de mobilização social e os estudos socioambientais seguem menosprezando a importância do compartilhamento de uma identidade coletiva dos pescadores artesanais locais. Na medida em que muitos pescadores artesanais locais percebem a Resex como o retorno a um modo de vida do passado, baseado exclusivamente na pesca e

agricultura e, por isto, não se reconhecem enquanto “população tradicional”, as propostas para a criação das Resex se fragilizam ao encontrar no seio da própria população tradicional uma forte oposição. Vista pelos técnicos como um bloco homogêneo, a tal população tradicional nunca é olhada desde “dentro”, com seus interesses e conflitos internos. Desse modo, os conflitos são tratados como ameaças externas, ou seja, conflitos entre a população tradicional e outros grupos sociais, que exercem atividades que ameaçam a reprodução seu modo de vida. Tais conflitos, que muitas vezes podem assumir o caráter de intratabilidade (Putnam e Wondolleck, 2003 *apud* Lobão, 2006), por envolver interesses e valores inconciliáveis entre si, materializando-se em incessantes embates entre pescadores e empresários locais, por exemplo, mostram-se muito distintos daqueles vivenciados no interior das comunidades de pescadores artesanais.

O estudo das ações coletivas para a criação das Resex revelaram sobretudo a existência de atos de desconsideração ou insulto moral praticados pelo Estado perante os pescadores artesanais. (CARDOSO de OLIVEIRA, L.R., 2005). A definição dos limites da Resex, que deveriam ser orientadas pelo sentido de identidade e territorialidade dos pescadores artesanais, conceitos tão caros aos antropólogos, na prática é mediada por critérios técnicos e políticos, considerando-se os interesses de diferentes atores sociais: seja das ONGs ambientalistas ou do Ministério de Minas e Energias. No caso da Resex da Pesca Artesanal de Imbituba e Garopaba, a proposta de ampliação da APA BF, abrangendo o território proposto para a Resex, se configurou como um ato inusitado de desconsideração do Estado em relação aos pescadores artesanais. Este foi um desfecho menos custoso politicamente para o governo federal, pouco disposto a embater os interesses econômicos do governo estadual, veementemente contrário à proposta. Em nome da participação, da democracia, da negociação multi-stakeholder, atos de desconsideração ou insultos de ordem moral são praticados pelo Estado, em suas duas dimensões: “(1) trata-se agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro”. (CARDOSO de OLIVEIRA, L.R., 2005, p. 2).

Por outro lado, para os pescadores contrários às Resex, ao não terem participado das decisões relativas ao processo de criação das Resex, as mesmas se configuram um ato de desconsideração, pois ao resistirem à proposta, em última instância, estão protestando pelo direito de decidir sobre a gestão de seu território. Decisão essa ameaçada pela criação de uma UC “imposta” pelo governo e seus parceiros locais. Tais

atos de desconsideração, ao serem amparados pela lei, e por sua característica imaterial e simbólica, porém marcante para suas vítimas, são difíceis de serem apreendidos nos processos formais.

As reflexões acima elucidam as fragilidades do arcabouço legal para o processo de criação de Resex, que tende a transferir para atores sociais externos – representantes das agências ambientais governamentais – decisões que deveriam ser construídas coletivamente pelos futuros beneficiários da Resex, os quais perdem a autonomia até mesmo de decidir pela não criação da mesma. Nesse sentido, o passo a passo para a criação das Resex não está a altura da complexidade envolvida tanto nas características peculiares do tecido sociocultural das comunidades locais, quanto na maneira de lidar com os conflitos decorrentes da flagrante heterogeneidade dos interesses em jogo no âmbito das próprias comunidades de pescadores. Diante disso, os espaços de diálogo e construção de consensos permaneceram assim marcados pelos baixos níveis de participação popular, de legitimidade política e de aprendizagem social. Alguns elementos mostraram-se centrais para se compreender os obstáculos ao processo de aprendizagem social: (i) os processos colaborativos ficaram restritos a pequenos grupos, que mantinham laços de confiança entre si, e por outro lado, geraram grande desconfiança por parte dos pescadores e moradores locais; (ii) as lideranças locais e os atores externos envolvidos na proposta não eram reconhecidos por todos os pescadores; (iii) a decisão de solicitar a Resex ocorreu à revelia de importantes lideranças e pescadores locais, os quais se recusaram a se integrar ao processo posteriormente; (iv) ausência de mediadores que focassem mais no processo de aprendizagem e construção coletiva do que no resultado da iniciativa, ou seja, a criação da Resex e a conservação da biodiversidade.

Aliás, a mediação é uma questão crítica durante todo o processo. Todos os atores envolvidos apresentam um posicionamento explicitamente contra ou a favor da iniciativa. Não obstante a sua função de mediador de processos de governança, na realidade investigada o setor governamental tem exercido um papel determinante no agravamento progressivo desses conflitos. Representantes do IBAMA, ICMBio e MMA atuaram como mediadores em algumas ocasiões, a exemplo das reuniões ampliadas e audiências públicas, mas acabavam por potencializar os conflitos, uma vez que, além de serem os responsáveis pelo processo de criação das Resex e por isto, grandes interessados na criação de UCs, as agências ambientais governamentais

são alvo de uma visão estereotipada por parte dos pescadores artesanais locais.

Por sua vez, a complexidade das interações envolvidas nos processos de criação das Resex é potencializada pelas contradições da reprodução do modelo de desenvolvimento em curso na zona costeira catarinense, o que tem provocado transformações significativas nas comunidades de pescadores artesanais. Cada vez mais inseridas nesta dinâmica de desenvolvimento, mesmo que de modo subalterno, num processo progressivo de erosão dos laços de confiança e acirramento da competitividade, tais comunidades apresentam poucas condições de se engajar num projeto coletivo com viés democrático-participativo.

Dessa forma, daqui em diante a experimentação criativa com um novo estilo de desenvolvimento para a zona costeira, sensível ao potencial contido no fortalecimento da pesca artesanal, não poderia deixar de respeitar as peculiaridades socioculturais dessas comunidades tradicionais. O estudo das representações sociais sobre o desenvolvimento revelou, por exemplo, que as estratégias de desenvolvimento devem considerar a pluriatividade do pescador, que tem o turismo como um importante meio de vida atualmente.

As estratégias convencionais utilizadas pelo sistema dominante de gestão deste setor vêm sendo marcadas pela síndrome da *contraprodutividade estrutural* (DUPUY, 1980). De fato, não obstante a difusão do ideário da *gestão compartilhada de base comunitária*, o sistema acaba fortalecendo uma atitude de desinteresse dessas comunidades pelo exercício da cidadania. No *jogo-de-atores* envolvidos nos espaços de gestão, o universo comunicativo dos pescadores tem sido colocado em segundo plano, legitimando assim a reprodução de relações desiguais de poder, de frustrações e ressentimentos.

Os conflitos relativos aos processos de criação das Resex estudadas não encontrarão um desfecho com a criação da Resex e sua implementação. Não seria esse, pura e simplesmente, o ganho dos pescadores artesanais. Os padrões de interação e as estruturas de poder existentes tendem a se reproduzir nos conselhos gestores, na elaboração e implementação dos planos de manejo e no CCDRU. Não obstante, estudos de caso acerca desses processos podem auxiliar a identificar os principais bloqueios e potencialidades das experiências de Resex Marinhas. Interessado primordialmente na conservação ambiental, o MMA e suas autarquias menosprezam questões importantes, como por exemplo, aquelas relativas à identidade e territorialidade desses grupos sociais. Nesse sentido, as Resex apresentam poucas chances de cumprir

o seu duplo objetivo: a conservação da biodiversidade e do modo de vida das populações tradicionais.

Na busca de enfrentamento desses impasses, as universidades e as organizações civis estão sendo desafiadas a rever seus padrões usuais de funcionamento e interação. Um esforço substantivo deveria ser concentrado no sentido da superação dos bloqueios de comunicação entre os diversos *stakeholders*, permitindo assim que as novas opções de desenvolvimento para a área investigada sejam construídas de forma sinérgica com os *diferentes* grupos que integram as comunidades de pescadores artesanais. De outro modo, qualquer tipo de intervenção acabaria por desestruturar ainda mais o tecido sociocultural comunitário. No território em pauta, são ainda incipientes as experiências de gestão sintonizadas com estes princípios. Por um lado, devido aos obstáculos impostos pela prevalência de um estilo de desenvolvimento economicista e a consequente inserção dos pescadores artesanais nessa dinâmica; e por outro, devido à centralização das tomadas de decisão pelo Estado e obstáculos relativos aos processos de aprendizagem social. Por fim, a visão negativa dos pescadores em relação ao futuro da pesca artesanal e a descrença em relação às instituições, projetos e iniciativas que visam fortalecer este setor econômico em crise estrutural ilustram o fracasso da gestão pesqueira na zona costeira centro-sul catarinense até a atualidade.

Vem se tornando, assim, imperativo consolidar experiências “bem sucedidas” de gestão compartilhada, capazes de promover a tão sonhada integração das estratégias de conservação dos recursos naturais e do meio ambiente a uma política alternativa de desenvolvimento sistêmico do nosso País. Até o momento, as políticas setoriais e as dificuldades de integração entre as tais estratégias vêm contribuindo para a fragilização dos sistemas de gestão da pesca artesanal, materializando-se em disputas e conflitos socioambientais não negociados nos diversos níveis do sistema de gestão. Em última instância, a construção de um outro estilo de desenvolvimento, que busque garantir para as gerações futuras os direitos relativos ao acesso e uso dos recursos naturais, deve ser um processo efetivo de compartilhamento de direitos e responsabilidades, com base no respeito às diferenças socioculturais, de modo a evitar que em nome das gerações futuras se extermine as culturas e os modos de vida existentes no presente.

9 REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M.C.S. (orgs) **Representações sociais e práticas educativas.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2003, p. 37-57.

ACSELRAD, H. **Meio Ambiente e Democracia.** Rio de Janeiro, IBASE, 1992.

ADRIANO, J. **Rumo ao ecodesenvolvimento na zona costeira catarinense:** estudo de caso sobre a experiência do Fórum da agenda 21 Local da Lagoa de Ibiraquera. 236f.. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2011.

ALBUQUERQUE, L. **Conflitos socioambientais na zona costeira catarinense:** estudo de caso da barra do Camacho/SC. 205 f. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas, UFSC, Florianópolis, 2009.

ALLEGRETTI, M. H. **A Construção Social de Políticas Ambientais:** Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. 811f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, Brasília, 2002.

ANDION, C. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de Desenvolvimento Territorial Sustentável no meio rural de Santa Catarina:** Os casos da APACO, do Centro Viane de Educação Popular e da AGRECO. 385f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2007.

ARAÚJO, G. P. **Trajatória do Turismo no Litoral Centro-Sul de SC:** impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis, 2008.

ARMITAGE, D.; MARSCHKE, M.; PLUMMER, R. Adaptive co-management and the paradox of learning. **Global Environmental Change**, nº 18, 2008, p. 86-98.

AVELLAR, M. L. **Ibiraquera: a história de um lugar... um movimento singular e universal**. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1993.

BARBOSA, A. M. **Agricultores e pescadores dos Areais da Ribanceira, Imbituba – Santa Catarina: uso comum da terra e território tradicional**. Monografia (Bacharelado em Geografia), Departamento de Geociências, UFSC: Florianópolis, 2011.

BARROS, J. F.; Chaves, M. P. S.; FABRÉ, N. N. Manejo da pesca e conflitos socioambientais na Amazônia central: a experiência dos sistemas abertos sustentáveis. In: FABRÉ, N. N.; BATISTA, V. S.; WAICHMAN, A. V.; PRANG, G. (Org.). **Sóciobiodiversidade e conservação da várzea Amazônica**. Manaus: Aram, 2007, p. 23-33.

BECK, A. A utilização dos recursos do mar através da história. In: SIERRA-DE-LEDO, B. (Org.) **O Mar e seus Recursos Ictícos**. Série Didática, nº 2. Florianópolis: NEMAR,. Universidade Federal de Santa Catarina, 1980, p. 97-108.

BECK, A. Comunidades pesqueiras e expansão capitalista. In: SIERRA-DE-LEDO, B. (Org.) **O Mar e seus Recursos Ictícos**. Série Didática, nº 2, Florianópolis: NEMAR, Universidade Federal de Santa Catarina, 1983, p. 53-66.

BERKES, F. Social Systems, ecological systems and property rights. In: HANNA, S. S.; FOLKE, C.; MALER, K. G. (Eds.). **Rights to nature: ecological, economics, cultural and political principles of institutions for the environment**. Washington: Island Press, 1996.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In: VIEIRA, P.F.; BERKES, F.; SEIXAS, C.S. (orgs.) **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 47-72.

BERKES, F. Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. In: **Journal of Environmental Management**, nº 90, 2009, p. 1692-1702.

BIER, C. V. B. **Processos de democratização do espaço público**: O caso do município de Florianópolis e da Lagoa de Ibiraquera na implantação da Agenda 21 Local. 166f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2005.

BIRNBAUM, P. Conflitos. In: BOUDON, R. (org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1995, p.247-282.

BORGES, J.C. L. A pesca em Santa Catarina/Brasil: Regime jurídico estrutura administrativa entre 1912 à 1989. **II Encontro de Economia Catarinense**. Chapecó, Santa Catarina, 2008, p 114-124. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sessoes_tematicas/Rural/Artigo3.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2011.

BRASIL. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

_____. Decreto Federal s/nº, 2000. Cria a Área de Proteção Ambiental Baleia Franca. Disponível em: <http://br.geocities.com/apadabaleiafranca/index.html>. Acesso em: 18 de outubro de 2008.

_____. Lei 10683 de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

_____. Lei 11.958 de junho de 2009. Dispõe sobre a transformação da SEAP em MPA. 2009.

_____. Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC.

_____. Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Dispõem sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca.

_____. Decreto – Lei nº 221 de 1967. Estabelece a Política Pesqueira no Brasil

_____. Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

_____. Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009. Dispõe sobre a atuação conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.

BROWN, K. et al. **Making Waves: Integrating Coastal Conservation and Development**. Earthscan, Londres, 2ed, 2002.

BUCCI, T. **Implementação da Reserva Extrativista marinha do Corumbau/BA: Relações de atores e processos de mudanças**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente), Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Bahia, 2009.

BUCKLES, D. e RUSNAK, G. Conflicto y colaboracion en el manejo de los recursos naturales. In: Buckles, D. (ed) Cultivar la paz: **Conflicto y colaboracion en el manejo de los recursos naturales**. Ottawa, IDRC, 2000.

CALLOU, A.B. Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira. **Conferência da Pesca Artesanal no Brasil**. Brasília – DF, 28 – 30 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.ufrpe-posmex.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=51&Itemid=56. Acesso em: 05 de junho de 2011.

_____. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 3, 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n3/a18v62n3.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2011.

CAMARGO, B.V. Alceste: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: MOREIRA, et al. (Orgs) **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: UFPB, 2005, p. 511-539.

CAMARGO, V.B.; BARBARÁ, A.; BERTOLDO, R.B. Concepção pragmática e científica dos adolescentes sobre a aids. **Psicologia em Estudo**. 12 (2), 2007, p. 277-284.

CAMARGO, B.V.; BARBARÁ, A.; BERTOLDO, R. B. Concepção pragmática e científica dos adolescentes sobre a aids. **Psicologia em Estudo**, v.12, 2007, p. 277-284.

CAMARGO, B.V. et al. Um panorama do desenvolvimento metodológico das pesquisas sobre representações sociais através dos grupos de trabalho das Jornadas Internacionais. In: MOREIRA, A.S.P.; CAMARGO, B.V. (orgs) **Contribuições para a Teoria e o Método das Representações Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. pp. 181-202.

CAPELLESSO A. J. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal**: um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias. UFSC, Florianópolis, 2010.

CARDOSO, E.S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese. (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2001.

CARDOSO de OLIVEIRA, L. R. Direitos, Insulto e Cidadania: Existe Violência sem Agressão Moral? **Série Antropologia**: UNB, Brasília n° 371, 16p, 2005.

CARLSSON, L.; BERKES, F. Co-management: concepts and methodological implications. **Journal of Environmental Management**. Vol. 75, n° 1, 2005, p.65-76.

CASTRO, de F. et al. Use and Misuse of the concepts of traditional and property rights in the conservation of natural resources in the Atlantic Forest (Brazil). **Ambiente e Sociedade**. vol. IX, n°. 1 jan./jun. 2006, p. 23 – 39.

CAZELLA, A. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia pra o desenvolvimento territorial sustentável. In: **Eisforia**, ano 4, volume 4, n° especial. Florianópolis: UFSC, 2006.

CAZELLA, A.; CARRIÈRE, J.P. Abordagem introdutória ao desenvolvimento territorial. In: **Eisforia**, ano 4, volume 4, nº especial. Florianópolis: UFSC, 2006.

CAZELLA A., BONNAL P., MALUF R., **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**, Rio de Janeiro, Ed. Mauad X, 2009.

CERDAN, C., POLICARPO, M.; VIEIRA, P.F. “Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina Brasil”. Documento de Trabajo N° 87. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. RIMISP, Santiago, Chile, 2011. Disponível em <http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/pdf/DTR/N87-2011-Cerdan-FreireVieira-Policarpo-et-al-Desenvolvimento-territorial-zona-costeira-Santa-Catarina.pdf>. Acesso em: 13 novembro de 2011.

CERDAN, C.; VIEIRA, P.F; POLICARPO, M.; VIVACQUA, M.; CAPELLESSO, A.; RODRIGUES, H de C.; MARTINEI, B.; CORDEIRO, E.; LESAGE, A.; MEYNARD, F.; PEDROSA, A.; ADRIANO, J.; LEONEL, M.; FERREIRA, M. **Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina Brasil**. Documento de Trabajo N° 87. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile.

CERDAN, C; VIEIRA, P.F.; VIVACQUA, M.; POLICARPO, M.; VELLOSO, C.; AGLAIR, P.R.; CAPELESSO, A.; ADRIANO, J.; ARAÚJO, G.P.; PINHEIRO, S.L. **Informe Parcial de Investigación. Desarrollo territorial sostenible en la zona costera del Estado de Santa Catarina – Brasil**. Definición de estrategias integradas y basadas en la valorización de la identidad cultural de las comunidades pesqueras tradicionales, 2009.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. In: Anais **Conference of the International Association for the Study of Common Property: The Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities**. México, 2004. Disponível em: <http://www.ibcperu.org/doc/isis/5275.pdf> Acesso em: 10 março de 2008.

CHUENPAGDEE, R.; JENTOFT, S. Step zero for fisheries co-management: What precedes implementation. **Marine Policy**, vol. 31, p. 657-668, 2007.

CNPT. ca. 1997 *a*. Roteiro para a criação e legalização de Reservas Extrativistas. Disponível em:
<http://www.ibama.gov.br/resex/textos/c1.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

_____. ca. 1997 *b*. Associação de Moradores para Proteger as Unidades de Conservação. Disponível em:
<http://www.ibama.gov.br/resex/protege.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

COUDEL, E. **Formation et apprentissages pour le développement territorial: regards croisés entre économie de la connaissance et sciences de gestion. Réflexion à partir d'une expérience d'Université Paysanne au Brésil.** Thèse Doctorat. Economie du Développement Agricole, Agro-alimentaire et Rural. Montpellier SupAgro - Centre International d'Etudes Supérieures en Sciences Agronomiques. Montpellier, 2009.

CREADO, E. S.J. et al. . Entre “tradicionalis” e “modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente e Sociedade**, vol xi, n.2, p.255-271. Campinas, julho-dez 2008.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. (1990) **El actor y el sistema.** Las restricciones de la acción colectiva. Alianza Editorial Mexicana, México.

CUNDILL, G.. Monitoring social learning processes in adaptive comanagement: three case studies from South Africa. **Ecology and Society** 15(3): 28, 2010. Disponível em:
<http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss3/art28/> Acesso em: 13 de abril de 2011.

CUNHA, L. H. O. **Reservas Extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade.** São Paulo, NUAPUB-USP, 2001.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Roxo: Rio de Janeiro, 1986.

DAMAZIO, R.M.A. **Turismo, urbanização e preservação ambiental: conflitos produzidos a partir do processo de implantação de uma reserva extrativista (Resex) entre os municípios de Garopaba e Imbituba (SC).** Dissertação (Mestrado em História). UDESC, Florianópolis, 2011.

DIAS NETO, J. (Org.) **Proposta de Plano Nacional de Gestão para o Uso Sustentável de Camarões Marinhos no Brasil.** IBAMA: Brasília, 2011.

DIDUCK, A. Critical in resource and environmental management: Learning and empowerment for sustainable future. **Journal of Environmental Management**, v. 57, 1999, p.85-97.

DIEGUES, A.C. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo, Ática, 1983.

DIEGUES, A.C. **O Mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Hucitec, 2004.

DIEGUES, A. C. **Projeto socioambiental de reserva extrativista marinha para o ecodesenvolvimento - Arraial do Cabo (RJ):** Programa Petrobras Ambiental - COPPE/UFRJ. Cultura Marítima, conhecimento e manejo tradicionais na Resex Marinha do Arraial do Cabo. NUAPUB, USP, 2007.

DOISE, W. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, D. (org.) **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 187-203. .

DUPUY, J.P. **Introdução à crítica da ecologia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ERNANDORENA, P. R. **A ação civil pública e a resolução dos conflitos ambientais em zona costeira de Santa Catarina.** 263f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Centro de Ciência e Tecnologia, UFSC, Florianópolis, 2003.

FABIANO, R.B. **Conflitos socioambientais e gestão integrada e sustentável de recursos pesqueiros**: estudo de caso sobre a atividade de carcinicultura na área da Lagoa de Ibiraquera (municípios de Imbituba e Garopaba, SC). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERREIRA, L.C. Dimensões humanas da biodiversidade: Mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no vale do Ribeira, SP. **Ambiente e Sociedade**. VII (1), p. 47-66, 2004.

FERREIRA, L.C. et al. A ação humana em áreas protegidas do estado de São Paulo. **Programa Biota**: FAPESP, São Paulo, 2001.

FERREIRA, L.F. **O tempo e o voto**: uma etnografia da política no cotidiano de famílias assentadas. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FILARDI, A.C.L. **Diagnóstico da pesca artesanal marinha do município de Garopaba (SC)**: potencialidades e obstáculos para a gestão adaptativa para o ecodesenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2007.

FREITAS, R. R. **Mudanças na Paisagem da Lagoa de Ibiraquera e a Gestão da sua Fauna Silvestre**. Dissertação. (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2005.

FUNDAÇÃO RASGAMAR. Relatório de Mobilização das Comunidades. In: SOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS. **Estudos para a criação da Reserva Extrativista Marinha do Cabo de Santa Marta, com diretrizes de manejo**. Parte 2. Florianópolis, 5 de agosto de 2005.

GARCIA, R. Interdisciplinarity and Complex Systems. In: LEFF, E. **Ciencias Sociales y Formación Ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994.

GALTUNG, J. **Transcender e transformar**: uma introdução ao trabalho de conflitos. São Paulo: Palas Athena, 2006.

_____. **O Caminho é a meta: Gandhi hoje.** São Paulo: Palas Athena., 2003.

_____. (1978) **On violence in general and terrorism in particular.** Paper prepared for the New Zealand Law Society Convention, Auckland, 31 march.

GASPARINI, M.F; VIEIRA, P.F. A (in)visibilidade social da poluição por agrotóxicos nas práticas de rizicultura irrigada: síntese de um estudo de percepção de risco em comunidades sediadas na zona costeira de Santa Catarina. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 21, p. 115-127, Editora UFPR, jan./jun. 2010.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O inquérito: Teoria e Prática.** Oeiras: Celta, 1993.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Disponível em: www.sc.gov.br. Acesso em: 10 de fevereiro de 2010.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. 2006. Plano Catarinense de Desenvolvimento para 2015. Disponível em: http://www.spg.sc.gov.br/plano_desen.php Acesso em: 05 de abril de 2009.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, Hanover, v. 162, p. 1243-1248, dez. 1968.

HIRSCHMAN, A. **Auto-subversão: teorias consagradas em xeque.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IBAMA. Portaria nº27-N, de 10 de março de 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

ICMBIO. Instrução Normativa 03, de 18 de setembro de 2007 Regulamenta o processo de criação de Resex e RDS. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/arquivos/in_icmbio_03_criao_r_esex_e_rds_pdf_240.pdf. Acesso em: 28 de maio de 2012.

INOUE, C.Y.A. O conceito de regime global de biodiversidade e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável. Paper para o **II Encontro da ANPPAS**. Indaiatuba – SP. 26 a 29-05-2004. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/cristina_inoue.pdf. Acessado em 09 de maio de 2012.

_____. **Regime global de biodiversidade**: comunidades epistêmicas e experiências locais de conservação e desenvolvimento sustentável - o caso Mamirauá. 335 f. Tese (Doutorado no Centro de Desenvolvimento Sustentável). UNB, Brasília, 2003.

JACOMEL, F. **Conflitos socioambientais em áreas úmidas na zona costeira catarinense**. Estudo de caso relacionado à ocupação predatória do *Banhado da Palhocinha*, no Município de Garopaba, no período de 1998 a 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, UFSC, Florianópolis, 2012.

JODELET, D. As representações sociais. Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

JODELET, D. Representações sociais: história e avanços teóricos – vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, D.C.; CAMPOS, P.H.F. (Orgs.) **Representações sociais**: uma teoria sem fronteiras. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p.11-22.

JOLLIVET, M.; PAVÉ, A. O meio ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa. IN: VIEIRA, P.F.; WEBER, J.(org). **Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

KALIKOSKI, D.C. VASCONCELLOS, M.; LAVIKULICH, L. Fitting institutions to ecosystems: the case of artisanal fisheries management in the estuary of Patos Lagoon. **Marine Policy**, 26, p. 179-196, 2002.

KALIKOSKI, D.C. ROCHA, R.D; VASCONCELLOS, M.C. Importância do conhecimento ecológico tradicional na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, extremo sul do Brasil. **Ambiente e Sociedade**, vol. 11, Campinas, 2006.

KALIKOSKI, D.C.; SEIXAS, C.S.; ALMUDI, T. Gestão compartilhada e comunitária da pesca no Brasil: avanços e desafios. **Ambiente e Sociedade**. V.XII, n.1. p.151-172. Campinas. Jan-jun 2009.

KALIKOSKI, D.C; ALLISON, E. H. Learning and adaptation: the role of fisheries co-management in building resilient socialecological systems. In: D. Armitage and E. Plummer. **Adaptive Capacity and Environmental Governance**. Springer Series on Environmental Management, 2010.

KANT DE LIMA, R. Cultura jurídica e Administração de Conflitos: a questão da apropriação particularizada dos espaços públicos. In: Anais do **VI Congresso Luso Afro Brasileiro de ciências Sociais**: as Ciências Sociais no espaço da Língua Portuguesa, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2000, v.01, p.261-264.

KANT DE LIMA, R.; PIRES, L., MOTA, F. R. Efeitos da Igualdade e da Desigualdade Jurídica no Espaço Público da Amazônia. In: **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade ed. Manaus : Ibama, ProVárzea, 2005, p. 37-58.

LEIS, H.R.; VIOLA, E.J. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista ao multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, D.J; VIEIRA, P.F. (orgs). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

LOBÃO, R. J. da S. **Reservas Extrativistas Marinhas: uma reforma agrária no mar?** Uma discussão sobre o processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2005.

LOBÃO, R. J. da S. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo**: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Antropologia Social, UNB, Brasília, 2006.

MACEDO, H. S. **Processos participativos na gestão de áreas protegidas**. Estudos de caso em unidades de conservação de uso

sustentável da zona costeira do Sul do Brasil. 206f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis, 2008.

MARTINS, C. **Farol de Santa Marta: A esquina do Atlântico**. Garapuvu: Florianópolis, 1997.

MARTINS, A. **Entre a terra e o mar**: Interfaces no processo de transformação territorial na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2012.

MEDEIROS, R. P. **Possibilidades e obstáculos à cogestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais**: estudo de caso na área da Baía de Tijucas, litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2009.

MENDES, A. B. V. Ambientalização de direitos étnicos e etnização das arenas ambientais: populações tradicionais e povos indígenas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (AM). In: Anais da **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, 2008.

_____. **Conservação ambiental e direitos multiculturais**: reflexões sobre justiça. Tese (Doutorado Ambiente & Sociedade). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2009.

MIRANDA, C. R. M.; OLIVEIRA, L. C. de. **Relatório Socioeconômico para a criação da Reserva Extrativista da Pesca Artesanal, nos municípios de Imbituba e Garopaba/SC**. Projeto Mata Atlântica – FAO/GCP/BRA/061/WBK, set 2007.

MONTAÑA, Benjamin Tejerina. Las teorías sociológicas del conflicto social: algunas dimensiones analíticas a partir de K. Marx e G. Simmel. In: **Reis**, 55, pp. 47-63, 1991.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOSCOVICI, S. On social representation. In: FORGAS, P.P. (org.) **Social Cognition**. London: Academic, 1982.

NASCIMENTO, E.P. Conflitos na Sociedade Moderna: Uma Introdução Conceitual. In: Bursztyn, M. et al.(org.) **A Difícil Sustentabilidade**: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, pp. 85-106, 2001.

NICOLAU, O. **Ambientalismo e Carcinicultura**: disputas de “verdades” e conflito social no Extremo Sul da Bahia. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2006.

NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Projeto Manejo Integrado da Pesca na Lagoa de Ibiraquera**. Edital n.2/2002 do FNMA: Gestão Participativa do Uso de Recursos Pesqueiros nas Zonas Costeira e Marinha. Florianópolis : NMD-UFSC, 2003.

OAKERSON, R.J. analyzing the commons. A framework. In.BROMLEY, A.A. et al. **Making the commons**. Theory, practice and policy. An Francisco: ICS Press, 1992.

OLLAGNON, H. Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e dos meios naturais. Enfoque integrado da gestão do meio rural. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo, Cortes, 2000. p. 171-200.

OLIVEIRA, I. A. de. **Gestão de conflitos ambientais**: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) UFSC, Florianópolis, 2005.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

OSTROM, E. and AHN, T. K. The meaning of social capital and its link to collective action. In: Workshop in Political Theory and Policy Analysis, Indiana University. **Handbook on Social Capital**, Ed. Gert T. Svendsen and Gunnar L. Svendsen. Northampton, MA: Edward Elgar, 2007.

PAHL-WOSTL, C. et al. Social Learning and Water Resources management. *Ecology and Society*. 12(2):5, 2007. Disponível em: <http://www.ecologysociety.org/vol12/iss2/art5/>. Acesso em: 23 de junho de 2010.

PARSON, E.A.; CLARK, W.C. Sustainable Development as Social Learning: Theoretical Perspectives and Practical Challenges for the Design of a Research Program. In: **Barriers and Bridges to the Renewal of Ecosystems and Institutions**. Ed L.H. Gunderson, C.S. Holling and S.S. Light. New York, NY: Columbia University Press, 1995, pp. 428-460.

PEREIRA, R. M. F. A. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil):** gênese e transformações recentes Geosul, Florianópolis, v.18, n.35, p. 99-129, jan./jun. 2003.

PINTO DA SILVA, P. **Common Property to co-management:** social change and participation in Brazil's first Maritime Extractive Reserve. Doctor of Philosophy. London School of Economics, 2002.

_____. From common property to co-management: lessons from Brazil's first maritime extractive reserve. **Marine Policy** 28, p. 419-428, 2004.

POLICARPO, M. A. **Impactos socioambientais do desenvolvimento do setor agro-florestal em Santa Catarina:** estudo de caso nas Encostas da Serra Geral à luz do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável. 470f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2009.

POMEROY, R.S; RIVERA-GUIEB, R. **Fishery Co-management: A Practical Handbook**. Ottawa: IDRC, 2006.

PORTO-FILHO, E ; ELICHER, M. J. A sustentabilidade da exploração e manejo dos recursos naturais nas lagoas do Camacho e Garopaba do Sul, Santa Catarina, Brasil: implicações da abertura artificial da Barra do Camacho. In: **Encuentro de Geografos de America Latina**, 8, Santiago. Resumenes. Santiago: Universidad de Chile, 2001. p. 46-47.

PROVÁRZEA/IBAMA; WWF BRASIL. **Acordos de Pesca: a comunidade é quem faz.** Brasília, 2003

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. (1992) **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva.

REIS, E.G.; RODRIGUES, H. Role of Forum of Patos Lagoon in the Management of Artisanal Fisheries in the Extreme South of Brazil. **American Fisheries Society Symposium** n° 38, p. 695–701, 2003.

RODRIGUES, H. de C.L. **Relatório Final referente ao Produto 3 pra a implementação das atividades previstas no Ciclo de Apoio à Gestão compartilhada, no Território Sul Catarinense.** Edital n° 07/2010, contrato 050/2010 CEADES/MPA. 2011, 83p.

RODRIGUES, H. de C.L. **Relatório Técnico sobre a Execução das Reuniões dos Conselhos das RESEX Vinculadas ao Projeto PNUD BRA/08/002 – Gestão de Reservas Extrativistas Federais da Amazônia Brasileira.** Edital PNUD/ICMBio n° 135795, contrato 2011/000378. (no prelo).

ROSAR, D. B. **Gestão participativa e política substantiva: duas formas de ação política coexistentes em Ibiraquera (Imbituba/Garopaba – SC).** 118f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), CCA, UFSC, Florianópolis, 2007.

ROUQUETTE, M.L. La comunicación de masas. In: MOSCOVICI, S. **Psicologia social: pensamiento y vida social.** Vol.2, pp.627-647. Buenos Aires: Paidós, 1986.

SÁ, C. A teoria do núcleo central das representações sociais. In: SÁ, C. **Núcleo central das representações sociais.** Petrópolis: Vozes, pp. 51-98, 1996

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Gandhi and development: a european view. In: Johan Galtung *et al.* **Self-reliance.** London: Bogle- L'ouverture, p.45-57, 1977.

SANTOS, s.d. Comunicação, Turismo e Hospitalidade. Trabalho apresentado no **IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**.

SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A. 2010. Disponível em: www.santur.sc.gov.br

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Política e Sociedade**, n. 5, p. 13-35, outubro 2004.

SEAP. Cartilha Política Territorial da Pesca e Aquicultura. Disponível em: http://www.mpa.gov.br/mpa/seap/Jonathan/mpa3/planos_e_politicas/docs/politica_territorial.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2011.

SEAP, Mais Pesca e Aquicultura: Plano de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em http://www.mpa.gov.br/#planos_e_politicas/territorios Acesso em: 02 de setembro de 2011.

SEIXAS, C.S. **Social-ecological dynamics in management systems: investigating a coastal lagoon fishery in Southern in Brazil**. Ph.D. in Natural Resources and Environmental Management. Natural Resources Institute. University of Manitoba, Canada, 2002.

SEIXAS, C. S.; BERKES, F. Mudanças socioecológicas na pesca da Lagoa de Imbiraquera, Brasil. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, pp.113-146.

SEIXAS, et al. 2009. **Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: proposta de um programa nacional**. III Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca no Brasil, SEGAP, 2009.

SEIXAS, C.S.; KALIKOSKI, D.C. Gestão participativa da pesca no Brasil: levantamento das iniciativas e documentação dos processos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, p. 119-139, Editora UFPR, jul./dez. 2009.

SEIXAS, C.S.; KALIKOSKI, D.C.; VIEIRA, P.F. **Investigating Participatory small-scale fisheries management in Brazilian Coastal Zones: implications for fisheries' livelihood and biodiversity conservation.** 2010.

SHERER, M. et al. Urbanização e Gestão do Litoral Centro-Sul do Estado de Santa Catarina. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 31-50, Editora UFPR, Paraná, jan./jun. 2006.

SIMMEL, Georg. Sociologia. In: FILHO, E.de M. (org.). **Georg Simmel: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

SPÍNOLA, J.L. **Participação e deliberação na Resex Marinha do Pirajubaé (SC).** Tese (Doutorado Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE). Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SIRY, B. Experiências pastorais no meio dos pescadores artesanais. In: PRORENDIA RURAL (org). **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos.** Recife: PRORENDIA RURAL, 2003.

SOARES, C. Em torno do pensamento social e do conhecimento do senso comum. A aplicação da metodologia Alceste em contextos discursivos distintos. In: MOREIRA, A.S.P. (Org.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais.** João Pessoa: UFPB, 2005, p. 541-571.

SOCIOAMBIENTAL CONSULTORES ASSOCIADOS et al. **Estudos para a criação da Reserva Extrativista Marinha do Cabo de Santa Marta, com diretrizes de manejo.** Florianópolis, 5 de agosto de 2005.

TEIXEIRA, M.C.T.V.; SCHULZE, C.M.N; CAMARGO, B.V. Representações sociais sobre a saúde na velhice: um diagnóstico psicossocial na Rede Básica de saúde. **Estudos de Psicologia**, v. 7, nº 2, p.351-359, 2002.

TYLER, S.R. **Comanagement of natural resources: local learning for poverty reduction.** Canada: IDRC, 2006.

TONNEAU, J.P.; VIEIRA, P.F. Que diretrizes de pesquisas para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? In: **Eisforia**, ano 4, volume 4, n. especial. Florianópolis: UFSC, 2006.

TONNEAU, J.P.; SILVA, P.C.G. da. **Massoraca: aprendizagem coletiva e desenvolvimento da agricultura familiar no sertão da Bahia**. s.d.

TURA, L.F.R. A aids: Repensando a prevenção. In: TURA, L.F.R.; MOREIRA, A.S.P (orgs). **Saúde e representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 167-190, 2004.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.C.; SALES, R.R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A.L. (org.) **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília: IBAMA/PNUD. pp. 15-83, 2007.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A.; CERDAN, C. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. **Política & Sociedade**, v. 8, p. 335-380, 2009.

VIEIRA, P.F. Rumo do desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: **Eisforia**, ano 4, volume 4, n. especial. Florianópolis: UFSC, 2006.

VIEIRA, P.F. Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P.F.; BERKES, B.; SEIXAS, C.S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Conceitos, métodos e experiências. APPED/SECCO, Florianópolis, 2005.

VIEIRA, P. F.; CUNHA, I. J. Posfácio: repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, P.V. (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis, SC, Brasil: APED Editora, p. 289-310, 2002.

VIEIRA, P.F; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento Territorial Sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. In: **Seminário Internacional Territorios Rurales em Movimiento**, Santiago do Chile. Territorios Rurales en Movimiento: movimientos sociales, actores e instituciones del desarrollo territorial rural. Santiago do Chile: IDRC-CRDI, 2006.

VIEIRA, P. F., CAZELLA, A. A., CERDAN, C. Desenvolvimento Territorial Sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. **Revista Eisforia**, Florianópolis, 4 (4) (Número especial), p. 13-20, 2006.

VIVACQUA, M. **Conflitos socioambientais no litoral de Santa Catarina**: o caso da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P.H.F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. In: **Política e Sociedade**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. – v.4 n.7. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2005.

VIVACQUA, M; SANTOS, C.R.; VIEIRA, P.F. Governança territorial em zonas costeiras protegidas: uma avaliação exploratória da experiência catarinense. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**, n. 19, p. 159-171, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

VON BERTALANFFY, L. **General system theory**: Essays on its foundation and development. Ed. New York: George Braziller, 1968.

ZALTMAN, H.; DUNCAN, R. **Strategies for Planned Change**. New York: Wiler-Snco, 1977.

WACHELKE, J.F.R.; CAMARGO, B.V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Revista Interamericana de Psicologia**. 41 (2), p. 379-390, 2007.

WEBER, T. Gandhian Philosophy, Conflict Resolution Theory and Practical Approaches to Negotiation. **Journal of Peace**. Vol. 38, nº 4, 2001, p. 493-413. London: Sage Publications.